

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

VANESSA CAVALCANTI DE TORRES

**TRAJETÓRIA DE VIDA DE JOVENS ÍNDIOS XUKURU DO ORORUBÁ
(PESQUEIRA E POÇÃO – PE): pertencimento à etnia e
projeto para o futuro**

**Recife
2018**

VANESSA CAVALCANTI DE TORRES

**TRAJETÓRIA DE VIDA DE JOVENS ÍNDIOS XUKURU DO ORORUBÁ
(PESQUEIRA E POÇÃO – PE): pertencimento à etnia e
projeto para o futuro**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Psicologia da Universidade Federal de
Pernambuco, como requisito parcial para a
obtenção do grau de Doutor/a em Psicologia.

Área de concentração: Processos Sociointerativos
e Desenvolvimento Humano

Orientadora: Prof. Dra. Maria Isabel Patrício de Carvalho Pedrosa.

Recife

2018

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

T693t Torres, Vanessa Cavalcanti de.
Trajetória de vida de jovens índios Xukuru do Ororubá (Pesqueira e Poção – PE) : pertencimento à etnia e projeto para o futuro / Vanessa Cavalcanti de Torres. – 2018.
183 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Isabel Patrício de Carvalho Pedrosa.
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-graduação em Psicologia, Recife, 2018.
Inclui referências, apêndices e anexos.

1. Psicologia. 2. Índios Xukuru. 3. Etnologia. 4. Jovens indígenas – Identidade étnica. 5. Territorialidade. I. Pedrosa, Maria Isabel Patrício de Carvalho (Orientadora). II. Título.

150 CDD (22. ed.) UFPE (BCFCH2019-017)

VANESSA CAVALCANTI DE TORRES

**TRAJETÓRIA DE VIDA DE JOVENS ÍNDIOS XUKURU DO ORORUBÁ
(PESQUEIRA E POÇAO – PE): pertencimento à etnia e
projeto para o futuro**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor/a em Psicologia.

Aprovada em: 23/02/2018

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Maria Isabel Patrício de Carvalho Pedrosa
(Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Dra. Patrícia Maria Uchôa Simões
(Examinadora Externa)
Fundação Joaquim Nabuco

Profa. Dra. Bernardina Santos Araújo de Sousa
(Examinadora Externa)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco – IFPE

Prof. Dr. Edson Hely Silva
(Examinador interno)
Cap-CE/UFPE

Profa. Dra. Maria de Fátima de Souza Santos
(Examinadora interna)
Universidade Federal de Pernambuco

A minha família, Geraldo e Deise (meus pais) e Viviane (minha irmã). Meu chão, alicerce! Companheiros da vida.

Aos meus avós, Ivaldo e Ana (*in memoriam*) que partiram para o outro plano, mas antes, compartilharam comigo essa conquista.

Aos índios Xukuru do Ororubá. Meu reconhecimento e parceria nas mobilizações pelos direitos indígenas.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Geraldo e Deise, minha grande fonte de inspiração e persistência para obtenção dessa conquista. Nossos sonhos são construídos, fortalecidos e desfrutados mutuamente.

À minha irmã, Viviane, que partilha comigo o dia a dia e as inúmeras trajetórias que a vida nos coloca como desafios.

À minha querida orientadora Maria Isabel, ou Bel, como a chamamos. Pela acolhida, preocupação, dedicação e carinho. Serei mais um fruto do LabInt (Laboratório de Interação Social Humana) fazendo ciência e compartilhando a ética e afeto, características tão suas...

Aos professores e professoras da Pós-Graduação em Psicologia pelos conhecimentos compartilhados e percursos acadêmicos aprendidos.

A João, funcionário do PPG, por toda solicitude nos assuntos mais burocráticos dessa jornada.

Aos membros da banca examinadora: Profa. Dra. Fátima Santos pelas inúmeras tentativas de nos questionar “Qual sua tese?” em um universo ainda tão nebuloso, mas muito prazeroso e carismático; ao Prof. Dr. Edson Silva por partilhar conhecimento, material e bom humor em nossos encontros; a Profa. Dra. Bernardina Santos pela ajuda, solicitude e amizade; e a Prof^a. Patrícia Simões por aceitar o convite e contribuir para esse estudo. Agradeço também a disponibilidade de Renata Lira e Pompéia Villachan-Lyra.

Aos índios Xukuru do Ororubá que me fizeram despertar para as mobilizações pelas causas indígenas, mas também por aflorar a participação nas reivindicações direitos igualitários em um momento social tão sombrio.

Aos amigos/familiares que sempre torceram e me apoiaram nessa conquista: Juciara Tenório, Lindhiane Farias, Luzia Chaves, Andreza Silva, Mariana Morais, Ana Paula Barros Melo, Patrícia Costa, Luzia Squinca, Ivanildo Mangureira, João Batista, Tatiana Valério,

Marilene Nascimento, Geraldo Vieira, Micheli Taliana, Susy Torres, Mucio Dourado e tantos outros que torceram comigo. Foram muitos... Grata! Toda vibração foi importante...

Aos colegas da turma do PPG por nos ajudarmos e nos fortalecermos enquanto grupo nessa jornada, em especial a Flávia Pereira e Isabela Amblard, amizades construídas nos corredores do CFCH (Centro de Filosofia e Ciências Humanas) - UFPE, por termos nos aproximado e nos amparado tantas vezes na trajetória da vida pessoal e acadêmica.

Aos colegas do LabInt por inúmeras partilhas de conhecimento e relações estabelecidas, em especial Danyelle Almeida e Pedro Paulo.

À Autarquia Educacional do Belo Jardim (AEB) pelo apoio durante esse tempo.

A Deus sempre e em todo lugar! Deus é bom o tempo todo! O tempo todo Deus é bom!

E às inúmeras pessoas não citadas, mas que contribuíram para essa nova etapa de minha vida.

Acolhe teu filho minha mãe natureza, acolhe teu filho! Porque ele não vai ser sepultado, minha Mãe Natureza... ele vai ser plantado, para que dele nasçam novos guerreiros (viúva Dona Zenilda no sepultamento de Xicão, fala extraída do Vídeo Xicão Xukuru, TV Viva, 1998) (FIGUEIROA, 2011c, p. 183).

(...) agora para o povo Xukuru, Xicão não é um morto. Não é uma pessoa enterrada... Xicão é um homem plantado! Ele nasce a cada instante, em cada liderança, em casa criança que nasce do povo Xukuru... Para nós Xicão é isso: é um pé de árvore que tá dando frutos... flores, sementes e mais frutos (...) (Vice-cacique Zé de Santa em entrevista concedida em 24-10-2019) (FIGUEIROA, 2011c, p. 183).

RESUMO

Os índios da etnia Xukuru de Ororubá reconquistaram o território que antes lhes pertencia, situado nos municípios de Pesqueira e Poção - PE. A reconquista decorreu de grandes mobilizações, que produziu um forte sentimento de pertença à etnia. Os índios continuam sendo ameaçados e isso provoca constante necessidade de planejar estratégias de resistência e controle interno. Os dilemas enfrentados requerem posicionamentos, em um processo contínuo para minimizar sentimentos de desigualdades. A geração dos jovens índios dessa etnia não participou das mobilizações pela retomada da terra e nem pela demarcação do território de seu povo. Questiona-se, então, se existe um sentimento de pertencimento à etnia, e se este vem se constituindo, quais são suas características. Para responder a essa questão, buscou-se delinear a trajetória de vida de jovens índios Xukuru a partir da discussão de um grupo focal, composto de oito jovens com idade média de 23 anos, cinco moças e três rapazes, instados a conversarem sobre a experiência de viver nas aldeias. Foram também examinados documentos compiladores de decisões tomadas nas assembleias anuais da etnia a fim de se estabelecer o contexto cultural, político e religioso atual desses jovens e, assim, identificar possíveis conflitos existentes entre o povo Xukuru de Ororubá. A partir desses dois conjuntos de dados, observa-se que conflitos emergem porque os jovens índios demandam necessidades diferentes das que lhes são atribuídas pelos idosos. Entre os jovens, há um desejo por estudo, emprego e melhores condições de vida. Entre os idosos e líderes Xukuru existe a compreensão de que a forma de perpetuação e manutenção étnica se efetiva pela vivência do terreiro sagrado, seus ritos e subsistência pela agricultura e, portanto, percebem riscos no projeto futuro dos Xukuru de Ororubá. Os jovens, todavia, reconhecem-se pertencentes ao seu povo, com seus inerentes valores culturais e religiosos, construídos nas interações sociais inclusive com os índios da geração mais velha. A identidade étnica parece consolidada entre os jovens Xukuru, apesar das divergências apontadas. O cacique Xicão, assassinado em perseguições pela reconquista da terra, é cultuado por todos e, simbolicamente, induz coesão entre as gerações desse grupo étnico.

Palavras-chave: Xukuru do Ororubá. Territorialidade. Identidade e pertencimento. Trajetória de vida.

ABSTRACT

The Xukuru Indians of Ororubá have reconquered the territory that previously had belonged to them, located in the counties of Pesqueira and Poção - PE. The reconquest, which resulted from large mobilizations, produced a strong sense of belonging to the ethnic group. The Indians continue to be threatened and this causes a constant need to plan strategies of resistance and internal control. The dilemmas faced require commitment to an ongoing process to minimize feelings of inequality. The young Indian generation of this ethnic group did not participate in the mobilizations for the resumption of their land nor for the territory demarcation of their people. It is then, questioned whether there is a sense of belonging to the ethnicity, and if there is, what are its characteristics? To answer this question, we sought to trace the life trajectory of young Xukuru Indians from the discussion of a focal group, composed of eight young people aging 23 on average, five girls and three boys, urged to talk about the experience of living in the villages. Documents compiling decisions taken at annual ethnic assemblies were also examined in order to establish the current cultural, political and religious context of these young people and thus identify possible conflicts among the Xukuru people of Ororubá. From these two sets of data, it is observed that conflicts emerge because young Indians demand different needs from those attributed to them by the elderly. Among young people, there is a desire for study, jobs and better living conditions. Among the elderly and Xukuru of Ororubá leaders there is an understanding that the form of perpetuation and ethnic maintenance come about by living the sacred arena, their rites and subsistence by means of agriculture, and therefore they perceive risks in the future project of the Xukuru of Ororubá. The young people, however, recognize themselves as belonging to their people, with their inherent cultural and religious values, built in social interactions including the Indians of the older generation. The ethnic identity seems to be consolidated among the Xukuru youth, despite the divergences pointed out. Chief "Xicão", assassinated in persecutions for the reconquest of the land, is worshiped by all and, symbolically, he induces cohesion between the generations of this ethnic group.

Keywords: Xukuru of Ororubá. Territoriality. Identity and belonging. Life course.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Trajetória 1: Vida de Elizabeth	58
Imagem 2 - Trajetória 2: Vida dos jovens índios Xukuru do Ororubá	71
Imagem 3 - Descida da Serra do Ororubá para Pesqueira, após a missa de Xicão	73
Imagem 4 - Assembleia/2015	74
Imagem 5 - Trajetória 3: Cartas das Assembleias	102

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Organização das Lideranças	36
Quadro 2 - Legenda para compreender o traçado da trajetória de vida de Elizabeth	59
Quadro 3 - Legenda para compreender o traçado da trajetória de vida dos jovens índios Xukuru do Ororubá	70
Quadro 4 - Legenda para compreender o traçado das cartas das assembleias	100

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEB	Autarquia Educacional do Belo Jardim
CEP	Autorização do Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos
CISXO	Conselho Indígena de Saúde Xukuru do Ororubá
CONEP	Comitê Nacional de Ética e Pesquisa com Seres Humanos
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos
CONEP	Comitê Nacional de Pesquisa com Seres Humanos
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
CFCH	Centro de Filosofia e Ciências Humanas
LabInt	Laboratório de Interação Social Humana
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
GF	Grupo Focal
PSF	Programa Saúde da Família
CCS	Centro de Ciências da Saúde
CEP/HC/UFPE	Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Pernambuco
SPI	Sistema de Proteção ao Índio
CIMI-NE	Conselho Indigenista Missionário do Nordeste
UFBA	Universidade Federal da Bahia
ONG	Organização Não Governamental

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
1.1	Delineamento da proposta de tese.....	15
1.2	De onde partimos?.....	16
1.2.1	O problema.....	18
1.2.2	Os objetivos.....	18
1.2.3	A tese a ser defendida.....	18
1.3	Apresentação da pesquisa.....	19
2	A CONSTRUÇÃO DO SENTIDO DE PERTENCIMENTO E TRAJETÓRIA DE VIDA DOS ÍNDIOS XUKURU DO ORORUBÁ.....	20
2.1	O sentido de pertencimento e as marcas identitárias dos indígenas.....	20
2.2	As mobilizações antigas e atuais pelo reconhecimento da identidade indígena.....	25
2.3	Os índios Xukuru do Ororubá de Pesqueira-PE: contando um pouco de sua história.....	28
2.3.1	Localização, demarcação territorial e denominação	28
2.3.2	Os primeiros registros acerca da colonização dos Xukuru do Ororubá	28
2.3.3	A participação na Guerra do Paraguai	31
2.3.4	A participação nas Ligas Camponesas e a garra em busca da retomada do território..	31
2.3.5	A participação na construção da Constituição	32
2.3.6	Xicão: a grande liderança Xukuru do Ororubá	33
2.3.7	A tentativa de criminalizar o povo Xukuru do Ororubá	35
2.3.8	O conflito entre os Xukuru do Ororubá	35
2.4	As Pressões Indígenas para manutenção da identidade Xukuru do Ororubá	37
2.5	O estudo sobre trajetórias de vida	41
3	MÉTODO	46
3.2	Participantes e Local de Pesquisa	46
3.2	Procedimentos Éticos	46
3.3	O Grupo Focal	49
3.3.1	Procedimento para coleta dos dados do Grupo Focal.....	50
3.4	As Cartas das Assembleias	52
3.5	Análise dos dados	53
4	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	54

4.1	Análise do Grupo Focal	54
4.1.1	Pontos que dão suporte aos diálogos do Grupo Focal	55
4.1.2	Trajatória 1: vida de Elizabeth	55
4.1.3	Trajatória 2: vida dos jovens índios Xukuru do Ororubá	59
4.2	As assembleias anuais dos Xukuru do Ororubá	73
4.2.1	Análise das cartas das Assembleias	75
4.2.1.1	<i>Trajatória 3: a luta do povo Xukuru do Ororubá</i>	<i>100</i>
4.3	Um resumo sobre as análises construídas	105
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	106
	REFERÊNCIAS	110
	APÊNDICE A – Autorização do Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos (CEP).....	116
	APÊNDICE B – Autorização do Comitê Nacional de Ética e Pesquisa com Seres Humanos (CONEP).....	117
	APÊNDICE C – Carta de Anuência do Cacique	118
	APÊNDICE D – Carta de Anuência do Secretário de Saúde de Pesqueira-PE..	119
	APÊNDICE E- Carta de Anuência CISXO	120
	APÊNDICE F – Carta de Anuência FUNAI	123
	APÊNDICE G - Carta de Anuência Conselho Distrital de Saúde Indígena	124
	APÊNDICE H - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	127
	APÊNDICE I – Transcrição do Grupo Focal	129
	APÊNDICE J – Questionário sócio demográfico	150
	APÊNDICE K – Roteiro para seguir no grupo focal	151
	ANEXO A – Povos Resistentes no Nordeste.....	152
	ANEXO B - Terras Indígenas localizadas no Nordeste.....	153
	ANEXO C - História de Elizabeth Teixeira	154
	ANEXO D – Cartas das assembleias dos índios Xukuru do Ororubá.....	156
	ANEXO E – Mapa do Território Xukuru do Ororubá.....	182
	ANEXO F - Organograma da organização política Xukuru do Ororubá apresentado durante a V Assembleia do Povo Indígena Xukuru do Ororubá.....	183

1 INTRODUÇÃO

Todo acontecimento é sempre situado em um contexto espaço-temporal e, por isso, a análise dos processos de desenvolvimento deve sempre considerar o lugar e o momento em que ocorrem tais processos (ROSSETTI-FERREIRA, AMORIM E SILVA, 2004, p. 27).

A discussão premente que permeia esse estudo diz respeito aos Xukuru do Ororubá, um povo indígena com histórias de resistência, mobilizações e projetos para o futuro. Partindo desse olhar, tentar-se-á compreender a dinâmica das relações estabelecidas entre os próprios índios Xukuru do Ororubá e a sociedade de uma forma geral.

Inicialmente serão abordados aspectos históricos e posteriormente, ainda neste capítulo, uma discussão sobre identidade indígena, assunto este relevante, tanto para pesquisa, quanto para a compreensão dos embates vivenciados pelos índios para garantir seus direitos.

Também será apresentado um esboço de como se configurou a tese e de onde partiu tais considerações a respeito da discussão da problemática posta em estudo.

1.1 Delineamento da proposta de tese

Existem entre os Xukuru do Ororubá conflitos internos e externos. Os externos dizem respeito ao processo de colonização, demarcação de território, assassinatos, perseguições e um posicionamento indígena contrário aos trâmites das legislações que estão sendo discutidas no Congresso Nacional, contrário aos direitos indígenas. Entretanto, há também conflitos internos que mobilizam o grupo. Percebe-se um movimento ao longo do tempo, através das cartas que sintetizam as decisões tomadas nas assembleias anuais para promover uma participação dos jovens Xukuru do Ororubá para que o “espírito de luta” não se perca! Chama-se “espírito de luta” alguns pontos que as assembleias anuais dos indígenas destacam através de temas latentes: persistir “lutando” pelo território livre, relacionado com a demarcação, mas também com a sensibilidade dos indígenas Xukuru para uso coletivo da terra e conhecimento das problemáticas envolvendo-os em participação e mobilizações, buscando melhorias locais e nacionais, o envolvimento maior dos jovens índios, fortalecimento da identidade Xukuru do Ororubá e respeito aos mais velhos.

Há, contudo, uma problemática emergente entre os índios Xukuru do Ororubá jovens que parece ter um significado e desejo próprio dessa geração. Talvez esse desejo diferenciado tenha gerado uma tensão entre mais velhos e mais jovens quanto ao sentido de pertença e

consequentemente, como essas faixas geracionais, percebem a chamada “tradição”, a resistência e planejam o futuro, sem deixar de afirmar a identidade Xukuru do Ororubá.

Sendo assim, a tese se propôs a entender nas trajetórias de vida de jovens índios Xukuru do Ororubá, seus posicionamentos acerca da “tradição”, resistência e projeto para o futuro.

1.2 De onde partimos?

Este estudo advém da continuidade da pesquisa realizada por ocasião do Mestrado. Na época (2009-2011), a ideia proposta foi a discussão da continuidade do *self* entre os índios Xukuru do Ororubá. Foram realizados dois grupos focais, com o objetivo de capturar as tensões existentes entre o sentido continuidade/descontinuidade do ser, expostos a eventos dos mais diversos, entre índios mais velhos e mais jovens (chamados dessa forma na época). Entretanto, apenas o grupo focal dos índios mais velhos foi analisado na Dissertação, por questões de prazo do término do Curso de Mestrado e principalmente porque a análise empreendida se mostrou muito rica e densa, exigindo, uma reflexão mais cuidadosa. Dessa forma, os dados do grupo focal com os mais jovens ficaram arquivados para serem analisados a partir de outras leituras e entendimentos. Com o Curso de Doutorado houve oportunidade de serem realizadas leituras na área da Psicologia Social, Psicologia do Desenvolvimento e Psicologia Cultural que possibilitaram acesso a perspectivas teóricas até então pouco conhecidas da doutoranda. Esses aportes reconfiguraram o estudo e suscitaram dois pontos relevantes para reflexões:

- A geração dos índios mais velhos compartilha uma história de “luta” e resistência a um processo de expulsão e retomada de território; a geração dos índios mais jovens não vivenciou tais situações, encontrando o território demarcado e disponível para habitação. Portanto, subjacente às duas gerações existem eventos históricos, culturais e políticos que posicionam esses atores sociais com perspectivas e projetos de vida diferentes, embora delineados de modo entrelaçados, uma vez que atualmente convivem no mesmo território, compartilham apreensões e projetam mobilizações intensas diante de pressões políticas frequentes.
- A perspectiva teórica proposta por Zittoun (2003, 2004, 2009, 2014), Zittoun et. al. (2011), Zittoun e Gillespie (2015), Moraso e Zittoun (2014), estudada mais detidamente no Curso de Doutorado, possibilitou vislumbrar trajetórias de vida dos jovens Xukuru do Ororubá e perscrutar o sentido de pertença em relação ao

povo indígena Xukuru, uma vez que suas narrativas, construídas no grupo focal, pareciam permeadas de tensões sobre novos sentidos de ser Xukuru do Ororubá. Retrospectivamente, em relação ao estudo realizado com a geração dos mais velhos (TORRES, 2011) percebeu-se uma inquietação semelhante. Problematizou-se, então, quais mobilizações se desenharam em cada grupo geracional no qual se pode identificar esse sentido de pertencimento? E mais diretamente, como esse sentido emergiu permeado de significados específicos, entre os índios que não vivenciaram o processo de expulsão e retomada do território?

Em uma visita ao território indígena, a pesquisadora teve acesso às cartas construídas coletivamente nas assembleias anuais dos Xukuru do Ororubá (2002-2016) e mais a carta da I Assembleia da Juventude Indígena do Nordeste: “A juventude e suas reivindicações de futuro”, realizada no território Xukuru do Ororubá”. Essas cartas são documentos públicos, mas a doutoranda somente nessa ocasião pode compreender que se tratava de documentos relevantes para as análises a serem empreendidas. As cartas possibilitaram uma compreensão dos temas que emergiam como preocupantes e definidores das atividades anuais, sendo possível compreender, ao longo desses anos, as inquietações que a coletividade Xukuru do Ororubá anunciava como importantes para fortalecer a pertença e identidade do povo indígena.

A pesquisa de Dissertação, apoiada empiricamente no GF dos Xukuru do Ororubá idosos, tinha se debruçado na pergunta: *como os índios Xukuru do Ororubá resolvem o dilema da continuidade na mudança? Como esses indígenas se percebiam os mesmos, diante de tantas mudanças inevitáveis em suas vidas?* As análises foram embasadas teoricamente nos estudos de Michael Chandler (2000), Chandler e Lalonde (2000, 2008), Chandler e Proulx (2006) sobre a análise do *self* dos aborígenes do Canadá, estudos que partiram de uma discussão dialógica sobre o ser. Apoiaram-se também na proposta de Marková et al. (2007) que compreendiam a construção do diálogo que emerge no grupo focal por meio de três análises inter-relacionadas: *framing*, dilema e a circulação de ideias construída pelo grupo.

Os resultados do estudo apontaram possibilidades para resolução do dilema da continuidade e pontos de dificuldades. Com relação aos pontos de resolutividade, destacaram-se o favorecimento através de: enfrentamento de possíveis fatalidades que poderiam ter impedido a continuidade; união para vencer as adversidades; atribuições de fortalecimento devido às tradições espirituais e de valores quase heroicos; e desejo de um futuro melhor Como

dificuldades na resolução do dilema de continuidade na mudança, os seguintes aspectos foram percebidos: sofrimento diante de problemas enfrentados na vida; nervosismo que impedia de ter uma saúde física e mental; perseguição como favorecedor para aparição de problemas psicológicos; e alcoolismo como um problema no território indígena (TORRES, 2011).

Para a continuidade do estudo sobre os Xukuru do Ororubá, novo problema e novos objetivos do estudo foram formulados:

1.2.1 O Problema

Qual a relação que existe entre o fato de a geração de jovens índios Xukuru do Ororubá não ter participado das mobilizações pela posse do território em que vivem, a exemplo de seus ancestrais, e o sentimento de pertencimento a essa etnia alçado de relatos que constituíram o percurso de suas trajetórias de vida?

1.2.2 Os objetivos

O objetivo geral do estudo discutiu a trajetória de vida de jovens índios Xukuru do Ororubá enquanto subagrupamento geracional do povo indígena, destacando aspectos que emergem de seus relatos como pertencimento, “tradição”, resistência e projeto para o futuro.

Especificamente, o estudo pretendeu compreender marcas identitárias que afetaram e corroboraram com relação ao pertencimento à etnia do povo Xukuru do Ororubá, constituída no desenrolar cotidiano da trajetória de vida da população estudada.

1.2.3 A tese a ser defendida

A geração de jovens índios Xukuru do Ororubá, apesar de não ter participado nas mobilizações pela demarcação de território de seu povo e nem pela retomada da terra, tem um sentimento de pertencimento a essa etnia constituído por outros aspectos, tais como valores culturais e religiosos que são apropriados por meio de uma rede de significações construída nas interações com seus pares, inclusive com os índios mais velhos. As relações sociais no dia a dia nas aldeias são eivadas de tensões internas, mas, principalmente, tensões externas, que promovem a necessidade de mobilizações políticas para enfrentamento dos embates que ameaçam constantemente a segurança e confiança do povo indígena. As ameaças são

explicitadas e para enfrentá-las faz-se necessário o planejamento anual de objetivos e metas a serem perseguidos. As significações de pertencimento construídas pelos jovens índios diferem, entretanto, das significações da geração dos mais velhos, uma vez que são decorrência de uma dinâmica social que promove modos de relações diversificados em diferentes períodos de tempo.

1.3 Apresentação da pesquisa

Os capítulos que seguem estão organizados da seguinte forma: o segundo capítulo discute o referencial teórico usado no estudo, sendo subdividido em cinco subcapítulos que abordam: (1) as marcas identitárias nos indígenas e como isso pode afetar o sentido de pertencimento; (2) as mobilizações pela afirmação da identidade indígena que emblema situações vivenciadas ao longo da existência desses povos; (3) a história dos índios Xukuru do Ororubá, marcada em um cenário de mobilizações e assassinatos; (4) possíveis eventos que deixaram marcas na identidade indígena por meio das pressões enfrentadas; e (5) o estudo sobre trajetórias de vida, forma utilizada na compreensão da análise dos dados, que identificou, em uma linha temporal da trajetória (diálogo) traçada, pontos de bifurcações que apresentam novas possibilidades de um vir a ser.

O método foi descrito no terceiro capítulo, caracterizando os participantes que constituíram o Grupo Focal de jovens Xukuru do Ororubá, procedimento de coleta de dados – explicitando a técnica do grupo focal utilizada –, o procedimento de análise e todos os trâmites acadêmicos para a realização da pesquisa com os indígenas.

No quarto capítulo são apresentados e discutidos os resultados. Este é um capítulo longo que apresenta três trajetórias traçadas, a partir de dois grandes conjuntos de dados: um proveniente do grupo focal com os jovens indígenas; e outro proveniente das cartas elaboradas a partir de assembleias anuais do povo Xukuru do Ororubá.

Por fim, são apresentadas as considerações finais do estudo, retomando sinteticamente a conclusão da pesquisa, bem como apontamentos de novas configurações a serem traçadas nas pesquisas com indígenas e especificamente, com os Xukuru do Ororubá.

Nos apêndices são apresentados uma gama de documentos necessários para a realização da pesquisa e a íntegra da transcrição do grupo focal.

Os anexos trazem insertos com informações que colaboraram no entendimento de alguns pontos apresentados na tese.

2 A CONSTRUÇÃO DO SENTIDO DE PERTENCIMENTO E TRAJETORIA DE VIDA DOS JOVENS INDIOS XUKURU DO ORORUBÁ

A primeira imagem que fixei dos Xukuru foi, em 1999, a de uma massa de mais de três mil pessoas, descendo em passos firmes a Serra do Ororubá em direção à cidade de Pesqueira, em Pernambuco. Ao meio dia, um sol forte clareava aquele número imenso de homens e mulheres, crianças e idosos marchando, a pé, a cavalo, em motos e carros. Estavam todos firmes na decisão de, naquele dia, caminhar pela cidade onde haviam matado seu cacique e exigir, em ato público, na rua onde houve o homicídio, justiça e respeito à sua identidade étnica, suas terras, suas vidas (OLIVEIRA, 2014, p. 17).

Conhecendo-se a história dos índios Xukuru do Ororubá percebe-se que, assim como outras populações indígenas, vivenciaram processos de colonização e os impactos da globalização. Chama-se a atenção para esses dois aspectos, uma vez que se admite que esses processos afetem o pertencimento cultural e identitário dos povos indígenas. São tantos impactos que pertencimento e identidade assumem, em muitas pesquisas, uma relação intrínseca ao serem considerados em situações de isolamento, perseguições, violências, caos social, dentre outros.

2.1 O sentido de pertencimento e as marcas identitárias dos indígenas

A globalização tem contribuído para construir um mundo cada vez mais tecnológico, provocando uma “marginalização social” para aqueles que não se inteiram das novidades que emergem todos os dias. Não participar das demandas aceleradas que decorrem dos incrementos tecnológicos pode gerar descompassos. Isso pode contribuir para a “exclusão” de subagrupamentos sociais. Em se tratando do povo Xukuru do Ororubá, que convive com a falta de recursos básicos de infraestrutura e bens prioritários à sobrevivência, essa exclusão se agrava. Entretanto, os jovens indígenas têm acesso a esses bens, não em suas aldeias, mas por participarem de contextos de escolaridade em que o acesso a tecnologia é possibilitada a quem se interesse. Os povos indígenas nesse contexto vivem esse dilema: os mais velhos não conhecem esses bens; portanto, não lhe atribuem valor tanto quanto aqueles que os conhecem; ao contrário, podem até se sentir ameaçados socioafetivamente e culturalmente com o distanciamento dos jovens que almejam melhores condições de vida e acesso aos novos bens

tecnológicos. Mesmo esforçando-se por aglutinar “tradição” e novidade, a geração mais velha torna-se mais vulnerável a problemas que se anunciam com mudanças de valores e quebra de tradições; sentindo-se ameaçada em suas pertencas e identidade coletiva (CHANDLER et. al., 2000; JIMÉNEZ, 1996).

Por conta desse cenário torna-se relevante pesquisar sobre como os indígenas lidam com a existência do paradoxo das mudanças. Como esse paradoxo repercute na realização pessoal/coletiva dos jovens Xukuru do Ororubá? Entende-se que esses aspectos afetam o sentido de pertença e conseqüentemente a percepção de (des)continuidade dos costumes e “tradições” desse povo.

A dispersão e as reelaborações culturais pelas populações indígenas serviram como justificativa dos detratores dos índios para advogarem a favor de sua extinção. Várias foram as alegações levantadas como um forte sentimento de redução da indianidade comparativamente aos chamados troncos antigos¹, dos quais seriam descendentes (CARVALHO, 2000).

O processo de reconhecimento empreendido parece, desse modo, implicar no convencimento, ao agente externo, de que se é índio, o que, por extensão, parece requerer a acentuação de presumidos traços culturais que propiciem o reconhecimento, que distingam o índio do que não o é. Por outro lado, esse “efeito demonstrativo” tende a engendrar, no âmbito das relações internas, um sentimento de grupo, que dá suporte à mobilização política (CARVALHO, 2000, p. 12).

Existem muitos paradoxos ou tensões a serem discutidas, analisadas; continuidades vs descontinuidades; “tradição” vs mudança; persistência pessoal vs persistência cultural vs sentido de pertencimento.

Como podemos explicar esse paradoxo? Sem dúvida as lacunas etnográficas e os silêncios da historiografia – enquanto componentes de um discurso do poder – constituem fontes geradoras desse enigma, mas não resolvem o problema, tornando-se necessário discutir também as teorias sobre etnicidade e os modelos analíticos utilizados (OLIVEIRA, 1998, p. 47).

Arruti (1997) escreveu que tratar sobre o passado não é fácil porque está se lidando com questões reminiscentes. Nesse sentido, o autor destacou os indígenas, os sem-terra e os quilombolas como sujeitos políticos que tiveram seus direitos difusos negados durante muito tempo, ou seja, essas populações tiveram de se mobilizar politicamente, mostrar seus valores,

¹ Arruti (1997) utiliza a metáfora da árvore para explicar a importância da manutenção de lideranças na continuidade de costumes e tradições.

provar que eram populações “tradicionais” atendendo a questões jurídicas e legislativas para serem consideradas sujeitos de direito. Afirma-se que a retomada dos índios na década de 1930 no Nordeste brasileiro ocorreu a partir do SPI (Serviço de Proteção ao Índio), após um período de extinção dos aldeamentos depois da segunda metade do século XIX. Um dos sinais para o reconhecimento cultural era possuir cadeias linguísticas comuns, culturas e folclores ancestrais.

A extinção daqueles aldeamentos, em regra, foi operada pelas Comissões de Demarcação das Terras Públicas (criadas nas províncias para dar conta das novas formas de apropriação do território estabelecidas com a lei de terras de 1850), que assumiram como uma de suas tarefas a identificação, localização e demarcação das terras dos aldeamentos. Essas demarcações eram precedidas por um relatório no qual o engenheiro responsável se manifestava sobre a situação do aldeamento e da população aldeada, diagnosticando os seus problemas e o grau de “mistura” em que ela se encontrava, isto é, quanto aquelas populações já teriam sido absorvidas no mercado de mão-de-obra local e quanto elas mesmas já teriam absorvido, através de casamentos e laços de compadrio, a população regional não indígena, enfim, seu grau de “mestiçagem”. Como o diagnóstico era invariavelmente o de total “mistura” da população aldeada com os “nacionais”, os aldeamentos eram considerados extintos e aquelas comissões (ou uma equipe formada após o fim dos seus trabalhos) voltavam para proceder à sua repartição em lotes que deveriam, segundo a letra da lei, ser distribuídos entre os antigos aldeados e entre nacionais (ARRUTI, 1997, p. 16).

Fica evidente a necessidade de provar a “pureza” para ser reconhecido índio. Entretanto, nas décadas de 1960 e 1970 esse processo de “classificação” formou-se falível, pois os índios vivenciaram um processo de mudanças socioculturais que poderia ter resultado em uma desagregação social. Efervesce, então, nas décadas de 1970, 1980 e 1990 um movimento de ressurgimento dos indígenas, afirmando as identidades étnicas. Ocorreu assim uma plasticidade, gerando novos arranjos sociais com outras formas de ser e conviver enquanto indígenas (ARRUTI, 1997).

Deste modo, a inquietação presente nesse contexto de pesquisa foi a relação entre a pertença e a forma que essa pertença afeta a identidade desses sujeitos, pois durante muito tempo os índios foram “demarcados” seguindo critérios excludentes.

Para tratar de tal relação, Wasserman (2002) abordou a questão da identidade polissêmica, composta por relações individuais e coletivas, destacando que cada indivíduo se constrói pertencente a grupos étnicos, familiares, religiosos, profissionais; a identidade de pertencimento territorial é muito forte para o sentido de naturalidade do indivíduo. Para tal compreensão, entende-se que essa identidade, para caber no termo polissemia, deve ser entendida como flexível e mutável através das várias influências afetadas pela época, lugar e

idade. A autora questionou esse aspecto contemporâneo, qual seja, a necessidade de as pessoas demarcarem sua identidade nacional, em detrimento de uma identidade mais local. Outro aspecto relevante para constituição da identidade é a memória coletiva que se deve ter. É essa memória que faz o resgate dos laços que se constroem em torno das representações simbólicas individuais e coletivas. “Ela, identidade, enquanto sentimento de pertencimento é simbólica e abstrata, mas é originária de vivências, experiências e afetos concretos (WASSERMAN, 2002, p. 94)”.

Para a autora acima citada, a identidade então tem uma relação intrínseca com a coconstrução que ocorre na sua comunidade. Esse indivíduo tem como referência a memória sobre sua inserção em um espaço coletivo numa determinada época. “A identidade coletiva do sujeito conforma-se, portanto, a partir de sua localização geográfica e dos antecedentes, que atribuíram a essa localização espacial um significado diverso dos demais territórios (Wasserman, 2002, p. 96)”. Dessa forma, retoma-se mais uma vez as considerações acerca da importância do sentido de pertença para os indígenas. Por se constituírem como um povo, com características próprias, esse sentido de pertença deve ser analisado, uma vez que inúmeras interferências podem ter produzido formas diferentes de se perceberem enquanto constituintes e integrantes de um grupo e de seus subagrupamentos, especificados aqui com a geração dos mais velhos e a geração dos mais novos.

A polissemia assim requer que a sociedade não seja homogeneizada e a garantia da cidadania nesses casos necessita romper limites. São necessárias práticas que ressignifiquem os laços sociais, culturais, políticos, jurídicos e de pertença. Nesses casos, a cidadania igualitária e indiferenciada pode se tornar excludente para os povos que prescindem de outros olhares/necessidades (DANTAS, 2004).

Esse argumento defendido por Dantas (2004) se apresenta através da concepção de cidadania diferenciada (reconhecimento das diferenças jurídicas e políticas para preservação de identidades) e da cidadania globalizada (que transcende as fronteiras Estado-Nação). Essas duas concepções, para o autor, podem garantir aos indígenas possibilidades emancipatórias, direito às suas diferenças, expressão da identidade, numa forma de tentar redimir violências que enfrentam durante anos. Garantir a cidadania dos índios em práticas homogêneas significa suprimir a diversidade que os caracteriza. Sendo assim, a cidadania contempla um *status* maior que o próprio sentido de pertença (OLIVEIRA, 2011).

É por meio de um diálogo intercultural que é possível garantir um espaço de cidadania indígena possibilitando o reconhecimento de suas expressões socioculturais. Percebe-se então,

que a resistência desses povos na busca do seu espaço de cidadania, possibilitou práticas emancipatórias previstas na Constituição. A fim de se afirmarem, frequentemente os índios se juntaram em aldeamentos, silenciados, com redução linguística própria e práticas invisíveis (DANTAS, 2004).

Para Carreteiro (2003), a falta de reconhecimento, a humilhação e a vergonha podem gerar um sofrimento social ao ponto de desqualificar o sujeito, destacando, nesse cenário, duas posições antagônicas, ora de extrema inserção social e qualificação, ora de um imaginário de inutilidade e fracasso. Essa segunda posição seria tão grave, ao ponto de favorecer um sentimento de instabilidade na relação de pertencimento. Esse sentimento estaria presente em especial em classes subalternas produzindo efeitos em uma dimensão comunitária, social e grupal. Esse sofrimento está circunscrito na subjetividade e nem sempre é perceptível pelo coletivo. Nesse sentido, quem enfrenta injustiças sociais estaria mais vulnerável a questões que deixam marcas afetivas e relacionais.

De acordo com Ourique (2013), a crise de identidade emerge do sentido de pertença. Marcados por conflitos ideológicos e culturais, os índios parecem alimentar um pensamento de “fora para dentro” para que possam afirmar sua identidade indígena. Por meio desse pensamento, muitas vezes considerando índios e não índios, percebe-se como plausível encontrar em alguns a necessidade de se autoafirmar pela negação do reconhecimento do outro. Estabelecem-se padrões generalistas com uma visão limitada da relação cultural e seus significados. Deste modo, identidade e diferença problematizam a ideia de pertencimento que garante ver o outro como sujeito de legitimação².

Na contramão dessas considerações, Furtado, Pedrosa e Alves (2014), autoras da Psicologia Cultural, contribuíram com outro tipo de entendimento dos estudos explorados em especial pela Antropologia. Para estas, um passado marcado por questões de mobilizações sociais pode favorecer a construção de uma organização social própria, laços identitários, subjetividades e conseqüentemente o fortalecimento do sentido de pertencimento. Essa relação favorece a expressão de valores e princípios fazendo-os vincularem-se de forma afetiva e simbólica. Essas trocas compartilhadas constituem um processo de sentirem-se pertencentes.

A cultura nesse contexto seria uma expressão de resistência às inúmeras influências globalizantes para criar uma perspectiva homogeneizadora. Adquire um *status quo* ao compartilhar símbolos, signos, práticas e valores, ou seja, pensar nas estruturas singulares e

² Nessa perspectiva, o antropólogo Friederick Barth no texto “Grupos étnicos e suas fronteiras” do livro Teorias da etnicidade discutiu que a identidade é processual, contínua e afirmada em relação à negação pelo “outro”, ou seja, também é relacional.

individuais próprias. Isso pressupõe como premissa a noção de alteridade, o princípio de que todos se relacionam e marcam seus “lugares” em posicionamentos próprios (FURTADO; PEDROSA; ALVES, 2014).

Sendo assim, o sentido de pertencimento é relevante no processo de autoconhecimento e reconhecimento do outro. Pertencer abarca questões que deixam marcas identitárias, atingindo o local e o global, o que pode ser e o que não é. Entretanto, essas questões não podem ser avaliadas por um prisma de julgamentos. Pertencer é algo interno. É nesse aspecto que a presente pesquisa se inscreve, por tentar discutir as relações de pertença do subagrupamento dos jovens Xukuru do Ororubá, que não vivenciaram as mobilizações marcantes de seu povo, refletindo sobre o sentido estabelecido entre subgrupos na mesma etnia.

2.2 As mobilizações antigas e atuais pelo reconhecimento da identidade indígena

Existe uma tentativa de instalar no imaginário social que os índios estão distantes, são isolados, tanto do ponto de vista biológico, quanto cultural, e que o contato com outros possa desintegrá-los. Fialho (2011b) destacou que Darcy Ribeiro, em 1970, declarou que não existiam mais índios no Brasil, desde o final do Século XX.

(...) No pano de fundo desse ideário, que vem sendo mais e mais adotado pelos interesses vinculados à expansão dos agronegócios e à concentração fundiária, tem-se uma flexibilização dos dispositivos jurídicos e sobretudo dos direitos territoriais de povos indígenas e de comunidades tradicionais. Os preceitos constitucionais passam a ser vistos como relativizáveis, embora não se possa dizer, de maneira alguma, que se tornaram letra morta ou que vergam à ilusão e ao peso simbólico das iniciativas homogeneizantes de “conciliação”. Sucedem-se a redução de terras indígenas homologadas, a redução de áreas de conservação decretadas, a procrastinação de titulação definitiva das terras de quilombos, o reconhecimento do livre acesso aos babaquais restritos a dispositivos municipais e a fragilização das reservas extrativistas. Todos são indicadores de força das agências e agentes sociais diretamente envolvidas na reestruturação formal do mercado de terras e nas pressões que buscam a flexibilização dos direitos territoriais (ALMEIDA, 2011, p. 08).

Darcy Ribeiro afirmou existirem “resíduos da população indígena do Nordeste” tratando sobre as ilhas e barrancos encontrados no São Francisco, a aculturação de símbolos indígenas, uso de instrumentos africanos pelos Potiguara (zambé e puitã). E especificamente sobre os Xukuru do Ororubá referiu como um povo altamente mestiçado com a população local, tendo perdido no idioma, práticas culturais, realizando apenas o culto ao juazeiro sagrado, como ritual (SILVA, 2014). Nesse sentido, este autor citou que as terras estavam invadidas por terceiros e

que os índios do Nordeste não se enquadravam na política indigenista e, conseqüentemente, não eram atraentes para estudos etnológicos (OLIVEIRA, 2004).

Oliveira (2004) discorreu sobre esse aspecto quando propôs pensar “índios misturados” para compreender a dinâmica dos fluxos culturais estabelecido entre os indígenas no Brasil, em especial no Nordeste. Destacou que, foram raros os estudos que trataram sobre os índios no Nordeste, referindo-se a muitos séculos passados. Também são poucos os que abordam a atualidade, dificultando o estudo etnológico sobre os indígenas na região.

Os etnólogos assim, parecem buscar o nativo, esquecendo da “mistura” ocorrida desde a colonização dos portugueses. Nesse sentido, a etno-história busca reconstruir o passado e encontrar vestígios no presente (OLIVEIRA, 2004).

Deste modo, em 1975, a FUNAI e a UFBA estabelecem um termo de cooperação para estudar programas de assistência e desenvolvimento para os índios no Estado. Embora de curta duração, a iniciativa estimulou outros estudos, nos quais antropólogos começaram a produzir artigos, relatórios, laudos fortalecendo uma tentativa de afirmar a presença de:

(...) índios no Nordeste como uma unidade, isto é, um “conjunto étnico e histórico” integrado pelos “diversos povos adaptativamente relacionados à caatinga e historicamente associados às frentes pastorais e ao padrão missionário dos séculos XVII e XVIII” (DANTE e outros, 1992 apud OLIVEIRA, 2004, p. 18).

O eixo ordenador da definição “índios do Nordeste” adotado foi o caráter regional, particular, as conexões com o ambiente, em uma organização histórica e geográfica (OLIVEIRA, 2004).

O estigma é marcante para os índios do Nordeste, sendo chamados frequentemente de “índios misturados”, numa tentativa de desqualificá-los em relação a uma suposta pureza obrigatória e marcar uma aculturação sofrida. Desconsidera-se a mediação intercultural e política, a situação sócio-histórica vivenciada, o mercado em torno das terras e o chamado desenvolvimento econômico, fatores esses que interferem na qualidade de vida de qualquer povo e transcende as experiências socioculturais com a premência da subsistência. Esses índios são pobres, sem terra, com pouca distintividade cultural, devido à colonização e pouca defesa dos órgãos indigenistas. Para os índios na Amazônia tem-se um olhar ambiental e geopolítico; aos do Nordeste, políticas assistencialistas. Se na Amazônia é necessária a defesa da terra e da Natureza. No Nordeste, as mobilizações são pela reintegração do território, retirada dos não

índios, compreendendo que a “mistura” faz parte da própria sobrevivência, afirmação identitária e cidadania (OLIVEIRA, 2004).

Oliveira (2004) defendeu a ideia da emergência de novos processos de etnogênese, ou seja, reinvenção de novas identidades. Considerar a territorialização como eixo do processo de reorganização social, implica:

i) a criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; ii) a constituição de mecanismos políticos especializados; iii) a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais; iv) a reelaboração da cultura em relação ao passado (OLIVEIRA, 2004, p. 22).

Os aspectos demarcadores de um grupo étnico não serão suas condições de isolamento e vivência do passado. Mas, o processo identitário que une o povo em atos políticos e comunidades étnicas. As fronteiras (*boundaries*) são sociais e não apenas geográficas. Assim, o processo de territorialização são as novas formas culturais, considerando o ambiente, a religiosidade, as novas afinidades culturais e linguísticas, novos vínculos afetivos e históricos nesse também novo processo de reorganização sociocultural (OLIVEIRA, 2004).

O importante antropólogo alemã Fredrik Barth, que durante muitos anos atuou na Noruega na década de 1960, introduziu o pensamento de uma sociedade poliétnica, a partir da concepção de variáveis e condições ecológicas diferentes para cada grupo, no qual o autor também chamou de *boundarie*. Ou seja, cada grupo é delimitado por comportamentos humanos característicos de unidades étnicas específicas. Assim, o processo de constituição étnica é visualizado em uma perspectiva de fronteiras. É leviano pensar que cada “tribo”³ ficará isolada social e geograficamente e isso ser um fator determinante para manutenção cultural. A ausência de trânsito entre os indígenas, não garante que as fronteiras estejam ausentes de interações sociais e isso não as destruirá. “A interação dentro desses sistemas não leva à sua destruição pela mudança e pela aculturação: as diferenças culturais podem persistir apenas do contato inter étnico e da interdependência entre etnias (BARTH, 2000, p. 26)”.

A ideia de “mistura” vem sendo usada para pensar índios com muito tempo de contatos, mostrando as discontinuidades territoriais que ocorreram, em grande parte, por conta das missões religiosas. A etnicidade deve ser pensada como uma trajetória, permeada por histórias, interferência de múltiplos fatores e origens individuais, mas também social. Uma atualização

³ Nos estudos até a década de 1980, encontra-se ainda a referência de tribo. Atualmente, adota-se etnia ou povo indígena como é utilizado nas ciências humanas e sociais.

histórica não anula a referência “originária”, mas promove a emergência de novos símbolos de força política e emocional dando realce a etnicidade. A relação entre a pessoa e seu grupo étnico é fortalecida e mediada pela representação do território. A necessidade de afirmação constante da etnia ocorre muito mais por uma imposição religiosa e política de demarcação de fronteiras, como se o tempo parasse e tudo fosse homogêneo, sem levar em conta o processo de subjetivação e lealdade afetiva no processo de territorialização, a partir de culturas heterogêneas e diversas (OLIVEIRA, 2004).

Fialho (2011b) evidenciou que a questão indígena foi limitada a demarcações territoriais. Entretanto, ao se compreender a problemática por esse prisma, perde-se a oportunidade de perceber a mobilização de uma reafirmação étnica e a subjetividade envolvida no processo de reconhecimento de si e do local ao qual se pertence (TORRES, 2011). É um reconhecimento territorial e étnico.

2.3 Os índios Xukuru do Ororubá de Pesqueira-PE: contando um pouco de sua história

A história dos Xukuru do Ororubá é marcada por conflitos, expulsão, retomadas e violências. Porém, também é uma história de resistência que se percebe em cada situação enfrentada.

Essa forma de enfrentamento e superação expressa a capacidade de resiliência desse povo tão massacrado e com direitos negados, conquistados a partir de mobilizações sociopolíticas.

2.3.1 Localização, demarcação territorial e denominação

Os índios Xukuru do Ororubá habitam a região de Pesqueira a Poção, no semiárido de Pernambuco, distante 215 km de Recife, em um território na Serra do Ororubá e adjacências. Os dados mais recentes sobre a população indicados pela Fundação Nacional de Saúde (FUNASA/SIASI) em 2006 contabilizaram 9.021 índios Xukuru do Ororubá, distribuídos em 24 aldeias na Serra do Ororubá. Cerca de 200 famílias habitam no Bairro “Xukuru” e em outros bairros na zona urbana de Pesqueira (SILVA, 2007; TORRES, 2011).

As aldeias são chamadas de Afetos, Pedra D’água, Cajueiro, Cimbres, Bananeira, Brejinho, Caetano, Caípe, Caldeirão, Cana Brava, Capim de Planta, Couro Dantas, Curral

Velho, Guarda, São José, Santana, Pelada, Oití, Pé de Serra, Passagem, Pão de Açúcar, Mascarenhas, Lagoa e Jatobá (SILVA, 2007)⁴.

Quanto à denominação Xukuru é possível encontrar distintas referências ao mesmo povo. Várias foram as denominações utilizadas nos registros históricos: Chiquiris, Chucuru(s), Shucuru, Sucuru, Xacuru, Xukururu. As terras habitadas também divergem nos nomes, desde Serra dos Ararobás, Urubás e Ororubá (SOUZA, 1992; SILVA, 2008).

Souza (1992) relatou que o antropólogo Estevão Pinto, em 1935, afirmou que os Sukurus são da Paraíba e se espalharam por Serra Branca (no Rio do Meio, em São José de Taperoá, na Parnaíba) e na Serra do Arubá (nos afluentes do rio alto Piranhas, em Cimbres, Pesqueira-PE). Mas, foi Olavo de Medeiros Filho quem classificou os Sukuru como Xukuru do Ororubá por conta dos dados demográficos. Predomina hoje, a nomenclatura Xukuru da Serra do Ororubá.

A posse do território permanentemente foi declarada em 1992 por Portaria Ministerial e em 1995 ocorreu a demarcação do território em 27.555 ha. Para os Xukuru do Ororubá, isso corresponde à 10% do total do território, estando o restante ainda intrusada por cerca de 300 posseiros (FERREIRA, BRASILEIRO E FIALHO, 2011).

2.3.2 Os primeiros registros acerca da colonização nos Xukuru do Ororubá

Os primeiros registros sobre a colonização portuguesa e o povo Xukuru do Ororubá datam de 1661. O Rei de Portugal determinou a fundação do aldeamento do Ararobá em louvor a Nossa Senhora das Montanhas. Inicia-se na região, a utilização de mão-de-obra indígena na criação de gado pelos fazendeiros.

O aldeamento ganha novas determinações, quando o Marquês de Pombal, em 1762, determinou que o aldeamento do Ararobá fosse elevado à categoria de Vila, chamando-a de Cimbres. Em 1880, Cimbres tornou-se distrito de Pesqueira e este a sede do município.

A Vila de Cimbres está localizada no território indígena desde sempre. Com a colonização, as terras indígenas foram invadidas. Através da Lei das Terras, em 1850, os invasores solicitaram ao governo imperial a extinção do aldeamento Xukuru, alegando, nessa época, que a população residente não era de índios, mas de caboclos, sendo o pedido deferido em 1879.

⁴ Anexo E - Mapa territorial do território Xukuru do Ororubá (SILVA, 2014).

Em 1813 há referência da existência de 245 índios "Shucurú". Este documento representa uma petição do governo provincial de Pernambuco, declarando que a Vila de Cimbres é muito pobre para alimentar os índios supracitados e requer que a tutela governamental dos aborígenes seja encerrada porque são capazes de viver por si próprios (HOHENTAL, 1958, p. 101, apud SOUZA, 1992, p. 22).

Por volta do final do século XIX, o aldeamento de Cimbres então foi declarado extinto, intensificando a extinção das aldeias, tendo suas terras invadidas por fazendeiros para criação de gado e por senhores de engenho para produção de cachaça e rapadura. É nessa época que os conflitos entre Xukuru do Ororubá e fazendeiros agravaram-se, e a identidade indígena passou a ser questionada e negada. Enquanto ‘caboclos’, os direitos indígenas não podiam ser reconhecidos, havendo um discurso comum entre os invasores para que não os chamassem de índios, mas de caboclos, numa tentativa de confundir-los com a população geral, deslegitimando-os (SILVA, 2014).

Nessa tentativa de anular as expressões socioculturais indígenas, o Toré, uma espécie de rito e dança religioso praticado pelos índios, também foi perseguido. As alegações eram de práticas de feitiçaria ou bruxaria, credices, rituais africanos, infiltrações do catolicismo, entre outros (SILVA, 2014).

O jornalista Mário Melo (1935) apresentou na matéria sobre “Etnografia pernambucana: os Xukuru de Ararobá”, que os índios não possuíam mais costumes, traços; havia uma perda de laços na aldeia, afetando inclusive a língua nativa utilizada, pois passaram a falar o Português. Esses índios tinham sido “vítimas da civilização”, tendo poucos remanescentes e muitos caboclos em degeneração (SILVA, 2007; TORRES, 2011).

Muitos foram os invasores favorecidos pela citada Lei de Terras, dentre os quais políticos, fazendeiros, a Igreja Católica e arrendatários das terras. Por medo das perseguições, alguns Xukuru do Ororubá fugiram, espalhando-se pela região e outros se tornaram mão-de-obra para o branco invasor das terras indígenas.

A identidade do povo Xukuru do Ororubá ficou vulnerável. Os ex-aldeados foram chamados de “caboclos” e ter o direito à terra negado. A situação de miserabilidade e pobreza era grande e os índios migraram para cidade e capitais. Poucos permaneceram no território, trabalhando para os fazendeiros ou alugando as terras das invasões para plantarem (SILVA, 2014).

2.3.3 A participação na Guerra do Paraguai

Um dos marcos na história dos Xukuru do Ororubá foi a participação de cerca de 30 índios, na guerra do Paraguai. Destes, apenas 18 retornaram. O pesquisador José de Almeida Maciel relatou que o Bispo de Pesqueira (1951) pediu para os Xukuru do Ororubá participarem, destacando a bravura desses índios na guerra, na qual foram voluntariamente, mas a maioria morreu defendendo a pátria. Na volta, os índios não foram chamados de soldados, mas de “(...) caboclos da nossa serra de Ororubá e da aldeia de Comunati, de Águas Belas (SILVA, 2014, p. 63)”.

Ao retornarem da guerra, ocorreu a expulsão do território. Os Xukuru do Ororubá ora foram considerados heróis de guerra, ora foram humilhados sem terras para o trabalho e subsistência.

2.3.4 A participação nas Ligas Camponesas e a garra em busca da retomada do território

Os Xukuru do Ororubá também participaram das Ligas Camponesas nas mobilizações pela Reforma Agrária. Com a expulsão do território, a Serra do Ororubá transformou-se em um latifúndio agroindustrial para Pesqueira, destacando-se na criação de gado, plantio de tomates e frutas, através da própria exploração da mão-de-obra indígena (por volta de 1950).

Muitos Xukuru do Ororubá moravam de favor nas terras que foram tomadas e pagavam o ‘aluguel’ com serviços na terra. Isso também provocou uma dispersão nas famílias. Houve denúncia pelo *Jornal Folha do Povo* de que os ‘Xicurús’ viviam em completa miséria, faltando assistência social e sendo perseguidos. Ao invés de auxílio, o Secretário de Agricultura da época mandou a polícia perseguir e prender os índios que participassem de atividades grupais, como comícios e passeatas, alegando serem práticas comunistas (SILVA, 2014).

Ainda no século XX, por volta de 1950, os Xukuru do Ororubá tentaram se organizar novamente, junto aos Fulno-ô, e pressionar o SPI (Serviço de Proteção ao Índio) para retomada da terra. Entretanto, não havia ainda uma política voltada aos povos indígenas do Nordeste (SILVA, 2014). Cícero Cavalcanti (1944), funcionário da SPI, informou em um relatório que os índios eram pressionados pela polícia a não praticarem mais de seus cultos religiosos, identificados como práticas de catimbós; por isso os índios fazia-os às escondidas.

O líder nessa época dos Xukuru do Ororubá era Luiz Romão, muito ligado à Igreja Católica Romana. Ele foi acusado de ser a favor dos “Brito e do Clero” e enriquecido

rapidamente. O Padre Olímpio denunciava os maus-tratos indígenas, mas por outro lado, influenciado pelo Bispo e os agentes do imperialismo russo, afirmavam que eram comunistas em Pesqueira.

Posteriormente, em sintonia com o Vaticano, os Bispos iniciaram a defesa dos explorados, liderados por D. Helder Câmara. Os Xukuru do Ororubá aderem as Ligas Camponesas enfrentando a repressão das autoridades municipais, que trabalhavam em favor da sociedade de agricultores fazendeiros. Por volta de 1990, o Governador Miguel Arraes apoiou o trânsito do Cacique “Xicão” no Palácio do Governo para retomada das terras, lembrando a participação dos indígenas nas Ligas Camponesas.

Foi nessa época que começou a retomada das terras, por meio das Ligas Camponesas que culminou na intensa participação de “Xicão” na elaboração dos direitos indígenas na Assembleia Nacional Constituinte em 1986. Em 1990 ocorreu a retomada de Pedra D’água e novas mobilizações para outras ocupações. Neste ano os índios adotaram a denominação Xukuru do Ororubá para não serem confundidos com os não-índios ou outros povos indígenas (SILVA, 2007; 2014).

Devido a sua liderança, “Xicão” foi assassinado em 1998, sendo sepultado em Pedra D’água, e em 2001. Os indígenas passaram a pressionar ainda mais a FUNAI para demarcação do território (SILVA, 2014)⁵.

2.3.5 A participação na construção da Constituição aprovada em 1988

Os debates sobre a demarcação das terras indígenas foram reiniciados entre os fins dos anos 1980 e meados de 1990. Os Xukuru do Ororubá, junto a outros povos indígenas, participaram das mobilizações para elaboração da nova Constituição em Brasília, apoiados pelo Cimi-NE. Foi fundamental essa participação para garantir direitos e visibilidade dos índios, sendo “Xicão” uma liderança ativa nesse processo. Posteriormente, os conflitos tornam-se maiores, pois os índios passaram a “se reportar a acontecimentos do passado, para legitimar os direitos sobre o território reivindicado (SILVA, 2014, p. 38)”.

⁵ Sobre esse fato, iremos tratar no item 2.3.6, “Xicão”: a grande liderança Xukuru do Ororubá

2.3.6 “Xicão”: a grande liderança Xukuru do Ororubá

A atuação do Cacique efetivou-se por uma relação institucional com o SPI e esse chefe estaria incumbido de representar seu povo, suas necessidades e teria contato direto com os órgãos oficiais.

Essa função sempre teve destaque e uma relação de parentesco, personalista, para estabelecer a comunicação entre a FUNAI e os índios, como apontou Oliveira (2014, p. 85):

- Antonio Pereira de Araújo - apesar de não ter recebido o título de Cacique, foi o primeiro a realizar a tarefa, segundo as determinações do SPI de distribuição de bens entre os índios.
- Jardelino Pereira de Araújo - filho de Antônio foi o primeiro a ser chamado de Cacique.
- Antero Pereira de Araújo - recebeu o cargo do irmão Jardelino, antes deste falecer.
- José Pereira de Araújo - sobrinho de Antero e Jardelino, foi escolhido pelo Pajé.
- Francisco de Assis Araújo (“Xicão”) - primo de Zé Pereira, escolhido pelos Encantados, segundo o Pajé.
- Marcos Luidson Araújo - filho de “Xicão”.

O cacicado dos Xukuru do Ororubá iniciou-se por volta da década de 1960, época das Ligas Camponesas, com Antonio Pereira de Araújo para exercer uma relação mais formal de liderança. Oliveira (2014) apontou que não havia muito apoio dos índios, até o Pajé assumir. A passagem do Pajé marca uma transição entre um cacicado mais assistencialista e burocrático, para outro, através de “Xicão”, para uma escolha mais democrática e baseada em uma tradição religiosa.

“Xicão” estabeleceu-se na segunda metade da década de 1980 em um momento de maturação política dos Xukuru do Ororubá, com o apoio de seu povo e do Cimi. Faz de sua passagem um movimento histórico e abriu uma discussão sobre a garantia de cidadania e direitos para os índios do Brasil (OLIVEIRA, 2014). Foi nessa época que se iniciou um processo no país de criminalizar lideranças indígenas na tentativa de calar as mobilizações que ocorriam.

(...) O processo de criminalização de líderes indígenas empenhados na defesa de direitos territoriais é um fato de ordem atual e sob este prisma o assassinato do cacique Xukuru se inscreve na construção de um presente de memórias vívidas em que o passado deixou de ser lembrança e prepondera uma visão presciente das lideranças indígenas (ALMEIDA, 2011, p. 07).

O Cacique “Xicão” destacou-se em um grande momento na participação da elaboração da Constituição. Passa então a ser líder de seu povo reivindicando dos órgãos públicos o reconhecimento dos direitos indígenas e a demarcação das terras (SILVA, 2007).

“Xicão” teve uma grande importância nas mobilizações dos índios no Nordeste, tornando-se um símbolo, inclusive para outras etnias. Seu destaque despertou a ira dos fazendeiros em Pesqueira que financiaram um pistoleiro para assassiná-lo, em 1998.

Reconheceu-se em “Xicão” sua capacidade de liderança, por causa de sua atuação na retomada das terras. Os Xukuru do Ororubá voltaram a plantar e morar, superando a pobreza na qual viveram durante tanto tempo.

Assim, “Xicão” destacou-se no cenário das mobilizações dos Xukuru do Ororubá dos povos indígenas no Nordeste, por enfrentar os latifundiários, denunciar as situações de miserabilidade que os índios viviam e defender os direitos à demarcação das terras dos indígenas (FIALHO, 2011a).

“Xicão” (Francisco de Assis Araújo), nasceu em 20/03/1950, foi eleito Cacique em 1988 e assassinado em 20/05/1998 em Pesqueira, no Bairro Xucuru em frente à casa da irmã. Estava estacionando o carro, quando foi atingido por seis disparos de arma de fogo de um pistoleiro a mando dos fazendeiros (FERREIRA, BRASILEIRO E FIALHO, 2011). Esse enftretamento ocasionou o assassinato do Cacique “Xicão”, mas para os Xukuru do Ororubá, o Cacique não foi morto, foi “plantado” para que dele nasçam novos guerreiros (FIALHO, 2011a).

Antes do assassinato de “Xicão” ocorreram dois outros, envolvendo a regularização das terras Xukuru do Ororubá. Em 1992, José Everaldo Rodrigues Bispo (filho do Pajé) e em 1995, Geraldo Rolim Mota Filho (Procurador da FUNAI, representante da OAB em Pesqueira e assessor da regularização das terras indígenas). Esses dois eventos estão relacionados à questão fundiária desse povo e foram investigados pela Justiça Federal. O assassino do Procurador da FUNAI foi absolvido por alegação de legítima defesa. No caso de “Xicão”, o pistoleiro fugiu e se sabe que depois foi assassinado em circunstâncias misteriosas. Anos depois, o fazendeiro mandante foi preso e se suicidou na cela da Polícia Federal no Recife, encerrando o inquérito (FERREIRA, BRASILEIRO E FIALHO, 2011).

O Cacique é lembrado e venerado em qualquer ocasião pelos Xukuru do Ororubá, como em cultos religiosos e na festa de Nossa Senhora das Montanhas, em julho, na aldeia de Cimbres. O andor da festa é decorado com a frase “Viva Tamain, Pai Tupã e o Cacique Xicão (Silva, 2007, p. 99)”.

Fialho (2007) destacou que “Xicão” foi muito carismático e próximo ao seu povo. Como o seu filho, Marcos, atual Cacique, implementaram junto a diversos órgãos de fomento, várias ações para melhorias do território indígena. Dentre estes: a eletrificação rural, a construção de banheiros e casas, a caprinocultura, a bovinocultura, apoio às atividades produtivas agropecuárias, aquisição de computadores, e os projetos de desenvolvimento local.

2.3.7 A tentativa de criminalização do povo Xukuru do Ororubá

Ocorre uma mobilização nacional para deslegitimar os direitos indígenas. No caso dos Xukuru do Ororubá não é diferente. Tramitam-se processos contra o povo indígena, criminalizando os Xukuru do Ororubá, numa manobra de desmerecer os direitos conquistados na Constituição de 1988. A tentativa é criminalizar as lideranças em um movimento antiindigenista (FIALHO, 2011a).

2.3.8 O conflito entre os Xukuru do Ororubá

No início em 2003, os próprios índios Xukuru do Ororubá vivenciaram um conflito estimulados por interesses políticos. O desfecho foi um atentado contra o atual Cacique, Marcos, filho do Cacique “Xicão”, por um grupo de famílias dissidentes Xukuru do Ororubá. Isso gerou um grande conflito interno, sendo necessária a intervenção da Polícia Federal. Os dissidentes foram expulsos da Serra do Ororubá e habitam atualmente um território demarcado entre os municípios de Pesqueira, Venturosa e Pedra, e foram reconhecidos como Xukuru de Cimbres.

O território assume um lugar importante na identidade dos índios Xukuru. A demarcação mobilizou a legitimação de lideranças políticas em consonância com a “tradição” da cultura do povo (FIALHO, 2011b). Surgiu, entretanto, um grupo dissidente, composto por moradores nas aldeias de Cimbres e Cajueiro, numa reação à liderança atual, propondo uma divisão com nova liderança, a demarcação de terra, projetos, gerenciamento de recursos. Foi um rompimento com a forma hegemônica da liderança atual sobre o controle de bens, serviços,

recursos e alianças (FIALHO, 2011b). Este autor apresentou a ideia de plasticidade dos contornos étnicos e de novas construções sociais dentro no próprio grupo. Isso envolveu projetos diferentes para um mesmo povo, em conflito desde julho/2000. Dessa forma, as configurações estariam assim postas:

Quadro 1 - Organização das lideranças (FIALHO, 2011b, p. 71-72)

	Xukuru de Cimbres	Xukuru do Ororubá
Cacique	<i>Francisco de Assis Cabral</i>	Marcos Luidson (Marquinhos)
Vice-cacique	Agnaldo Bezerra Sobrinho	Zé de Santa
Pajé	José Ferreira Leite	Pedro Rodrigues Bispo (Zequinha)
Conselho	Exedito Alves Cabral (Biá) José Ailton Barbosa Francisca Romão de Siqueira Eraldo Alves Cabral	Representantes das 23 aldeias mais uma comissão interna composta por 12 membros indicados pelo cacique e pajé que atuam como um conselho

Os líderes Xukuru do Ororubá não aceitaram essa divisão, pois acreditavam que o grupo divergente ofereceria vantagens à Prefeitura de Pesqueira, em troca da construção da estrada Cimbres-Guarda. Alegavam que as terras ocupadas não podiam ser exploradas pelo próprio grupo ou a União Federal, o que vai contra os direitos tradicionais estabelecidos (FIALHO, 2011b). As tensões foram muitas. De acordo com este autor existiram quatro pontos de tensões, sendo estes a liderança, os projetos, a ocupação territorial e a mobilização política.

Com relação à liderança, os índios mais velhos tinham a preocupação em manter a sobrevivência das antigas práticas religiosas, como o Toré e uso de adereços ritualísticos (a barretina, a farda e a flauta para o Toré). É possível encontrar entre os mais jovens o uso de cocar de penas e brincadeiras, durante o ritual, o que gera um confronto na própria cultura. Ocorria uma discussão latente sobre a cultura tradicional e também questionamento quanto o amadurecimento do atual Cacique. Assim, a liderança apresentava fragilidade pelo rompimento do grupo.

Quanto aos projetos, existia um desconforto em razão da área de moradia do atual Cacique ser mais beneficiada por recursos, sendo a administração dos recursos também uma fonte de disputas. Outro projeto divergente era quanto à exploração turística do Santuário de Nossa Senhora das Graças, localizado entre as Aldeias da Vila de Cimbres e Guarda. A proposta

era ter um local devidamente acolhedor e silencioso para os fiéis, o que implicaria a retirada dos índios de Aldeia Guarda, pessoas com um quadro de saúde muito complicado com muitos casos de cegueira, baixa visão e problemas mentais, mas que no projeto, não contemplava cuidados com os doentes e em condições de vida precárias.

No tocante a ocupação territorial, uma área questionada foi a Aldeia Cajueiro, que segundo os Xukuru de Cimbres, não entrou na demarcação e foi formada a partir da exploração do citado Santuário. E a mobilização política perpassava pela questão aglutinadora do líder ter objetivos comuns, ações organizadas e promover o fortalecimento da identidade. Isso foi conseguido no início das retomadas quando havia um mesmo propósito pela conquista da terra. Todavia, os grupos pareciam divergir quanto a essa questão e quanto às mobilizações que cada lado anseia.

Explorar esse tema, contudo, está além das questões postas nesta pesquisa. São argumentos permeados por uma forma de organização social e política historicamente organizada, geradora ainda de uma cisão demarcada nessa organização.

2.4 As pressões indígenas para afirmação da identidade Xukuru do Ororubá

A tentativa de deslegitimar os direitos indígenas são históricas e constantes. Em um livro tratando sobre memórias dos Xukuru do Ororubá (SILVA, 2014), existem inúmeros relatos sobre o assunto. Comenta-se sobre a grande dificuldade em reconhecer o território dos Xukuru do Ororubá, e também o esforço em legitimar esse povo como ‘caboclos’, não como índios.

Oliveira (2014) destacou o medo em assumir a identidade indígena e o temor da reação dos não índios e proprietários das terras. Ocorreu uma mobilização para que entendessem que “Xicão” era o Cacique do povo e não o cacique da FUNAI. As assembleias anuais consolidam um espaço democrático, mas também hierárquico⁶.

Curt Nimuendajú, estudioso alemão que viveu no Brasil, escreveu uma carta para Heloísa Alberto Torres, Diretora do Museu Nacional no Rio de Janeiro (1934), relatando frustração em sua viagem a Pernambuco sobre o que encontrou nos Fulni-ô e Xukuru do Ororubá:

⁶ Anexo G: Organograma da organização política Xukuru do Ororubá apresentado durante a V Assembleia do Povo Indígena Xukuru do Ororubá em maio/2005 (OLIVEIRA, 2014, p. 136).

Infelizmente o resultado não compensa de forma alguma as despesas: ambas as tribos quasi nada mais guardam as sua antiga cultura material. (...) O que hoje se chama Sukurú são uns 50 indivíduos, entre os quais uma escassa meia dúzia que ainda causa a impressão de índios puros. Ninguém mais fala a língua antiga e com muito trabalho e paciência consegui uns 150 vocábulos, em parte de valor bem duvidoso. A língua não a apresenta a menor semelhança com outra qualquer (NIMUENDAJÚ apud SILVA, 2014, p. 72).

Nimuendajú ainda se referiu ao fenótipo dos “Sukurú” como pouco correspondente ao de índios. Por não possuírem uma língua materna, havia um impeditivo de denominá-los como índios puros. Até a fabricação de cerâmica utilizada foi questionada, como um artefato diferente dos povos amazônicos. Numa comparação imprópria, o alemão afirmou que os “Sukurú” ainda possuíam umas ”coisinhas” a mais do que os Fulni-ô (SILVA, 2014).

Em 1944, o diretor do SPI, José Maria de Paula, afirmou após uma viagem a Serra do Ororubá, que era quase inexistente os índios na região, apoiando-se na dispersão do povo, na mistura dos descendentes e a perda da língua materna para qualificar uma autenticidade indígena. Para tanto, não havia justificativa na instalação de um posto do órgão indigenista no local (SILVA, 2014).

Outro pesquisador, o etnólogo americano da Universidade da Califórnia, William Hohenthal (1951-1952), veio ao Nordeste do Brasil com uma bolsa de estudos financiada pelo Conselho de Pesquisas em Ciências Sociais de Washington, realizar um estudo sobre os índios assistidos pelo SPI. Em seu relatório enviado ao citado órgão, especificamente no que tratou sobre a ‘tribu Shucurú’ referiu-se a uma cultura miscigenada com muitas influências, mestiçada, com poucas palavras da língua materna, encontrando forte influência da cultura negra e que, portanto, deveriam ser chamados de ‘afro-índios’. Para o pesquisador, havia um “estado de progressiva aculturação e desintegração social (SILVA, 2014, p. 90)”, ou seja, não havia uma pureza étnica.

Em 1952, Estevão Pinto⁷, antropólogo que escreveu sobre índios do Nordeste, mencionou em uma conferência sobre Antropologia no Brasil em Sorbone-Paris, que os índios eram uma cultura em transição e relatou as constantes ameaças de extinção. Existia uma preocupação com o desaparecimento dos indígenas e por vezes, o autor utiliza a expressão remanescente para se referir a antigas populações aldeadas, denunciando as condições precárias em que viviam os ‘caboclos’ e a falta de assistência do SPI (SILVA, 2014).

Darcy Ribeiro (1982-1986), antropólogo brasileiro, também discorrendo sobre a aculturação dos índios Xukuru do Ororubá, afirmou que ocorreu uma absorção de indivíduos

⁷ Estevão Pinto escrevia em especial sobre os Fulni-ô.

que estiveram desgarrados e a diminuição da população indígena ocorreu devido ao fato de as mulheres terem se casado com outras populações. Teria surgido, então, um outro fenótipo indígena, mas que não houve um extermínio genocida, pois tais indivíduos se reconheciam como índios, possuindo alguns conteúdos residuais da cultura original. Para esse autor, haveria uma macroetnia com os índios isolados, pré-históricos, e microetnias caracterizadas por grupos mestiçados brancos e negros, perdidos de suas raízes em uma sociedade nacional católica, vivendo em condições precárias e esquecidas de suas origens. Isso ainda teria corroborado para que índios misturados não fossem reconhecidos, sendo importante a preservação de uma cultura original, com características étnicas específicas. Quem não se encaixava nesse perfil, chamava-se remanescente (SILVA, 2014).

Essas afirmações evidenciavam uma preocupação, desde muito tempo, em legitimar índios por biótipos e práticas comuns aos índios exilados da Amazônia, como se houvesse uma única identidade indígena, desqualificando inclusive os vários processos de colonização, inclusive de apropriação de outras culturas. Entretanto, os estudos contemporâneos sobre os índios no Nordeste, situam-se no contraponto dessas ideias e afirmam que tais "caboclos" são índios e não devem ser vistos em uma ótica de perdas culturais, povos esquecidos, marginalizados e aculturados e nem serem desprezados em sua legitimidade histórica. Esses povos devem ser compreendidos em suas características específicas, ser reconhecidos reivindicando o direito de terem suas terras que foram invadidas. A cultura deveria ser vista como dinâmicas interacionais produzidas pelos acontecimentos históricos que geraram outras formas de organização social (SILVA, 2014).

Entende-se que as novas identidades são construídas por meio da reorganização cultural nos processos de territorialização, por vínculos afetivos e não pode se legitimar um povo por uma utópica pureza cultural originária. Há de se reparar e devolver as terras tomadas e se considerar as novas organizações culturais, no âmbito público e privado, entendendo que houve interesses explícitos em desfavorecer os indígenas nos estudos antigos. Assim, não podem ser entendidos como povos homogêneos e passivos, diante das situações históricas (SILVA, 2014).

Em uma discussão mais atual e necessária, Silva e Silva (2016) apontaram que a escola é um espaço plural de diversidade étnica, chamando a atenção para Lei Nº 11.645/2008 que tornou obrigatória a inclusão nos currículos escolares do ensino de história e culturas afro-brasileiras e indígenas. É nesse cenário que irão se consolidar debates em uma perspectiva intercultural. Todavia, urge a necessidade de formações sobre a temática indígena, para além

das datas comemorativas, problematizando a questão da identidade, da mestiçagem, linguagem que demarquem novas políticas públicas e práticas pedagógicas.

A identidade Xukuru do Ororubá está representada na percepção de território, para além da demarcação geográfica. Esse espaço carrega memórias coletivas das trajetórias, do caráter sagrado da terra e origens de sua própria história (FIALHO, 2011b).

As expressões religiosas são os aspectos que mais unem esse povo indígena. Esta é permeada de muitos rituais, como os do catolicismo na devoção aos santos, na crença aos Encantados, espíritos de índios falecidos “plantados” no terreiro sagrado e práticas afro-brasileiras. Festejam Nossa Senhora das Montanhas comemorada em 02/07 (chamada de *Tamain*) e São João comemorado em 24/06 (chamado de *Tupã*). As comemorações a esses santos, com práticas religiosas, o Toré, rituais na mata e nos terreiros sagrados. Existem dentre outros, o Terreiro Caboclo de João Jorge na Aldeia Sucupira e o Terreiro de Pedra D’água. Este último terreiro tem um significado especial para os Xukuru do Ororubá, pois carrega a simbologia no processo de retomada do território, a resistência e regulamentação das terras (FIALHO, 2011b).

O dia 20 de maio, data que marca o assassinato de “Xicão”, significa a afirmação identitária, da tradição, superação das dificuldades, além de demonstração pública de união. Esse dia é permeado de atividades simbólicas na Pedra do Rei, na Aldeia Pedra D’água, com homenagens aos líderes falecidos “plantados”, como afirmam no território sagrado, iniciando-se com o Toré e missa e culminando com a “descida da serra”, uma caminhada para um ato público no local onde “Xicão” foi assassinado (NEVES, 2007). Os rituais sagrados de pajelança, o Toré e as vivências dos terreiros sagrados, o encontro com os Encantados, marcam também a identidade étnica do grupo, fortalecendo a unidade e as mobilizações (OLIVEIRA, 2014).

Assim, o cenário dos índios Xukuru do Ororubá não pode ser debatido, sem antes conhecer a história desse povo, construída por mobilizações existenciais para a afirmação da persistência/identidade pessoal e cultural. Afirmar que uma população é ou não indígena revela um desconhecimento de sua história, em que os índios foram forçados a ajustarem-se a novas significações de seus comportamentos, de suas práticas e rituais, além de terem sido coagidos à dispersão de seus territórios, obrigando-os a trabalhos e costumes diferentes dos seus e a aprendizagem da língua dominante do colonizador. Em outras palavras, é desconhecer uma história de subjulgação!

2.5 O estudo sobre trajetórias de vida

A perspectiva de análise desenvolvimental proposta por Zittoun (2003, 2014) parte da concepção de que o ser humano tem uma natureza histórica, cultural, situacional e dinâmica. O percurso desenvolvimental tem uma natureza dialética com uma dinâmica de posicionamentos das atividades do dia a dia. A dialética, portanto, é promotora de transições que podem refletir consequências na trajetória do desenvolvimento.

A análise do contexto pode ser realizada a nível microgenético (SANCHEZ MEDINA, apud ZITTOUN, 2014) ou por um nível macro social (CHAIKLIN, apud ZITTOUN, 2014) para considerar contextos mais amplos de trajetórias, socioculturalmente situadas. Independentemente da perspectiva adotada, as hipóteses sobre a investigação da psique pretendem compreender sentimentos, desejos, pensamentos, gostos, a partir de uma experiência temporal contínua.

As experiências são compartilhadas em um contexto semiótico e conectadas em um tempo passado, presente e possíveis tempos futuros, por conta da internalização. Nesse contexto de exigência de posicionamentos, ocorre um processo contínuo de esforço para minimizar sentimentos de desigualdades.

Essa tentativa de gerar novos posicionamentos promovem *transições* de dentro para fora, intersubjetivas. A transição, para Zittoun (2004, 2014), pode ser compreendida também na dinâmica do processo que leva a mudanças – o ser humano é um ser em mudança!

As transições são processos catalisadores de mudança em um cenário temporal. A pessoa experiencia uma *ruptura* de um modo de pensar, sentir, ser ou agir anterior. Essas rupturas podem ser perceptíveis ou não, mas são geradoras de outras formas de externalização semiótica geradoras de mudanças subjetivas. Identificar essas rupturas é tentar compreender os momentos pelos quais foram geradores de novas condutas estabelecidas, isto é, quando ocorre a transição e quais as implicações possíveis de entender o futuro (ZITTOUN, 2014; ZITTOUN e GILLIESPE, 2015).

A mudança geradora da ruptura pode ser *transitiva* ou *intransitiva*. A mudança transitiva é aquela geradora da mudança e que leva a transição seguinte (exemplo, o nascimento de um filho). A intransitiva leva a uma possibilidade temporal de que não se pode voltar mais (ex: não se pode voltar o nascimento de um filho, é um tempo irreversível). São as transições transitivas e intransitivas que promovem o processo de criatividade para se atender e adaptar às demandas

sociais; é preciso um novo ajustamento, emerge a necessidade de desenvolvimento e mudança (ZITTOUN, 2014).

Zittoun (2004, 2009) e Morsaro e Zittoun (2014) ao referirem-se a transições e mudanças ao longo da vida discutiram que os vários eventos que ocorrem ao longo do desenvolvimento repercutem na vida do sujeito. A vida assim é constituída por linearidades e continuidades, mas também por rupturas, interrupções e transições. A primeira autora chamou de *bifurcação* um momento de transição, pois é quando ocorre a possibilidade de uma nova conduta ser gerada (mudanças de trabalho, escola, novas composições familiares, uso de tecnologias, etc.). As rupturas que acontecem convidam a pessoa a tomar atitudes diante de um fato ocorrido através de uma resposta de ajuste ao que foi apresentado, sendo chamada de transição. Trajetórias de vida podem ser analisadas por rupturas e transições.

A ideia proposta foi o estudo do processo do desenvolvimento pelo olhar das continuidades e mudanças que ocorrem na vida. Esse tipo de análise considera os processos biológicos, psicológicos, interpessoais e sociais. O estudo das trajetórias de vida possibilita perceber, ao longo de uma linha de tempo, as mudanças intra/interpessoais e suas relações (ZITTOUN, 2003, 2009).

Nessa perspectiva, a pessoa está em constante interação com outras em uma intensa construção de significados. Por meio da mediação semiótica, os processos de internalização podem ser compartilhados em externalizações e possíveis de compreender na análise das situações partilhadas, os componentes significativos de uma situação (ZITTOUN, 2009; ZITTOUN e GILLESPIE, 2015).

O estudo de trajetórias de vida parte de quatro pontos de consideração para análise: 1) desenvolvimento como processo, no qual as mudanças irão inevitavelmente ocorrer; 2) o desenvolvimento envolve processos biológicos, psicológicos, sociais e interpessoais, sendo que os desdobramentos da trajetória de vida desse desenvolvimento acontecem por meio de mudanças intra e inter-relacionais construídas nas interações; 3) as pessoas estão em intensa interação e, portanto, negociando significações; e 4) propor uma análise do fenômeno, a partir das significações que o compõe (ZITTOUN, 2009).

Esse tipo de estudo objetiva capturar a dimensão do tempo da natureza processual do fenômeno. Zittoun (2004, 2009) propôs uma análise metodológica das trajetórias de vida, por meio de períodos de transições ou bifurcações. Para a autora, a vida passa por inevitáveis períodos de estabilidades e mudanças. Essas mudanças são importantes no processo de ajustamento da vida e chamadas de rupturas. As rupturas podem ser provocadas por eventos

internos ou externos, levando o sujeito a tomar decisões diferenciadas. As possíveis decisões (que podem levar a um caminho ou outros) são chamadas de bifurcações com consequências imprevisíveis.

Uma opção de bifurcação nunca volta duas vezes. Dependendo do tipo de mudança que aconteça na vida há a possibilidade de uma evolução continuar no sistema regular. Entretanto, a depender da dinâmica assumida, os fenômenos podem tornar-se circulares (dinâmica transitiva) ou uma quebra no círculo (dinâmica intransitiva). Assim, uma ruptura pode acarretar uma mudança de um ciclo vicioso ou mudança intransitiva, um nova dinâmica de ajustamento (ZITTOUN, 2003, 2004, 2009).

A ruptura convida o sujeito para novas dinâmicas de pensar e de agir. Se a mudança acontece de forma regular, pouca coisa fica evidente. Entretanto, a ruptura de mudança intransitiva gera maior interesse, pois dela emerge uma maior perspectiva no desenvolvimento (ZITTOUN, 2009).

A transição é um processo de transformação que sugere uma mudança do lugar A para o B. Não significa uma tomada de decisão aleatória. É o momento de A ir se tornar B, há um dever sobre o B, o B emerge do A. É um processo de transformação da identidade a partir das interações sociais ocasionada por uma dinâmica de transições (ZITTOUN, 2004, 2009).

A mudança é capturada no momento que se percebe a dinâmica de uma nova experiência e que justifica a pergunta feita no ponto de ruptura. É um sentido fenomenológico de percepção de alterações, em algum aspecto (ZITTOUN, 2004, 2009).

Algumas rupturas podem ser percebidas pelo sujeito (exemplo: uma mulher que casa para sair da criação rígida dos pais, provoca uma mudança identitária). Outras rupturas podem ser induzidas (a tomada de decisão sobre uma melhor proposta de emprego devido a competências adquiridas anteriormente). Todavia, uma ruptura não precisa ser um evento de corte traumático, pode ser por constantes transformações ocasionadas pelas ambivalências da vida (a pessoa já espera uma promoção no trabalho pelo esforço empreendido) (2004, 2009).

Como aponta Vygotsky (apud ZITTOUN, 2009), esses impactos acontecem em um plano intrapessoal e interpessoal. As mudanças então atingem a si e ao ambiente ao qual a pessoa está inserida.

Uma das possibilidades de análise é questionar a pessoa se ela percebe a mudança do passado no presente, se consegue identificar a ruptura e passagem de A para B. Requer um ouvido clínico para perceber tais mudanças (ZITTOUN, 2004, 2009).

As trajetórias são compostas assim, por processos semióticos. O pensamento faz parte de uma unidade semiótica construída pelas experiências pessoais e coletivas. Uma frase, uma pintura, uma conversa em grupo é composta por códigos com muitas unidades semióticas que são criadas com a intenção de comunicar.

Todas as pessoas constroem modelos inseridas em uma dinâmica social. Como ser homem ou mulher é um desses exemplos. Contudo, ao passar por momentos de grandes rupturas sociais, emerge uma demanda interna para se fazer e ser de forma a se adequar a novas trajetórias. Um dos exemplos que Zittoun et. al. (2011) citam foram os impactos da segunda guerra mundial para mulheres que tiveram de romper com padrões antigos de feminilidade, deixarem suas casas e famílias, para assumirem um posto de trabalho, uma nova demanda social.

Um pensamento é construído por unidades semióticas da memória pessoal. Essas unidades semióticas possuem códigos, configurações que têm a ver com a experiência de cada um, como por exemplo, a pintura de uma tela possui unidades semióticas composta por códigos que o artista pretende comunicar por meio daquela arte. Refletindo dessa forma, a identidade é permeada de unidades semióticas sociais que colaboram para determinadas formas de ser, agir, pensar, construindo modelos culturais e até representações sociais (ZITTOUN et. al., 2011).

Modelos culturais internalizados podem acabar gerando ambivalências, ou seja, quando ocorre uma incompatibilidade sobre a exigência de um posicionamento social que vai de encontro a um conjunto semiótico arraigado. O retorno a um conjunto semiótico passado é impossível, pois o tempo é irreversível. Alguns exemplos podem ser os conflitos gerados por pensamentos divergentes; recentemente, por exemplo, os conflitos provocados por discussões políticas, por discussões sobre refugiados, gerando entendimentos ambivalentes na forma de entender e ajudar nesses contextos (ZITTOUN et. al., 2011).

A ambivalência nem sempre é reversível. Ela pode gerar uma mudança para novas formas de significados, ações, podendo levar a uma nova forma de organização semiótica da pessoa. Contudo, a ambivalência precisa ser tolerada, negociada no dia a dia; precisa ser possível a convivência entre pensamentos que se destoam, mas que convivem em um mesmo universo social. Quando não existe essa tolerância, a tensão facilmente se instala podendo gerar cenários de guerra, por incompatibilidade na forma de pensar o mundo (ZITTOUN et. al., 2011).

A ambivalência surge quando mais de uma unidade semiótica é mobilizada para um mesmo assunto. A ambivalência emerge quando a experiência semiótica está saturada, não por

ausência de significado, mas pela necessidade de emergir novos significados para o fenômeno posto, levando a novas linhas de ação, novas experiências. A contradição é o ponto de partida para ambivalência. Tomar a decisão de sair de um trabalho, romper um casamento, crises existenciais, ou até mesmo, pensar diferente da forma de organização da comunidade acaba por gerar pontos de ambivalências. Assim, a contradição gerada pela ambivalência promove a emergência da novidade, formas de ser irreversíveis (ZITTOUN et. al., 2011).

Parece que existem quatro pontos geradores da ambivalência: primeiro, as novas experiências geram desestabilização; segundo, as novas experiências são compartilhadas socialmente, emergindo seus próprios conjuntos semióticos; terceiro, há uma necessidade de ação; e quarto, o novo conjunto semiótico leva a uma decisão pessoal que permite uma ação futura, por meio das experiências recentes. A gênese da ambivalência impulsiona um conflito lógico entre dois conjuntos semióticos. A centralidade da gênese da ambivalência pode ser desencadeada por uma saturação de significado social, mobilizando a emergência de outros conjuntos semióticos (ZITTOUN et. al., 2011).

A ferramenta teórica trazida por Zittoun (2009; 2014) e Zittoun et al. (2011) mostrou-se útil para se estudar a trajetória dos jovens índios Xukuru do Ororubá. Diferentemente de uma abordagem individual, mesmo concebida como fruto de uma construção coletiva, tal como propõem os autores, o conceito de trajetória de vida representará o caminho preponderante de um povo ou de um de seus subagrupamentos geracionais, o subagrupamento dos jovens. Entretanto, a título de exercício a ferramenta será inicialmente usada para traçar a trajetória de Elizabeth⁸, personagem apresentada ao grupo focal como forma de incitar o debate do grupo dos jovens Xukuru do Ororubá. Ela será apresentada no capítulo sobre o Método e nos Resultados e Discussão.

⁸ Elizabeth Teixeira, esposa de João Pedro Teixeira, emergiu das ligas camponesas e inspirou diversos outros movimentos sociais a buscar demarcação territorial. Sua história é marcada por engajamento social, busca de direitos e tragédias (como o assassinato do marido e do filho). Chegou a ser presa por defender seus ideais. Entretanto, mesmo com diversos problemas que aconteceram em sua vida, ela se desviou da trajetória de vida que a cercou (NEGRAO, 2006).

3. O MÉTODO

A presente pesquisa teve o suporte de dois conjuntos de informações que foram analisadas qualitativamente. O primeiro conjunto foi gerado por um Grupo Focal (GF), realizado com índios jovens da etnia Xucuru de Ororubá; o segundo conjunto de informações foi extraído das cartas escritas ao final de cada Assembleia realizada anualmente pelos Xukuru do Ororubá. São 15 cartas de 2002 a 2016; a carta da primeira assembleia não foi encontrada ou não foi produzida.

3.1 Participantes e local de pesquisa

Participaram do Grupo Focal (GF) oito índios jovens da etnia Xukuru do Ororubá, convidados aleatoriamente ao encontro, tendo como critério estar acima de 18 anos. Estes jovens não passaram pelo processo de retomada e expulsão do território.

Existia uma moderadora no GF e este papel foi desempenhado pela própria pesquisadora. Um observador, previsto na própria literatura sobre o GF, também esteve presente. Sua função foi fazer anotações complementares e intervir, caso fosse necessário, chamando a atenção dos participantes para algum aspecto relevante que por ventura tivesse passado despercebido. No caso em questão, o observador foi um ex-aluno da pesquisadora e enfermeiro no território indígena. O local para coleta dos dados foi uma sala destinada a reuniões de grupo no PSF (Programa Saúde da Família) na Aldeia Vila de Cimbres, sendo esta sala disponibilizada pelo Secretário de Saúde do Município de Pesqueira.

3.2 Procedimentos éticos

Os indígenas são considerados uma população vulnerável. Então, além da submissão/avaliação do CEP (Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos⁹), o estudo necessitou ser analisado também pelo CONEP (Conselho Nacional de Ética em Pesquisa¹⁰)¹¹. Para que índios participem de uma pesquisa, são necessários alguns procedimentos adicionais

⁹ Aprovação por meio do Of. Nº 005/2010 – CEP/CCS da UFPE em 27/05/2010, conforme consta no Apêndice A.

¹⁰ Aprovação por meio do Of. Nº 241/2010 – CEP/CSS da UFPE em 14/09/2010, a partir da autorização do CONEP através do registro 15988, apresentado no Apêndice B.

¹¹ Nessa ocasião, entre 2010-2011 quando o projeto foi submetido ao Comitê de Ética, ainda não havia a Plataforma Brasil.

que tornam a submissão mais demorada e meticulosa. Como mencionado, a pesquisa para sustentação empírica à presente tese fez parte de um projeto maior com dois grupos focais realizados: um com 11 idosos, que tinham participado das mobilizações pela posse da terra e foi objeto de minha dissertação (TORRES, 2011); e um segundo grupo composto por oito jovens que apenas conheciam as histórias de mobilizações de seu povo. Na presente tese, além da consideração deste grupo focal de jovens, foram analisadas também as Cartas das Assembleias dos Xukuru do Ororubá, que ocorrem anualmente.

O primeiro contato realizado foi com o Cacique Marcos da etnia Xukuru do Ororubá¹² e o Secretário de Saúde de Pesqueira-PE, Dr. José Peixoto¹³, com a finalidade de obter autorizações para realização da pesquisa. Após as autorizações, a proposta da pesquisa foi submetida à avaliação do CEP/HC/UFPE (Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Pernambuco). O Cacique Marcos exigiu que a pesquisa também obtivesse autorizações do Representante da FUNAI (Fundação Nacional do Índio) em Pesqueira-PE, o Sr. José Bartolomeu G. da Silva¹⁴; do Conselho Indígena de Saúde Xukuru do Ororubá (CISXO)¹⁵; e do Conselho Distrital de Saúde Indígena na FUNASA (Fundação Nacional de Saúde)¹⁶. Todas as exigências foram cumpridas e os documentos comprobatórios foram encaminhados ao CEP para envio ao CONEP.

Após a primeira aprovação, o CEP encaminhou o projeto para o CONEP para análise, sendo autorizada a realização da pesquisa em 14 de setembro de 2010. Assim, o estudo seguiu os trâmites necessários indicados na Resolução nº 196/1996, a vigente na época (BRASIL, 2007a), que regulamentava as pesquisas com seres humanos, assim como também na Resolução nº 304/2000, que propunha normas para estudos desenvolvidos com a população indígena (BRASIL, 2007b)¹⁷. É importante destacar que esse trâmite demorou cerca de oito meses, atrasando a coleta de dados à época do Mestrado, pois só foi realizada após aprovação do CONEP. Foi esse atraso que dificultou a análise dos dois GF's prevista para a Dissertação. O

¹² Apêndice C- Carta de Anuência do Cacique Marcos em 09/04/2010.

¹³ Apêndice D – Carta de Anuência do Secretário de Saúde de Pesqueira-PE, Dr. José Peixoto, em 09/04/2010.

¹⁴ Apêndice F – Carta de Anuência do representante da FUNAI em Pesqueira-PE, o Sr. José Bartolomeu G. da Silva, em 24/05/2010.

¹⁵ Apêndice E- A pesquisa foi apresentada na reunião do CISXO e autorizada pelos membros em 26/05/2010.

¹⁶ Apêndice G- A pesquisa foi submetida à apreciação de todos os membros do Conselho Distrital de Saúde Indígena, organizada pela FUNASA, estando presentes representantes de todas as etnias de PE. Obtendo-se autorização em 27/05/2010.

¹⁷ Estas eram as resoluções normativas no ano de 2010.

segundo grupo, o dos jovens, é parte da consideração da pesquisa de tese, portanto, estes dados são inéditos, nunca apresentados.

Do ponto de vista ético, todos os indígenas participantes foram instruídos no ato da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE¹⁸) sobre o estudo que estavam participando e os aspectos que os protegiam. Foi ressaltada a garantia de sigilo e que em qualquer etapa do estudo podiam requerer a retirada de suas contribuições em qualquer fase do andamento desta pesquisa. Teve-se o cuidado de adaptar a linguagem para melhor compreensão do que se tratava e como seria o andamento da pesquisa.

Os riscos da pesquisa foram mínimos, visto que os participantes estavam falando sobre aspectos relacionados às suas vivências. Ficou esclarecido, entretanto, que a identidade dos participantes seria omitida nos estudos posteriores em que esses dados fossem discutidos, e que os problemas que porventura acontecessem em decorrência desse estudo iriam ser de inteira responsabilidade da pesquisadora e deveriam ser comunicados imediatamente, através dos contatos deixados em uma via do TCLE com cada índio/índia. É importante destacar que a pesquisadora é psicóloga, especialista em saúde mental pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), trabalhou no município de Lajedo-PE no atendimento ambulatorial a pacientes com e sem transtornos psiquiátricos (atualmente no CRAS desta cidade), além de lecionar o conteúdo de Intercorrências Psiquiátricas na Autarquia Educacional do Belo Jardim (AEB). Caso tivesse ocorrido algum problema, a pesquisadora responsável pelo estudo faria uma avaliação e se necessário, encaminhamento psicológico ao próprio município de Pesqueira para suporte, tendo sido isso acordado no contato com o Secretário de Saúde do Município.

Os benefícios da pesquisa ressaltados são o aprofundamento das discussões em Psicologia do Desenvolvimento e Psicologia Cultural, além de estudos na área da psicologia voltados a etnias. Os resultados possibilitarão um melhor entendimento dos costumes, tradições, resistência e sentido de pertencimento da população em estudo, a partir de um processo histórico conflituoso que vivenciaram. Salienta-se que os dados da pesquisa poderão fazer parte de estudos para fins de publicações em congressos e/ou revistas científicas, respeitando os preceitos éticos descritos.

¹⁸ Apêndice H.

3.3 O Grupo Focal

Como descrito em Torres (2011), utilizou-se como técnica o Grupo Focal (GF). Esse tipo de técnica parte da concepção de que o processo de interação grupal possibilita que emergjam conteúdos que individualmente são de difícil acesso (KIND, 2004; ASCHIDAMINI & SAUPE, 2004). Caracteriza-se como pesquisa qualitativa pela possibilidade de favorecer a produção de sentidos e *insights* construídos nos contextos interacionais (MORSE, 1994).

O surgimento do GF remonta a década de 1940 desenvolvida por Robert Merton e colaboradores para ser aplicada em pesquisas sociais durante a II guerra mundial, a fim de compreender a influência de propagandas persuasivas no treinamento das tropas (DE ANTONI, et al., 2001, p. 40). Também foi adaptada para área do marketing por Paul Lazarsfeld. Mas, em torno de 1980, passou a ser um instrumento nas áreas de saúde e ciências sociais, sendo atualmente muito utilizado em Antropologia, Comunicação, Educação e programas de intervenção na comunidade (DE ANTONI et. al., 2001; FONTANA; FREY, 1994).

O termo *grupo* refere-se à existência de participantes, sessões, um moderador em um *setting* informal. E *focal* pela possibilidade de discutir no grupo um tema específico. Dessa forma, o diálogo construído no GF permite compreender a dinâmica de determinados grupos sociais, práticas cotidianas, eventos, comportamentos, atitudes, representações, percepções, crenças, hábitos, valores, restrições, preconceitos, linguagens e simbologias compartilhadas por pessoas que partilham de fatos comuns e relevantes para o estudo de um tema em foco. Os participantes se organizam de tal forma que uma fala está intrinsicamente formulada nas respostas dos outros, cada um comentando suas próprias experiências e as dos demais (GOMES, 2003; GOMES, TELLES & ROBALLO, 2009), proporcionando *insights* entre os pares e não apenas resultados diretos do que se propõe a debater (BARBORU, 2009).

Fávero e Brandrão (2006) apontam que o GF ultrapassa uma linguagem descritiva, situando-se em um diálogo construído em valores culturais, na vida social e na edificação da personalidade. Vai além do pensamento de cada participante, pois retrata uma história interacional. Como destaca Janesick (1994), o GF tem como base um *setting* social que favorece a apropriação da história de vida de cada um em seu contexto de vida.

A organização do GF se dá em torno de um tema predeterminado, composto por um mediador (organizador e direcionador das falas), um observador (com postura menos ativa, utilizando mais comunicações não verbais, observa as interações grupais, postura do mediador, dificuldades, limitações) e os participantes (5 a 12 pessoas). Devem sentar-se em círculo, em

um ambiente neutro, para que todos tenham contato visual e o início da atividade acontece com a apresentação do moderador e do assunto a ser debatido. Não há definição do número de sessões e estas devem ser registradas por meio da gravação de voz ou videografia (GOMES, 2003; GOMES, TELLES & ROBALLO, 2009).

Os participantes devem ter características homogêneas, por exemplo, idades parecidas, estado civil, escolaridade, etc. Vale ressaltar que esse tipo de técnica pode ser utilizado em uma única vez, com sessões de no mínimo 30 minutos a no máximo 90 minutos. Há uma recomendação que não passe de 40 minutos e o tempo após esse limite seja para encerrar o procedimento (KIND, 2004; ASCHIDAMINI & SAUPE, 2004; GOMES, TELLES & ROBALLO, 2009 apud TORRES, 2011, p. 52).

Deste modo, as respostas são compartilhadas e representam o pensamento do grupo como um todo, fornecendo entendimentos sobre como os participantes pensam determinados assuntos. Sendo assim, a escolha por esta técnica foi pertinente por permitir um diálogo refletindo a construção do modo de pensar e viver dos índios Xukuru do Ororubá, por meio do contexto de interação social próprio, partilhado entre estes indivíduos.

O grupo focal foi realizado em 28/09/2010 e está transcrito no apêndice I. Ressalta-se que os nomes dos participantes, com exceção da pesquisadora, foram alterados.

3.3.1 Procedimento para coleta dos dados do grupo focal

Antes da realização do GF foi explicado o objetivo do estudo ao enfermeiro do PSF (Posto de Saúde da Família) da Aldeia Vila de Cimbres para que este pudesse convidar os indígenas em dia e horário estabelecidos previamente. Esse profissional foi convidado e treinado pela pesquisadora para ser o observador na dinâmica do grupo¹⁹.

Na data marcada, os participantes primeiramente receberam explicações sobre o que iriam fazer e do conteúdo do TCLE, o qual explicava a finalidade da pesquisa e como esta aconteceria, assinando a concordância, e respondendo a um questionário sócio demográfico, a fim de traçar o perfil dos participantes. Em seguida foram direcionados a uma sala ampla, arejada, com cadeiras em círculo, organizada para realização do GF. Na sala estavam dispostas duas câmeras de filmagem e três gravadores de áudio.

Dentre algumas informações foi pertinente explicar para o grupo que a atividade não tinha finalidades terapêuticas. A dinâmica utilizada era um recurso de pesquisas que promovem

¹⁹ Por ser ex-aluno da pesquisadora, este já tinha vários conhecimentos da postura a ser adotada.

diálogos em grupo para se debater um tema específico e os participantes estão cientes do que trata a abordagem. A posição do mediador é bem participativa, pois tem que trazer à tona o tema central do debate e guiá-lo, caso este se distancie da proposta do tema (TORRES, 2011).

O GF teve início com as apresentações da mediadora e dos participantes e a indicação do tema da conversa – sobre a vida deles (passado, presente e perspectivas para o futuro). Para “quebrar o gelo”, o *rapport* utilizado, como a própria dinâmica do GF orienta, iniciou-se com a leitura da história real sobre a vida de Elizabeth²⁰, uma camponesa que passou por problemas de luta de terra, perseguições, assassinatos. A história foi intencionalmente escolhida por ser muito semelhante à vivida pelos Xukuru do Ororubá e poderia ser utilizada como deflagradora sobre a vida da personagem e a dos próprios participantes.

Após a leitura da história questionou-se os participantes sobre o que havia sido contado e como percebiam a vida de Elizabeth. Na sequência, foram utilizadas perguntas que instigassem os participantes sobre suas vidas e de seu povo. Para tanto, construiu-se um roteiro de perguntas que ficou com a moderadora e o observador, a fim de ter uma organização prévia das questões centrais a serem abordadas e que pudessem ser usadas para emergir o conteúdo sobre a dinâmica cultural deles.

O roteiro para aplicação do GF foi construído na perspectiva de conhecer um *continuum* a respeito da vida dos índios Xukuru do Ororubá. Deste modo, foi possível perceber em suas narrativas o sentido de pertença, como se percebiam e as perspectivas de vida que possuem. Assim, o roteiro seguiu a seguinte organização (TORRES, 2011, p. 82).

- Questão-chave 1) O que os índios Xukuru do Ororubá pensam sobre a vida de Elizabeth?
 1. Opinião sobre a vida de Elizabeth ()
 2. Se acham que a vida de Elizabeth continua a mesma desde que ela era pequena ()
 3. Se acham que a vida de Elizabeth mudou desde que ela era pequena ()

- Questão-Chave 2) Semelhança entre a vida de Elizabeth e a dos índios Xukuru do Ororubá
 4. Comentários sobre alguma coisa da vida de Elizabeth e a dos índios Xukuru do Ororubá ()
 5. Existe semelhança entre a vida de Elizabeth e a dos índios Xukuru do Ororubá ()

- Questão-Chave 3) Vida dos índios Xukuru do Ororubá

²⁰ Anexo C

6. Como é a vida na aldeia ()

7. Gostam de viver na aldeia ()

- Questão-Chave 4) Continuidade e ruptura da vida dos índios Xukuru do Ororubá

8. O que percebem que continua a mesma coisa na vida deles desde que eram pequenos ()

9. O que percebem que mudou na vida deles ()

10. Se acham que continuam as mesmas pessoas de antes ()

11. Como imaginam o futuro ()

3.4 As cartas das assembleias

As assembleias são reuniões que ocorrem todos os anos na mesma data, de 17 a 20 de maio em alguma das 23 aldeias Xukuru do Ororubá. Têm o objetivo de avaliar o ano passado e traçar estratégias para o ano seguinte, sempre com um eixo norteador das discussões.

Todos os indígenas são conclamados a participar. Também são convidados os representantes de outras etnias de Pernambuco e de outros estados, além de estudiosos, representantes religiosos, ONG's, etc.

A Assembleia é iniciada no dia 17 de maio com a chegada dos indígenas e demais participantes, sempre enaltecendo “Xicão” e os rituais sagrados, como a pajelança. Ocorrem discussões na plenária, depois em minigrupos e no dia 19 ocorre a apresentação e aprovação, na plenária, das decisões finais. O dia 20 de maio é simbólico, pois é lembrada a data do assassinato do Cacique “Xicão”. Na Aldeia Pedra D’água, onde “Xicão” está plantado/sepultado, ocorre uma missa, pajelança e ao final os índios descem a Serra do Ororubá em direção ao centro de Pesqueira gritando que “Xicão” não morreu. A primeira assembleia foi realizada em 2002, mas não existe registro de ata. As demais aconteceram nos anos seguintes, sendo produzido um documento com os pontos mais relevantes do encontro.

Diante da posse de todos os documentos das assembleias de 2002 a 2017, mais o documento produzido pela I Assembleia da Juventude Indígena do Nordeste, ocorrida no território Xukuru do Ororubá de 21 a 23 de maio de 2016, percebeu-se o quanto esses dados eram importantes²¹. Constituíram parte da história dos índios, os aspectos das mobilizações, suas prioridades e angústias. São uma fonte documental de relevância, pois possibilita conhecer

²¹ Anexo D

o contexto social e político para análise da vida dos índios, fazendo com que se compreenda suas trajetórias e resistências.

3.6 Análise dos dados

Conforme apresentado no aporte teórico deste estudo, a pesquisa foi ancorada principalmente nos estudos de Zittoun (2003, 2004, 2009, 2014), Zittoun et. al. (2011), Zittoun e Gillespie (2015), Moraso e Zittoun (2014), na qual discutiu o processo do desenvolvimento pelo olhar das continuidades e mudanças que ocorrem na vida, inserido em uma perspectiva dialógica do ser. Esse tipo de análise considera os processos biológicos, psicológicos, interpessoais e sociais.

Nessa perspectiva, a pessoa está em constante interação com outras em uma intensa construção de significados. Por meio da mediação semiótica, os processos de internalização podem ser compartilhados em externalizações e possíveis de compreender os componentes significativos de uma situação em situações partilhadas (ZITTOUN, 2009).

Assim, o diálogo construído no GF explicitava trajetórias de vida que possibilitaram perceber, ao longo de uma linha de tempo, as mudanças e relações intra/interpessoais (ZITTOUN, 2009).

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os dados apresentados foram aglutinados em dois grandes tópicos: um referente aos aspectos analisados a partir do Grupo Focal (GF); e o outro correspondente à análise das cartas sínteses das assembleias anuais dos Xukuru do Ororubá. No primeiro tópico, focou-se um grupo da geração jovem Xukuru do Ororubá da Aldeia da Vila de Cimbres, suas apreensões, percepções e concepções de seu entorno social. No segundo tópico foram apresentadas pistas que contextualizaram as mobilizações indígenas, alçadas a partir das cartas anuais que resumem as preocupações prementes de cada momento e apontavam para as mobilizações a serem empreendidas pela etnia Xukuru do Ororubá, algumas delas em articulação com outras etnias indígenas.

Foram traçadas três trajetórias construídas por meio do enredo do GF e da análise das assembleias. A primeira versou sobre a história de Elizabeth, as mobilizações travadas por ela e a semelhança com a própria história Xukuru do Ororubá; a segunda representou a trajetória do povo Xukuru do Ororubá sobre a vida na aldeia e seus dilemas, permeada com os conteúdos que emergiram do diálogo entre os participantes; e por fim, a terceira trajetória disse respeito ao caminho das mobilizações indígenas, orientadas por objetivos e metas coletivas, traçadas anualmente nas assembleias a partir de temas prioritários emergentes dos embates internos e externos ao território.

4.1. Análise do Grupo Focal

O GF foi realizado em 2010 com oito jovens da etnia Xukuru do Ororubá, sendo três rapazes e cinco moças, com idades variando entre 20 e 26 anos (média de 23 anos). Declararam que eram católicos e um deles disse ser espírita além de católico. Com exceção de um, todos nasceram e vivem no território indígena retomado. Perceberam problemáticas diversas e destacaram o alcoolismo, a depressão, a ansiedade e a falta de emprego. Vale salientar que esses mesmos problemas (exceto o referente à empregabilidade) também foram pontuados pelos índios mais velhos (TORRES, 2011).

A análise aqui explorada em seu conjunto foi guiada pela perspectiva desenvolvimental em que se buscou examinar transformações que ocorreram ao longo de um período de vida. Assim, não se compreendeu que os relatos dos jovens integrantes do grupo focal refiriram-se apenas ao tempo presente, mas compreenderam processos em curso que integraram percepções

e concepções de si e do grupo em um *continuum* ultrapassando o aqui e agora. Os relatos foram evitados de eventos ocorridos que marcaram pontos significativos de um percurso realizado, mas, também, a compreensão prospectiva que apontou para um lugar, um tempo, um objetivo a ser conquistado. Pareceu importante perscrutar os movimentos de bifurcações que geravam escolhas ao longo de um percurso desenvolvimental, mesmo que seus depoimentos fossem realizados em um momento específico da linha do tempo.

4.1.1 Pontos que dão suporte aos diálogos do Grupo Focal

O grupo focal seguiu então o roteiro proposto pela pesquisadora, apresentado no capítulo anterior²². Retomando sucintamente, iniciou-se com a história deflagrada de Elizabeth (Anexo C) que foi seguida pelo roteiro de perguntas pré-deflagradoras de pontos relevantes para guiar a discussão durante todo o grupo.

Quatro pontos foram identificados como apoios para a construção do diálogo entre os participantes²³. Esses pontos são os marcadores utilizados no roteiro do grupo focal, identificados como questões-chave:

- história de Elizabeth (condição deflagrada no GF);
- proximidades entre a vida de Elizabeth e a dos Xukuru do Ororubá;
- reflexão sobre a própria vida dos Xukuru do Ororubá; e
- apontamentos para modos de continuidade e ruptura em suas vidas.

A história de Elizabeth foi contada com a expectativa de que incitasse a própria história de vida dos jovens Xukuru do Ororubá, estimulando o grupo a falar sobre seu passado, sobre suas mobilizações, expulsão e retomada do território, eventos esses vividos pelos ancestrais, alguns deles ainda vivos.

4.1.2 Trajetória 1: vida de Elizabeth

É importante destacar que a história foi contada, mas foram os participantes que construíram as narrativas sobre suas percepções acerca do assunto. Por esta razão optou-se por

²² Lembrete: Item 3.5 do método (Procedimento para coleta de dados)

²³ Esses quatro pontos são relatados em dois subitens a saber: 5.1.2 Trajetória 1: vida de Elizabeth; e 5.1.3 Trajetória 2: vida dos jovens índios Xukuru do Ororubá.

fazer insertos de suas falas para ilustrar os pontos que alçaram. Demarcaram-se três itens que aglutinaram as narrativas:

1. A história de Elizabeth revelou a persistência de seus objetivos de vida: ela foi destacada como pessoa guerreira, batalhadora, mas muito sofrida pelos acontecimentos de sua vida.

(...) porque mesmo com a perda [perda] do marido dos filhos ela sempre lutou, não desistiu, e na nossa vida hoje, o nosso dia a dia se a pessoa quiser, tiver objetivo, a pessoa tem que tentar, ao menos dar um jeito na própria vida.

(...) ela foi uma mulher batalhadora, não abandonou seus objetivos, mesmo com o pai dela que só deu asa para morada, mas ela, mesmo com a luta do pai, e venceu...

2. Identificação da história de Elizabeth com a própria história de mobilizações dos Xukuru do Ororubá: o enredo propiciou a comparação e conseqüentemente, uma forma dos participantes fazerem uma analogia entre a vida de alguns no território e a vida da personagem.

(...) ela é uma mulher guerreira por tantas outras que estão aqui no povo da gente e um exemplo disso é D. Zenilda, que perdeu o marido por uma causa, perdeu vários parentes, agora recentemente perdeu um filho num acidente trágico e acima de tudo ela não abandonou a luta dela, então um exemplo dessa mulher, é como se fosse a história de vida de dona Zenilda.

3. Percepção da vida de Elizabeth fazendo analogia ao modo como os jovens foram criados. A história apresentou uma vida de muitas dificuldades enfrentadas pela personagem. Situações semelhantes à educação doméstica recebida. Mas, também, histórias marcadas por tragédias inerentes a particularidades familiares. Percebeu-se que há dois tipos de sofrimento nas narrativas destacadas: um referente ao modo de criação; e outro a fatalidades que podem acontecer no seio familiar.

(...) o sofrimento dela começou desde pequena... Que ela assim pelo que eu percebi, ela sempre foi esforçada, queria um futuro melhor (...).

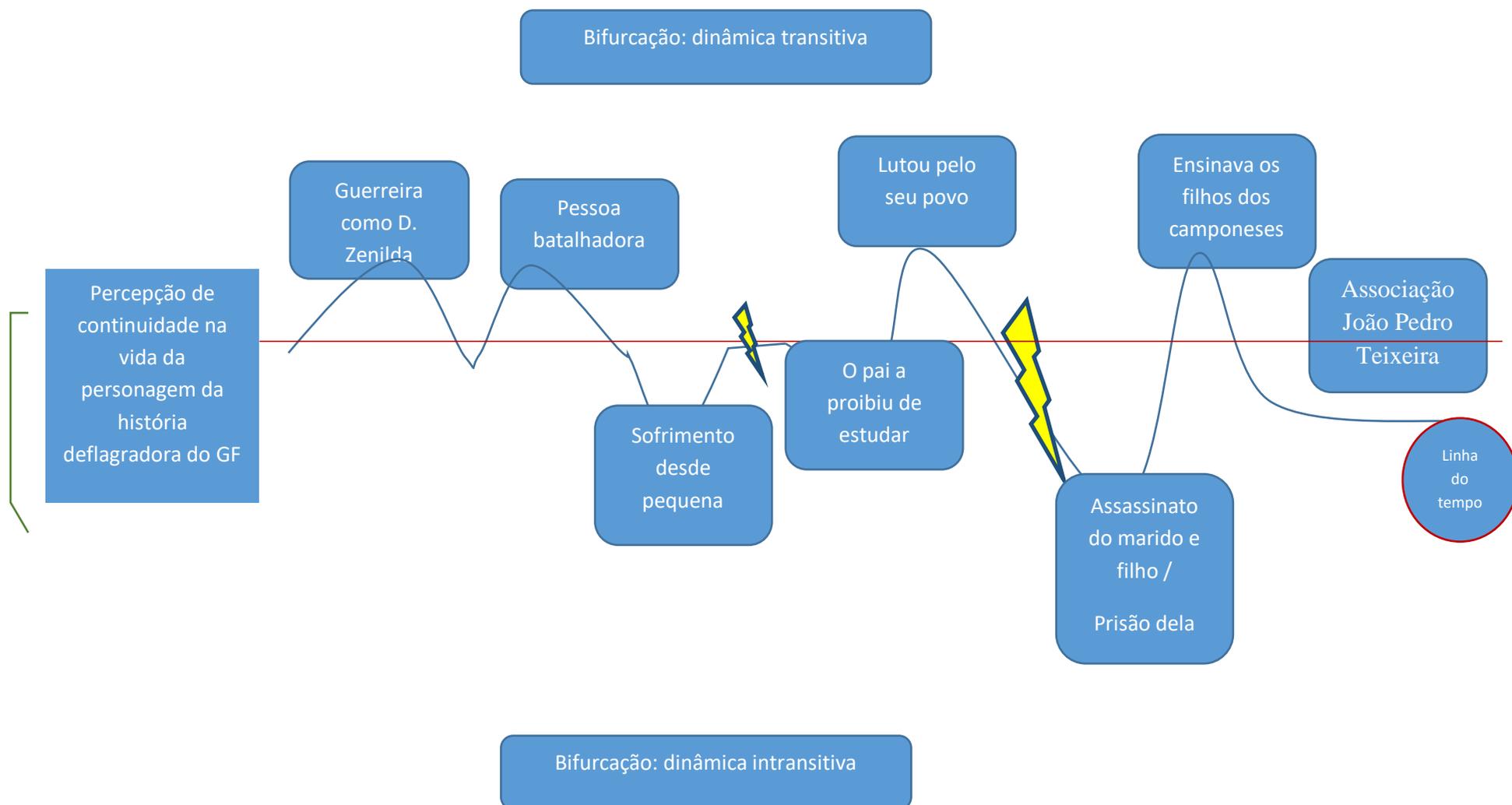
(...) uma tia minha matou outra, a que tinha 15 ano [anos] matou a que tinha 25 ano; ai ainda hoje minha Vó vevi [vive]sozinha.

Ela queria ajudar alguém que tinha a mesma dificuldade que ela tinha. Quando o pai dela não queria que ela estudasse por causa das cartas que ela escrevia pra o namorado, então ela não pensou só nela ela pensou em todos que tava [estavam] em volta...

Assim, essa história foi muito importante para que os participantes se sentissem à vontade para falar de si e de seu grupo social. Observou-se que, por favorecer algumas semelhanças, os jovens não tiveram dificuldades em transitar de uma história para outra, da história de Elizabeth, para a história dos Xukuru do Ororubá.

Pode-se representar a linha de tempo da vida de Elizabeth a partir da figura que ilustra bifurcações transitivas, intransitivas e rupturas que compuseram sua biografia.

Imagem 1 - Trajetória 1: vida de Elizabeth



Quadro 2 - Legenda para se compreender o traçado da trajetória da vida de Elizabeth

Signos	Entendimento
	Linha do tempo sem intercorrências
	Curso da dinâmica da trajetória traçada
	Conteúdo central abordado na linha do tempo obtida no diálogo com os jovens Xukuru do Ororubá
	Indicativo de uma ruptura na trajetória narrada

A trajetória traçada evidenciou a garra e o sofrimento sobre a vida da participante e o quanto isso também está presente nas próprias histórias de vida dos jovens indígenas. A trajetória da vida de Elizabeth foi marcada por duas grandes rupturas: (1) a proibição de estudar pelo pai; e (2) os assassinatos do marido e do filho. Essas rupturas, em especial a segunda, não funcionaram como um impeditivo para seguir adiante. Pelo contrário, demonstraram que, a partir delas, Elizabeth fortaleceu sua luta e crença em um projeto de futuro melhor para os camponeses, fundando inclusive uma associação.

4.1.3 Trajetória 2: vida dos jovens índios Xukuru do Ororubá

Foi traçada uma linha de tempo para que os jovens participantes conseguissem avaliar suas próprias vidas e o território, em uma perspectiva de passado, presente e futuro. Essa concepção possibilitou conhecer histórias de mobilizações, conquistas e resistência.

A transição da conversa sobre Elizabeth para a vida dos Xukuru do Ororubá aconteceu de forma contínua. Não houve necessidade da interferência da pesquisadora, pois, ocorreu como dito anteriormente, os participantes perceberam as similaridades entre as histórias de Elizabeth e a dos Xukuru do Ororubá e se dispuseram a falar sobre a vida no território. O roteiro planejado era utilizado sempre quando necessário redirecionar o foco para questões de interesse do GF e

isso aconteceu, em alguns momentos. Nesse contexto, elencaram-se diversos pontos que emergiram da construção da narrativa do GF.

1. Percepção de identidade Xukuru do Ororubá e de unidade grupal: esse foi um ponto relevante, pois trouxe a compreensão de como o grupo se percebia, quais as impressões de si e de seu povo – sua identidade social. Os participantes expressaram a ideia de um povo guerreiro e conquistador de direitos. Porém, falaram das marcas de discriminações e perseguições enfrentadas, bem como de medo de retaliação de fazendeiros. As concepções de si próprio e do povo Xucuru propiciaram um sentimento de coletividade.

O povo Xukuru do Ororubá, esse é um povo sofrido, é um povo batalhador, reconquistou o seu território agora recentemente... (...)

(...) Discriminado também, né! (...)

(...) Discriminado, perseguido, vitorioso... (...)

É bom a gente viver aqui porque, aqui, é onde tá a nossa raiz a nossa cultura, nossa terra onde a gente lutou e brigou tanto por ela, então eu particularmente não tenho plano de sair daqui não.

Não tem lugar melhor pra se criar seus filhos do [que] aqui nas nossas aldeia, pra uma criança, longe de droga, de prostituição (tranquilidade! Lembra outro integrante do grupo). E quando tem alguma coisa é porque já vem de fora, por conta do acesso que é muito livre... Mas se num fosse isso...

Muitos tinha medo de se aliar na causa indígena, e fazer parte; outros que não reconhecia seus direitos, que era índio, e que aqui era uma aldeia, ai ficava separado... E ele ficava com um grupo de pessoas, como o pai dele era um do começo de Xicão, que ficava mais ele (ao mesmo tempo que fala, aponta para um dos integrantes do grupo – José – e alguém diz: o pai de José!) sim, ai quer dizer que Xicão lutava com um grupo de gente. A aldeia toda, toda aldeia era índio, o grupo é que se identificava que não tinham medo e dizia sou índio, por causa... mermo porque temia os fazendeiros, né.

2. Problemas elencados: Esse foi o item mais denso e os vários problemas vivenciados pelos jovens são de diferentes proporções.

- a) Violência doméstica: no caso em destaque, percebeu-se que a agressão intrafamiliar provocou o assassinato, com repercussões de medo e ameaças entre os familiares.

(...) ela foi matou uma tia minha e depois um tio meu, de outros parente, matou um tio meu aí pronto (...) as vezes o menino briga, as vezes os meninos pega uma arma, pega qualquer coisa, minha menina morre de medo ela tava tão agitada que ela disse assim eu vou lhe matar, ela viu isso na casa de vó, ela ia matar a minha outra menina, eu cheguei na hora se eu não tivesse chegado ela tinha feito um arte na outra, aí eu não quero que o que aconteceu na minha casa o que aconteceu na casa de vó muitos anos atrás. Eu num quero que aconteça na minha casa...

- b) Uso de álcool: problema levantado também no grupo de índios mais velhos. Um problema social afetando a vida do povo. Os participantes compreenderam que existia um conflito de interesses, quando os próprios índios vendiam as bebidas.

Hoje em dia um grave problema que a gente encontra aqui é o álcool, o álcool tá trazendo muito prejuízo, até pra quem não tem nada a ver com a história, ele traz (...)

(...) A bebida alcoólica tá trazendo muita coisa errada na nossa comunidade, não foi a primeira nem a segunda vez que o cacique tenta resolver, mas são pessoas maiores que sabem o que quer da sua vida e eu acho assim, o ser humano, cada um sabe qual o seu objetivo, cada um sabe o que quer de melhor pra si (...)

Até mesmo os próprios índios, os próprios índios não vivem sem a bebida alcoólica... Porque já vem de década, de pessoa que vem de família em família e pra quem tá naquele vício não deixa, não deixa...

Depois que isso tá na vida faz mal pra pessoa tá consumindo até pra o próprio vendedor também que as vez ele tem o costume de consumir também, mas ele prejudica a vida dele, porque num arruma nada pra vida dele, porque muitos pai de família não tem um emprego pra sobreviver, aí o que tinha que conseguir com que pra sobreviver com sua família... como se diz, a polícia vem, derrama, ela numa vai matar, roubar, pra conseguir sobreviver, aí é isso...

Bom, a dificuldade que só tem é essa mesma é o álcool que tá avançando cada vez mais... Vem né, jogam fora, fecham, mas é perdido (...) depois continua tudo de novo. Se fosse só pro consumo tudo bem, dava pra ser controlado (...)

Assim, por conta da bebida, da falta de respeito pelos (pela) própria liderança, falta de respeito de um para com o outro.

Então, no decorrer do tempo e tanto as lideranças quanto as autoridades esquecem um pouco, volta a mesma coisa.

- c) Emprego: esse foi o ponto com muito tempo de discussão e sempre voltava à tona, mesmo tendo, aparentemente, sido esgotado, com argumentos de que precisavam sair do território para arrumar emprego, existindo emprego para pessoas de fora do território e essas pessoas tendo dificuldade em lidar com o povo. Foi uma inquietação relativa ao contexto social contemporâneo, independentemente de ser índio ou não. O que emergiu como “não dito” foi a quase impossibilidade de viver da terra, ponto esse que se transformou em um dilema entre os mais velhos e os mais jovens. Um dos participantes, inclusive, mostrou o emprego como garantia de estabilidade e independência.

Mas o que me preocupa mais aqui na minha comunidade é ver algumas crianças necessitando de ajuda financeira (choro) que têm muitas. Tem pessoas que conseguiram algum emprego e outras não. Mas se você observar bem, têm pessoas passando necessidade e de certa forma, como Leila disse, essa gente mora em uma comunidade que um se preocupa com o outro, e você vê aquela criança precisando de algo, muitas vezes até de um prato de comida, você se preocupa.

A maioria tá sendo obrigada a sair pra fora, porque o lugar que tem pra dar emprego pros que têm, não traz de fora... Vamos supor, vou dar um exemplo: tem muitos estudantes que já terminaram seus estudos e foram obrigado(s) a sair pra fora porque aqui não tem (emprego. Então, a vaga que tem que ficar uma pessoa daqui da área, não, trouxe de fora. E aí a gente que vai falar é ruim, é porque a gente quer tudo pra si, só que eu não falo não é por mim, porque eu não tenho estudo, nem capacidade pra pegar um emprego desses, né, de caneta, eu num tenho, e mesmo que tivesse não tenho paciência de lutar com a comunidade. Então o pessoal tá sendo obrigado a sair daqui pra arrumar emprego fora. Então o eu a gente queria pelo menos que ficasse as pessoas que já tão, pra não vir de lá fora, porque a gente se acha mal, todos aqui acham, porque a gente tem a capacidade, mas não tem como pegar um emprego porque o pessoal de fora já tem ocupado suas vagas.

Eu tô com 26 anos e o único emprego que surgiu pra mim até agora, eu consegui graças a Deus, porque eu tinha estudo, mas têm pessoas aqui na comunidade que têm estudo, tão se esforçando, têm vontade de fazer uma faculdade, mas a gente sabe que quando você se desloca de sua comunidade pra chegar em outra, ou você passa fome ou se você num tiver 10 centavos pra comer um pão você pira de fome... Tem xerox de material tem tudo, e têm pessoas aqui que diz: “eu tenho vontade de fazer uma faculdade, mas não

tenho com que, porque não tem emprego”. São pessoas que têm vontade de crescer e continuar na sua comunidade.

Hoje eu tô com um emprego aqui garantido né, e vou pra onde eu quero, chego a hora que quero, saio a hora que quero, nem escuto nem falo!

(...) o camarada morre de fome se quiser, porque tem a terra pra plantar. Só que se eu estudei, eu não quero passar o resto da minha vida no cabo da enxada, porque pra o cabo da enxada não precisa estudar. Então se eu tô estudando é porque eu penso mais adiante, penso num futuro melhor... Ter a terra tem, mas eu não tenho o recurso pra comprar uma cabeça de um bicho pra botar na terra.

(...) se a pessoa batalhou, concluiu seus estudos na faculdade, não (quer) viver apenas de agricultura, porque a agricultura dá a sobrevivência, só de sobreviver mesmo, mas precisar de algo, ela num dá não... (...)

(...) se todo mundo resolver botar roçado não vai ter mais terra pra plantar, não vai ter quem consome aquilo mesmo...

Aí porque se tem numa casa 2 empregado, então,... vamos supor por um exemplo: na minha casa não tem nenhuma empregado, eu vou ficar com nenhum emprego e minha vizinha com dois, porque ela tem 2 filho em casa e todos 2 empregado e eu sem nada! Então a gente deveria olhar o quê? A vida de cada um; não é obrigado eu chegar de lá, assim, dizer, ó minha gente, aqui, vamo supor um exemplo, têm 1.000 famílias; eu vou dar emprego pra todas 1.000. Não é assim... Vamos dar pra uns, deixar o outro ali ter também, porque não é obrigado você empregar todos dentro de uma casa e o vizinho ali sem nada. Então vai dar, se o vizinho tiver o bom coração, vai dar alguma coisa pra você. E se não? A revolta é essa gente...

Aí surgiu o amigo da escola, que por sinal minha mãe e minha irmã, vendo meu sofrimento dentro de casa, disse (disseram): “eu tendo filho um atrás do outro”. E ela dizia que mandou 2 litro de leite pra coordenadora dela, pedindo ajuda pra mim, o que é que ela poderia fazer comigo... E quando foi mais ou menos uma semana, ela já mandou me chamar, já botou pra mim trabalhar, eu ganhava R\$150,00... eu passei uma necessidade tão grande dentro de casa, não ter um pão, uma bolacha, porque eu trabalho na roça com o marido e o trabalho na roça tem o feijão, tem a farinha, tem o milho pra poder fazer um cuscuz. Mas assim, o que eles queriam, a gente não poderia dar... E hoje, por eu ter o meu, é pouco, é R\$150,00, mas é uma benção mandada por Deus, e vê assim do lado, uma panela de barro cheia de feijão, farinha, arroz, e olhar assim e num vê um pedaço nem que seja de carne, isso dói muito. Eu hoje eu tenho meu emprego, desde os meus 18 ano, mas quando eu recebo o meu salário, eu digo esse aqui é pra esse, esse daqui é pra esse... Se eu for comprar uma coisa pra o meu filho e eu vê que eu num posso comprar pra os 3 dela, eu num compro, porque eu sei que meu filho vai ficar feliz, mas ela não vai. E não é fácil, eu me revolto, já disse ao meu próprio coordenador, é que têm casas que têm pessoas solteiras com 2, 3 emprego...

- d) A vida de antes. Os Xukuru do Ororubá sentiam medo de possíveis assaltos, mas, ao mesmo tempo, no território, atualmente, não existe o medo da perseguição dos fazendeiros.

É um lugar calmo... Agora, aconteceu umas coisa ai, você fica um pouco intranquilo, mas antes você podia dormir com as porta aberta.

Aquele tempo de opressão já se foi, hoje eu tenho minha liberdade, eu vou lá pra cima, vou viver lá com meu pai e com meu povo...

- e) Educação: ressentiam-se da falta de políticas públicas de incentivo, como bolsas de estudo para manutenção do estudante.

O que a gente sente muita falta é a oportunidade de faculdades, pra gente cursar o curso e atuar em diversas áreas. Como o cacique já falou na última reunião aqui, a gente tem vagas pra veterinário, engenheiro agrônomo, pra enfermagem também, só que não temos a oportunidade lá fora (Damião interrompe e diz: tem os estudo, mas não têm as condição financeira), não temos recurso pra bancar uma faculdade, tem a vaga aberta na faculdade, mas não tem como se manter, como comprar os materiais, como pagar uma condução, comprar um lanche, então a sustentabilidade dos jovens tá muito fraca aqui dentro...

Falam que A FUNAI dá; ela dá, só que a gente termina o estudo, mas quando vai partir pra querer fazer uma faculdade, um curso, que precisa de uma ajuda, a gente chega lá na FUNAI, ela diz que num vai dar, que não pode; a pessoa termina o estudo que não deu em nada, estudou em vão, não tem objetivo de estudo.

Um exemplo mesmo, meu marido ele é ACD (agente de consultório dentário). Ele pra fazer o curso dele, primeiro, teve iria pagar; ainda pagou um mês, aí depois ele chegou a desistir, porque num tinha condições. O que ele ganhava era pouco demais pra sustentar meu filho e ele tem um problema nas perna, aí eu falei assim: “Mas num desista; a gente vai dar um jeito; eu ganho, eu tenho uma bolsa família, então a gente vai ter que passar dificuldades em casa, mas você vai conseguir fazer o curso.” Aí desde que era um ano, todo vez que ele chegava lá, tem que ter dinheiro, tem que comprar farda, tem que comprar o sapato, tudo branco, eu não tenho condições, eu disse: “Não a gente vai lá em Paulinho, mãe tem ficha lá, eu dou um jeito, a gente compra pelo menos o sapato e a calça, agora; a bata você vai ter que mandar fazer pra botar o símbolo.” Aí ele disse: “Não, eu vou desistir.” Aí eu disse: “Não, você não vai desistir! Aí fiquei tomando dinheiro emprestado, trabalhando feito uma louca. Então passamos muitas dificuldades. Hoje a prefeitura foi assumiu o débito né, aí ficaram pagando, graças a Deus ele terminou o curso, aí agora tem que fazer outros (...).

- f) Brigar para conseguir os objetivos que se tem. Percepção de que para conseguir o que se desejava era necessário brigar. Brigar por um emprego, por um curso...

A gente sabe o que a gente quer; a gente sabe o que a gente tem direito (...) Então, se eu mereço, o que eu mereço eu vou atrás... (...) que hoje eu posso me garantir, (sou) uma mulher de coragem, enfrento tudo...

Então, foi uma mudança, mudou completamente sabe... porque eu vivia oprimido, eu vivia dependente debaixo do pé daquela pessoa. Hoje em dia, mal dou as cara por lá; vou pra onde eu quero...

(...) vou atrás dos meus direitos. Então, se eu mereço, o que eu mereço, eu vou atrás...

3. Percepção de que precisavam de ajuda externa. Necessidade de ampliação de serviços para ajudá-los, como o Programa Bolsa Família e psicólogos.

Eu achava que assim, para nós mesmo, precisamos de psicólogos em sala de aula, porque uma criança bate em outra e você diz assim: “Eu vou bater nele porque eu vi o meu pai bater na minha mãe.” Eu não posso bater e principalmente pra esses jovens que tão se incentivando muito na bebida alcoólica, em querer chegar armado em sala de aula e o quer a gente não que pra gente a gente não quer pros outro! Isso mesmo me preocupa muito...

(...) O que ele ganhava era pouco demais pra sustentar meu filho e ele tem um problema nas perna. Aí eu falei assim, mas num desista a gente vai dá um jeito; eu ganho, eu tenho uma bolsa família, então a gente vai ter que passar dificuldades em casa mas você vai conseguir fazer o curso (...)

4. Importância de “Xicão” e a retomada do território para uma melhor qualidade de vida.

Demorou, mas custou; ele conseguiu de volta sua terra. Depois que a gente conseguiu as nossas terra, muito coisa mudou pra gente, ao contrário de antes, que a gente não tinha a nossa terra em nossa mão; graças ao cacique Xicão e ao nosso cacique Marcos que é muito dinâmico, mas teve os avanço e teve as dificuldade, que eu tenho fé que vai, que nós vamos conseguir...

Lembro até que meu pai tinha até uma terrinha pequenininha, várias outras famílias tinha, não todas. Então a gente foi começando, foi na época que as terra foi homologada, foro demarcada, ocupada, entendeu, que a gente foi ocupando os espaço dos fazendeiro dos que quiseram sair, dos que foram arrancado, beleza, então foi sendo ocupada, botando roçado, entendeu? Então, a vida do Xukuru do Ororubá hoje é outra, entendeu? Hoje nós temos educação diferenciada, temos saúde e esse pra tá aqui hoje foi muita luta pra tá aqui dentro, então se for comparar a vida do povo Xukuru do Ororubá há 10 anos atrás e hoje, nós vivemos nos céu, aonde a gente vê é pessoas

conhecidas, aonde a gente passa, essa ladeira todinha aqui é livre só pra gente, quem quiser vir também venha que ela é maravilhosa, então é isso.

5. “Xicão”: respeito/temor e admiração do grupo. Achavam que se “Xicão” estivesse vivo, a vida era ainda melhor, por sua capacidade de liderança. Essa liderança, entretanto, era forte e temida, pois sua palavra não era contrariada.

Eu morava ali no Curral velho, ele ia, levava a cesta andando pro Curral velho num carrinho velho, ele chegava lá... A gente tirou muitas fotos. Lá na fazenda tem muitas fotos eles entregando... Hoje eles faz uma festa pra gente lá. Hoje eu moro aqui, faz 7 anos, a falta aqui de Xicão é maior, eu acho que Xicão faz mais falta, porque comigo mesmo, tudo que eu precisou eu tava lá com ele...

Aí é uma falta que a gente nunca vai superar, porque certo que o filho dele assumiu só que não ocupa o lugar dele, (não vai preencher nunca! – interrompe uma integrante do grupo), não vai preencher nunca, porque ele era um. Marquinhos hoje é outro.

Se Xicão fosse vivo, meu fi, as coisa ia tá muito diferente... então se Xicão fosse vivo hoje, a própria comunidade indígena daqui dos Xukuru talvez teria uma outra conhecimento, sabe?

Não, em termo de respeito, principalmente, porque ele queria as coisas, ai daquele que dissesse que não! Se ele dissesse que era um pau, ninguém dizia que era uma pedra, ele era um homem... que tenha pulso forte... Os dois homens de fibra mesmo era Xicão e João Virãs. (São duas lideranças que se dissesse é assim, é assim! – interrompe uma integrante do grupo)

Quando Xicão abria a boca e dizia isso aqui é um pau então é um pau e eu tenho certeza que o representante, algum representante, que eu não vou especificar nomes até porque é uma questão de ética, e o próprio cacique chegasse e dissesse minha gente é assim, todo mundo ia dizer que é assim...

Um dia eu fui num lugar ali e quando eu dei fé lá vem o carro dele [refere-se ao líder atual], num carro, evolução né? E quando Xicão andava era nisso aqui (e aponta para o pé), pra todo canto. No seu carro muito chique, se eu não tinha saído da frente, ele passava por cima.

6. Questionamentos caracterizam a relação dos jovens índios Xukuru do Ororubá com o cacique Marcos, substituto de “Xicão”.

É assim, do cacique Marquinhos que é a nossa liderança, de algumas pessoas existe muito respeito por ele, mas tem alguns que não tão nem ai (...).

(...) só que eu acho, que hoje, que do jeito que as coisas estão, que algumas pessoas, entre aspas, que não temem ele, hoje não tem mais como...

Aí, eu acho assim que por conta de o Cacique Marquinho ser de outra maneira, o respeito não tá existindo muito com ele...

Só que tem outra diferença também, por causa que as vezes o cacique Marquinhos tem coisas, assim que tinha capacidade de uma palavra de incentivo, e qualquer pessoa que ele olha e diz a palavra, quer obedecer a ele, e ele não dá! Isso também nós concorda que isso acontece, mas também tem uma diferença de Xicão pra Marquinhos também, porque o cacique Xicão antes, ele trabalhava com um grupo de pessoas, por causa da questão dos fazendeiros (...). E os outros não, ficavam recuado por causa dos fazendeiros, quer dizer que era um grupo de gente né, poucas pessoas, 50 pessoas, 100 pessoas no mínimo, e hoje é 24 aldeia, as mesma aldeia, em torno de 10.000 índios e nem todos são um pensamento só, pra ter um respeito e uma consideração por ele, né.

- a) Ocorreram reflexões críticas de integrantes do grupo; entretanto, compreendiam a necessidade de o Cacique Marcos ser reconhecido como liderança no grupo, atenuando as críticas em face de ele ter assumido o cacicado jovem e ter problemas psicológicos por conta da pressão.

Então a gente tem que ter respeito por aquele cacique que está ali e a gente tira pelo que aconteceu semana passada (mas a assistência é menos pra ele, interrompe um integrante do grupo), mas você veja que aqui a gente tem duzentas e oitenta e poucas famílias e se contava nos dedo quem tava aí...

E que esse assunto aí do cacique Xicão, do cacique Marquinho... É o seguinte: na minha opinião, não existe muita diferença não; existe diferença entre o cacique Xicão e o cacique Marquinho. Existe e não existe! Por que existe? Porque nenhuma pessoa é igual a outra entendeu, infelizmente, pra má sorte do povo Xukuru, tiraro a vida do cacique Xicão, ele se foi. Mas, ao mesmo tempo, desde Marquinhos criança, que Xicão já sabia, que Marquinhos era, ia ser cacique do povo Xukuru, o pajé já sabia, só que ninguém não sabia... Só que Xicão, o pajé já sabia, que Marquinhos ia ser cacique do povo Xukuru, entendeu... Só que ninguém imaginava como, entendeu, então pela má sorte o cacique Xicão foi assassinado. Só que Marquinho, quando ele iniciou o cacicado dele, Marquinhos era um jovem entendeu? Marquinho era um jovem, foi muita pressão em cima dele, entendeu? Eu conheço a história um pouco e ele sofreu muito, entendeu? Naquele momento de empolgação entendeu, acontece com qualquer um, vai assumir tal cargo. Ah eu quero! Claro que eu quero! Mas as consequências daquilo ali, aí o cacique Marquinhos viu que o negócio não era bom, entendeu. Então, ele sofreu muito, ele precisou sair daqui, entendeu, pra fora, entendeu, teve acompanhamento psicológico, ele sofreu muito, o cacique Marquinhos, entendeu. Então depois foi que ele foi, o povo foi conhecer, reconhecendo depois, estudando e atingindo a causa indígena. Então hoje, na minha opinião, ele é uma ótima pessoa, um ótimo cacique, ele não é igual ao pai,

ninguém é igual a ninguém, entendeu! Só que também tem uma coisa, o povo indígena, o povo indígena dessa aldeia aqui entendeu, contribuiu e contribui para ficar essa desigualdade entre cacique e índio!

O que eu acho um grande erro, porque se a gente for ver na luta do cacique Xicão tudo era mais difícil, tudo era mais perigoso. Então hoje a gente tem liberdade, a gente tem território, vai tá lutando por quê?

- b) Um dilema entre compreender ou não, a postura do atual Cacique. O reconhecimento do cacicado para os jovens foi perpassado pela conquista de emprego.

Aí quando o Zé Alberto era o representante daqui da vila na época, aí ele trazia as feiras né; não era feira, era uma cestinha básica; aí Zé Alberto fazia o quê? Tirava um pouco daquele, dividia, botava dentro de um saco e sempre diminuía o que ele tava trazendo. (...) Porque sempre tinha a desconfiança do representante, que o representante tirava da gente pra dar pros outro lá fora. (...) Xicão! Ai chegou lá e falou assim, Zé Alberto quem deu ordem pra você tirar metade das compras do pessoal?(...)

Aquele que tá atrás de emprego e tem uma família que tá desempregado, vai dizer: “Não eu dei emprego ao outro” (Alguém do grupo interrompe concordando: “É isso mesmo!) Precisa de uma reunião, convoca a comunidade, aí aquele ali diz: “Não, eu num vou não porque ele num me deu emprego, num fez nada por mim; quem tem emprego que vá!” Aí a questão é essa, é porque lutar com pessoas é muito complicado. Ninguém tem, ninguém tem sangue de nós!

Tá certo que ele tem falha, ninguém é perfeito, entendeu, mas só que o povo também devia ver a lógica e do jeito que a gente começou a gente tinha que seguir a vida... Mas não; aqui tá sendo... (Um integrante interrompe dizendo: “Porque como é que ele vai criar mais de 10.000 emprego?”)

7. Terreiro sagrado: os rituais como uma marca na resistência indígena, mas estão sendo pouco vivenciados.

Hoje em dia os terreiro tão aí, entendeu? Depois de muito pelejar, algumas aldeia, algumas, porque mesmo lá onde começou tudo no terreiro de Pedra D'água, lá não tem mais toré, e aonde tem? Entendeu...?

A gente observando, o que preocupa é a situação, pra nós, Marcos, não tem como, porque ele tem que terminar o trabalho que Xicão começou. Mas como amiga Leila falou aqui e Jorge, se você observar, o representante não vai numa reunião, ou num ritual, se conta as pessoas que estão lá.

8. Perspectiva de Futuro. Com a falta de emprego e medo das drogas, o GF apontou para o desejo de que surgissem outras possibilidades. A terra apareceu como território e não como uma fonte de renda.

Eu espero que o futuro, ele seja igual o futuro da nossa terra, que mude! Que venham psicólogos para as escolas, pra nossa comunidade, porque eu nunca fumei maconha, mas também teve um certo dia aqui, que tinha um grupinho de gente sentado, e eu digo assim, não era cigarro e era um fedor estranho que quando eu cheguei em casa eu cheguei doidinha, eu num tava fumando, mas senti... Espero que nosso cacique, Deus dê mais paciência a ele pra ele poder tomar de conta, que ele consiga emprego para os nossos jovens, porque a maioria dos jovens que vevi aqui são revoltado, pela falta de emprego, terminar seus estudos e não poder fazer nada por sua comunidade... aonde tem tudo a oferecer... Só acho assim um pouquinho de ajuda, sei lá, eu num sei o que fazer, mas eu espero seja brilhante, não seja como está agora...

E eu penso no futuro do meus filhos, que se agora, eu vejo muita gente passando necessidade, muitas vezes de, colegas de escola, tem os colegas de escola, por quê? Porque na casa de fulano tem isso e na minha não tem! Se cria crianças assim revoltada... É... Surge oportunidade de emprego, vai dar emprego a quem já tem um ou dois ou três emprego. Dê àquele que está precisando, nem que seja de um, é revoltante... O futuro daqui primeiramente só Deus!

Aqui o nosso povo, eu, meu sonho é eu arrumar um emprego, mudar minha vida, ter mais uns recursos, mudar minha roupa, porque hoje, agora no momento, infelizmente eu vivo às custas de meu pai que é aposentado, mas o que ele ganha só dá pra gente comer, porque o governo é malandro, ele aumenta o salário e aumenta o preço das coisas, não dá pra nada, entendeu... Então, o meu objetivo é, tô estudando, quero arrumar o meu emprego...

9. Viver e ser Xukuru do Ororubá era melhor do que estar fora do território. Apesar das dificuldades apontadas, os jovens pareceram ter relação forte com o território, mas almejavam uma vida com oportunidades, emprego, cultura, diversão e esportes.

Vontade de sair daqui eu num tenho, entendeu, porque se for pra tá só aposentado, eu vou tá no mei também... porque eu vou ser o último índio a sair daqui, porque eu sofri, e quem sofreu também bote na cabeça, que se for pra mim sair, eu só saio morto... Saiu, pode vir que eu vou tá aqui ainda... Porque eu sofri, eu sofri em ponta de revolver, e sei o que é gostar de tá aqui, então eu tenho a dizer é que os responsáveis por essa área, as lideranças, façam com que ficasse uma melhora pra nós jovens, porque a questão do alcoolismo entendeu, aqui não tem esportes, a questão da cultura, também a cultura é a gente tem que manter ela, no nosso território, mas tem que ter um incentivo, tem que ter um incentivo pra diversão, porque somos jovens, entendeu, que a gente precisa entendeu... (...).

Esses oito pontos destacados e alinhados a partir dos conteúdos que emergiram do diálogo entre os participantes do GF sobre a vida na aldeia e seus dilemas possibilitaram traçar a trajetória dos Xukuru do Ororubá, em seus mais diversos aspectos. A tabela abaixo apresenta as legendas para se compreender graficamente os signos utilizados.

Quadro 3 - legenda para se compreender o traçado da trajetória de vida dos jovens índios Xukuru do Ororubá.

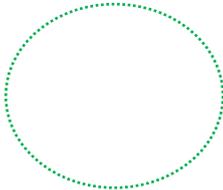
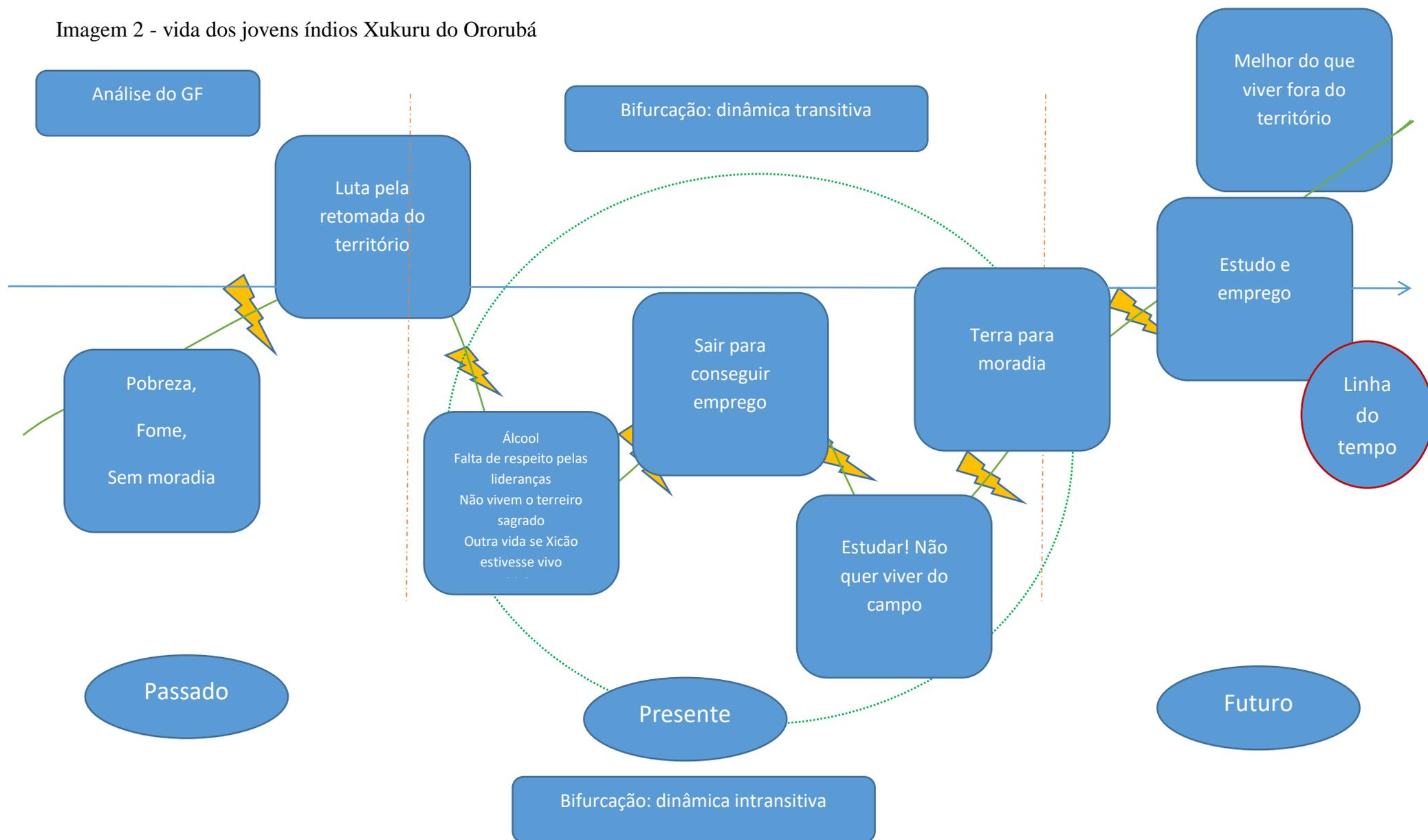
Signos	Entendimento
	Linha do tempo sem intercorrências
	Recorte do tempo presente (momento em que acontece o GF)
	Principais assuntos que emergiram no tempo presente no GF
	Curso da dinâmica da trajetória traçada
	Linha do tempo a partir de algum corte na trajetória de vida dos Xukuru do Ororubá
	Linha do tempo se não tivessem ocorrido rupturas nas trajetórias de vida dos Xukuru do Ororubá
	Indicativo em 2010 dos dilemas apresentados em 2016
	Conteúdo central abordado em cada assembleia de 2002 a 2016
	Indicativo de uma ruptura na trajetória de vida dos Xukuru do Ororubá

Imagem 2 - vida dos jovens índios Xukuru do Ororubá



O GF trouxe três marcas distintas para tratar sobre a vida dos Xukuru do Ororubá que puderam ser localizadas em uma linha de tempo: passado, presente e futuro. Para demarcar o passado, os índios partiram da discussão de pobreza e isolamento social e reconheceram a importância da retomada do território para uma melhor qualidade de vida. Percebeu-se nesse extrato que o território foi uma ruptura para promoção de um bem estar coletivo.

No tempo presente, os problemas colocados apresentam-se, cada um, como uma ruptura no sentido de coletividade e de desejos para a vida. Apesar de terem a posse do território, almejavam emprego e estudo. Em contrapartida, precisavam conviver com o problema do álcool e com o anseio de querer viver na terra e não pela terra. Ocorreu uma grande concentração de narrativas sobre a empregabilidade e isso podendo vir a ameaçar o sentido de pertença (pois almejavam outras coisas), de coletividade, respeito ao próximo e as lideranças.

A perspectiva de futuro, conseqüentemente, trouxe o desejo de emprego e estudo, tais quais os jovens não indígenas. Emergiu uma preocupação sobre como seria a sobrevivência (mais uma vez, com pouca inclinação para viver da agricultura e pecuária). Entretanto, independentemente dos problemas que os envolviam, reconheceram que viver no território Xukuru do Ororubá trazia uma sensação de proteção e reconhecimento das mobilizações do povo.

Assim, o resumo dos principais aspectos que emergiram no GF foi:

- Identificação da historia de Elizabete com a persistência de objetivos na vida.
- Identificação da historia de Elizabete com a própria história de mobilizações dos Xukuru do Ororubá.
- Percepção de identidade Xukuru do Ororubá e de pertença grupal
- Problemas vivenciados: violência doméstica; álcool; falta de emprego; violência social; falta de oportunidade educacional; percepção de que para conseguir as coisas eles têm de brigar.
- Percepção de que precisavam de ajuda externa.
- Importância de “Xicão”.
- “Xicão”: respeito/temor e admiração do grupo.
- Liderança com fragilidade do Cacique Marcos.
- Terreiro sagrado: rituais pouco vivenciados.
- Perspectiva de Futuro.
- Viver e ser Xukuru do Ororubá.

Deste modo, o GF versou sobre a possibilidade dos índios jovens pensarem sobre suas vidas e isso foi possível ser organizado em uma linha temporal que buscou representar esse percurso. Entretanto, existiam tensões nesse caminhar. Demonstram querer continuar no território, mas o desejo vai além de viver da terra: os jovens queriam estudos e empregos, mesmo permanecendo na sua terra.

Existia um forte reconhecimento da atuação de “Xicão” e a importância da retomada do território. Porém, era frágil o reconhecimento do atual Cacique (Marcos) e da importância de se viver os costumes tradicionais. O GF também revelou existir fragilidade na vida dos Xukuru do Ororubá e forte desejo de mudanças, mesmo valorizando as conquistas e tradições do povo indígena. Essas reflexões, atreladas às discussões das Assembleias, propiciaram o contexto aos diálogos do GF.

4.2 As assembleias anuais dos Xukuru do Ororubá

As assembleias anuais foram iniciadas em 2001, mas não houve registro escrito da primeira reunião. Acontecem sempre na mesma data, de 17 a 20 de maio, sendo neste último dia a culminância com uma missa no local onde “Xicão” e outros guerreiros estão “plantados”. Os índios descem a Serra do Ororubá até Pesqueira, com gritos, anunciando que “Xicão” não morreu e clamando por justiça, dignidade, respeito e mobilizações por seus direitos.

Imagem 3: Descida da Serra do Ororubá para Pesqueira, após a missa para “Xicão”²⁴



²⁴Imagem Disponível em: https://www.google.com.br/search?hl=pt-BR&site=img&tbm=isch&source=hp&biw=1024&bih=509&q=%C3%ADndios+xukuru&oq=%C3%ADndios+xukuru&gs_l=img.3...1708.4636.0.5456.13.9.0.4.4.0.326.1169.0j1j3j1.5.0....0...1ac.1.64.i

Esse ato aglutina povos de diferentes etnias, universidades, ONG's, sociedade civil, igreja católica, políticos e outros apoiadores da causa indígena.

O objetivo das Assembleias é discutir um tema específico, considerado importante entre as lideranças para a causa indígena e, assim, possa aglutinar esforços durante o ano. Contam com a ampla participação das 23 aldeias que compõem o território Xukuru do Ororubá. As assembleias acontecem em aldeias diferentes ao longo dos anos, e os índios aproveitam a ocasião para fortalecer os laços e os rituais sagrados. A pajelança sempre inicia os trabalhos do dia. A maioria fica acampada no local do evento, sempre compartilhando dormitórios, sanitários e refeições entre si e com os convidados.

Imagem 4: Assembleia/2015 (Fonte: Banco de imagem da pesquisadora)



Serão apresentadas as cartas das Assembleias de 2002 a 2016 e da I Assembleia da Juventude Indígena do Nordeste (2016)²⁵. As cartas estão disponíveis na íntegra no anexo D. Entretanto, realizou-se uma análise dos conteúdos extrínsecos e intrínsecos sobre cada uma delas.

As discussões iniciais foram pautadas tendo como referência a importância da retomada do território para os Xukuru do Ororubá e tendo como perspectiva a melhoria na qualidade de vida desse povo. A posse da terra trouxe, além de moradia, as possibilidades de plantar, criar animais e ter um meio de subsistência. Entretanto, o assassinato do Cacique “Xicão”, mobilizou

mg..4.5.1163...0j0i24k1.VUD0e-3qHM0#hl=pt-

BR&tbm=isch&q=%C3%ADndios+xukuru+do+ororub%C3%A1&*&imgcr=wocys1M4eRzbEM:

²⁵ Essa carta foi incluída, pois a Assembleia da Juventude Indígena do Nordeste teve sua primeira realização sediada pelos Xukuru do Ororubá e aconteceu na sequência da assembleia anual de 21 a 23 de maio de 2016, contando com a mesma organização e muitos dos mesmos participantes.

os indígenas, incitando-os a refletirem sobre a necessidade de organizarem-se por meio de assembleias, no intuito de reunir o povo e todos sentirem-se responsáveis pelas mobilizações e garantia dos direitos adquiridos e a conquistar.

Percebem-se assim, como destaques, os seguintes assuntos latentes abordados nas assembleias, alçados pela pesquisadora, a partir da análise das cartas-síntese. Os Xukuru do Ororubá tratam os temas a partir de outra nomeação, ou seja, a partir de um tópico organizador da pauta. Em resumo os temas abordados nas Assembleias são:

- 2001: (não houve produção da carta/documento)
- 2002: Território livre
- 2003: Continuidade na luta por um território livre
- 2004: Políticas públicas e metas coletivas
- 2005: Participação e engajamento dos jovens
- 2006: Fortalecimento da identidade Xukuru do Ororubá
- 2007: Perspectiva de futuro baseada em seus valores, costumes e tradições.
- 2008: Memória, avanços internos e entraves nacionais para luta indígena.
- 2009: Clamor por justiça e remissão das perseguições/assassinatos
- 2010: Engajamento dos jovens e o respeito às lideranças – neste ano foi realizado o GF
- 2011: Memória dos 10 anos de Assembleias
- 2012: Terra para uso coletivo, sem acúmulo de riquezas.
- 2013: Ameaça de perder direitos constitucionais por causa das PECs; fortalecimento para continuar lutando por meio dos encantados.
- 2014: Organização de usufruto coletivo, por meio da problemática da água.
- 2015: Luta externa e interna para o bem viver e ser Xukuru do Ororubá.
- 2016: Fortalecimento da agricultura pela educação.
- 2016: I Assembleia da Juventude Indígena do Nordeste: A juventude e suas reivindicações de futuro.

4.2.1 Análise das cartas das Assembleias

Com base nas reflexões empreendidas por Zittoun (2009, 2014), Zittoun et. al. (2011), parte-se do princípio de que a retomada do território é o eixo que une os indígenas nas

assembleias para discutirem sobre os mais diversos aspectos inerentes às questões de tradição, resistência e projetos para o futuro.

Tópicos latentes emergem na discussão das assembleias, para além, muitas vezes, do tema a que os índios se propõem debater. Esse aspecto tem grande interesse para se perceber as nuances que estão afetando suas vidas e, conseqüentemente, os aspectos que põem em riscos projetos de futuro imbricados com a cultura, com a luta travada, com suas tradições, resistências e possibilidades de um vir a ser, sem deixar de se reconhecer pertencente àquele movimento social que os envolvem.

Será apresentada a seguir a análise de cada carta, em detalhes, realçando-se o entendimento das discussões de cada assembleia, com seus pontos centrais e extratos contidos nos textos que registraram as discussões. Percebem-se assim os destaques em cada assembleia.

- Carta da II Assembleia do Povo Xukuru do Ororubá (2002): o que é um território livre?
 - ✓ Local: Aldeia São José
 - ✓ Cerca de 300 participantes
 - ✓ Discussão central: o que é um território livre?²⁶

Essa carta teve uma força simbólica, pois representou a apresentação pública da homologação das terras. A assembleia acontece pela segunda vez, mas é a primeira que foi registrada e se constituiu em um documento, com representatividade de índios de todas as aldeias do Povo Xukuru do Ororubá, por isso é considerada a homologação das terras indígenas.

A carta parece responder a questões internas e externas à aldeia. Externas, quando afirmam pensar diferente da sociedade, por serem guiados por costumes, usos e tradições herdados pelos antepassados.

Não basta, entretanto, ter a terra; é preciso pensar coletivamente a respeito de seu uso. Antes da homologação, os índios estavam dispersos, vivendo segundo princípios próprios. A partir desse momento, há um reconhecimento jurídico de um povo e para tanto eles necessitam de regras baseadas em princípios e valores comuns que os caracterizam enquanto índios da etnia Xukuru do Ororubá.

²⁶ Esse tema que aparece na discussão central faz parte do que emerge nos registros das cartas, como um tema que se constrói, muitas vezes, de forma latente entre o grupo durante as assembleias. Portanto, faz parte de uma percepção/análise da pesquisadora.

Nós Xukuru, entendemos que como povo indígena, pensamos diferente da sociedade que nos rodeia. Acreditamos que a nossa terra é um bem dado por Tupã para nela possamos viver livremente, de acordo com nossos costumes, usos e tradições deixados por nossos antepassados²⁷.

Quanto às questões internas, a comunidade precisa ter em vista aspectos como:

- continuidade da luta pela terra. Embora a terra tenha sido homologada, ainda há uma parte a ser reconhecida e incorporada; a demarcação territorial não parece ser algo completamente confiável;
- as atividades no território precisam ser guiadas pelos antepassados, respeitando-se a partilha coletiva e a natureza sagrada, apontado também para o desenvolvimento de uma agricultura sustentável;
- partilha sobre as responsabilidades que terão, como a segurança, e a representação de cada aldeia para fortalecer a organização e a visibilidade de cada necessidade específica;
- saúde pautada no respeito à natureza sagrada, valorizando, mais uma vez, costumes, tradições, crenças e saberes tradicionais;
- educação voltada ao fortalecimento de guerreiros e guerreiras para a luta da terra, igualdade de direitos, respeito à natureza e ensinamentos;
- resgate da autoestima fortalecido pelo orgulho de ser índio, manutenção da memória dos antepassados, senso de justiça para prisão dos envolvidos no assassinato do cacique Xicão e comunhão com os demais povos indígenas.

Essa carta é um importante princípio balizador sobre manutenção de costumes, respeito à memória dos antepassados, indicação de como querem ser tratados e apontamentos de futuro. Denota um princípio de organização política e social, respondendo às questões internas (como devem proceder) e externas (como pensam e agem).

Desta forma, nos completamos a construir o nosso Projeto de Futuro, tendo como base: A continuidade da luta pela terra (...); somos todos responsáveis pela sua segurança e dos nossos guerreiros e guerreiras (...); nossa organização tem garantido a representatividade de cada aldeia e de cada índio (...); a saúde que queremos começa com o respeito à natureza sagrada, valorizando os costumes, tradições, crenças e os saberes dos mais velhos sobre as formas de curas tradicionais (...); a nossa educação começa na luta pela terra (...) e busquem um desenvolvimento de igualdade entre todos e todas, respeitando a natureza e seus ensinamentos.

²⁷ Os trechos em itálico são extraídos, na íntegra, das cartas das Assembleias e vão compondo a análise deste tópico para apreensão do sentido que está sendo alçado. As cartas na íntegra estão no Anexo D.

- Carta da III Assembleia do Povo Xukuru do Ororubá (2003): continuidade na luta por um território livre
 - ✓ Local: Aldeia Vila de Cimbres
 - ✓ Mais de 300 pessoas
 - ✓ Discussão central: continuidade na luta por um território livre

Nesse ano, a discussão sobre a continuidade da luta por um território livre vislumbra a construção coletiva de um projeto de futuro. Para pensar essa questão, reúnem-se em um local simbólico para eles, Vila de Cimbres, local onde está a Pedra do Conselho e os índios se agrupam em algumas comemorações para encontrar os “encantados e receber seus conselhos”.

Esta carta parece demonstrar uma questão hierárquica e a organização social que devem seguir e regê-los. Os representantes dos Xukuru do Ororubá são: Pajé, Cacique e o Vice Cacique. Enquanto organização coletiva deve seguir: “Comissão Interna, Associação, Conselho de Saúde (CISXO), Conselho de Educação (COPIXO) e a Assembleia Anual”.

(...) confirmamos a importância e a legitimidade da nossa organização social (...): Pajé; cacique e vice-cacique; Conselho de Representantes; Comissão Interna; Conselho de Saúde (CISXO); Conselho de Educação (COPIXO) e a nossa Assembleia Anual de caráter avaliativo e de planejamento.

Esses lugares não são escolhas aleatórias, mas indicações na “*Natureza Sagrada e confirmação da comunidade*” e reafirmam que são essas instâncias que irão manter um diálogo interno e externo. “*Todos os seus membros são escolhidos pela Natureza Sagrada e confirmados pela Comunidade. (...) esta é a única forma de organização que reconhecemos*”.

Apontam como fator de ameaça ao território livre, pessoas que têm interesses político-econômicos em invadir o território, explorar a fé, assassinar indígenas, tentando incriminar as lideranças; as ameaças resultam em luta pela terra.

Essas pessoas podem fragilizar a organização, o respeito, a segurança e hierarquia do grupo. Por isso chamam a atenção que todos devem se reunir como “*um só povo, em um só território!*” unidos por significados que comungam em torno da “*importância política, cultural, religiosa, econômica e histórica*” das aldeias. Nesse contexto, há uma tentativa de união e reunião e não de divisão!

Há vários consensos, aprovados pela assembleia: um pedido ao Ministério da Justiça para indenização de não índios, que ainda vivem no território, para estes poderem sair (essa

ação é vista como uma proteção ao território e à integridade física); solicitação para que os índios que não desejam viver na terra Ororubá tenham um território demarcado fora da aldeia, pelo Governo Federal; a construção de uma estrada (PE 219) fora do acesso do território; guaritas de proteção de acordo com a organização Xukuru do Ororubá; segurança para as lideranças conforme modelo próprio; implantação de sistemas de comunicação (telefone, rádio comunitária, transporte); prisão e julgamento de outros assassinos.

Essa carta demonstra que os Xukuru do Ororubá são livres no território, mas como qualquer organização social possuem regras e hierarquias escolhidas pelos encantados (tradições). Deixa transparecer que pode estar ocorrendo desorganização e falta de respeito entre si, e necessitam ter lideranças para nortear a vida em comunidade.

(...) No que se refere aos conflitos, encontramos como causas externas, principalmente os interesses político-econômicos de pessoas poderosas, invasoras de nossas terras e daqueles que querem explorar a fé da população em benefício próprio (...) essas pessoas têm assassinado nossos parentes (...) tentando incriminar nossas lideranças. (...) Concluimos a esse respeito pela impossibilidade de qualquer tipo de divisão, seja do nosso território ou do nosso povo. SOMOS UM SÓ POVO, EM UM SÓ TERRITÓRIO!

Destaca-se também uma tensão entre viver com costumes próprios, mas também a necessidade de que órgãos governamentais regulamentem e aprovelem suas práticas. Pedem uma sensibilização para que respeitem o seu modo de vida, baseados em “*costumes, usos e tradições conforme desejam o Pai Tupã, a Mãe Tamain e os Encantados do Ororubá*”. Ainda se faz necessário que outros (de fora) aprovelem e confirmem a identidade indígena.

- Carta da IV Assembleia do Povo Xukuru do Ororubá (2004): políticas públicas e metas coletivas
 - ✓ Tema: Pensando o desenvolvimento do nosso povo a partir do cuidado da mãe natureza
 - ✓ Local: Aldeia São José
 - ✓ Mais de 500 participantes: Povos indígenas Myky (Mato Grosso), Krahô-Kanela, Apinajé, Xerente e Karajá (Tocantins), Anacé (Ceará), Tuxá e Tumbalalá (Bahia), Truká, Kapinawá, Pipipã, Kambiwá e Pankará (Pernambuco), Centro de Cultura Luiz Freire, Serviço de Tecnologias Alternativas/SERTA, CIMI (Conselho Indigenista

Missionário), Centro Diocesano de Apoio ao Pequeno Produtor/CEDAPP, Telephone Cooperativa Audiovisual, pesquisadores da UFPE, UPE, UFPB, UFRN.

- ✓ Discussão central: Políticas Públicas e Metas Coletivas

Primeira vez que a Assembleia tem um tema pré-definido, mas a discussão ainda centra-se no projeto de futuro. Para eles, esse encontro anual fortalece a luta e o avanço na recuperação do território. Discutem que esses problemas são resultantes do processo de colonização sofrido, que os submetem a uma vida escrava, dependente e miserável beneficiadora dos invasores. Fazendo um salto histórico, chegam ao ano de 2004 com a preocupação que não há uma política nacional indigenista no Congresso Nacional, bem como reconhecimento de direitos territoriais para outros povos. A ideia é que o país reconheça e permita o desenvolvimento da diversidade.

(...) a cada ano se consolida e nos garante o avanço na recuperação do nosso território. (...) Preocupa-nos nesse momento a timidez e omissão com que esse Governo tem tratado a questão indígena (...) inclusive com a tentativa de eliminar do texto da Constituição Federal os nossos direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupamos (...) reafirmamos a necessidade de estar vigilantes e somar forças para construir um país onde haja o reconhecimento e respeito à diversidade de povos que compõem a nação (...).

Nesse momento transparece que tiveram uma organização prévia da assembleia anual por meio de pré-assembleias, envolvendo gerações diferentes de índios, trabalhadores e lideranças para pensar sobre uma proposta de desenvolvimento que respeite a natureza sagrada e a forma como são! Isso implica que não querem seguir com modelos de exploração da terra, mas melhorar a qualidade de vida, a partir de: encontros regionais para ações de recuperação do solo, convivência com a seca, produção e comercialização das produções; desenvolvimento e comercialização de artes indígenas; e encontro com as lideranças para planejar as ações.

REAFIRMAMOS o nosso desejo de romper com o modelo de produção e exploração das terras que nos foi deixado (...) aprovamos os seguintes encaminhamentos a serem implementados até a próxima Assembleia Geral: (...) recuperação do solo, o uso correto da água, a convivência com a seca, formas de organização do trabalho, armazenamento e comercialização da produção; (...) discutir formas de organização do trabalho, produção e comercialização da arte indígena; encontro de lideranças com entidades parceiras para contribuir no planejamento das ações produtivas (...).

Nessa carta, transparece novamente questões internas e externas, ou seja, questão externa quando reivindicam ações de visibilidade e respeito nacional; interna, quando traçam

estratégias de convivência para uso da terra que sejam vivenciados por todos, mas com respeito às tradições.

Vale ressaltar a participação de entidades não indígenas nessa assembleia. De certa forma isso vem fortalecer a luta e o reconhecimento social de suas práticas para que outros atores sociais possam defender e se integrar à causa indígena.

- Carta da V Assembleia do Povo Xukuru do Ororubá (2005): atrair a participação e engajamento dos jovens
 - ✓ Tema: Tupã e Tamain, ajudando a construir uma vida melhor para o nosso povo.
 - ✓ Local: Aldeia Lagoa
 - ✓ Sem indicação de número de participantes.
 - ✓ Discussão Central: atrair a participação e engajamento dos jovens

Logo no início se coloca um destaque: invocação à proteção da natureza sagrada, dos encantados de luz e sabedora dos mais velhos. Nessa assembleia, jovens e mulheres têm relevância para construção do projeto de futuro. Essa colocação é interessante, pois parece vir atender às demandas próprias desses participantes (jovens e mulheres) para serem ouvidos e atendidos em algumas questões.

Há necessidade de afirmar que o povo está unido, talvez por conta dos problemas com a expulsão do território. Entretanto, essa afirmação parece oposta à observação de que há *“necessidade de uso coletivo da terra, respeito à mãe natureza envolvimento de todos (opipes e toiopes) para que haja um consenso”* em ações nas mais diversas áreas: formação de equipe de comunicação para implantação de uma rádio comunitária; fortalecimento do CISXO; implantação de um currículo escolar que contemple a disciplina de educação ambiental; agricultura diversa com cuidado da natureza e comercialização; e investimento na formação política e organização da juventude.

Através dessa carta, percebe-se que há tentativa de engajamento de jovens e mulheres na tomada de decisões, mais especificamente dos jovens. Essa é uma forma de garantir engajamento, fortalecimento da identidade e manutenção/resistência de valores e tradições.

(...) envolvimento de todos, do opipes aos toiopes, e para isso, é consenso de todos que: (...) na área da juventude: investir na formação política e na organização da juventude. (...) este processo contribui para o crescimento

não só do Povo Xukuru, mas do município, formando cidadãos conscientes e comprometidos com a luta.

- Carta da VI Assembleia do Povo Xukuru do Ororubá (2006): fortalecimento da identidade Xukuru do Ororubá
 - ✓ Tema: Terra: pensando o nosso desenvolvimento e cuidando da nossa cultura
 - ✓ Local: Aldeia Pão de Açúcar
 - ✓ Sem indicação de número de participantes
 - ✓ Discussão central: fortalecimento da identidade Xukuru do Ororubá

Solicitando a invocação dos iluminados e encantados da natureza sagrada, os índios discutem o fortalecimento de sua cultura. Compreendem que a identidade Xucuru é baseada na cultura e tradições e convocam jovens, lideranças, trabalhadores para serem responsáveis por tal ação (sentido de continuidade); defesa da terra; compromisso com as lutas; respeito às lideranças; senso de coletividade; participação nos rituais de tradição; conhecimento dos direitos. Além disso, regulamentam a agricultura (deve ser orgânica); a limitação para criar animais de grande porte no território da serra do Ororubá; incentivam e valorizam a arte e as plantas medicinais; terreiros para práticas das tradições em vários locais.

Esse documento é um dos mais sintéticos; transparece que a identidade Xukuru do Ororubá parece ameaçada pela não partilha de ações que os fortaleçam e legitimem. Provoca também que todos devem estar engajados nesse fortalecimento identitário, inclusive demarcando algumas práticas, como a vivência dos ritos sagrados. Não está sendo considerado apenas o respeito à coletividade, mas certo temor de que a luta, tradições e garantia de direitos sejam perdidos ou esquecidos pela fragilidade do sentimento de pertença ao grupo.

(...) Não basta ter o nosso território livre, é preciso fortalecer a nossa identidade, nossa cultura, nossas tradições (...) reafirmamos que ser Xukuru é: viver na terra, cuidar da terra, defender a terra; ter compromisso e participar das lutas; respeitadas a organização social e política do povo com suas lideranças; viver na coletividade; conhecer e garantir os nossos direitos; (...) todas as aldeias devem ter o seu terreiro e praticar os rituais regularmente (...).

- Carta da VII Assembleia do Povo Xukuru do Ororubá (2007): perspectiva de futuro baseada em seus valores, costumes e tradições
 - ✓ Tema: Reviver a cultura, a partilha e a força dos encantados
 - ✓ Local: Aldeia Capim de Planta

- ✓ Sem indicação de número de participantes
- ✓ Discussão central: perspectiva de futuro baseada em seus valores, costumes e tradições.

Nessa carta prevalece a busca dos valores, costumes e tradições para o projeto de futuro que querem construir. É na “força dos encantados” que os princípios devem prevalecer: a terra como mãe e fortalecimento para o ser Xukuru do Ororubá; uso coletivo do território para minimizar desigualdades através da solidariedade e cuidado da natureza sagrada.

(...) A terra é a nossa mãe (...) deve ser utilizado de forma coletiva, cuidando da natureza sagrada, (...) ser partilhada e não deve ter entre nós desigualdade social (...).

Os mais velhos devem ser respeitados e consultados nas decisões da comunidade e organização social; o povo organizado fica fortalecido para luta dos direitos, como moradia, saúde, alimentação e educação de qualidade; a fé do povo Xukuru do Ororubá deve se basear no ritual sagrado, por meio de Tupã, Tamain e os encantos de luz, e para tanto, devem participar de todos os ritos de tradição. Invocam a fé para pedir proteção e justiça contra índios condenados, além de punição para quem os perseguem.

Enquanto projeto de futuro estabelecem: garantia de território livre; condições para trabalhar na terra; educação e saúde pautadas em seus valores; igualdade, coletividade e solidariedade nas oportunidades; organização para continuar lutando; e respeito às decisões das assembleias e organizações internas.

Importante observar que essa carta em dois momentos, início e final, destaca a importância dos ensinamentos dos mais velhos, fortalecendo por meio deles o respeito às decisões tomadas pela assembleia, a partilha e a busca das tradições de fé.

(...) convivência do dia a dia baseada na solidariedade; as decisões devem ser tomadas de forma coletiva, ouvindo os mais velhos, a comunidade e a nossa organização social; continuar sendo um povo organizado e lutador pelos nossos direitos.

- Carta da VIII Assembleia do Povo Xukuru do Ororubá (2008): memória, avanços internos e entraves nacionais para luta indígena
 - ✓ Tema: Dez anos sem o cacique Xicão, e a perseguição continua.
 - ✓ Local: Aldeia Pedra D’água

- ✓ Participantes: Truká, Kambiwá, Kapinawá, Pankará, Pankararu, Atikum e Pipipã; Potiguara da Paraíba; Krikati, Gavião, Guajajara, Krepum Ka Tejá, Kreje, Ka apor Awá-Guajá, Canela Apaneikrá (Maranhão); estudantes e professores da UFPE, UFPB e UPE; grupo de pesquisa – O direito da cultura; Telefone Colorido; Dioceses de Pesqueira e Floresta; APOINME; Centro de Cultura Luiz Freire e CIMI (Conselho Indigenista Missionário)
- ✓ Discussão central: memória, avanços internos e entraves nacionais para luta indígena

A assembleia desse ano tem um tema saudosista: 10 anos sem Xicão. Ela é realizada no maior marco da história da luta territorial dos Xukuru do Ororubá, a aldeia Pedra D'água, primeiro lugar da retomada. Os Xucuru compreendem que a junção de outros povos e apoiadores solidários à luta contribui para as discussões que realizam.

Apesar de passados dez anos do assassinato de Xicão, os indígenas o sentem como vivo e incentivando o sonho da terra livre. Percebem que nesse tempo houve grandes conquistas: saúde e educação segundo seus ideais; uma retomada de território em 95%; cuidado pela natureza através da produção de alimentos orgânicos, a água, mata, alimentação saudável, sendo importante para etnia e a própria população de Pesqueira; orgulho pela conquista do Prêmio de Gestão Patrimonial; a indicação de D. Zenilda (esposa de Xicão) ao prêmio Nobel da Paz; a medalha Herbert de Souza que D. Zenilda ganhou da Assembleia Legislativa de PE; percepção do fortalecimento da identidade pelo engajamento dos jovens, em especial através do teatro e áudio visual.

Passados dez anos do assassinato do nosso Mandaru, continuamos sentindo sua presença viva no meio de nós (...) para que continuemos a construir o sonho de uma terra livre (...) em grandes conquistas: a saúde e a educação em nossas mãos; já temos 95% das nossas terras; produzimos alimentos orgânicos e cuidamos da natureza sagrada; (...) a guerreira Zenilda foi indicada ao prêmio Nobel da Paz e ganhou a medalha Herbert de Souza da Assembleia Legislativa de PE (...).

Depreende-se pela carta da assembleia que os jovens estiveram voltados à prática da tecnologia de informação para difundir os Xukuru do Ororubá. Há uma sinalização de que os jovens estão se (re)inventando ao contarem sua história; há indícios de que a assembleia está tentando absorver esse ser Xukuru do Ororubá jovem. Nas cartas anteriores há uma reivindicação para que os jovens assumam as tradições (como a luta da terra). Mas, como acontece com os demais jovens, a tecnologia e as artes, parecem ser recursos poderosos para

que eles se apropriem da cultura Xukuru e assim possam difundi-la, imprimindo sua marca na manutenção e resistência desse povo.

(...) nossos jovens têm se organizado, e conscientes da nossa luta, têm utilizado o teatro e o áudio visual para contar nossa história e fortalecer nossa identidade.

É um momento também de avaliar os problemas que ainda são impeditivos do projeto de futuro e da paz que almejam; são constantes assassinatos e criminalização das lideranças Xukuru do Ororubá; exige-se que sejam soltos os índios que ainda permanecem presos. Entendem que isso acontece financiado por quem devia os defender e os meios de comunicação de Pernambuco acabam por incentivar esses acontecimentos.

Chamam a atenção para os problemas de perseguição de outros povos, a exemplo dos Truká, Pankará e do Maranhão, além do risco da anulação da homologação das terras dos índios da Raposa Serra do Sol. Denunciam que a política indigenista no país está ameaçada, pois a Constituição Federal não é cumprida. Acreditam que deveria ser criado um Conselho Nacional de Política Indigenista e o Estatuto dos Povos Indígenas. Essa forma de refletir as condições regionais e nacionais dos índios no Brasil demonstra um amadurecimento e contribuição política importantes para o fortalecimento da luta interna e externa indígena. Essa causa passa a ser macro, e os Xukuru do Ororubá estão fortalecidos para chamar a atenção e contribuir com a discussão da questão territorial e de vida de outros povos, talvez porque já conseguiram alguns avanços em relação a outras etnias. A causa indígena é ampla e se expressa por meio da solidariedade a outros povos que não têm os direitos conquistados como os Xukuru do Ororubá.

(...) há ainda muitas coisas que atrapalham o nosso projeto de futuro e a paz do nosso povo (...) Os nossos parentes Truká, Pankará e do Maranhão (...) Terra Indígena Raposa do Sol (...) correm o risco de terem anulada a homologação de suas terras (...) A política indigenista do nosso país também ameaça o nosso projeto de futuro (...).

- Carta da IX Assembleia do Povo Xukuru do Ororubá (2009): clamor por justiça e remissão das perseguições/assassinatos
 - ✓ Tema: Fortalecer a organização para enfrentar a criminalização.
 - ✓ Local: Aldeia Capim de Planta

- ✓ Participantes: Truká, Kapinawá, Pankararu (Pernambuco); Potiguara da Paraíba; Anacé do Ceará; CIMI; Centro de Cultura Luiz Freire; Centro Josué de Castro; Fiocruz; Pastoral do Menor da CNBB/Regional Nordeste II; Biblioteca Multicultural de Olinda; Diocese de Pesqueira; professores e estudantes da UFPE e UPE; simpatizantes à luta.
- ✓ Discussão central: clamor por justiça e remissão das perseguições/assassinatos

A reflexão que permeia essa assembleia é sobre o “autocuidado”. Reconhecem que o território está praticamente retomado e há qualidade de vida nas famílias Xukuru do Ororubá. Entretanto, continuam fragilizados pelas perseguições sofridas. Fazem uma reflexão acerca dos diversos assassinatos e sobre a ostensiva criminalização que vêm sofrendo. Nesse momento, havia 43 pessoas processadas e 26 criminalizadas.

Os Xukuru do Ororubá não os reconhecem como criminosos, mas como homens que estão lutando pelos direitos à terra, ao bem-estar familiar e à sobrevivência física e cultural do povo. Possuem um entendimento social de que os direitos indígenas estão sendo cassados no Brasil pela elite e que não compactuam com a luta por uma vida digna e igual para todos.

(...) a perseguição ao nosso povo continua. Como se não bastassem os diversos assassinatos de nossas lideranças, agora sofremos com a ofensiva criminalização. Atualmente, há 43 pessoas sendo processadas. Desse total, 26 já foram condenadas, duas cumprem prisão preventiva e outras aguardam julgamento. São homens honestos, pais de famílias e filhos que junto às suas comunidades têm dado exemplos de vida digna. Esta honestidade é testemunhada tanto pelos membros das comunidades Xukuru, como por pessoas e autoridades respeitadas da sociedade regional, a exemplo do nosso pastor, D. Francisco Biasin, bispo da Diocese de Pesqueira. Esses homens cometeram um único crime: o de lutar para garantir os nossos direitos, especialmente o direito à terra e à sobrevivência física e cultural do nosso povo.

Nesse trecho acima, pode-se destacar o reforço à causa indígena, a junção de um bispo católico. Percebe-se uma influência da igreja (católica) entre os Xukuru do Ororubá de forma muito forte, atrelada aos ritos tradicionais. Isso fica mais evidente, quando no dia 20 de maio há uma missa, com rituais de pajelança, para reverenciar a data alusiva ao assassinato de Xicão. Entretanto, apoiarem-se no catolicismo e não em suas práticas tradicionais é recorrerem a pessoas de fora da aldeia para se legitimarem. E surgem indagações como: os índios, em si, não são considerados legítimos? Por que a necessidade de pessoas “de fora” para o legitimarem?

Essa assembleia traz um clamor por paz e reconhecimento. Denunciam o drama vivido pelos índios. Contudo, eles não se sentem amedrontados, pois estão sob a proteção de Tamain,

Tupã, os encantados e a natureza sagrada, além de pessoas aliadas a essa causa. D. Zenilda mais uma vez é citada como uma orientadora e defensora de seu povo, para continuidade do uso, costumes e a terra que conquistaram.

Sabemos que essa situação é vivenciada também por outros povos indígenas no Brasil, e que faz arte de uma estratégia das elites brasileiras que querem continuar a exploração de nossa gente (...) Estamos indignados e queremos dar um basta a essa situação! (...) Estamos denunciando essa trama cruel e absurda contra nosso povo em Pernambuco, no Brasil e em âmbito internacional.

A colonização assim persiste, por meio de outras formas como o não reconhecimento de direitos por parte do Congresso Nacional e também pela “elite brasileira” que possui a intenção de se apropriar de terras demarcadas para benefício próprio.

- Carta da X Assembleia do Povo Xukuru do Ororubá (2010)²⁸: engajamento dos jovens e o respeito às lideranças
 - ✓ Tema: Preparando o território para acolher as novas gerações
 - ✓ Local: Cajueiro
 - ✓ Participantes: representantes das aldeias: Pé de Serra Canabrava, Pé de Serra dos Nogueira/Pão de Açúcar, Oiti, Caldeirão, Capim de Planta, Canabrava, Brejinho, Afetos, Caípe, Caetano, Couro Dantas, Lagoa, Cimbres, Sucupira, Guarda, Jatobá, Pedra d’Água, Curral Velho, São José, Gitó, Mascarenhas, Santana, Passagem e Cajueiro. Além de companheiros e aliados.
 - ✓ Discussão central: engajamento dos jovens e o respeito às lideranças.

A carta começa invocando de forma forte a influência de Tupã, Tamain, a Serra do Ororubá como solo sagrado e morada dos encantos, tendo como rei Urubá, vivendo todos os filhos sob sua proteção.

Tendo o território praticamente retomado, precisam de proteção, pois tudo que acontecer com a terra alcançará quem nela vive. Para tanto, é preciso preparar essa terra para as novas gerações, eliminando vícios, costumes que agredem a natureza e trazem sofrimento.

²⁸ O GF foi realizado em outubro/2010

Ressaltam que a terra é fecunda e a juventude deve se engajar com entusiasmo e vontade, procurando viver em harmonia com as lideranças. Percebe-se aqui uma exaltação para o engajamento dos jovens, porém destacando que há líderes para serem seguidos e respeitados. Esse é um trecho simbólico, pois na medida em que há um desafio de trazer e fortalecer o engajamento dos jovens há também um tronco a ser preservado e respeitado que são os mais velhos. Mostra uma dicotomia que pode estar existindo entre valores, ações e propósitos de vida que podem resultar em um conflito de interesses intergeracionais. É nesse (des)fortalecimento que se pode mobilizar esforços contra a prisão dos índios e as perseguições sofridas, tal como a prisão do cacique do povo Tupinambá.

Essa assembleia serve para fortalecer as lideranças nas lutas, problemas históricos que se opõem à causa indígena e ao projeto de vida que querem traçar para o usufruto de todos, chamando os jovens índios para se mobilizarem mais.

(...) Informamos que estamos preparando nossa mãe terra para receber as novas gerações, para isso, estamos limpando o nosso território de todos os vícios e costumes que tanto maltratam a Natureza Sagrada e que trouxeram dor e sofrimento para nosso povo.

Destaca-se nesse trecho a “limpeza de vícios e costumes”. É pertinente essa discussão, uma vez que, tanto os índios mais velhos como os jovens têm se envolvido com álcool e outras drogas. Todavia, trazer esse assunto em uma assembleia pode sugerir que a geração de jovens está se “desvituando” e consumindo substâncias impróprias. Sabe-se, porém, que o álcool afeta a todos. No processo de colonização e mistura entre os povos, muitos indígenas começaram a consumir o álcool, independentemente da idade, fato presenciado inclusive durante as assembleias como uso recreativo. Também demonstram o chamado dos jovens para o trabalho e respeito à terra, junto ao respeito às lideranças.

Há um indicativo para se ter respeito ao solo sagrado, cuja terra proporciona todos os meios de subsistência. Subentende-se que é uma resposta aos mais jovens que tanto buscam emprego para seu sustento. Esse é um ponto que gera dilema intergeracional: “terra como moradia e subsistência” *versus* “terra como moradia, mas não como emprego”. O trabalho dignifica a condição humana (independente de ser índio) e não pode ser apenas fonte de subsistência. Esse é um dilema que os Xururu enfrentam na manutenção de suas convicções, pela forma de tratar e viver na/pela terra.

(...) Na nossa terra, tudo que se planta dá pra comer, beber, amar e para o lazer. Por isso, nossa juventude com entusiasmo e vontade, protegida pela

Mãe Natureza tem procurado, junto com nossas lideranças formas de viver com harmonia e alegria no território.

- Carta da XI Assembleia do Povo Xukuru do Ororubá (2011): memória dos 10 anos de Assembleias
 - ✓ Tema: Cultivando o bem viver para garantir o envolvimento no projeto de futuro Xukuru do Ororubá
 - ✓ Local: sem indicação
 - ✓ Participantes: sem indicação
 - ✓ Discussão central: memória dos 10 anos de Assembleias

Essa assembleia faz uma rememoração das 10 outras assembleias realizadas. Acredita-se que as discussões já acumuladas possam propiciar o aprofundamento dos debates para o “Bem Viver Xukuru com as práticas de lido com a terra”. A organização de outras assembleias conduziu, ano a ano, a debates temáticos que resultaram em reflexão do grupo.

Assim, em:

- ✓ 2002, o foco destacado foi como cuidar e viver da terra coletivamente e preservando o respeito aos antepassados e agricultura sustentável;
- ✓ 2003, foi enfatizada a organização do povo, transporte e sistema de comunicação;
- ✓ 2004, foi destacado o desejo de romper com modos de exploração da terra inadequados e os encontros por regiões para o planejamento de ações;
- ✓ 2005, buscou-se o foco de respeito ao uso coletivo da terra, autosustentação e a inserção da disciplina de educação ambiental no currículo escolar;
- ✓ 2006, a discussão voltou-se ao ser Xukuru do Ororubá e os cuidados da terra, senso de coletividade, agricultura orgânica, limitação de algumas atitudes e valorização da natureza sagrada, arte e uso de plantas medicinais;
- ✓ 2007, foi discutido o sentido de coletividade e partilha para minimizar as desigualdades sociais, além de busca do território livre para viver da terra;
- ✓ 2008, foram lembrados os 10 anos sem o cacique Xicão, a conquista de 95% do território e uso da terra;
- ✓ 2009, houve forte debate sobre a criminalização do povo Xukuru do Ororubá;
- ✓ 2010, trata-se da importância do engajamento dos jovens no fortalecimento da luta;

- ✓ 2011 (ano da assembleia em destaque) não houve uma carta específica para tratar o tema “Cultivando o bem viver para garantir o envolvimento no projeto de futuro Xukuru do Ororubá”. O bem viver é a garantia de um território produtivo, livre de latifundiários, com pessoas que possam viver da terra e sustentar suas famílias. Deve haver o respeito à natureza, às águas, às matas, às pedras e aos animais.

(...) tema “Cultivando os princípios do Bem Viver para garantir o envolvimento no projeto de futuro Xukuru” (...) Nosso maior desejo é ter um território produtivo, livre das amarras da fazenda e do latifúndio, onde as pessoas possam viver usufruindo do que a terra nos dá, cuidando da terra, da natureza e de todos seus filhos. Queremos viver sob os princípios do respeito à Natureza, às águas, às matas, às pedras e os animais.

Assim, o bem viver, passa pelo uso da terra, que dela brotam bons filhos e guerreiros. Por ser uma assembleia simbólica, mas uma vez há o lembrete sobre os costumes e tradições que devem ser seguidos. É nessa preservação que se garante a resistência de um povo, por sua manutenção em preservar suas raízes, o que marca sua questão identitária.

- Carta da XII Assembleia do Povo Xukuru do Ororubá (2012): terra para uso coletivo, sem acúmulo de riquezas
 - ✓ Tema: Limolaigo Toipe – Terra dos Ancestrais: agricultura Xukuru praticando o bem viver
 - ✓ Local: Aldeia Capim de Planta
 - ✓ Participantes: Aldeias Pão de Açúcar, Pé de Serra, Cana Brava, Brejinho, Afetos, Caípe, Caetano, Couro Dantas, Oiti, Caldeirão, Capim de Planta, Lagoa, Cimbres, Sucupira, Guarda, Jatobá, Pedra D’Água, Curral Velho, São José, Gitó, Mascarenhas, Santana, Passagem, Cajueiro; Povos: Potiguara; Truká; Xukuru do Ororubá Kariri; Wassu Cocal; Kapinawá; Kambiwá; CIMI; APOINME; Cominidade Quilombola Negros do Osso; SESAI; Secretaria de Agricultura; SAF/MDA; SEDUC; IPA; CONSEA/PE; ADAGRO; Secretaria Estadual da Mulher; Secretaria Estadual de Educação; SEAF; Movimento Mangue-Crew; Movimento Pé no Chão; Rede Reflectação; Centro Josué de Castro; Diocese de Pesqueira.
 - ✓ Discussão central: terra para uso coletivo, sem acúmulo de riquezas.

A discussão central é sobre o tipo de agricultura que os caracterizam, pois esse solo é morada dos ancestrais e o estabelecimento de uma relação com a Mãe Terra. Percebem que há práticas que fragilizam e outras que podem fortalecer o projeto de futuro. O cuidado com a mãe terra está presente em todas as assembleias, mas se precisa garantir a autonomia dos princípios do bem viver e da natureza sagrada por meio do respeito à terra; do uso coletivo e terra livre; do atendimento às necessidades básicas; do não acúmulo de riquezas; e da consciência de que todos devem ter cuidado, valorizando o aprendizado e a convivência. Deve haver uma integração de todos para se fortalecer e garantir o futuro.

Parece que terra livre está adquirindo novas acepções! Antes significava preocupação com as ameaças territoriais; hoje significa inquietação de que a terra é livre para o uso de todos e não para demarcações/produções próprias características de práticas latifundiárias, que rompem com a concepção coletiva.

(...) reflexão sobre o tipo de agricultura que desejamos (...) para garantir a autonomia em sintonia com os princípios do Bem Viver e da Natureza Sagrada (...) entendemos que a Agricultura Xukuru tem como princípios. O respeito à Mãe Terra; Garantir o usufruto coletivo do território Xukuru e a Terra livre; Atender as necessidades básicas e, não o acúmulo de riquezas de poucos; A consciência de cuidado e zelo, e não de exploração da natureza garantindo a nossa saúde (...) com a educação do povo, (...) na convivência diária.

Esse chamado traz uma concepção de irmandade entre os Xukuru do Ororubá e de perspectivas para um futuro partilhado entre todos. A terra é garantia de subsistência, preservação, empoderamento e resistência.

- Carta da XIII Assembleia do Povo Xukuru do Ororubá (2013): ameaça de perder direitos constitucionais por causa das PECs; fortalecimento para continuar lutando por meio dos encantados
 - ✓ Local: Aldeia Pedra D'Água
 - ✓ Tema: Limolaigo Toipe – Terra dos Ancestrais: agricultura Xukuru praticando o bem viver, fortalecendo o respeito do índio com a natureza.
 - ✓ Participantes: Aldeias Pão de Açúcar, Pé de Serra dos Nogueiras, Pé de Serra de S. Sebastião, Cana Brava, Brejinho, Afetos, Caípe, Caetano, Couro Dantas, Oiti, Caldeirão, Capim de Planta, Lagoa, Cimbres, Sucupira, Guarda, Jatobá, Pedra D'Água,

Curral Velho, São José, Gitó, Mascarenhas, Santana, Passagem, Cajueiro, Imbé, Pau Ferro, Bananeira; índios que residem na cidade; Povos:: Truká; Kapinawá; Kambiwá; Pipipã; Potiguara e Tabajara (Paraíba); representantes de Dakota (EUA); CIMI; UFPE; MDA; UFPB; ITERPE; CEDAPP; Diocese de Pesqueira; Prefeitura Municipal de Pesqueira; Câmara Municipal de Pesqueira; IPA; Secretaria de Agricultura do Estado de Pernambuco.

- ✓ Discussão central: ameaça de perder direitos constitucionais por causa das PECs; fortalecimento para continuar lutando por meio dos encantados.

A assembleia está permeada de um temor de perder direitos garantidos pela Constituição Federal de 1988, por conta da bancada ruralista do Congresso Nacional, através das PECs 215²⁹ e 38³⁰, e da Portaria 303³¹ que inviabilizam a demarcação das terras indígenas.

Nesse momento em que os povos indígenas do Brasil sofrem a ameaça de ter os seus direitos assegurados pela Constituição Federal desconstruídos, em consequência da ofensiva tramada pela bancada ruralista no Congresso Nacional, principalmente através da apresentação de proposições legislativas antiindigenistas, a exemplo das PECs 215 e 38, como também das ações do governo brasileiro que em julho de 2012 publicou a Portaria 303, que pretende inviabilizar os procedimentos de demarcação de terras indígenas (...) confirmamos o princípio de que o sagrado é a base que nos motivou a reconquistar o nosso território tradicional e fortalecer nossa organização. (...) nesse ano em que celebramos os 15 anos do martírio do nosso líder Xikão Xukuru (...) lembramos de nossos Toípes, guerreiros e guerreiras que com fé natureza e iluminados pela força encantada, lutaram

²⁹ A PEC 215 (2000) de relatoria do Deputado Almir Sá e outros propõe acréscimo do inciso XVIII ao art. 49; modifica o § 4º e acrescenta o § 8º ambos no art. 231 da Constituição Federal que trata da demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, bem como a ratificação das demarcações já homologadas.

³⁰ PEC 38 arquivada em janeiro de 2015, proposta para alterar os Artigos 52, 225 e 231 da Constituição Federal. O Senador Mozarildo Cavalcanti solicitava alterações na demarcação da terra. Entretanto o arquivamento ocorreu por alterar inciso III do art. 225 da Constituição Federal para definir, em todas as unidades da Federação, observados os limites fixados no § 2º do art. 231, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção. Altera a redação do caput do art. 231 da Constituição Federal para estabelecer que são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-la, proteger e fazer respeitar todos os seus bens, e ao Senado Federal aprovar o processo de demarcação; acresce § 2º ao mencionado artigo, renumerando os demais, para prever que as áreas destinadas às terras indígenas e às unidades de conservação ambiental não poderão ultrapassar, conjuntamente, 30% (trinta por cento) da superfície de cada unidade da Federação.

³¹ A Portaria Nº 303 (16 de julho de 2012) da Advocacia Geral da União (AGU) dispõe sobre formas de como a etnia Raposa do Sol deve proceder, dentro de parâmetros estabelecidos por lei, no usufruto de seu território e maneiras de aceitar interferências em suas terras.

pela defesa e liberdade do nosso povo e pela libertação de nossas terras que se encontravam invadidas por fazendeiros. Nesse processo de luta, muitos foram perseguidos, criminalizados, processados e injustamente condenados, outros tombaram, e suas forças se encantaram e fizeram das matas do Ororubá suas moradas. (...) Alimentamos os nossos sonhos guiados pela luz dos nossos encantos (...) para construir o nosso modelo de governo autônomo, fortalecidos com a força das nossas organizações que em sintonia com a nossa espiritualidade, nos conduzem a trilha pelos caminhos que nos levam a terra velha, terras dos ancestrais, nosso Limolaigo Toípe.

Percebe-se que os Xukuru do Ororubá acreditam que foi o sagrado que os protegeu e os motivou em todas as lutas. O local onde estão realizando a assembleia é simbólico, pois foi de lá que partiram as outras retomadas e que o cacique Xicão iniciou a jornada. Entendem que a questão posta é a resistência para continuar a luta, guiados pelos encantados, para superar o desafio de possuir um governo autônomo em sintonia com os princípios, valores e a espiritualidade.

- Carta da XIV Assembleia do Povo Xukuru do Ororubá (2014): tentativa de organização de usufruto coletivo, por meio da problemática da água
 - ✓ Tema: Limolaigo Toípe – Terra dos Ancestrais: a água é o sangue da terra
 - ✓ Local: Aldeia Pedra D'água
 - ✓ Participantes: 24 aldeias distribuídas nas regiões Serra, Agreste e Ribeira; Povos: Potiguara (Paraíba), Xukuru do Ororubá Kariri (Alagoas); Kambiwá e Kapinawá (PE); CIMI; UFRPE; UFRN; Diocese de Pesqueira; SESAI; DSEI; IPA; Programa de Proteção dos Direitos Humanos de Pernambuco; Superintendência do INCRA em PE e Movimetno das Comunidades Populares.
 - ✓ Discussão central: tentativa de organização de usufruto coletivo, por meio da problemática da água.

A água tem um significado espiritual e é habitada por seres espirituais protetores da vida dos Xukuru do Ororubá e de todos os seres do planeta terra. Os Xukuru tomam consciência de que precisam cuidar melhor da água. Entendem que a PEC 215 quer justamente barrar a demarcação das terras indígenas, por nelas existir água para ser explorada por interesses econômicos e políticos.

(...) Tendo como referência o significado espiritual da água e sabedores de que ela é habitada por seres protetores da vida dos Xukuru e de todos os seres humanos que habitam o planeta terra, refletimos sobre a importância de conhecermos melhor a realidade hídrica de cada Aldeia e pensarmos formas de melhor cuidar e preservar esse líquido sagrado (...) É por essa razão que no Congresso Nacional Brasileiro, os parlamentares da bancada ruralista propõem vários projetos de lei, a exemplo da PEC 215, na tentativa de impedir a Demarcação das Terras Indígenas, no intuito de que essas terras e as águas nelas existentes possam ser exploradas por seus interesses econômicos (...)

A situação hídrica dos Xukuru do Ororubá, comparada a escassez sofrida por outras regiões, ainda é privilegiada. Identificam que precisam melhorar o uso interno da água, sem poluí-la; com uso de agrotóxicos; precisam realizar coleta de lixo adequada e ter maior cuidado com os mananciais que são afetados pela criação de animais de grande porte. Há também desigualdade no uso da água, pois uns têm mais acesso que outros, e, ainda, acontecem casos de comercialização.

A partir de um mapa hidrográfico do território Xukuru do Ororubá, observam a necessidade de conscientizarem-se sobre o valor espiritual da água, utilização correta, cultivo da agricultura e criação de animais. Para tanto, assumem o compromisso em participar da Campanha Internacional “Água e Espiritualidade” da ONU, no Dia Mundial da Água, em 2017. Invocam Xicão quando se referem à água como o sangue da terra.

(...) constatamos também que é necessário melhorarmos a nossa forma de relacionamento com as fontes, nascentes, açudes, barragens, rios e riachos que alimentam nosso solo sagrado. (...) ocorrem situações de poluição das águas pelo uso de agrotóxicos, pela forma incorreta de coleta do lixo e pelo descuido com as margens de mananciais, que são afetados pela criação de animais de grande porte (...) há também situações de desigualdades no acesso a água, quando algumas pessoas são mais beneficiadas do que outras, correndo-se o risco de cair na tentação de privatização e comercialização³² desse líquido sagrado (...) reafirmamos a sábia citação pronunciada pelo Cacique Xicão e que serve de inspiração para continuarmos a nossa luta em defesa do nosso território sagrado: “A Água é o sangue da terra, as matas são os cabelos da Terra, as pedras são os ossos da Terra”.

A questão que parece subjacente é a necessidade de união e senso de coletividade entre os indígenas. Há um constante pedido em todas as assembleias para que possam reconhecer o bom uso e partilha dos bens naturais, se concretizando agora por meio da organização e cuidado na distribuição da água.

³² A pesquisadora esteve presente nessa assembleia, quando lideranças e caciques ameaçaram de expulsão do território aqueles que persistissem em comercializar a água.

- Carta da XV Assembleia do Povo Xukuru do Ororubá (2015): luta externa e interna para o bem viver e ser Xukuru
 - ✓ Tema: Limolaigo Toipe – Em Defesa da Mãe Terra
 - ✓ Local: Aldeia Pedra D'Água
 - ✓ Participantes: 24 aldeias distribuídas nas regiões Serra, Agreste e Ribeira; Povos: Potiguara (Paraíba); Tupinambá (Bahia); Pankará, Pipipã, Tuxá, Kambiwá, Kapinawá (PE); COPIPE; CIMI; UFRPE; IPA. Ocupe Estelita; Comissão Pastoral da Terra (CPT); Secretaria de Cultura do Estado de PE/FUNDARPE; Secretaria de Saúde de Pesca; Fórum de Juventude de PE; Cooperativa de Estudos Margarida Alves; e Pé no Chão
 - ✓ Discussão Central: luta externa e interna para o bem viver e ser Xukuru.

O desafio posto logo no início da assembleia é a defesa e gestão do território. A discussão é fortalecida pelo ritual sagrado e começa por uma explanação de Cleber Buzatto³³ sobre as leis que querem enfraquecer e retirar os direitos dos povos indígenas. Entendem que os três poderes, executivo (por meio da paralização da demarcação de terras), legislativo (com as PECs 215, 237³⁴ e o PL 227³⁵ que tentam modificar o artigo 231) e judiciário (sem respeitar os direitos originários) estão tentando desconstruir direitos que foram historicamente conquistados.

(...) as inquietações que os povos indígenas no Brasil estão enfrentando por meio de leis que busca nos enfraquecer e usurpar os nossos direitos conquistados por nosso Toipes depois de tanto sangue derramado. (...) podemos perceber que estamos enfrentando uma tentativa de desconstrução dos direitos historicamente conquistados, por parte dos três Poderes da Republica: Executivo, Legislativo e Judiciário (...).

Por intermédio de forças orientadoras dos encantados, a luta é por garantia de posse, permanência e gestão do território. Faz-se necessário identificar pontos vulneráveis e que comprometam o bem viver. Os participantes da assembleia posicionam-se contra a mercantilização da vida e dos recursos da natureza, uso de agrotóxico, comercialização da água,

³³ Membro do CIMI

³⁴ A PEC 237/2013 sugere acréscimo do art. 176-A no texto Constitucional para tornar possível a posse indireta de terras indígenas por produtores rurais, na forma de concessão.

³⁵ A PLP 227/2012 regulamenta o § 6º do art. 231 da Constituição Federal de 1988, definindo os bens de relevante interesse público da União para fins de demarcação de terras Indígenas.

arrendamento das terras, comercialização de bebidas alcoólicas, apreensão de animais silvestres e desmatamento. São essas decisões que vão garantir a permanência do bem viver e ser Xukuru do Ororubá.

Assim, a questão é colocada como ameaçadora em duas instâncias. Em nível nacional, através das novas regulamentações em trâmite; mas também reconhecem que há questões internas que também ameaçam o bem viver e demandam cuidado e atenção – são concepções que enfraqueçam a luta e o povo.

- Carta da XVI Assembleia do Povo Xukuru do Ororubá (2016): a identidade Xukuru é a agricultura e deve ser fortalecida pela educação
 - ✓ Tema: Limolaigo Toipe – Nossa educação é nossa resistência.
 - ✓ Local: Aldeia Pedra D’Água
 - ✓ Participantes: Aldeias: Pão de Açúcar, Pé de Serra de São Sebastião, Pé de Serra dos Nogueiras, Cana Brava, Brejinho, Afetos, Caípe, Caetano, Couro Dantas, Oiti, Caldeirão, Capim de Planta, Lagoa, Cimbres, Sucupira, Guarda, Jatobá, Pedra D’Água, Curral Velho, São José, Gitó, Mascarenhas, Santana, Passagem, Pau Ferro, Cajueiro, índios da cidade e parceiros aliados.
 - ✓ Discussão central: a identidade Xukuru do Ororubá é a agricultura e deve ser fortalecida pela educação.

A assembleia visa discutir os 24 anos da construção da Política de Educação Escolar Indígena Xukuru do Ororubá, tendo o entendimento de que a educação é uma importante fonte promotora do fortalecimento da identidade, pautada na relação com a terra, no cuidado e na relação com a natureza sagrada, com a agricultura e a convivência.

Por meio de pré-assembleias, os indígenas identificaram que a educação deve valorizar a agricultura Xukuru do Ororubá, pois esse é o principal elemento da identidade desse povo. A agricultura possibilita um diálogo entre o mundo espiritual e material, numa ponte entre conhecimentos tradicionais e novos.

(...) A XVI Assembleia do Povo Xukuru, aponta para que seja acrescentado o eixo “Agricultura” entendendo que esta, tem como princípios, o Respeito à mãe terra; Garantir o uso fruto do território e terra livre; Atender as necessidades básicas das famílias e não, o acúmulo de riquezas nas mãos de poucos. (...) como já se demonstra na organização da nossa juventude e seus

processos de formação, revelando um alcance de maturidade e sabedoria, ao entender que se faz necessário, para garantir o “futuro da nossa nação”, um constante buscar aos conhecimentos ancestrais através de diálogos com os nossos mais velhos e na comunicação com a mãe terra (...) A formação de novos guerreiros e guerreiras Xukuru, passa pela consciência da manutenção do nosso território (...) Nós Xukuru entendemos que a demarcação da terra é fundamental na manutenção de nossos usos, costumes e tradições (...).

O trecho acima traz o respeito à terra, mas convoca todos para que tenham como meta de vida o cuidado ao território. É esse território que reuniu o povo e garantiu direitos conquistados. Porém, a ameaça dos mais jovens em vê-lo como habitação e não apenas como fonte de subsistência, pode interferir no projeto de futuro, especialmente no cenário político do momento que revisa uma série de garantias até então conquistadas. A resistência do povo Xukuru do Ororubá e projeto do bem viver se dá pela resistência na/pela terra sagrada.

Para os mais velhos e para as lideranças, os jovens querem emprego, esquecendo que têm como subexistir pela terra. Ao destacarem no trecho *“organização da nossa juventude e seus processos de formação”* chamam a atenção para o aperfeiçoamento e retorno ao território, a fim de engrandecer, lutar e resistir. O respeito às lideranças e mais a busca de inovações podem colaborar para persistência dos Xukuru do Ororubá.

O Projeto Político Pedagógico (PPP) para a educação escolar Xukuru do Ororubá deve se orientar pelos eixos temáticos: terra, identidade, história, interculturalidade, organização e agricultura. É preciso ter respeito à mãe terra, atender as necessidades básicas de todos não vislumbrando o acúmulo de riquezas, expressividade cultural, respeito aos saberes sagrados, circulação e prática de saberes dos ancestrais, processo de formação do conhecimento da juventude para garantia do futuro, promovendo diálogo entre os mais velhos e a mãe terra. São 500 anos de destruição da cultura indígena e esta precisa ser cuidada.

(...) Por esse entendimento, sentimos a necessidade de lançar um olhar sobre o nosso Projeto Político Pedagógico-PPP, assim como os EIXOS temáticos que orientam a Educação Escolar Xukuru, assim como em todos os povos em Pernambuco, que são: Terra; Identidade; História; Interculturalidade e Organização (...).

Os indígenas fizeram também uma análise do cenário político nacional e dizem que não reconhecem o atual governo, por acreditar que haverá mais retrocessos³⁶. Para eles, o futuro é

³⁶ Governo brasileiro instaurado em maio de 2016 a partir da aceitação de denúncia pela Câmara dos Deputados contra presidente eleita democraticamente pelo voto direto.

a consciência da manutenção do território, demarcação de terras e a manutenção de usos, costumes e tradições.

Deste modo, identificam que o fortalecimento da identidade e perpetuação dos ensinamentos se conduz de forma eficiente na escola, tendo esta que se adaptar a um currículo específico não só indígena, mas para os Xukuru do Ororubá. A escola é um espaço de discussão e manutenção das tradições passadas por meio das gerações³⁷. Além de demonstrarem o receio com as questões políticas apresentadas na pauta política do Brasil.

(...) a educação Xukuru, cada vez mais, esteja pautada na valorização da identidade do nosso povo, que passa pela relação com a terra, no cuidado e na vivência com a natureza sagrada, sendo esses os princípios de nossa agricultura, que identifica a forma que vivemos e convivemos nesse território (...).

- I Assembleia da Juventude Indígena do Nordeste (2016): a juventude e suas reivindicações de futuro
 - ✓ Tema: Filhos da Constituinte
 - ✓ Local: Aldeia Pedra D'Água (Território Xukuru do Ororubá)
 - ✓ Data: 21 a 23 de maio de 2016.
 - ✓ Participantes: Povos Indígenas: Bahia (Pataxó, Pataxó hã hã hã, Tumbalala, Tuxá, Tupitambá); Alagoas (Xukuru do Ororubá Kariri, Katokinn, Koiupanká, Kalankó); Paraíba (Potiguara, Tabajara); Ceará (Kanidé, Pitaguary, Anacá, Tapeba); Rio Grande do Norte (Potiguara do Amarelão); Pernambuco (Atikun, Entre Serras Pankararú, Kambiwá, Kampinawá, Pankará de Itacuruba, Pankararú, Pipipã, Truká, Tuxá, Xukuru do Ororubá); e aliados a causa indígena.
 - ✓ Discussão central: a juventude e suas reivindicações de futuro

Essa assembleia é histórica! É a primeira que a juventude de índios do Nordeste se reúne para que possam expressar o que pensam a respeito do que querem e vivem. Tornou-se um marco histórico ocorrido no território Xukuru do Ororubá.

³⁷ A pesquisadora fez uma visita a uma escola Xukuru nesse ano. Percebeu que todo o currículo é diferenciado, incluindo discussões indígenas e mais especificamente, Xururu. Como exemplo, menciona-se a alfabetização por meio de palavras da língua mãe (T de Tupã, Toípe; X de Xicão), ilustrações com pinturas e fotos retratando a cultura própria, inclusive com calendário diferenciado que liberam os jovens da escola em épocas de plantio, para ajudar em casa.

Os jovens demonstram estar atentos aos acontecimentos que os rodeiam e deixam registrado o não reconhecimento ao governo de Michel Temer, pois os direitos resguardados na Constituição Federal estão ameaçados. Revivem a memória desde a colonização de seus povos, percebem que há força e resistência na luta pela posse e permanência no território encantado. Afirmam que querem avanços nas demarcações, conforme os artigos 231 e 232³⁸ da Constituição Federal e o imediato arquivamento da PEC 215. Trazem à tona o papel social e político dos jovens indígenas ao discutirem o cenário político brasileiro.

Eles entendem que precisam conquistar novos territórios, garantir sua manutenção, zelo e preservação; precisam de educação específica e diferenciada na escola, com estrutura física adequada e acesso facilitado; e ainda, o fortalecimento das etnias indígenas. Preocupam-se também com a valorização dos mais velhos, utilização de práticas medicinais e espirituais, proporcionando a manutenção de costumes e tradições e o reflorestamento para garantir a moradia dos encantados. Lutam pela ampliação de índios nas universidades e diminuição dos preconceitos sofridos por esses estudantes. A assembleia da juventude traz voz política coletiva para fortalecer a causa indígena.

(...) com o tema FILHOS DA CONSTITUINTE (...) Partindo da preocupação mediante a conjuntura política pela a qual o nosso país passa, e não reconhecendo o governo do presidente interino Michel Temer como legítimo, sentimos a necessidade de fortalecer os jovens no conhecimento de seus direitos e deveres junto aos seus povos. Procuramos articular a juventude de diversos povos do Nordeste para que estes conheçam e reconheçam a importância do processo constituinte” (...) Os povos presentes por meio de um túnel do tempo reviveram a memória dos processos de luta pelos quais passaram desde o princípio da colonização até o presente momento. Podemos então perceber a força da resistência dos nossos povos, na luta pela posse e permanência nos nossos territórios sagrados que são as moradias dos nossos encantados. (...) apresentamos como demanda o direito a uma educação específica e diferenciada dentro das nossas comunidades, com escolas indígenas de estruturas físicas de qualidade e acesso facilitado tendo como objetivo fortalecer o projeto de futuro das nossas etnias. Buscamos também a saúde específica, que valorize os conhecimentos dos nossos anciões e a utilização das medicinas tradicionais e espirituais, proporcionando a manutenção dos costumes e tradições de cada povo e preservando as nossas plantas através da prática do reflorestamento, para assim garantir a morada dos encantados. Reivindicam ainda a permanência e ampliação dos cursos universitários para os povos indígenas do Brasil e que as universidades utilizem-se de artifícios para conter as inúmeras formas de preconceitos

³⁸ No Art. 231 são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. O Art. 232 dispõe que os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo.

sofridas pelos os estudantes indígenas. O fortalecimento da organização da juventude foi apontado como uma das principais necessidades do movimento da luta indígena no Nordeste, para garantir a posse e permanência nos nossos territórios (...).

Os indígenas jovens parecem perceber que é pelo fortalecimento da juventude que haverá uma garantia à posse e permanência no território; parecem conscientes da necessidade de criação de uma comissão de juventude regional para propiciar engajamento e garantir a manutenção, resistência e pertença. Entretanto, não há indicação de que eles querem viver da terra, como os mais velhos. A resistência é no sentido de pertencer a terra para resistir.

Além disso, demonstram um entendimento das suas questões sociais, necessidades políticas e culturais, mas querem estudo, tanto quanto os não índios. Tradição, novidade, mudança são questões presentes: são índios, mas com outros desejos ou desejos renovados.

4.2.1.1 Trajetória 3: a mobilização do povo Xukuru do Ororubá

Depois de se conhecer com mais detalhes os pontos norteadores de cada Assembleia, inferidos pela análise das cartas que sintetizaram as decisões tomadas pelos Xukuru do Ororubá a cada ano, propõe-se uma figura sobre a trajetória desse povo em consonância com as trajetórias traçadas anteriormente, no intuito de visibilizar um percurso de transformações ocorridas com essa etnia e, assim, compreender o contexto em que cresceram os jovens indígenas. São rupturas, bifurcações e transformações ocorridas nesses anos, e que deixaram repercussões na vida de cada um, mas apropriadas de modo coletivo.

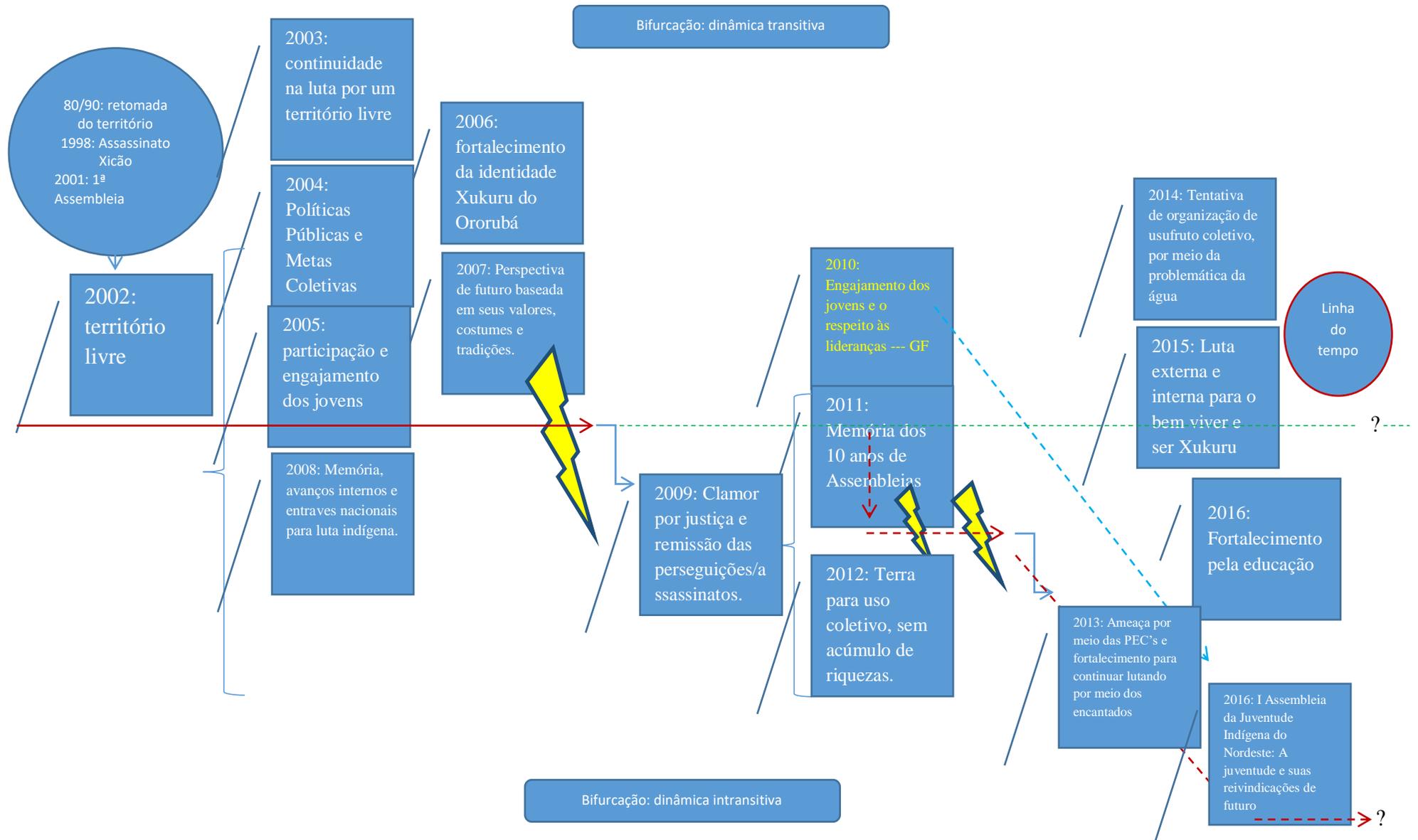
A apresentação da figura síntese é precedida na tabela 4 com os signos utilizados em sua composição:

Quadro 4 - Legenda para compreender o traçado da trajetória das cartas das assembleias

Signos	Entendimento
	Linha do tempo sem intercorrências
	Linha do tempo a partir de algum corte na trajetória de vida dos Xukuru do Ororubá
	Linha do tempo se não tivessem ocorrido rupturas nas trajetórias de vida dos Xukuru do Ororubá

	Indicativo em 2010 dos dilemas apresentados em 2016
	Conteúdo central abordado em cada assembleia de 2002 a 2016
	De onde partem as concepções que embasam as discussões nas assembleias
	Indicativo de uma ruptura na trajetória de vida dos Xukuru do Ororubá
?	As novas trajetórias que irão ser traçadas no futuro

Imagem 5 - trajetória das cartas das assembleias



Ao serem examinados os temas das assembleias e as ideias que são compartilhadas entre os Xukuru do Ororubá que mobilizam um interesse comum de organização social e política, infere-se a possibilidade de traçar uma trajetória que represente o percurso seguido pelo povo Xukuru do Ororubá ao longo desses anos. A trajetória traçada apresenta como realce os pontos para um melhor entendimento da proposta de análise:

- a) A análise das assembleias foi iniciada por dois pontos: a retomada do território (entre as décadas 80 e 90) e o assassinato do Cacique “Xicão” em 1998. Essas duas grandes questões permeiam todas as assembleias seguintes, cada uma obviamente com uma discussão particular, mas esses dois assuntos estão intrínsecos em qualquer debate promovido.
- b) Os três primeiros anos (2003, 2004 e 2005) fizeram parte de um conjunto de debates de bifurcações transitivas, ou seja, assuntos que são congruentes entre si, como uma forma de anúncio por meio de questões relevantes à luta indígena, por exemplo, a luta territorial, a necessidade de políticas públicas específicas e metas a serem partilhadas coletivamente, e o engajamento dos jovens índios para manutenção das tradições.
- c) O ano de 2006 apresentou uma bifurcação intransitiva, ou seja, certa cisão na linearidade das discussões, mas que estão ao mesmo tempo na ordem do debate pela necessidade de se resgatar a memória dos entraves (internos e externos) sofridos pelos indígenas. Esse é um primeiro esboço de que alguma problemática interna ronda o sentido de coletividade que pode gerar entraves para o bem viver e o projeto de futuro.
- d) Para que tais entraves sejam minimizados, os anos de 2007 e 2008 trazem debates que giram em torno de fortalecimento identitário, sem perder de vista os costumes, valores e tradições. Nesse biênio há um apelo justamente para as questões internas que os fortalecem e garantem a resistência dos povos indígenas. Assumem-se índios Xukuru do Ororubá, ou seja, apropriam-se dos laços identitários que os demarcam culturalmente.
- e) Até então, a linha de tempo não demonstrou drásticas intercorrências. Todavia, em 2009, vem à tona uma série de movimentos no Congresso Nacional que ameaçam direitos conquistados. Ocorreram assassinatos e prisões de lideranças indígenas de várias etnias, dentre as quais os Xukuru do Ororubá. Existe, assim, uma ruptura, uma transição nas discussões das assembleias, que evidencia uma ameaça à continuidade desses povos e um risco de morte, diante dos acontecimentos.

- f) Necessário participação dos jovens para manutenção da luta indígena, sem esquecer o respeito às lideranças (2010).
- g) Em 2011, vem à tona a importância de um encontro que reúna fatos memoriais das 10 assembleias, a fim de se analisar em uma linha de tempo, avanços e entraves.
- h) 2012 é um ano peculiar entre os Xukuru do Ororubá, com denúncias de exploração individual da terra para acúmulo de riquezas. Isso rompe com a ideia de senso de coletividade e traz uma nova ruptura nesse contexto.
- i) Em 2013, a assembleia iniciou-se com outra ruptura: foram discutidas as PECs (Propostas de Emenda Constitucional), que vem ameaçar a luta indígena, e em outros momentos pode até favorecer a extinção de etnias, apoiada pela bancada ruralista do Congresso Nacional. Esse tipo de ocorrência mobiliza nos índios uma necessidade de fortalecimento, união, engajamento e persistência no enfrentamento das questões peculiares conquistadas. É nessa perspectiva que ainda batalham para que não ocorram retrocessos. As rupturas podem vir a fragilizar a coletividade, identidade e pertença ao grupo.
- j) O sentido de coletividade vem mais uma vez à tona em 2014, através da discussão do uso da água e sua não comercialização/riqueza em detrimento dos irmãos.
- k) Em 2015, as ameaças eram externas (como as PEC's), mas também internas. A discussão gira em torno do uso inapropriado da terra, água e outros bem naturais.
- l) Mais uma vez numa forma de chamar à responsabilidade, em 2016, anunciou uma problemática, por meio de uma bifurcação intransitiva: a identidade indígena se faz na agricultura, no uso da terra, da conquista do território sagrado e a escola é o lugar para os índios serem instruídos e empoderados na sua luta. Isso sugere a anúnciação de uma possível nova ruptura: *os jovens estão querendo viver da terra? Para eles, manter a identidade perpassa por essas questões?*
- m) 2016 foi também o ano em que aconteceu a 1ª Assembleia da Juventude Indígena do Nordeste. Os jovens índios no Nordeste reuniram-se para traçar perspectiva de futuro para garantir suas marcas identitárias e de onde devem se fortalecer, resistir e enfrentar os dilemas que se anunciam.

4.3. Um resumo sobre as análises construídas

Muitos foram os aspectos envolvidos na análise desse estudo, desde as nuances envolvendo as narrativas construídas no GF, como também os mais diversos assuntos que compuseram as assembleias.

O material analisado mostrou-se denso e rico em informações. A discussão posta em análise foi observada pelas trajetórias de vida que indicavam pontos de tradição, resistência e projeto para o futuro.

Dessa forma, percebeu-se que os índios, de uma forma geral, estão com seus direitos ameaçados por meio de legislações que venham a ferir conquistas estabelecidas desde a Constituição Federal em 1988.

Os povos indígenas foram ameaçados por conta do processo de colonização. Os estudos apontaram para perdas grandiosas da língua mãe e os ritos sagrados. Nesse contexto, os próprios Xukuru do Ororubá falam sobre a necessidade de manutenção dos rituais e clamam por justiça dos direitos conquistados. Pensar em resistência exige, nesse momento, um esforço de cada índio e índia em manter seus troncos fortalecidos e participação de todos para o *continuum* de seu povo.

O projeto de futuro mostra-se extremamente fragilizado. As cartas apontam as ameaças com as PECs, mas nas narrativas do GF foram trazidos conteúdos de emprego e estudo para que as lideranças compreendessem quais os novos anseios dos índios jovens e como pensam acerca da manutenção de seu povo.

Os problemas e desafios dos indígenas são muitos, com as perseguições, por conta da conjuntura política atual do Brasil. A partir de uma bancada da Câmara dos Deputados comprometidos com um ideário ruralista, os indígenas compreendem a gravidade do momento em que seus direitos estão ameaçados. Esse estudo também faz um alerta para as novas perspectivas que os povos indígenas anunciam e para a necessidade de ajuda de modo a fortalecerem suas “tradições”, concomitantemente ao dilema para encontrar respostas às demandas que emergem.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final desse processo observam-se reflexões sobre situações históricas, sentido de pertença, identidade, trajetórias de vida! Foi um estudo que tentou aproximar a Psicologia de contextos étnicos e instigou o desejo para pesquisar outros modos de viver e ser. Observou-se a necessidade de se compreender mais a diversidade social e identitária de agrupamentos de pessoas, circunscritos por uma problemática específica. Os grupos chamados até bem pouco tempo de minoritários, como os índios e quilombolas, rasgaram a teia que os cercavam e se mostraram para sociedade como comunidades que também necessitam de assistências específicas.

Esses grupos reivindicam atualmente terras, escolas com educação que respeitem sua etnicidade, saúde que mescle o sagrado e a ciência, mas também, tecnologia, acessibilidade, melhores condições de vida. Nas últimas décadas, tiveram vários direitos conquistados, principalmente a demarcação territorial, escolas e postos de saúde implantadas em suas terras, – indicadores de maior assistência, evidência de promoção identitária. Contudo, nos últimos dois anos, em meio a uma reviravolta política no país, esses povos, com destaque para os índios, estão passando por graves ameaças por meio de Propostas de Emenda Constitucional (PEC's).

As PEC's estão sendo propostas na contramão das mobilizações indígenas por seus direitos. Uma delas propõe uma discussão sobre as terras que foram demarcadas e homologadas; outras retiram comunidades remanescentes de onde habitam há séculos para beneficiar principalmente a extração de madeira, o latifúndio.

Com o presente estudo, entretanto, buscou-se focar o processo de pertencimento de jovens índios Xukuru do Ororubá, refletindo-se sobre suas trajetórias de vida para compreender como eles se enredam na história de seus ancestrais, sem que os próprios tenham participado da conquista e da reconquista do território onde vivem. Encontram um território demarcado, homologado e anseiam por conquistas advindas de estudos e empregos.

Por outro lado, as cartas que compilam as decisões das assembleias anuais, também analisadas na presente pesquisa, revelam uma preocupação qualitativamente distinta, pois há um sentimento de ameaça à identidade e afirmação da etnia. Os mais velhos e os líderes Xukuru do Ororubá, estão temerosos de que suas “tradições” sejam perdidas, suas terras sirvam apenas de moradia e os troncos antigos se tornem folclóricos. Essa discrepância é uma fonte geradora de inquietações e tensões entre os dois grupos geracionais.

Ao final do estudo é possível destacar, além dos resultados obtidos, os quais possibilitaram o conhecimento mais aprofundado sobre o fenômeno psicológico de pertencimento dos jovens índios, o uso de uma ferramenta teórico-metodológica, proposta por Zittoun (2004, 2009) ou por Zittoun et. al. (2011) para estudos de Psicologia Desenvolvidamental: a trajetória de vida. Entretanto, em vez de se seguir o percurso de cada indivíduo, tal como sugerido, o presente estudo trouxe a inovação de propor examinar a trajetória de vida de um grupo de jovens Xukuru do Ororubá, tomados enquanto subagrupamento geracional, buscando inferir uma dinâmica coletiva na qual esses jovens estão envolvidos, apresentando consonâncias ou conflitos; aceitação ou discordância em relação aos líderes; propondo projetos para o futuro do povo Xukuru do Ororubá e modos de lidar com o território.

A trajetória de vida foi também utilizada para o exame das cartas-síntese das decisões das assembleias anuais, buscando revelar, *pari passu*, as preocupações coletivas, os anseios, as ameaças sentidas, os objetivos e as metas a serem priorizados a cada ano, para a preservação e defesa do território – com evidente preocupação de união entre os índios –, mas também para o bem-estar de todos, com a preservação dos recursos da natureza que podem e devem ser da coletividade, combatendo desvios que beneficiem poucos e tornem escasso um bem de todos. Esse percurso (trajetória de vida do povo Xukuru do Ororubá) revelou o contexto em que estão situados os jovens índios. A discussão realizada entre estes, no grupo focal, foi reveladora de que falam com muito orgulho de seus ancestrais; contudo, como outros jovens, anseiam por vidas menos sofridas, vislumbrando essa possibilidade por meio dos estudos e empregabilidade, o que seria a saída para o futuro. As marcas identitárias estão preservadas – consideram-se Xukuru do Ororubá –, mas a dinâmica interacional os circunscreve de outro modo, com anseios próprios de sua geração.

Pra se organizar uma boa convivência, ou um bom viver, como foi uma das temáticas das assembleias, cabe-lhes discutir o projeto de futuro. Se os jovens querem estudar, que existam políticas públicas para inseri-los na academia de modo a retornem para seu território, com espaços garantidos de emprego, promovendo uma qualidade de vida melhor para seus pares.

São 27.000 hec de terras e mais de 11.000 índios. A assistência necessita ser ampliada; a saúde precisa ser melhorada com reforço do curandeirismo, mas também com a oferta de serviços e assistências baseados em descobertas científicas; nas escolas e nas creches, deve-se retomar o debate de seus costumes e a retomada de sua língua; é preciso criar acessos em um território muito íngreme; é necessário o estímulo à agricultura para melhor se lidar com a terra

e as mudanças climáticas; deve existir incentivo à preservação e registros de suas memórias; etc. Enfim, é possível perceber que o território é extenso e número populacional equivale a uma cidade. Os Xukuru de Ororubá podem gozar de autonomia e também usufruir dos bens materiais e culturais da nação, como qualquer cidadão.

Chega-se ao final do estudo e se avalia o quanto ainda precisa ser feito, discutido e aprofundado. Limitações existem em toda pesquisa. Na presente pesquisa enfrentamos dois grandes desafios: um de cunho teórico e outro, metodológico. Do ponto de vista teórico, optamos por um enfoque desenvolvimental em especial. Perscrutamos um caminho que vem sendo seguido pelos Xukuru do Ororubá enquanto um povo ameaçado, destituído de direitos e tendo de enfrentar inúmeros desafios para se constituir como seres autônomos e livres. Em seu percurso existem contínuas transformações com rebatimento em seu modo de organização social e pessoal. A Psicologia do Desenvolvimento ainda carece de ferramentas teóricas que possibilitem a análise de um desenvolvimento coletivo, que dê conta do individual e social de modo integrado. A trajetória de vida, apontada por Zittoun e colaboradores, possibilitou uma aproximação nessa direção pretendida, mas ajustes e analogias precisaram ser feitos uma vez que a proposta das autoras diz respeito a trajetórias individuais, enquanto o traçado pretendido dizia respeito à trajetória de um grupo. Foram muitos os esboços para se chegar a um traçado significativo para exemplificar tanto a trajetória do grupo focal, quanto das cartas das assembleias anuais do povo indígena.

Do ponto de vista metodológico, as dificuldades diziam respeito ao acesso à população indígena. Foi preciso superar exigências adicionais do Comitê de Ética, uma vez que havia necessidade de autorizações especiais para se fazer pesquisa com indígenas. Desejávamos uma complementação de informações para propiciar mais densidade às análises pretendidas. Por exemplo, desejávamos realizar mais grupos focais, por ter se apresentado uma técnica eficaz; também pensávamos em amostrar grupos focais por aldeia. Apesar de ser uma mesma etnia, agrupamentos pertencentes a algumas aldeias são mais acessíveis e possuem disponibilidade de aparatos melhores do que outras. Isso pode se desvelar em anseios específicos para cada localidade. Mas não havia possibilidade de novas abordagens aos índios, pois isso traria implicações de nova submissão ao Comitê de Ética nacional, que indicava prazos estendidos para tramitação do processo.

Deixa-se aqui como sugestão para a continuidade dos estudos: planejar uma pesquisa que busque o acesso ao grupo de índios que foram expulsos no conflito interno e atualmente

ocupam outra terra homologada. Acredita-se que os Xukuru de Cimbres passem por questões ainda mais delicadas com relação à percepção fragmentada de si e de seu povo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Direitos territoriais e violência: prólogo editorial. In: “Plantaram” Xicão: Os Xukuru do Ororubá e a criminalização do direito ao território. Vânia Fialho, Rita de Cássia Maria Neves, Mariana Carneiro Leão Figueiroa (Orgs). Manaus: PNCSA-UEA/UEA Edições, 2011.

ARRUTI, José Maurício Andion. A emergência dos “remanescentes”: notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. In: *Mana*. Ano 3. Volume 2, p. 7 – 38, 1997.

ASCHIDAMINI, Ione Maria. SAUPE, Rosita. Grupo Focal – estratégia metodológica qualitativa: um ensaio teórico. In: *Cogitare Enfermagem*. Ano 1. Volume 9, p. 9 – 14, 2004.

BARBORU, Rosaline. *Grupos Focais*. Artmed. Porto Alegre. 2009.

BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

BRASIL, Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Comissão Nacional de Ética em Pesquisa. Resolução nº 196, de 10 de outubro de 1996. In: *Manual operacional para comitês de ética em pesquisa*. Editora do Ministério da Saúde. 4ª Edição. Brasília. p. 87 – 103, 2007a.

_____. Direitos humanos e pensamento indígena no Brasil: um breve percurso sobre a violência da invisibilização dos modos indígenas de ser, fazer e viver. In: *Praxis* 67. Julio – Diciembre. p. 31-48, 2011.

_____. Artigo 231. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 08 fev. 2016.

_____. Artigo 232. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 08 fev. 2016.

_____. PEC 215/2000. Disponível em:

<<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=14562>> Acesso em: 08 fev. 2016.

_____. PEC 237/2013. Disponível em:

<<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=564668>> Acesso em: 08 fev. 2016.

_____. PEC 38/2011. Disponível em:

<<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=508941>>

Acesso em: 08 fev. 2016.

_____. PLP 227/2012. Disponível em:

<<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=561643>>

Acesso em: 08 fev. 2016.

_____. PORTARIA Nº 303, DE 16 DE JULHO DE 2012. Disponível em:

<<http://www.agu.gov.br/atos/detalhe/596939>> Acesso em: 08 fev. 2016.

_____. Resolução nº 304, de 9 de agosto de 2000. In: *Manual operacional para comitês de ética em pesquisa*. Editora do Ministério da Saúde. 4ª Edição. Brasília. pp. 118 – 121, 2007b.

CARRETEIRO, Teresa Cristina. Sofrimentos Sociais em Debate. In: *Psicologia USP*. Ano 14. Volume 3, p. 57 – 72, 2003.

CARVALHO, Maria Rosário. “De índios ‘misturados’ a índios ‘regimados’”. In: CARVALHO, M. Rosário de. REESINK, E. B. R (Orgs.). *Negros no mundo dos índios: imagens, reflexos, alteridade*. p. 82 – 99. (2000).

CHANDLER, Michel J.; LALONDE, Chistofher. E. Cultural Continuity as a Protective Factor against Suicide in First Nations Youth. *Horizons –A Special Issue on Aboriginal Youth, Hope or Heartbreak: Aboriginal Youth and Canada’s Future*. 10 (1), 68-72, 2008.

CHANDLER, Michel J.; PROULX, Travis. On Committing the Psychologist’s Fallacy and Getting Away With It: Bridging Personal and Cultural Identities. In P. K. Oles & H.J.M. Hermans (Eds.), *The Dialogical Self: Theory and Research*. Wydawnictwo KUL. p. 2-15, 2006.

CHANDLER, Michael J. LALONDE, Chistofher. E. Cultural continuity as a moderador of suicide risk among Canada’s First Nations. In KIRMAYER, L. VALASKAKIS, G. (Eds.). *The Mental Health of Canadian Aboriginal Peoples: transformations, Identity, and Community*. University of British. Columbia Press. Série 273, 2 (68). 2000.

CHANDLER, Michael J. Surviving Time: The Persistence of Identity in This Culture and That. In: *Culture & Psychology*. Ano 2. Volume 6. p. 209 – 231. 2000.

DANTAS, Fernando Antonio de Carvalho. A “cidadania ativa” como novo conceito para reger as relações dialógicas entre as sociedades indígenas e o Estado Multicultural Brasileiro. In: *Hiléia: Revista de Direito Ambiental da Amazônia*. Ano. 2. N.º 2. Edições Governo do Estado do Amazonas / Secretaria de Estado da Cultura / Universidade do Estado do Amazonas. Manaus, p. 215-230, 2004.

FÁVERO, Maria Helena. BRANDÃO, Larissa Guimarães Martins. “Malhando o Gênero”: O Grupo Focal e os Atos da Fala na Interação de Adolescentes com a Telenovela. In: *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. Ano 2. N°. 22. Mai-Ago. p. 175 – 182, 2006.

FERREIRA, Ivson J.; BRASILEIRO, Sheila; FIALHO, Vânia. Dossiê Chicão Xukuru. In: “*Plantaram*” Xicão: *Os Xukuru do Ororubá e a criminalização do direito ao território*. Vânia Fialho, Rita de Cássia Maria Neves, Mariana Carneiro Leão Figueiroa (Orgs). Manaus: PNCSA-UEA/UEA Edições, p. 16-51, 2011.

FIALHO, Vânia. Associativismo, desenvolvimento e mobilização indígena em Pernambuco. In: *Povos indígenas de Pernambuco: identidade, diversidade e conflito*. Athias Renato (Org.). Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007.

_____. Prefácio. In: “*Plantaram*” Xicão: *Os Xukuru do Ororubá e a criminalização do direito ao território*. Vânia Fialho, Rita de Cássia Maria Neves, Mariana Carneiro Leão Figueiroa (Orgs). Manaus: PNCSA-UEA/UEA Edições, p. 11-15, 2011a.

_____. Parecer Antropológico: faconalismo Xukuru. In: “*Plantaram*” Xicão: *os Xukuru do Ororubá e a criminalização do direito ao território*. Vânia Fialho, Rita de Cássia Maria Neves, Mariana Carneiro Leão Figueiroa (Orgs). Manaus: PNCSA-UEA/UEA Edições, p. 52-96, 2011b.

FIGUEIROA, Mariana Carneiro Leão. Um olhar antropológico acerca do processo criminal que teve como vítima o cacique Xicão Xukuru. In: “*Plantaram*” Xicão: *os Xukuru do Ororubá e a criminalização do direito ao território*. Vânia Fialho, Rita de Cássia Maria Neves, Mariana Carneiro Leão Figueiroa (Orgs). Manaus: PNCSA-UEA/UEA Edições, p. 52-96, 2011c.

FURTADO, Marcella Brasil. PEDROSA, Regina Lúcia Sucupira. ALVES, Cândida Beatriz. Cultura, identidade e subjetividade quilombola: uma leitura a partir da psicologia cultural. In: *Psicologia e Sociedade*. Ano 26. Volume 1, p. 106-115, 2014.

GOMES, Alberto Albuquerque. Usos e possibilidades do grupo focal e outras alternativas metodológicas. Volume 2. Julho. 2003. Disponível em: <http://www.grupolusofona.pt/pls/portal/docs/PAGE/OPECE/APRESENTACAO/INVESTIGADORES/ALBERTO%20ALBUQUERQUE/PAPERS/GRUPO%20FOCAL_USOS%20E%20POSSIBILIDADES.PDF>. Acesso em 12, fevereiro e 2013.

GOMES, Vera Lucia Oliveira. TELLES, Kátia Silva. ROBALLO, Evellyn Castro. Grupo focal e discurso do sujeito coletivo: produção de conhecimento em saúde de adolescentes. In: *Escola Anna Nery Revista Enfermagem*. Ano 4. nº 13. Out – dez. p. 856 – 862, 2009.

JANESICK, Valerie J. The dance of qualitative research design: metaphor, methodolatry, and meaning. In: DENZIN, Norman K. LINCOLN, Yvonna S. (Orgs.) *Handbook of qualitative research*. London. SAGE, p. 35-55, 1994.

JIMÉNEZ, JSchmitman. Sem pátria: os vínculos de pertinência no mundo de hoje – família, país nação. In SCHNITMAN, Dora Fried (org.) *Novos paradigmas, cultura e subjetividade*. Tradução de Jussara Haubert Rodrigues. Artes Médicas. Porto Alegre. p 145-151. 1996.

KIND, Luciana. Notas para o trabalho com a técnica dos grupos focais. In: *Psicologia em Revista*. Ano 15. Nº. 10. Belo Horizonte. p. 124 - 136. 2004.

MARKOVÁ, Ivana. LINELL, Per. GROSSEN, Michèle. ORVIG, Anne Salazar. *Dialogue in focus group: exploring socially shared knowledge*. Equinox. London. 2007.

MORASSO, Sara Greco e ZITTOUN, Tania. The trajectory of food as a symbolic resource for international migrants. *Outlines - critical practice studies*. V. 15, n. 1, p. 28-48, 2014.

MORSE, Janice M. Designing funded qualitative research. In: DENIN, Norman K. LINCOLN, Yvonna S. (orgs.) *Handbook of qualitative research*. SAGE. London. p. 220-235, 1994.

NEGRÃO, Patrícia. Elizabeth Teixeira. In CHARF, Clara (Coord.) *Brasileiras guerreiras da paz: projeto 1000 mulheres*. Ed. Contexto. São Paulo. 2006.

NEVES, Rita de Cássia Maria. Resistência e Estratégias de Mobilização Política entre os Xukuru. In: Athias, Renato (Org.). *Povos indígenas de Pernambuco: identidade, diversidade e conflito*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situaçãocolonial, territorialização e fluxos culturais. In: *A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. 2º ed. Rio de Janeiro, Contra Capa Livraria/LACED, 2004.

_____, João Pacheco. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: *MANA*. Ano 4. V. 1. p. 47 – 77, 1998.

OLIVEIRA, Kelly Emanuely. *Guerreiros do Ororubá: o processo de organização política e elaboração simbólica do povo indígena Xukuru*. João Pessoa. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Centro de Ciência Humanas, Letras e Artes/Universidade Federal da Paraíba. 2006.

_____, Kelly Emanuely. *Guerreiros do Ororubá: o processo de organização política e elaboração simbólica do povo indígena Xukuru*. Recife: Ed. Universidade da UFPE, 2014.

OLIVEIRA, Nuno. Diversidade e integração. In: *Revista Migrações*. Nº 8. ACIDI. Lisboa. Abril. p. 35 – 56. 2011.

OURIQUE, João Luis Pereira. Identidades construídas e reconstruídas: a perspectiva do *outro* e a imposição de valores à cultura indígena. In: *Revista Eletrônica Literatura e Autoritarismo*. Nº 21. Janeiro-Junho. 2013. Disponível em <http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/LA/about/index>. Acesso em 12 de agosto de 2014.

ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde; AMORIM, Katia de Souza e SILVA, Ana Paula Soares. Rede de significações: alguns conceitos básicos. In: *Rede de significações e o estudo do desenvolvimento humano*. São Paulo: ARTMED, p. 24-41. 2004.

SILVA, Edson. História, memórias e identidade entre os Xukuru do Ororubá. In: *Tellus*, ano 7, n. 12, p. 89-102, abr. Campo Grande – MS. 2007.

_____, Edson e SILVA, Maria da Penha da. As diversidades étnicas no Brasil: desafios às práticas escolares. In: *A temática indígena na sala de aula: reflexões para o ensino a partir da Lei 11.645/2008*. 2ª ed. Recife: Edufpe, 2016.

_____, Edson. História, memórias e identidade entre os Xukuru do Ororubá. In: *Tellus*. Ano 7. Nº. 12. Campo Grande. pp. 89 – 102. 2007.

_____, Edson. *Xukuru: memória e história dos índios da Serra do Ororubá (Pesqueira/PE), 1959-1988*. Ed: UFPE, Recife, 2014.

SOUZA, Vânia Rocha Fialho Paiva. *As Fronteiras do Ser Xukuru: estratégias e conflitos de um grupo indígena no Nordeste*. Dissertação de Mestrado em Antropologia, Recife, UFPE, 1992.

TORRES, Vanessa Cavalcanti de. Um estudo sobre os índios Xukuru a partir da noção de continuidade do *self*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Cognitiva, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, UFPE, 2011.

WASSERMAN, Claudia. Problemas teóricos que envolvem a questão da identidade coletiva e a formação de novas identidades. In: *Semina: Ciências Humanas e Sociais*. Volume. 23. Londrina. Set. pp. 93 – 100. 2002.

_____; GILLESPIE, Alex. Internalization: How culture becomes mind. In: *Culture & Psychology*, Vol. 21, n. 4, p. 477–491. 2015.

_____. Dynamics of Life-Course Transitions: A Methodological Reflection. In: *Dynamic Process Methodology in the Social and Developmental Sciences*, chapter 18, p. 405-429, 2009.

_____. Symbolic Competencies for Developmental Transitions: The Case of the Choice of First Names. In: *Culture & Psychology*, 10, issue 2, p. 131-161, 2004.

_____. The Hidden Work of Symbolic Resources in Emotions. In: *Culture & Psychology* 9, issue 3, p. 313-329, 2003.

_____. Transitions as dynamic processes: A commentary. *Learning, Culture and Social Interaction*, 3, p. 232–236. 2014.

_____, Tania; AVELING, Emma-Louise; GILLESPIE, Alex; CORNISH, Flora. People in transitions in worlds in transition: ambivalence in the transition to womanhood during world war II. In: *Cultural Dynamics of Women's Lives*, p. 59–77, 2011.

APÊNDICE A – Autorização do Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos (CEP)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
Comitê de Ética em Pesquisa

Of. N.º 005/2010 - CEP/CCS

Recife, 27 de maio de 2010

Registro do SISNEP FR – 325709
CAAE – 0099.0.172.000-10
Registro CEP/CCS/UFPE Nº 102/10

Título: "Um estudo sobre os índios Xukurus a partir da noção de continuidade do Self".

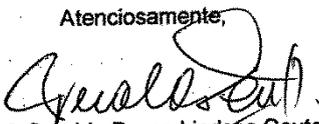
Pesquisador Responsável: Vanessa Cavalcanti de Torres

Sra. Coordenadora:

Estamos encaminhando o protocolo em epigrafe para registro e análise, de acordo com a Resolução Nº 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, o qual recebeu neste Comitê o seguinte parecer: APROVADO.

Informamos, ainda, que a cópia digital do projeto é igual à versão impressa encaminhada.

Atenciosamente,


Prof. Geraldo Bosco Lindoso Couto
Coordenador do CEP/CCS / UFPE

A
Sra. Gyséle Saddi Tannous
Coordenadora da CONEP/CNS/MS

**APÊNDICE B – Autorização do Comitê Nacional de Ética e
Pesquisa com Seres Humanos (CONEP)**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
Comitê de Ética em Pesquisa

Of. N.º 241/2010 - CEP/CCS

Recife, 14 de setembro de 2010

Registro do SISNEP FR – 325709

CAAE – 0099.0.172.000-10

Registro CEP/CCS/UFPE N.º 102/10

Título: “Um estudo sobre os índios Xukurus a partir da noção de continuidade do Self”.

Pesquisador Responsável: Vanessa Cavalcanti de Torres

Registro CONEP: 15988

Senhor Pesquisador:

Informamos que a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP, de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS 196/96, analisou o protocolo em epígrafe e emitiu o seguinte parecer: **PROTOCOLO APROVADO COM RECOMENDAÇÃO** pela CONEP. Dessa forma, este Comitê libera o protocolo para início da coleta de dados em 14 de setembro de 2010.

Ressaltamos que a aprovação definitiva do projeto será dada após a entrega do relatório final, conforme as seguintes orientações:

- a) Projetos com no máximo, 06 (seis) meses para conclusão: o pesquisador deverá enviar apenas um relatório final;
- b) Projetos com períodos maiores de 06 (seis) meses: o pesquisador deverá enviar relatórios semestrais.

Dessa forma, o ofício de aprovação somente será entregue após a análise do relatório final.

Atenciosamente


 Prof. Geraldo Bosco Lindoso Couto
 Coordenador do CEP/CCS/UFPE

A

Mestranda Vanessa Cavalcanti de Torres
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Cognitiva- CFCH/UFPE

APÊNDICE C – Carta de Anuência do Cacique

CARTA DE ANUÊNCIA

Declaro que fui informado sobre a pesquisa “Um estudo sobre os índios Xukurus a partir da noção de Continuidade do *Self*”, por VANESSA CAVALCANTI DE TORRES, psicóloga e aluna do Mestrado em Psicologia Cognitiva da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), sob a orientação da Profª Drª Maria C. D. P. Lyra e co-orientação da Profª Drª Anália Keila Ribeiro. Foi explicado que o objetivo da pesquisa é *estudar os índios Xukurus a partir da noção de continuidade do self*, e compreendi, portanto, que:

- O estudo utilizará a análise de narrativas produzidas por 40 índios ou índias, que serão divididos em 4 grupos, apenas depois de agendamento prévio de dia e horário convenientes aos participantes, ficando evidente que este grupo não possui finalidades terapêuticas;
- Os riscos da pesquisa são mínimos, como sentir um desconforto em expor a opinião sobre assuntos referentes à realidade cultural dos Xukurus. Caso aconteçam alguns problemas, estes serão de inteira responsabilidade da pesquisadora, sendo esta qualificada na área de saúde mental, onde tentará resolvê-los da maneira mais pertinente;
- Os benefícios dessa pesquisa vão desde o enriquecimento da área da psicologia, bem como o aprofundamento de estudos voltados para populações indígenas, podendo proporcionar uma melhoria na qualidade de vida dos Xukurus, com ações na área de saúde, educação e assistência social;
- Os resultados obtidos poderão compor o corpo geral do trabalho e servir posteriormente para fins de publicação em congressos e/ou revistas científicas, respeitando o anonimato das fontes;
- O trabalho obedecerá ao rigor ético preconizado pelo Ministério da Saúde que regulamenta pesquisas com seres humanos através da resolução 196/1996 e das normas para estudos com populações indígenas dispostas na resolução 304/2000.

Afirmo então, que fui esclarecido e autorizo como líder deste desta população, a pesquisa a ser realizada com os Xukurus.

Pesqueira, 09 de Abril de 2010.


Cacique da Tribo XuKuru do Ororubá

Presidente do Conselho Indígena de Saúde XuKuru do Ororubá (CISXO)

APÊNDICE D – Carta de Anuência do Secretário de Saúde de Pesqueira-PE

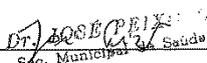
CARTA DE ANUÊNCIA

Declaro que fui informado sobre a pesquisa “Um estudo sobre os índios Xukurus a partir da noção de Continuidade do *Self*”, por VANESSA CAVALCANTI DE TORRES, psicóloga e aluna do Mestrado em Psicologia Cognitiva da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), sob a orientação da Profª Drª Maria C. D. P. Lyra e co-orientação da Profª Drª Anália Keila Ribeiro. Foi explicado que o objetivo da pesquisa é *estudar os índios Xukurus a partir da noção de continuidade do self*, e compreendi, portanto, que:

- O estudo utilizará a análise de narrativas produzidas por 40 índios ou índias, que serão divididos em 4 grupos, apenas depois de agendamento prévio de dia e horário convenientes aos participantes, ficando evidente que este grupo não possui finalidades terapêuticas;
- Os riscos da pesquisa são mínimos, como sentir um desconforto em expor a opinião sobre assuntos referentes à realidade cultural dos Xukurus. Caso aconteçam alguns problemas, estes serão de inteira responsabilidade da pesquisadora, sendo esta qualificada na área de saúde mental, onde tentará resolvê-los da maneira mais pertinente;
- Os benefícios dessa pesquisa vão desde o enriquecimento da área da psicologia, bem como o aprofundamento de estudos voltados para populações indígenas, podendo proporcionar uma melhoria na qualidade de vida dos Xukurus, com ações na área de saúde, educação e assistência social;
- Os resultados obtidos poderão compor o corpo geral do trabalho e servir posteriormente para fins de publicação em congressos e/ou revistas científicas, respeitando o anonimato das fontes;
- O trabalho obedecerá ao rigor ético preconizado pelo Ministério da Saúde que regulamentam pesquisas com seres humanos através da resolução 196/1996 e das normas para estudos com populações indígenas dispostas na resolução 304/2000.

Afirmo então, que fui esclarecido e concordo com a participação dos Xukurus nessa investigação. Autorizo deste modo, a liberação de uma sala em um dos três PSF's (Programa de Saúde da Família) da aldeia, desde que seja previamente agendada a utilização do espaço.

Pesqueira, 09 de Abril de 2010.


 Dr. José Celso
 Sec. Municipal de Saúde
 Secretário de Saúde do Município de Pesqueira-PE

APÊNDICE E- Carta de Anuência CISXO

Pesqueira, 26 de maio de 2010.

Ao CISXO (Conselho Indígena de Saúde XuKuru do Ororubá);

Venho através deste documento, apresentar meu projeto de pesquisa de mestrado intitulado “*Um estudo sobre os índios Xukurus a partir da noção de continuidade do self*” e obter por parte deste Conselho, autorização para o desenvolvimento desse estudo.

A idéia para presente pesquisa nasceu do contato da pesquisadora com diversos indígenas Xukurus que estudam nas faculdades de Belo Jardim-PE (Faculdade de Formação de Professores de Belo Jardim-FABEJA e Faculdade de Enfermagem de Belo Jardim-FAEB). Por volta de 2007/2008, a pesquisadora foi professora de Valdeilson Lima de Oliveira (Xukuru, enfermeiro da aldeia e ex-aluno do curso de enfermagem). Nessa mesma época, foi convidada por Valdeilson e Ítallo Gomes de Sá Quirino Novaes (atualmente também enfermeiro da aldeia) para ser orientadora da monografia deles. Por conta da monografia, aconteceram diversos encontros, conversas, leituras e estudos sobre os Xukurus, que despertaram na pesquisadora a motivação em estudar algo específico ligado a sua área de maior concentração, nesse caso a Psicologia, com esta população.

Deste modo, o presente projeto de pesquisa tem por objetivo estudar os índios Xukurus a partir da noção de continuidade do *self*. Esse termo é de uso bem particular da área da Psicologia e para isso é importante explicá-lo um pouco melhor.

O *self*, em Psicologia, é entendido como a identidade, a personalidade de alguém. Diz respeito a *quem eu sou, como me vejo, o que penso*. A construção da identidade tem a ver com a participação nas organizações culturais que favorecem a pessoa a pensar e se comportar, em alguns aspectos, de forma bem semelhante. Isso não quer dizer que todas as pessoas são iguais, mas que existem traços comuns a todos que pertencem a uma mesma cultura. Tomemos como exemplo, uma comunidade rural que vive de cultivo de flores. Provavelmente, muitos dos participantes desta cultura continuarão ao longo do tempo, realizando o cultivo de flores e desenvolvendo e perpetuando os costumes daquele povo. Outro exemplo bem particular é da própria cidade de Pesqueira-PE: há uma tradição de várias famílias terem o hábito de fazer doces e rendas e este costume continua a existir e se perpetuar ao longo do tempo. Esse costume tem sido passado de geração à geração e continua presente nos dias de hoje. Exemplos como esse, servem para demonstrar que todos nós somos, de certa forma, uma extensão do meio que vivemos.

Pensando a partir desse contexto, a idéia da proposta dessa pesquisa é compreender como os Xukurus vivem, seus costumes, tradições, a realidade pessoal e cultural da aldeia, por meio de contatos estabelecidos com os próprios indígenas e não apenas na literatura que fala sobre este povo. A metodologia que será utilizada requer quatro encontros em grupos, com 10 Xukurus em cada um dos encontros (no total 40 índios e/ou índias). A idade requerida é acima dos 18 anos e o tema a ser debatido são questões e conversas sobre a vida e costumes da aldeia.

Vale salientar, que todos os cuidados éticos estão sendo tomados, como o envio deste projeto para o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFPE (CEP/CCS/UFPE) com o número do protocolo 102/10, apresentação deste trabalho no CISXTO, no Conselho Distrital de Saúde Indígena (a partir da solicitação do Cacique Marcos Araújo) e na FUNAI. Após autorização de todas essas instâncias, esse projeto também será enviado para o Comitê Nacional de Pesquisa com Seres Humanos (CONEP) em Brasília, tudo isso obedecendo à resolução 196/1996 sobre normas de pesquisas com seres humanos e a resolução 304/2000 sobre normas para estudos com populações indígenas.

Estudos como esse ajudam a compreender melhor como as organizações sociais se constroem, vivem e permanecem ao longo do tempo, enriquecendo assim os dados sobre as populações estudadas. A partir da área de concentração desse estudo, a Psicologia, faz parte do objetivo desta pesquisa, colaborar para construção de políticas públicas voltadas para os serviços de saúde, educação e assistência social. Esta contribuição só pode ser melhor planejada, quando se entende como vive uma determinada população, seus desejos, anseios e dificuldades. No presente caso, esperamos contribuir, justamente, com esses entendimentos de um ponto de vista psicológico.

Desde já, coloco-me à inteira disposição para quaisquer esclarecimentos em qualquer fase desse estudo, podendo localizar-me pelos contatos: telefone (81) 9951-2688 ou por e-mail vanctorres@hotmail.com, assim como podem também entrar em contato com Maria Lyra (orientadora e professora da Pós-Graduação em Psicologia Cognitiva-UFPE), telefone (81) 9967-9940, e-mail marialyra2007@gmail.com ou Anália Ribeiro (Co-orientadora, ex-aluna da Pós-Graduação em Psicologia Cognitiva - UFPE e Pró-Reitora do IFPE), telefone (81) 9198-3063, e-mail analiakeila@yahoo.com.br. É importante ainda esclarecer que atualmente exerço a função de psicóloga (CRP 02/11.856), professora da FABEJA e FAEB em Belo Jardim-PE e sou aluna da Pós-Graduação em Psicologia Cognitiva-UFPE.

Agradeço a oportunidade, atenção e autorização para o desenvolvimento dessa pesquisa. Para tanto, necessito da assinatura dos Conselheiros nesse documento e na carta de anuência da pesquisa.

Marcos Luciano de Paiva
 Geraldo Eraldo Furtado
 M^{re} Jeri Martins da Silva
 Gonçalo Alves de Carvalho
 Ferilda Maria de Acaijo
 Isabel Cristina A. R. Acaijo
 Juremy Prohito
 Marcos Vilmon Barros Furtoga
 Geraldina Dias da Silva
 M^{re} Aparecida de Lóima Lordeiro.
 Francisco Maria José de Melo

APÊNDICE F – Carta De Anuência FUNAI

CARTA DE ANUÊNCIA

Declaro que fui informado sobre a pesquisa “Um estudo sobre os índios Xukurus a partir da noção de Continuidade do *Self*”, por VANESSA CAVALCANTI DE TORRES, psicóloga e aluna do Mestrado em Psicologia Cognitiva da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), sob a orientação da Profª Drª Maria C. D. P. Lyra e co-orientação da Profª Drª Anália Keila Ribeiro. Foi explicado que o objetivo da pesquisa é *estudar os índios Xukurus a partir da noção de continuidade do self*, e compreendi, portanto, que:

- O estudo utilizará a análise de narrativas produzidas por 40 índios ou índias, que serão divididos em 4 grupos, apenas depois de agendamento prévio de dia e horário convenientes aos participantes, ficando evidente que este grupo não possui finalidades terapêuticas;
- Os riscos da pesquisa são mínimos, como sentir um desconforto em expor a opinião sobre assuntos referentes à realidade cultural dos Xukurus. Caso aconteçam alguns problemas, estes serão de inteira responsabilidade da pesquisadora, sendo esta qualificada na área de saúde mental, onde tentará resolvê-los da maneira mais pertinente;
- Os benefícios dessa pesquisa vão desde o enriquecimento da área da psicologia, bem como o aprofundamento de estudos voltados para populações indígenas, podendo proporcionar uma melhoria na qualidade de vida dos Xukurus, com ações na área de saúde, educação e assistência social;
- Os resultados obtidos poderão compor o corpo geral do trabalho e servir posteriormente para fins de publicação em congressos e/ou revistas científicas, respeitando o anonimato das fontes;
- O trabalho obedecerá ao rigor ético preconizado pelo Ministério da Saúde que regulamentam pesquisas com seres humanos através da resolução 196/1996 e das normas para estudos com populações indígenas dispostas na resolução 304/2000.

Afirmo então, que fui esclarecido e concordo com a participação dos Xukurus nessa investigação.

Pesqueira, 24 de agosto de 2010.

Representante da FUNAI em Pesqueira

José Bartolomeu G. da Silva
Chefe do PIN Xucuru
Portaria 0063/04

APÊNDICE G - Carta de Anuência Conselho Distrital de Saúde Indígena

Recife, 27 de maio de 2010.

Ao Conselho Distrital de Saúde Indígena;

Venho através deste documento, apresentar meu projeto de pesquisa de mestrado intitulado “*Um estudo sobre os índios Xukurus a partir da noção de continuidade do self*” e obter por parte deste Conselho, autorização para o desenvolvimento desse estudo. Apresento anexo a este documento, a carta de anuência assinada pelos Conselheiros do CISXO (Conselho Indígena de Saúde Xukuru do Ororubá) e outra carta também assinada pelo representante da FUNAI na aldeia Xukuru. No entanto, faz-se necessário tecer algumas considerações para a melhor compreensão deste estudo.

A idéia para presente pesquisa nasceu do contato da pesquisadora com diversos indígenas Xukurus que estudam nas faculdades de Belo Jardim-PE (Faculdade de Formação de Professores de Belo Jardim-FABEJA e Faculdade de Enfermagem de Belo Jardim-FAEB). Por volta de 2007/2008, a pesquisadora foi professora de Valdeilson Lima de Oliveira (Xukuru, enfermeiro da aldeia e ex-aluno do curso de enfermagem). Nessa mesma época, foi convidada por Valdeilson e Ítallo Gomes de Sá Quirino Novaes (atualmente também enfermeiro da aldeia) para ser orientadora da monografia deles. Por conta da monografia, aconteceram diversos encontros, conversas, leituras e estudos sobre os Xukurus, que despertaram na pesquisadora a motivação em estudar algo específico ligado a sua área de maior concentração, nesse caso a Psicologia, com esta população.

Deste modo, o presente projeto de pesquisa tem por objetivo estudar os índios Xukurus a partir da noção de continuidade do *self*. Esse termo é de uso bem particular da área da Psicologia e para isso é importante explicá-lo um pouco melhor.

O *self*, em Psicologia, é entendido como a identidade, a personalidade de alguém. Diz respeito a *quem eu sou, como me vejo, o que penso*. A construção da identidade tem a ver com a participação nas organizações culturais que favorecem a pessoa a pensar e se comportar, em alguns aspectos, de forma bem semelhante. Isso não quer dizer que todas as pessoas são iguais, mas que existem traços comuns a todos que pertencem a uma mesma cultura. Tomemos como exemplo, uma comunidade rural que vive de cultivo de flores. Provavelmente, muitos dos participantes desta cultura continuarão ao longo do tempo, realizando o cultivo de flores e desenvolvendo e perpetuando os costumes daquele povo. Outro exemplo bem particular é da própria cidade de Pesqueira-PE: há uma tradição de várias famílias terem o hábito de fazer doces e rendas e este costume continua a existir e se perpetuar



ao longo do tempo. Esse costume tem sido passado de geração à geração e continua presente nos dias de hoje. Exemplos como esse, servem para demonstrar que todos nós somos, de certa forma, uma extensão do meio que vivemos.

Pensando a partir desse contexto, a idéia da proposta dessa pesquisa é compreender como os Xukurus vivem, seus costumes, tradições, a realidade pessoal e cultural da aldeia, por meio de contatos estabelecidos com os próprios indígenas e não apenas na literatura que fala sobre este povo. A metodologia que será utilizada requer quatro encontros em grupos, com 10 Xukurus em cada um dos encontros (no total 40 índios e/ou índias). A idade requerida é acima dos 18 anos e o tema a ser debatido são questões e conversas sobre a vida e costumes da aldeia.

Vale salientar, que todos os cuidados éticos estão sendo tomados, como o envio deste projeto para o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFPE (CEP/CCS/UFPE) com o número do protocolo 102/10, apresentação deste trabalho no CISXTO, no Conselho Distrital de Saúde Indígena (a partir da solicitação do Cacique Marcos Araújo) e na FUNAI. Após autorização de todas essas instâncias, esse projeto também será enviado para o Comitê Nacional de Pesquisa com Seres Humanos (CONEP) em Brasília, tudo isso obedecendo à resolução 196/1996 sobre normas de pesquisas com seres humanos e a resolução 304/2000 sobre normas para estudos com populações indígenas.

Estudos como esse ajudam a compreender melhor como as organizações sociais se constroem, vivem e permanecem ao longo do tempo, enriquecendo assim os dados sobre as populações estudadas. A partir da área de concentração desse estudo, a Psicologia, faz parte do objetivo desta pesquisa, colaborar para construção de políticas públicas voltadas para os serviços de saúde, educação e assistência social. Esta contribuição só pode ser melhor planejada, quando se entende como vive uma determinada população, seus desejos, anseios e dificuldades. No presente caso, esperamos contribuir, justamente, com esses entendimentos de um ponto de vista psicológico.

Desde já, coloco-me à inteira disposição para quaisquer esclarecimentos em qualquer fase desse estudo, podendo localizar-me pelos contatos: telefone (81) 9951-2688 ou por e-mail vanctorres@hotmail.com, assim como podem também entrar em contato com Maria Lyra (orientadora e professora da Pós-Graduação em Psicologia Cognitiva-UFPE), telefone (81) 9967-9940, e-mail marialyra2007@gmail.com ou Anália Ribeiro (Co-orientadora, ex-aluna da Pós-Graduação em Psicologia Cognitiva - UFPE e Pró-Reitora do IFPE), telefone (81) 9198-3063, e-mail analiakeila@yahoo.com.br. É importante ainda esclarecer que

atualmente exerce a função de psicóloga (CRP 02/11.856), professora da FABEJA e FAEB em Belo Jardim-PE e sou aluna da Pós-Graduação em Psicologia Cognitiva-UFPE.

Agradeço a oportunidade, atenção e autorização para o desenvolvimento dessa pesquisa. Para tanto, necessito da assinatura do representante da FUNASA (Fundação Nacional de Saúde) que esteve presente na apresentação desta pesquisa no Conselho Distrital de Saúde Indígena, realizada no dia 15 de maio do ano em curso, onde ficaram pendentes as autorizações do CISXO (Conselho Indígena de Saúde Xukuru do Ororubá) e da FUNAI, estando ciente do cumprimento da pendência e afirmando que este Conselho autoriza deste modo, a execução deste estudo com os Xukurus.


Antônio Fernando da Silva
Analista de Saúde Indígena
GE-FCT/PORT-655103/FUNASA-PE


Dr. Nelson Gonçalves da Silva
Odontólogo - ICRO 1607
E.M.S.I. - Truká

Antônio Fernando da Silva

APÊNDICE H - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Pesqueira, ____ de _____ de 2010.

Prezado índio Xukuru do Ororubá;

Solicito sua colaboração para participar da pesquisa com o título “Um estudo sobre os índios Xukuru a partir da noção de Continuidade do *Self*”. Vale salientar que suas contribuições ajudarão a uma melhor compreensão acerca dos costumes dessa aldeia.

Ao assinar este documento, você estará dando consentimento para responder a uma pergunta feita por mim, VANESSA CAVALCANTI DE TORRES, CPF 007.992.664-93, RG 5451291– SSP – PE, Fone: (81)9951-2688, CRP 02/11.856, psicóloga, aluna do Mestrado em Psicologia Cognitiva da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), sob a orientação da Professora da UFPE Dr^a Maria C. D. P. Lyra, CPF 168107594-68, Fone: (81) 2126-7330 e co-orientação da Dr^a Anália Keila Ribeiro CPF 568417104-44, Fone: (81) 2125-1600.

É importante deixar claro que:

Os benefícios dessa pesquisa são inúmeros, desde o enriquecimento da área da psicologia sobre o assunto pesquisado, bem como o aprofundamento de estudos voltados para população indígena, entendimento de costumes, tradições e contribuições para a área da saúde mental, servindo de base também para outros estudos. Justifica-se pela importância de que várias áreas, cada vez mais, realizem estudos sobre as populações indígenas para que ocorra uma melhoria na qualidade de vida na aldeia.

O objetivo da pesquisa é estudar os índios Xukuru a partir da noção de continuidade do *self*.

Sua participação é voluntária, levando-se em conta apenas o seu interesse em participar da pesquisa, não havendo compensação financeira para nenhuma das partes. Você só colaborará após o entendimento e assinatura desse termo.

O procedimento será realizado por meio de um trabalho grupo sem finalidades terapêuticas. É um recurso chamado de grupo focal, onde as pessoas se reúnem para debater um tema específico com a ajuda de um mediador, nesse caso, a própria pesquisadora. Será realizada através da análise de suas narrativas, a coleta desse material por meio da produção de um desenho e do trabalho em grupo, que será gravado em aparelhos de MP4.

Você pode requerer informações acerca desse estudo, em qualquer fase da sua execução. Em nenhum momento você será identificado, preservando seu anonimato. Os subsídios obtidos através de sua contribuição poderão compor o corpo geral da pesquisa, podendo posteriormente servir para fins de publicação em congressos e/ou revistas científicas, respeitando o anonimato das fontes.

Você terá inteira liberdade para desistir de participar, no decorrer da pesquisa, retirando suas informações do estudo e isso não acarretará nenhum problema pessoal.

Ficaram claros que os riscos da pesquisa são mínimos, visto que os índios debaterão em grupo, aspectos ligados à realidade cultural/pessoal deles.

Estou ciente sobre a formação e qualificação da pesquisadora na área de saúde mental e que, caso aconteça algum problema, estes serão de sua inteira responsabilidade. E, os problemas que porventura aconteçam deverão ser comunicados imediatamente, através dos contatos deixados em uma via do TCLE com o índio. Concordo, que se porventura ocorrerem problemas maiores, serão disponibilizados psicólogos do município para dar suporte à necessidade do participante, assim como todo o processo também será acompanhado e colaborado pela pesquisadora.

Antecipadamente agradeço sua atenção e contribuição;

Índio/Índia

Testemunha

Vanessa Cavalcanti de Torres
Psicóloga e Mestranda em Psicologia Cognitiva da UFPE
CRP 02/11.856

APÊNDICE I – Transcrição do Grupo Focal

Vanessa: Estas perguntas gente é sobre a vida daqui da aldeia, não é nenhuma pergunta difícil de responder não, tá certo? Então vamos lá. Vejam só! Antes da gente começar mesmo eu queria ler uma história pra vocês e depois que eu ler essa história vamos conversar um pouquinho sobre ela, tá certo? É a história de Elizabete.

Leitura da história

Vanessa: Gente essa é a história de Elizabete como eu falei pra vocês, é uma história real, dos lugares que ela passou, Paraíba, Recife, Rio Grande do Norte, tudo aqui pertinho né, da gente, e ai eu queria começar perguntando a vocês sobre a vida de Elizabete o que que vocês acham dessa história que eu contei pra vocês?

Aline: Uma mulher batalhadora, que não desistiu e com muita dificuldade chegou lá.

Vanessa: Quem mais concorda com Aline? Que tem alguma coisa a acrescentar que Aline disse, vocês acham a mesma coisa ou pensam diferente

A mesma coisa

Amanda: Eu acho assim, que apesar de dos impasses que da vida dela... (silêncio, choro), porque dependendo dos objetivos...

Vanessa: Porque tu tá chorando hein?

Amanda: Porque eu sou fácil de chorar, e assim história assim se você se fixar na personagem você se apaixona, porque mesmo com a perda do marido dos filhos ela sempre lutou, não desistiu, e na nossa vida hoje, o nosso dia-a-dia se a pessoa quiser, tiver objetivo, a pessoa tem que tentar (?) ao menos dá um jeito na própria vida (choro, não consegue falar mais...)

Vanessa: Que tu pensa Amilton sobre isso?

Adilson: Eu penso que ela é uma mulher guerreira por tantas outras que estão aqui no povo da gente e um exemplo disso é D. Zenilda, que perdeu o marido por uma causa, perdeu vários parentes, agora recentemente perdeu um filho num acidente trágico e acima de tudo ela não abandonou a luta dela, então um exemplo dessa mulher, é como se fosse a história de vida de dona Zenilda

Vanessa: Tu pensa do mesmo jeito Adriano?

Damião: Eu penso assim que ela foi uma mulher batalhadora, não abandonou seus objetivos, mesmo com o pai dela que só deu asa para morada, mas ela mesmo com a luta do pai e venceu...

Amanda fala algo interrompendo...

Vanessa: Como é Amanda?

Amanda: Mesmo passando as dificuldades, porque você não consegue nada sem certas dificuldades, muito difícil de se conseguir e hoje, no mundo que a gente convive, é um mundo de disputa, disputa assim no sentido se você porque é bem mais fácil você arrumar um emprego e muitas vezes nem é! Aí, o que vai acontecendo no seu dia-a-dia muitas vezes faz com que você enfraqueça, mas aí você tem que pensar no seu futuro e nos demais e levantar a cabeça e reagir.

Vanessa: Vocês acham que a vida de Elizabete, ela era a mesma desde que ela era pequena ? Foi a mesma desde que ela era pequena? Tudo que aconteceu com ela...

Amanda: Eu acho assim que pelo que eu entendi assim da história o sofrimento dela começou desde pequena... Que ela assim pelo que eu percebi, ela sempre foi esforçada, queria um futuro melhor, só que aí, como o pai não tinha muita noção do que era, tirou logo a filha da escola , porque essas pessoas de antigamente nunca queria que um filho estudasse, era pra ser trabalhador...

Vanessa: e Célio?

Nilcéia: A história é comovente, ela sofreu muito e foi realmente muito forte...

Vanessa: E tu acha que ela é a mesma desde que ela era pequena?

Célio: não! Ela passou por várias mudanças, aliás todo ser humano nós qualquer um passa né, desde quando era pequeno alguns tentaram mas só que com o tempo muda, porque a vida quando se torna maior de idade, adolescente, quando vê a vida do jeito que ela é muito disputada , tem que lutar realmente pela uma coisa séria, a pessoa tem que ter competência , coragem...

Vanessa: Diane

Diane: Eu também acho importante que ela queria o sonho dela, que ela não realizou por conta dos pais, mas mesmo assim não desistiu e conseguiu...

Vanessa: Ladjane que tá quetinha

Ladjane: Pelo que eu pude entender ela não queria crescer na vida né! Ela queria ajudar alguém que tinha a mesma dificuldade que ela tinha. Quando o pai dela não queria que ela estudasse por causa das cartas que ela escrevia pra o namorado, então ela não pensou só nela ela pensou em todos que tava em volta...

Vanessa: Vocês acham que existe alguma semelhança, que até Adilson já falou um pouco, da história de Elisabete com a história daquilo que vocês já viveram, que os Xukuru viveram?

Adriano: Existe!

Damião: Existe!

Amanda: Existe!

Vanessa: Quem gostaria de falar?

Célio: O povo Xukuru... Esse é um povo sofrido, é um povo batalhador, reconquistou o seu território agora recentemente... (Leidijane interrompe: Discriminado também, né!) Discriminado, perseguido, vitorioso... Adilson interrompe: A única diferença que tem dessa história pra nossa história hoje é que o povo Xukuru é um povo, que Elizabete era só Elizabete, então o povo quando tá unido as coisas se encaminham mais fácil vencer os obstáculos né, e os seus objetivos, agora uma pessoa só que nem ela foi, ela foi muito mais... Independentemente dela ter sido rejeitada pelo pai como conta a história aí que quando ela nasceu não houve festa nenhuma diferente de muito lugar que solta até fogos, mas a história é semelhante a história dela com a história de dona Zenilda e a história do nosso povo também, que nós somos um povo e ela era só uma...

Vanessa: Ana Paula tu pensa o que dessa semelhança ou num tem diferença?

Ana Paula: bom eu num acho diferença nenhuma, porque nós sempre passemos por isso né. Na minha família mermo já matou um irmão com irmão e eu num acho diferença nenhuma, mas... pra mim mermo é a mesma coisa de ter acontecido comigo...

Vanessa: Tu pode contar um poquinho o que foi que aconteceu?

Ana Paula: Bom, uma tia minha matou outra, a que tinha 15 ano matou a que tinha 25 ano, aí ainda hoje minha Vó vevi sozinha...

Vanessa: E porque isso aconteceu?

Ana Paula: Assim muitas amizades, muitas coisas ela foi matou uma tia minha e depois um tio meu, de outros parente, matou um tio meu aí pronto, mas na hora eu num vi diferença nenhuma nós passamo por isso acontece na minha família mermo, aí diferença nenhuma... É por isso que hoje eu convivo com gente mais fora da minha família eu num vejo muito minha família porque já tenha minha fia com aquele pobrema (epilepsia) aí eu num quero que o que aconteça na minha casa, na casa de minha vó minha filha veja e seja uma coisa pior pra minha fia. Eu tenho uma fia com 14 anos! Já pensou eu vê minha filha com os problema na casa de minha vó, vai acabar pior ainda, Cristina já viu muitas coisas aí às vezes chega em casa acelerada eu vo da medicação num serve... Já disse a ela, as vezes ela pede pra vim lá em casa, aí eu digo olhe vó as vezes o menino briga, as vezes os meninos pega uma arma, pega qualquer coisa, minha menina morre de medo ela tava tão agitada que ela disse assim eu vou lhe matar, ela viu isso na casa de vó, ela ia matar a minha outra menina eu cheguei na hora se eu não tivesse chegado

ela tinha feito um arte na outra, aí eu não quero que o que aconteceu na minha casa o que aconteceu na casa de vó muitos anos atrás. Eu num quero que aconteça na minha casa...

Vanessa: E Aline que tu acha tem semelhança ou tem diferença essa história que eu te contei que eu contei pra todo mundo entre a vida de Elizabete e a do Xukuru

Aline: praticamente uma vida igual porque a gente praticamente sofreu muito e ainda sofre, por conta de preconceito, preconceito da cor ainda existe muito, é algumas mães, principalmente a minha mãe mesmo ela batalhou muito, sofreu muito e ainda sofre e é praticamente semelhante a essa história que ele falou...

Vanessa: vocês gostam de viver aqui na aldeia como é viver na aldeia? Como é viver aqui na aldeia?

Damião: é bom!

Ladjane: a gente vive como pessoas normais né, somos normais, somos uma raça né, não temos diferenças das pessoas normais da cidade porque aqui é todos por um então a diferença que tem é essa porque lá fora é cada cá por si aqui não! Vamos supor que eu faço um mal na minha casa, os vizinho vão e ajuda! Então, do mesmo jeito é qualquer um... A gente aqui o que um passa, certo que a gente não passa sentindo né, mas o povo sente na pele um pouco o que é a vida que o outro tá vivendo. Então, a diferença só é essa...

Vanessa: Célio ia falando né, como é viver aqui?

Célio: É bom a gente viver aqui porque, aqui, é onde tá a nossa raiz a nossa cultura, nossa terra onde a gente lutou e brigou tanto por ela, então eu particularmente não tenho plano de sair daqui não.

Adilson: Não tem lugar melhor pra se criar seus filhos do aqui nas nossas aldeia, pra uma criança, longe de droga, de prostituição (Tranquilidade..., Célio interrompe...) e quando tem alguma coisa é porque já vem de fora, por conta do acesso que é muito livre... mas se num fosse isso... Hoje em dia um grave problema que a gente encontra aqui é o álcool, o álcool tá trazendo muito prejuízo, até pra quem não tem nada a ver com a história ele traz, mas infelizmente.

Amanda interrompe: Eu gosto muito de viver aqui sabe até hoje nunca pensei em sair e peço a Deus que não seja preciso, até porque é aquela questão o índio tem que viver no seu natural, mas o que me preocupa mais aqui na minha comunidade é ver algumas crianças necessitando de ajuda financeira (choro) que tem muitas, tem pessoas que conseguiram algum emprego e outras não, mas se você observar bem, tem pessoas passando necessidade e de certa forma como Ladjane disse, essa gente mora em uma comunidade que um se preocupa com o outro, e você vê aquela criança precisando de algo, muitas vezes até de um prato de comida você se preocupa

e tem hora que eu fico pensando qual será o futuro dessas crianças? Se hoje já estão assim, e amanhã...

Vanessa: E Diane? Hein, Diane? Como é viver aqui? Tu gosta de viver aqui?

Diane: Gosto, nasci e me criei aqui sei viver aqui ,gosto de viver assim nunca penso em viver fora daqui , gosto muito de viver aqui, é o melhor lugar que tem é viver aqui...

Amanda: É um lugar calmo... Agora, aconteceu umas coisa ai, você fica um pouco intranquilo, mas antes você podia dormir com as porta aberta

Vanessa: Como o que, por exemplo, Amanda?

Amanda: Assim, por conta da bebida, da falta de respeito pelos própria liderança, falta de respeito de um para com o outro, porque eu acho assim se você que cutir, se você quer tomar o seu álcool ou seja lá o que for, pense nas consequências depois mas ultimamente vem acontecendo muita... A bebida alcoólica tá trazendo muita coisa errada na nossa comunidade, não foi a primeira nem a segunda vez que o cacique tenta resolver, mas são pessoas maiores que sabem o que quer da sua vida e eu acho assim o ser humano, cada um sabe qual o seu objetivo, cada um sabe o que quer de melhor pra si.

Vanessa: Amanda e Adilson falaram desse problema do álcool não é... Vocês outros... Vocês vêem também como eles dois que esse problema tá passando do limite aqui?

Ladjane: Bom, a dificuldade que só tem é essa mesma é o álcool que tá avançando cada vez mais... Vem né, jogam fora, fecham, mas é perdido, passa só o que, quando tá recente um dia, dois, mas é perdido... Adilson interrompe: Depois vai pra cidade compra e traz. Depois continua tudo de novo, se fosse só pro consumo tudo bem, dava pra ser controlado, porque não é possível que fosse trazer de duas a três caixas de bebida, então tem o que pra consumo é um litro dois, mas não, tem quem vende aqui, acabou vai de novo, comprar de novo, aí depois termina tomando gosto pela coisa começa bebendo a vontade, certo que todo mundo não sabe aguentar, alguns guenta porque praticamente somos obrigado.

Aline: Agora a poucos dias mesmo, lá vizinho a minha casa, uma mãe de família pegou o seu filho bateu muito nele, porque, porque é uma criança de menor , se muito ele tiver é uns doze pra treze anos ,chegou alcoolizado porque sempre vai pelos amigos, e assim o que a gente não quer pros outros a gente não quer pra si mesmo... E eu fiquei assim pensando, meu Deus, uma criança, praticamente uma criança, de doze pra treze anos, alcoolizado por conta de amiguinhos e até mesmo incentivando as drogas e a mãe chegar assim e bater, eu achava que assim para nós mesmo precisamos de psicólogos em sala de aula, porque uma criança bate em outra e você diz assim, eu vou bater nele porque eu vi o meu pai bater na minha mãe, eu não posso bater e

principalmente pra esses jovens que tão se incentivando muito na bebida alcoólica em querer chegar armado em sala de aula e o que a gente não que pra gente a gente não que pros outro! Isso mesmo me preocupa muito...

Vanessa: Você ia falando alguma coisa Célio...

Célio: Não, é a questão sobre o alcoolismo. Existe uma lei que ela proíbe a venda de bebida alcoólica em área indígena, então essa lei aqui ela é válida sua crença a policia federal vem faz a o trabalho dela acaba coma bebida na área, só que a cidade é próxima, então eu acho que foi falado... Então, no decorrer do tempo e tanto as lideranças quanto as autoridades esquecem um pouco, volta a mesma coisa.

Ana Paula: Até mesmo os próprios índios, os próprio índios não vivem sem a bebida alcoólica... Porque já vem de década, de pessoa que vem de família em família e pra quem tá naquele vicio não deixa, não deixa...

Vanessa: Diz Damião... (levantou a mão pedindo pra falar)

Damião (relato confuso): Depois que isso tá na vida faz mal pra pessoa tá consumindo até pra o próprio vendedor também que às vez ele tem o costume de consumir também, mas ele prejudica a vida dele porque num arruma nada pra vida dele, porque muitos pai de família não tem um emprego pra sobreviver, aí o que tinha que conseguir com que pra sobreviver com sua família... como se diz, a polícia vem, derrama, ela numa vai matar, roubar, pra conseguir sobreviver, aí é isso...

Ladijane: É porque esse pessoal daqui da área tá diminuindo cada vez mais o conflito porque, a maioria tá sendo obrigada a sair pra fora, porque o lugar que tem pra dá emprego pros que tem, não traz de fora... Vamos supor, vou dar um exemplo, tem muitos estudantes eu já terminaram seus estudos, e foram obrigado a sair pra fora porque aqui não tem, então a vaga que tem que ficar uma pessoa daqui da área, não, trouxe de fora. E aí a gente que vai falar é ruim, é porque a gente quer tudo pra si, só que eu não falo não é por mim, porque eu não tenho estudo nem capacidade pra pegar um emprego desses né, de caneta, eu num tenho, e mesmo que tivesse não tenho paciência de lutar coma comunidade. Então o pessoal tá sendo obrigado a sair daqui pra arrumar emprego fora. Então o eu a gente queria pelo menos que ficasse as pessoas que já tão, pra não vir de lá fora, porque a gente se acha mal, todos aqui acham, porque a gente tem a capacidade, mas não tem como pegar um emprego porque o pessoal de fora já tem ocupado suas vagas.

Vanessa: Diga Adilson (levantou a mão pedindo pra falar)

Adilson: É só pra complementar o que ela falou, porque nós jovens que já temos os nossos estudos o que a gente sente muita falta é a oportunidade de faculdades, pra gente cursar o curso e atuar em diversas áreas como o cacique já falou na última reunião aqui, a gente tem vagas pra veterinário, engenheiro agrônomo, pra enfermagem também, só que não temos a oportunidade lá fora (tem os estudo, mas não tem a condição financeira- interrompe Damião), não temos recurso pra bancar uma faculdade, tem a vaga aberta na faculdade, mas não tem como se manter, como comprar os materiais, como pagar uma condução, comprar um lanche, então a sustentabilidade dos jovens tá muito fraca aqui dentro...

Damião: Falam que A FUN AI dá, ela dá só que a gente termina o estudo, mas quando vai partir pra querer fazer uma faculdade um curso, que precisa de uma ajuda, a gente chega lá na FUNAI, ela diz que num vai dar, que não pode, a pessoa termina o estudo que não deu em nada, estudou em vão, não tem objetivo de estudo.

Ladijane: Um exemplo mesmo, meu marido ele é ACD ele pra fazer o curso dele primeiro teve iria pagar, ainda pagou um mês, aí depois ele chegou a desistir, porque num tinha condições. O que ele ganhava era pouco demais pra sustentar meu filho e ele tem um problema nas perna , aí eu falei assim mas num desista a gente vai dá um jeito , eu ganho, eu tenho uma bolsa família, então a gente vai ter que passar dificuldades em casa mas você vai conseguir fazer o curso , aí desde que era um ano, todo vez que ele chegava lá, tem que ter dinheiro, tem que comprar farda, tem que comprar o sapato, tudo branco, eu não tenho condições, eu disse não a gente vai lá em Paulinho, mãe tem ficha lá, eu dou um jeito, a gente compra pelos menos o sapato e a calça, agora a bata você vai ter que mandar fazer pra botar o símbolo , aí ele disse não eu vou desistir, aí eu disse não, você não vai desistir! Aí fiquei tomando dinheiro emprestado, trabalhando feito uma louca, então passamos muitas dificuldades, hoje a prefeitura foi assumiu o débito né, aí ficaram pagando, graças a Deus ele terminou o curso, aí agora tem que fazer outros, só que a gente não tá querendo intimidade mais, porque Paulo diz que eu sou uma pessoa muito arrogante, realmente sou mesmo, nos meus direitos eu sou, aí ele diz que não vai falar as coisas porque tu tem a língua muito grande fala demais, mas se eu não falasse desse jeito eu num vivia no mundo que nem você, você é tapado, você termina perdendo o que tem direito, eu não sou assim , aí ele não fala comigo sobre qualquer dificuldade que ele tá passando ele não fala comigo, já eu sei por boca dos outro.

Vanessa: Vocês tão falando ai né, a gente fez essa reflexão sobre essa semelhança da história de Elizabete e a de dona Zenilda por exemplo aqui na aldeia e a de outras pessoas também daqui... A gente falou sobre como é viver aqui, as dificuldades que estão acontecendo agora, no

momento, que vocês destacam principalmente a questão do alcoolismo e do emprego, não é isso? Dentro da fala de vocês, mas aí eu queria saber agora o seguinte: vocês acham que a vida dos Xukuru é mesma desde que os Xukuru eram pequeninhos?

Adilson: Não!

Damião: Não!

Adilson: Não! De certa forma mudou, mas aquela coisa já foi falado na reunião o camarada morre de fome se quiser porque tem a terra pra plantar, só que se eu estudei eu não quero passar o resto da minha vida no cabo da enxada , porque pra o cabo da enxada não precisa estudar, então se eu tô estudando é porque eu penso mais adiante, penso num futuro melhor... Ter a terra tem, mas eu não tenho o recurso pra comprar uma cabeça de um bicho pra botar na terra.

Damião: E eu acho assim , se a pessoa batalhou, concluiu seus estudos na faculdade, não viver apenas de agricultura. Porque a agricultura dá a sobrevivência, só de sobreviver mesmo, mas precisar de algo, ela num dá não... Amanda interrompe: É porque tem ano que ela dá e tem ano que ela num dá. É, tem ano que ela num dá! E a intenção não é colher e consumir, colher e consumir (Adilson interrompe: e se todo mundo resolver botar roçado não vi ter mais terra pra plantar, não vai ter quem consome aquilo mesmo)...

Amanda: Com essa história... Como era mesmo o nome? (Elizabete-diz Vanessa) de Elizabete, eu lembrei que quando a gente era criança num tinha esse negócio de idade não, vai pro roçado, e a gente ia... Ladijane interrompe: Eu mesmo fui criada no roçado... Eu fui criada no roçado, conclui o ensino médio, fiz magistério, to fazendo pedagogia, e hoje quando eu chego lá , pego a enxada e trabalho também! A terra é a melhor coisa que Deus nos deu, mas é como eu disse, tem ano que ela dá, tem ano que ela num dá! Se você for viver só dependendo dela você passa necessidade, eu digo isso porque quando eu era pequena que meu pai ia pra rua, quando chegava lá era um biscoito recheado pra passar o mês eu ficava morrendo de alegria, e isso era uma coisa muito difícil e hoje eu digo assim a meu filho você tem que saber dar valor porque minha preocupação com meu filho é drogas , é ele ser assaltado, eu to com 26 anos e o único emprego que surgiu pra mim até agora eu consegui graças a Deus porque eu tinha estudo , mas tem pessoas aqui na comunidade que tem estudo , tão se esforçando, tem vontade de fazer uma faculdade, mas a gente sabe que quando você se desloca de sua comunidade pra chegar em outra, ou você passa fome ou se você num tiver 10 centavos pra comer um pão você pira de fome... tem xerox de material tem tudo, e tem pessoas aqui que diz eu tenho vontade de fazer uma faculdade, mas não tenho com que, porque não tem emprego, são pessoas que tem vontade de crescer e continuar na sua comunidade.

Vanessa: E vocês acham que essa vida dos Xukuru ela continua a mesma?

Adilson: Não! Não, o avanço foi muito grande, mas a gente tá colocando as nossas preocupações presentes e futuras.

Amanda: Tivemos um avanço muito grande, porque graças a Deus, porque eu lembro que quando meu pai era pequeno ele trabalhava para Dr. Otávio, com um fazendeiro que tinha aqui na área e ele chegava se reclamando muito que tinha fé em Deus que um dia ainda trabalhava no que era dele... Demorou, mas custou, ele conseguiu de volta sua terra, depois que a gente conseguiu as nossas terra muito coisa mudou pra gente, ao contrário de antes que a gente não tinha a nossa terra em nossa mão, graças ao cacique Xicão e ao nosso cacique Marcos que é muito dinâmico, mas teve os avanço e teve as dificuldade, que eu tenho fé que vai, que nós vamos conseguir...

Ladijane: E como eu falei né, o povo Xukuru cresceu porque evoluiu nos estudo, na educação, também na saúde que evolui muito também, que antigamente tudo a gente tinha que sair pra tudo, tinha que sair pra Pesqueira, muitos da gente não tinha condições, as mães da gente não tinha condições de pagar um carro, ia a pé, com os meninos, e como é que se diz, e também a gente hoje dependemos da gente mesmo, antes não ,dependia da vida dos outros , vamo supor, chalerando na casa de um pra ganhar um prato de comida, aquele que tava em casa, vamos supor, colocar um exemplo em mim, eu chalerava nas casa pra comer lá e trazer pra quem tava em casa , vivia a vida dos outros, vegetando... Então evoluiu muito porque hoje não, a gente ajuda porque vê dificuldades e não aquele exagerado de antigamente, mas um pouco... Então evolui bastante.

Vanessa: Que que tu acha Ana Paula, os Xukuru continuam os mesmos desde que eles eram pequenos? Vocês né eram pequenos?

Ana Paula: Não, pra mim já mudou muito.

Vanessa: Que que vocês então percebem que mudou nos Xukuru?

Ladijane: porque ficamos mais amigo um do outro...

Aline: O índio tá com outra aparência, de querer lutar, de querer vencer, não é mais aquele indiozinho de antigamente que vivia sendo explorado pelos fazendeiro, não tinha recurso nenhum, e graças a Deus agora nós temos nossos recursos, trabalhamos nas nossas terras, de lucro pra nós mesmos , não é mais pra fazendeiro, não é mais humilhado como os fazendeiros fazia com a gente e nossos pais, e assim pra a saúde também mudou muito porque aqui na aldeia a gente não tinha um posto médico e hoje nós temos dentista, nós temos doutora... Antigamente a gente tinha que se deslocar pra Pesqueira... Pra mim mesmo foi um avanço...

Vanessa: E Diane? Diane: Eu achei muito bom que antes o que a gente não tinha e o temos agora, tudo né, médico, tudo que ela diz (referindo-se a Aline) temos agora, e realizou ou sonho de todos nós.

Ladijane: E também tá faltando muito pouco né, mas nós vamos chegar lá né, temos paciência (Diane interrompe: E a gente tem mais, né! E sorri)

Célio: Você fala o que mudou na nossa vida né, nós Xukuru, eu lembro que eu com 5 anos, eu já me entendia como índio, eu já andava... Meu pai ele é deficiente visual, mas ele tem uma coragem que muita gente sadio não tem a coragem que ele tem. Ele sempre acompanhou, porque isso aqui, ela vem de um processo muito longo entendeu, então antigamente só existia os caboclo, era aqueles cabloco que se colocava na festa , da padroeira, então eles não tinha o entendimento real do que era ser índio, dos direitos que eles tinham entendeu, e então meu pai era um desses também, tanto meu pai como o de vários que tão aqui... Então, quando o cacique Xicão assumiu o cargo de cacique, graças a Deus, foi quem chamou ele pra assumir esse cargo, foi que começou a articular o povo Xukuru entendeu, começou a explicar a gente tem esse direito, isso, isso... Essa terra é nossa, a gente tem que ir a Brasília, tem que começar a reivindicar saúde, educação, subsistência, então foi aí aonde eu fui me entender de gente, aqui em vila de cimbres era tomada por branco, só tinha branco, (Amanda completa: Fazendeiro!) fazendeiro, comerciante, político e da sociedade pesqueira, a maioria dos político, eles tinham ai e tem muito interesse pela área, recursos naturais, pelo turismo do santuário, então aqui não existia terreiro, então já existia o cacique Xicão na Pedra d'água , mas na frente ai foi Jorge, uma liderança muito boa e aí teve que acompanhar outras famílias, entendeu? Lembro até que meu pai tinha até uma terrinha pequenininha, várias outras famílias tinha, não todas , então a gente foi começando, foi na época que as terra foi homologada, foro demarcada, ocupada, entendeu, que a gente foi ocupando os espaço dos fazendeiro dos que quiseram sair, dos que foram arrancado, beleza, então foi sendo ocupada, botando roçado, entendeu? Então, a vida do Xukuru hoje é outra entendeu, hoje nós temos educação diferenciada, temos saúde e esse pra tá aqui hoje foi muita luta pra tá aqui dentro, então se for comparar a vida do povo Xukuru há 10 anos atrás e hoje, nós vivemos nos céu, aonde a gente vê é pessoas conhecidas, aonde a gente passa, essa ladeira todinha aqui é livre só pra gente, quem quiser vir também venha que ela é maravilhosa, então é isso

Vanessa: A gente tá falando da vida dos Xukuru, e vocês que são Xukuru claro, eu quero saber de vocês, vocês acham que são as mesmas pessoas?

Não (coletivo). Todos falam de uma vez e digo: vamos então falar de um por um... Diz Amanda!

Amanda: Eu quando era pequena é, eu sempre fui uma pessoa que vivia mais no sítio, eu nunca fui uma pessoa que gostou de viver na mata, minha família dizia que tinha uns caboclo pretinho, que era os caboclinho, só que eu não acreditava... Aí quando foi um dia eu vi aí eu comecei a acreditar, já haviam falado que existia os caboclos, que de certa forma eram os nossos avós, mas eram caboclos que não eram conhecedores dos seus direitos e eu quando era pequena era uma pessoa assim, ainda hoje sou, mas eu quando eu era pequena era criança muito arteira, não era de brigar, no passado sempre trabalhei na roça e hoje se disser assim você tem que se dedicar na roça, sou uma pessoa que eu volto, porque e sou uma pessoa que não tenho preguiça, nem também tenho medo de enfrentar os obstáculos... Hoje com a ajuda de minha mãe e do meu pai lógico, consegui uma parte dos meus objetivos, e tento me aprofundar mais ainda, e voltando ao passado como eu disse hoje em dia e quando Xicão ganhou essa luta, eu sempre participei do ritual, das retomada, nunca perdi uma... Depois que fiquei ciente dos meus direitos, eu não vou mentir, mas quando eu era pequena que antes eu tinha medo de dizer que eu era índia... Mas aí depois, com o passar do tempo, com a luta de Xicão e de Marquinho, hoje eu não tenho medo de dizer o que eu sou, porque? Porque quando eu morava aqui tinha esses fazendeiro, que meu pai inclusive trabalhava com um deles, aí eu tinha medo e dizer, mas hoje, depois das retomada, do que a gente já passou junto, eu jamais tinha medo de dizer o que eu sou e luto eternamente...

Vanessa: E os outros, o que pensam sobre isso, se se percebem os mesmos?

Ladijane: Eu mudei porque cresci né (risos). Cresci e antigamente fazia o que os outro queriam, hoje eu faço o que eu quero, também não conhecia do que a gente tinha direito, que a gente morava numa área indígena como mora até hoje né, e não sabia dos nossos direito, fazia o que todo mundo queria, vamo supor, se dizia olhe você vai amarrar o seu bode ali, você tinha que ir práli... Hoje não! A gente sabe o que a gente quer, a gente sabe o que a gente tem direito, mudei também por que antigamente eu era mais queta hoje sou mais espivitada, vou atrás dos meus direitos, então se eu mereço, o que eu mereço eu vou atrás... Então se alguém tá errado comigo, querendo tá certo não adianta porque eu vou a frente também, o que eu tiver que falar eu falo... Então, eu acho que eu mudei por causa disso, que hoje eu posso me garantir uma mulher de coragem, enfrento tudo...

Vanessa: E Adilson? Que desde hoje parece querer falar? Tu continua o mesmo Adilson?

Adilson: ôxe, continuo nada menino, (risos)... Quando Xicão começou a FUNAI nesse tempo ela mandava cesta básica, a gente saia de pé pra buscar lá na sucupira lá na casa de Seu João Jorge. Aí quando mataram o cacique Xicão aí o pessoal que vinha aqui fazer essa divisão e eu

praticamente vivia de arrego, todo mundo aqui conhece tia Ritinha (Amanda diz: vivia de casa em casa), é! (responde). Minha realidade! eu vivi isso na pele! Aí o pessoal que viero fizeram um terrero no cajueiro que é aqui próximo né, e enquanto isso tava acontecendo a retomada do grupo aqui em cima e aí eu doido pra ir, porque tinha tia Nevinha, tio Toinho, meu pai, que sempre viveu lá, mas como eu dependia de tia Ritinha, eu tinha que tá onde ela tava, se eu metesse dos pés pra ir pra lá, ela pegava um cacete desse tamanho e me quebrava, aí desceu um ônibus cheio com o pessoal de Piá, aí nós tinha que cantar apuço, nós tinha que cantar se não apanhava né, aí resolvi ir pra São Paulo em 2000, 2001, por aí, porque minha mãe tá morando pra lá agora... Aí foi no tempo que aconteceu esses atentado aí resolvi voltar pra cá, quando eu voltei a primeira pessoa que tava me esperando lá era ela e Tiago, aí falaram eita Didi voltasse? Aí eu não, voltei! Até parece que eu to lá né, num já tinha voltado... Aí ela falou, vamo ficar aqui com a gente, porque mãe vai alugar uma casa, nessa época tio Carlinho era vivo, que era meu tio, e tu fica mais mãe e pai, e tu fica fazendo viagem... Aí eu falei, não! Aquele tempo de opressão já se foi, hoje eu tenho minha liberdade, eu vou lá pra cima, vou viver lá com meu pai e com meu povo... Aí resolvi vir pra'qui, eu tô aqui há um bom tempo, hoje eu tô com um emprego aqui garantido né, e vou pra onde eu quero, chego a hora que quero, saio a hora que quero, nem escuto nem falo! Então, foi uma mudança, mudou completamente sabe... porque eu vivia oprimido, eu vivia dependente debaixo do pé daquela pessoa, hoje em dia mal dou as cara por lá, vou pra onde eu quero...

Damião: Mudou principalmente porque antes, como alume já falou, a gente tinha uma vida dependente, não poderia ir atrás dos seus objetivos, não tinha oportunidade, não tinha condições financeiras, e hoje mesmo a gente não tendo uma total condições financeiras mais a oportunidade que a gente possa, concluir o estudo, de ir em busca do nosso sonho, da nossa realidade mais a frente. Isso foi um objetivo que veio pra área e deu muita oportunidade a gente, por isso que mudou totalmente...

Vanessa: E tu Ana Paula? Como é tua vida antes, se ela mudou, se ela continua a mesma?

Ana Paula: minha vida hoje é outra, pra vista que eu era é outra... (porque você está dizendo isso? – interrompe Vanessa), porque a vida antes de Xicão, como ele falou, nós ganhava cestas... nesse tempo eu morava na outra aldeia (qual era? – pergunta Vanessa), eu morava ali no Curral velho, ele ia levava a cesta andando pro Curral velho num carrinho velho, ele chegava lá... A gente tirou muitas fotos, lá na fazenda tem muitas fotos eles entregando... hoje eles faz uma festa pra gente lá. Hoje eu moro aqui, faz 7 anos, a falta aqui de Xicão é maior, eu acho que Xicão faz mais falta, porque comigo mesmo, tudo que eu precisou eu tava lá com ele...

Vanessa: Que que vocês pensam disso? Dessa falta de Xicão ou vocês já superaram essa falta de Xicão?

Ladijane: Aí é uma falta que a gente nunca vai superar, porque certo que o filho dele assumiu só que não ocupa o lugar dele, (não vai preencher nunca! – interrompe Amanda), não vai preencher nunca, porque ele era um, Marquinhos hoje é outro.

Adilson: Se Xicão fosse vivo, meu fi, as coisa ia tá muito diferente...

Amanda: Se ele fosse vivo eu acho que essas crianças que vivem aqui hoje, tudo bem que cacique se preocupa, procura fazer o máximo que pode, muitas vezes faz até o que não pode, mas essas crianças que vevi aqui hoje se Xicão fosse vivo... Tem a nossa creche aqui que caiu o teto, e as crianças vivem no meio do tempo

Vanessa: Adilson falou uma coisa que me chamou atenção que foi se Xicão fosse vivo a vida serei outra, disse até assim, como assim Adilson?

Adilson: não, em termo de respeito, principalmente, porque ele queria as coisas, ai daquele que dissesse que não! Se ele dissesse que era um pau, ninguém dizia que era uma pedra, ele era um homem... Não que Marquinho não seja, mas só que o pessoal temia mais Xicão do que teme Marquinhos hoje, tanto é que o próprio João Eudes disse que Marquinho é um moleque! João Eudes jamais teria dito se fosse com Xicão.

Vanessa: quem é João Eudes?

Adilson: Um candidato a deputado ai que não tem o que fazer... (Amanda interrompe: o ex-prefeito de Pesqueira!) então se Xicão fosse vivo hoje, a própria comunidade indígena daqui dos Xukuru talvez teria uma outra conhecimento, sabe?

Vanessa: E vocês acham pelo que vocês estão falando, que é preciso realmente ter uma pessoa assim tipo Xicão, que o pessoal tenha temor? Amanda interrompe: Que tenha pulso forte...

Adilson: Os dois homens de fibra mesmo era Xicão e João Virãs. (São 2 lideranças que se dissesse é assim, é assim! – interrompe Ladijane).

Vanessa: E cadê João Virãs?

Ladijane: morreu! Faleceu!

Vanessa: Mas faleceu de que?

Amanda: Foi Deus que chamou ele...

Célio: ele teve a sorte, porque tinha muita gente que desejava a cabeça dele...

Aline: E o nosso representante também, o Jorge, foi ameaçado muitas vezes, mas eu tenho fé em Deus que livra ele... (é!, responde Célio)

Aline: E assim, do cacique Marquinhos que é a nossa liderança, de algumas pessoas existe muito respeito por ele, mas tem alguns que não tão nem ai (interrompe Adilson: isso! isso que eu quis dizer...).

Amanda: Como eu falei, por essas pessoas serem pessoas que tentam levar, que tentem resolver, (no diálogo- interrompe Ladijane), na questão do diálogo, porque como Didi ressaltou (referindo-se a Adilson), quando Xicão abria a boca e dizia isso aqui é um pau então é um pau e eu tenho certeza que o representante, algum representante, que eu não vou especificar nomes até porque é uma questão de ética, e o próprio cacique chegasse e dissesse minha gente é assim, todo mundo ia dizer que é assim... só que eu acho que hoje que do jeito que as coisas estão que algumas pessoas entre aspas que não temem ele, hoje não tem mais como...

Aline: e o cacique de antigamente, nosso cacique Xicão, ele era o cacique dos índios, ele tava ali dentro da sua própria família, do que o povo precisa... E agora não, é cacique por muitos e muitas aldeias, muito muito trabalho, dificilmente a gente vê o nosso cacique, tá precisando de alguma coisa de problema de saúde tem que viajar pra fora, precisa de alguma ordem dele, dificilmente a gente consegue encontrar o nosso cacique... E o cacique Xicão não, era dali, ele tava ali com a gente pra o que fosse preciso... Aí, eu acho assim que por conta de o Cacique Marquinho ser de outra maneira, o respeito não tá existindo muito com ele...

Ladijane: como o cacique Xicão uma vez, eu molequinha eu me lembro, ele me sentou no colo dele aí chegou um prefeito, eu não lembro de onde era, eu era muito pequena, aí falou assim, Xicão onde é que você mora, ai ele falou e disse assim, *aqui! Aqui no meu chapéu, é a minha casa, eu não tenho casa, moro no mundo!* Aí ele falou assim, *não, mas a gente tem que ter um canto de parada*, ele disse *é meu chapéu, aonde eu tô eu tô parado*. Então ele falou assim, *mas você não dorme? Eu durmo em qualquer canto! Olhe, não tanto chovendo, não tanto fazendo sol, então pra mim tanto faz!* Aí quando o Zé Alberto era o representante daqui da vila na época, aí ele trazia as feiras né, não era feira era uma cestinha básica, aí Zé Alberto fazia o que? Tirava um pouco daquele, dividia, botava dentro de um saco e sempre diminuía o que ele tava trazendo. Aí teve uma vez que minha mãe mesmo, ela foi lá e ele falou assim, *e ai a cesta foi boa?* Ela disse *é Xicão foi boa, porque aquilo que a gente não compra tudo é bom!* Aí ele foi e disse assim *foi por quilo mesmo?* Porque sempre tinha a desconfiança do representante que o representante tirava da gente pra dar pros outro lá fora. Ai mãe não tinha mexido em nada ainda porque a gente tinha feito compra, ai ele foi disse assim *a cesta que a gente ganhou foi essa!* Todos já tinha consumido menos ela, porque como ela sempre, vivia sempre indo pro Soré no agreste, ai João Jorge falou, *um de vocês deixem, vocês ao consumam, guardem pra quando ele*

voltar a gente mostra pra ele! Ai mãe disse tá bom! Ai de tudo tinha um pouco ele foi botou a cestinha nas costa e foi lá pra casa de Zé Alberto (ele quem? Xicão? Interrompe Vanessa) Xicão! Ai chegou lá e falou assim, Zé Alberto quem deu ordem pra você tirar metade das compras do pessoal? Ele foi e disse, eu não tirei não! eu reparti do jeito que era..., ele foi e disse, não! Eu não mandei meio quilo pra ninguém! Eu mandei quilo por quilo! Então você pegue de novo, preencha de novo e dê pro pessoal... ai ficou aquele pessoal que tinha consumido tinha que pegar aquele restinho e ele tirou, botava numa bolsa também, pra levar de volta... Aí nisso, Tião mesmo era por mãe, porque na época mesmo que era pra tirar ele, faz tempo, o filho dele ameaçou Tião, falou um dia tu vai me pagar pelo que tu fizesse! ai ele falou porque um dia eu vou pagar pra você porque seu pai queria roubar a gente e a gente não deixou? A gente não somos obrigado a conviver com ladrão! ai ele foi e disse, não, eu tenho a certeza que um dia você vai me pagar isso que você tá fazendo... Aí Tião disse, então se for pra tirar ele agora eu tiro! Vamo assinar... Ai começou, ele foi o primeiro que assinou, ai saiu já todo mundo assinando, foi o tempo que ele caiu. E quando foi um dia ele pegou um cargo de dirigir com o SAMU em Pesqueira, ai o tio dele foi sofreu um acidente (ele foi! Alguém diz), ele disse, eu sabia que um dia eu ia te pegar, com Tião... Ele disse assim, porquê? Tu ainda tá lembrado daquilo? Ai ele falou a mesma coisa, se fosse pra tirar ele hoje eu tirava de novo! Ele disse, então pronto cegou sua hora de você me paga-me! Ai ele disse, tu vai fazer o que comigo? ai ele disse, não, entre no carro e vamo simbora! eu vou levar seu filho pra o hospital. Ele disse, eu num vou entrar no seu carro! Você vai entrar! Que a prefeitura, eu to com o carro da prefeitura, então você só vai pra esse lugar se você for no meu! Aí ele falou, não, eu num vou no seu e mostrar pra você que eu não vou, porque eu tenho os meus direitos... Ai ele foi lá em São José, deixou o filho dele no hospital, foi lá em baixo, ai Marquinho veio, aí de lá foram arrumar uma ambulância pra levar ele pra lá. Ai ele foi e disse, tu escapassse dessa, mas da próxima eu sou mais rápido! Então aí toda vez que Tião vê ele no hospital, ele não vai, porque ele já são encrocado desde essa época pra trocar um pelo outro...

Vanessa: *é, o cacique Xicão pelo jeito, pelo que vocês disseram e pelo o que eu já ouvi de outras pessoas é alguém que ainda está aqui! (com certeza! alguém diz – é!) agora quando ele estava realmente pelo jeito a vida era... (era outra- alguém diz)*

Damião: *Só que tem outra diferença também, por causa que as vezes o cacique Marquinhos tem coisas, assim que tinha capacidade de uma palavra de incentivo, e qualquer pessoa que ele olha e diz a palavra, quer obedecer a ele, e ele não dá! Isso também nós concorda que isso acontece, mas também tem uma diferença de Xicão pra Marquinhos também, porque o cacique Xicão*

antes, ele trabalhava com um grupo de pessoas, por causa da questão dos fazendeiros, muitos tinha medo de se aliar na causa indígena, e fazer parte, outros que não reconhecia seus direitos, que era índio e que aqui era uma aldeia, ai ficava separado... E ele ficava com um grupo de pessoas como o pai dele era um do começo de Xicão que ficava mais ele (apontando para Célio e alguém diz: o pai de Célio!) sim, ai quer dizer que Xicão lutava com um grupo de gente, a aldeia toda, toda aldeia era índio, o grupo é que se identificava que não tinham medo e dizia *sou índio*, por causa... mermo porque temia os fazendeiros, né. E os outros não, ficavam recuado por causa dos fazendeiros, quer dizer que era um grupo de gente né, poucas pessoas, 50 pessoas, 100 pessoas no mínimo, e hoje é 24 aldeia, as mesma aldeia, em torno de 10.000 índios e nem todos são um pensamento só, pra ter um respeito e uma consideração por ele, né.

Adilson: O que eu acho um grande erro, porque se a gente for ver na luta do cacique Xicão tudo era mais difícil, tudo era mais perigoso, então hoje a gente tem liberdade a gente tem território, vai tá lutando porque? Então a gente tem que ter respeito por aquele cacique que está ali e agente tira pelo que aconteceu semana passada (mas a assistência é menos pra ele-interrompe Damião), mas você veja que aqui a gente tem duzentas e oitenta e poucas famílias e se contava nos dedo quem tava aí...

Ladijane: Vamos dizer assim, um exemplo, o cacique marquinhos tá aqui e vai dizer assim, eu quero um grupo de 8 pessoa pra fazer uma retomada, aqui tem 8, um exemplo que eu to dando, se muito for vai 4! 4 num vai... (mas sabe porque é? Diz Damião) se o cacique Xicão dissesse assim eu quero os 8 agora pra uma reunião, ia até mais...

Damião: mas é aquela questão, porque no começo de xicão era poucas pessoas, aí tinha como dar mais assistência e atenção a essas poucas pessoas, porque era o mínimo de pessoas, né. Mas hoje são muitas muitas, 10.000 índio. Ai se o cacique chega, se vai, se ele dá oportunidade de emprego a um, aí tem outro ali que ele não dá ao outro, aí quer dizer que é injusto porque são igual. Aquele que tá atrás de emprego e tem uma família que tá desempregado, vai dizer não eu dei emprego ao outro (é isso mesmo! Alguém diz). Precisa de uma reunião, convoca a comunidade, aí aquele ali diz, *não eu num vou não* porque *ele num me deu emprego, num fez nada por mim, quem tem emprego que vá!* Aí a questão é essa, é porque lutar com pessoas é muito complicado. Ninguém tem, ninguém tem sangue de nós!

Vanessa: Célio quer falar... (ele levantou a mão)

Célio: E que esse assunto ai do cacique xicão, do cacique Marquinho... É o seguinte: na minha opinião, não existe muita diferença não existe diferença entre o cacique Xicão e o cacique Marquinho. Existe e não existe! Porque existe? Porque nenhuma pessoa é igual a outra

entendeu, infelizmente, pra má sorte do povo Xukuru, tiraro a vida do cacique Xicão, ele se foi. Mas, ao mesmo tempo, desde Marquinhos criança, que Xicão já sabia, que Marquinhos era, ia ser cacique do povo Xukuru, o pajé já sabia, só que ninguém não sabia... Só que Xicão, o pajé já sabia, que Marquinhos ia ser cacique do povo Xukuru entendeu... Só que ninguém imaginava como, entendeu, então pela má sorte o cacique Xicão foi assassinado. Só que Marquinho quando ele iniciou o cacicado dele, Marquinhos era um jovem entendeu? Marquinho era um jovem, foi muita pressão em cima dele entendeu, eu conheço a história um pouco e ele sofreu muito, entendeu! Naquele momento de empolgação entendeu acontece com qualquer um, vai assumir tal cargo, a eu quero! Claro que eu quero! Mas as consequências daquilo ali, aí o cacique Marquinhos viu que o negócio não era bom entendeu. Então, ele sofreu muito, ele precisou sair daqui, entendeu, pra fora, entendeu, teve acompanhamento psicológico, ele sofreu muito, o cacique Marquinhos, entendeu. Então depois foi que ele foi, o povo foi conhecer, reconhecendo depois, estudando e atingindo a causa indígena. Então hoje, na minha opinião, ele é uma ótima pessoa, um ótimo cacique, ele não é igual ao pai, ninguém é igual a ninguém, entendeu! Só que também tem uma coisa, o povo indígena, o povo indígena dessa aldeia aqui entendeu, contribuiu e contribui para ficar essa desigualdade entre cacique e índio! Porque? Porque quando o povo Xukuru começou a lutar pela terra, de uma hora pra outra não tinha índio, e de uma hora pra outra apareceu índio! Apareceu muito índio, muito mesmo, aquele salão, o salão não cabia não, entendeu... Tinha precisão do povo pra fora, porque dentro não conseguia, o povo era muita gente... Porquê? Porque a terra tava aí, entendeu. Fazenda 1 milhão de reais, fazenda de 2 milhões de reais, que a União demarcou e nós tamo nela, porque muita gente via aquele recurso, aí dizia, não eu quero criar meus bicho aí, eu quero tal recurso, eu tenho meus direito, e de fato tem hoje... Então a questão só é, hoje em dia os terrero tão ai, entendeu, depois de muito pelear, algumas aldeia, algumas, porque mesmo lá onde começou tudo no terrero de Pedra D'água, lá não tem mais toré, e aonde tem? Entendeu... Então o povo também contribui muito, muita gente se tem alguma coisa num vai, uma reunião não vai, pra ir buscar outro num vem, entendeu, então o pessoal encarca muito no cacique, mas não, ele tenta, entendeu... Tá certo que ele tem falha, ninguém é perfeito, entendeu, mas só que o povo também devia ver a lógica e do jeito que a gente começou a gente tinha que seguir a vida... Mas não aqui tá sendo... (Adilson interrompe dizendo: porque como é que ele vai criar mais de 10.000 emprego?)

Vanessa: e Amanda...

Amanda: a gente observando, o que preocupa é a situação, pra nós, Marcos, não tem como, porque ele tem que terminar o trabalho que Xicão começou. Mas como amiga Ladijane falou aqui e Didi (Adilson), se você observar, o representante não vai numa reunião, ou num ritual, se conta as pessoas que estão lá. Por quê? O que será que tá acontecendo? Um dia eu fui num lugar ali e quando eu dei fá lá vem o carro dele, num carro, evolução né, e quando Xicão andava era nisso aqui (e aponta para o pé), pra todo canto. No seu carro muito chique, se eu não saído da frente, ele passava por cima. Hoje, como eu disse, porque será que o povo não tão praticando mais? Porque será que o povo não quer entrar no ritual? Pelo o que eu escuto, é que muitas pessoas não concordam, porque vão pedir emprego e eles não dão. Tudo bem! Mas é como ele disse agora, como é que Marquinho vai conseguir emprego pra 10.000 índio? Aqui em nossa comunidade é um lugar que não tem uma padaria, é um lugar que não tem uma farmácia, e eu acho assim, que as pessoas que tem mais ou menos, vamos se juntar com o cacique ou vamo ver o que é que a gente pode fazer pra comunidade... E quando surge uma vaga, traz uma pessoa da cidade, de Pesqueira, pra colocar no lugar de um jovem que terminou seus estudos... então, com isso tem a revolta... tem uma menina que terminou o magistério comigo, no ano que eu terminei em 2006, cria a filha dela sozinha e Deus, pelejou pra arrumar um emprego, e quantas e quantas pessoas que tem trabalhando na nossa comunidade que vem da rua. Então são coisas que as pessoas vão vendo e as pessoas notando, e vão se desgostando, e diz, porque eu vou pra lá? Se eu sou uma índia, que vivo da luta, que respeito, que faço o que posso pelo meu povo, então porque eu vou pra reunião se não resolve nada... o que resolve é trazer uma pessoa da cidade... então são coisas que revoltam. Xicão quando ele andava, nuca vai ter ninguém igual a ele, até porque não tem igual, mas eu acho que a pessoa que está lá, procure melhorar...

Vanessa: é gente, é eu imagino que tem muitos problemas realmente, e com certeza tem outros, que a gente não lembrou de falar agora. A gente tá encerrando a nossa conversa e tinha uma última pergunta pra fazer pra vocês, como é que vocês imaginam o futuro?

Ladijane: eu vou dizer logo, o futuro daqui é o povo aposentado e o povo indo simbora, porque praticamente só quem vai ter direito de viver aqui é o povo aposentado porque tem de que sobreviver. Eu mesmo, por um exemplo, minha irmã não tem emprego, não tem salário, ela não tem, então o que ela tem só é a fome zero. Se Lula sair, como ele vai sair realmente, se essa mulher ainda deixar a fome zero, tudo bem ainda vai dar, mas se ela não tiver emprego vai viver de que? Vai ter que sair pra fora pra poder sobreviver... Vai limpar chão dos rico, dos branco de novo, passar aquela mesma vida de antigamente, limpar chão dos rico pra sobreviver e dá o melhor que puder pra sua filha. Então o que é que vai assuocer, contar, os novinho que vão

ficar por aqui e o restante vai embora. Aí porque se tem numa casa 2 empregado, então, vamos supor por um exemplo, na minha casa não tem nenhuma empregado, eu vou ficar com nenhum emprego e minha vizinha com dois, porque ela tem 2 filho em casa e todos 2 empregado e eu sem nada! Então a gente deviria olhar o que? A vida de cada um, não é obrigado eu chegar de lá assim dizer, *ó minha gente, aqui*, vamo supor um exemplo, *tem 1000 famílias, eu vou dar emprego pra todas 1000*, não é assim... Vamos dá pra uns, deixar o outro ali ter também, porque não é obrigado você empregar todos dentro de uma casa e o vizinho ali sem nada, então vai dar, se o vizinho tiver o bom coração, vai dá alguma coisa pra você. E se não? A revolta é essa gente...

Amanda: a mesma pergunta né? (é! Responde Vanessa). Eu espero que o futuro ele seja igual o futuro da nossa terra, que mude! Que venham psicólogos para as escolas, pra nossa comunidade, porque eu nunca fumei maconha, mas também teve um certo dia aqui, que tinha um grupinho de gente sentado, e eu digo assim, não era cigarro e era um fedor estranho que quando eu cheguei em casa eu cheguei doidinha, eu num tava fumando, mas senti... espero que nosso cacique, Deus dê mais paciência a ele pra ele poder tomas de conta, que ele consiga emprego para os nossos jovens, porque a maioria dos jovens que vevi aqui são revoltado, pela falta de emprego, terminar seus estudos e não poder fazer nada por sua comunidade... aonde tem tudo a oferecer... só acho assim um pouquinho de ajuda, sei lá, eu num sei o que fazer, mas eu espero seja brilhante, não seja como está agora... 1:07:00'

Aline: Quando minha irmã assinou o contrato, dentro da minha casa a gente não tinha salário nenhum, eu só recebia do bolsa família e de uma rendinha aqui de leite, que meu marido tinha umas vaquinha e vendia e o que sobrava trazia pra casa. Enquanto eu chegava assim, que chegava na casa de minha mãe, e via as coisas boas, um pão, bolacha, um Danone, eu dizia meu Pai, na minha casa não tem! (começa a chorar)... Fui mãe com 13 ano, tenho 3 filhos, 2 filhos com problema, entrei em depressão, muitas vezes tentei me matar, e você olhar assim e só deitar no chão e não ter... Dependia muito da minha irmã, porque ela tinha emprego, da minha mãe e eu digo vou voltar a estudar, porque se eu voltar a estudar pode ser que eu consiga assinar um contrato. Aí surgiu o amigo da escola, que por sinal minha mãe e minha irmã, vendo meu sofrimento dentro de casa disse, eu tendo filho um atrás do outro, e ela dizia que mandou 2 litro de leite pra coordenadora dela, pedindo ajuda pra mim, o que é que ela poderia fazer comigo... e quando foi mais ou menos 1 semana, ela já mandou me chamar, já botou pra mim trabalhar, eu ganhava R\$150,00... eu passei uma necessidade tão grande dentro de casa, não ter um pão, uma bolacha, porque eu trabalho na roça com o marido, e o trabalho na roça tem o feijão, tem

a farinha, tem o milho pra poder fazer um cuscuz mas assim, o que eles queriam, a gente não poderia dar... E hoje, por eu ter o meu, é pouco, é R\$150,00, mas é uma benção mandada por Deus, e vê assim do lado, uma panela de barro cheia de feijão, farinha, arroz, e olhar assim e num vê um pedaço nem que seja de carne, isso dói muito. E eu penso no futuro do meus filhos, que se agora, eu vejo muita gente passando necessidade, muitas vezes de, colegas de escola, tem os colegas de escola, porque? Porque *na casa de fulano tem isso e na minha não tem!* Se cria crianças assim revoltada... É... Surge oportunidade de emprego, vai dar emprego a quem já tem 1 ou 2 ou 3 emprego. Dê aquele que está precisando nem que seja de 1, é revoltante... O futuro daqui primeiramente só Deus!

Amanda: assim, eu concluí o magistério em 2006 e o ensino médio, ao mesmo tempo estudava de manhã, trabalhava de dia a noite... Eu consegui um emprego aqui em 2003, na época do meu pai, 2002 ele faleceu aliás, e minha irmã casou com 13 pra 14 e ela saiu e casa. E minha mãe eu posso dizer é uma batalhadora, porque ela fazia o que podia, deixava de comprar pra ela, pra você ver quando minha sandália rasgava, ela comprava a dela, mas a gente sempre foi uma pessoa assim, eu hoje eu tenho meu emprego, desde os meus 18 ano, mas quando eu recebo o meu salário, eu digo esse aqui é pra esse, esse daqui é pra esse... Se eu for comprar uma coisa pra o meu filho e eu ver que eu num posso comprar pra os 3 dela, eu num compro, porque eu sei que meu filho vai ficar feliz, mas ela não vai. E não é fácil, eu me revolto, já disse ao meu próprio coordenador, é que tem casas que tem pessoas solteiras com 2, 3 emprego...

Vanessa: Alguém mais queria falar alguma coisa?

Célio: você perguntou a todo mundo o que é que a gente pensa do nosso futuro? Aqui o nosso povo, eu, meu sonho é eu arrumar um emprego, mudar minha vida, ter mais uns recursos, mudar minha roupa, porque hoje, agora no momento, infelizmente eu vivo as custas de meu pai que é aposentado, mas o que ele ganha só dá pra gente comer, porque o governo é malandro, ele aumenta o salário e aumenta o preço das coisas, não dá pra nada, entendeu... Então, o meu objetivo é, tô estudando, quero arrumar o meu emprego... Vontade de sair daqui eu num tenho, entendeu, porque se for pra tá só aposentado, eu vou tá no mei também... porque eu vou ser o último índio a sair daqui, porque eu sofri, e quem sofreu também bote na cabeça, que e for pra mim sair, eu só saio morto... Saiu 9.999, pode vir que eu vou tá aqui ainda... porque eu sofri, eu sofri em ponta de revolver, e sei o que é gostar de tá aqui, então eu tenho a dizer é que os responsáveis por essa área, as lideranças, façam com que ficasse uma melhora pra nós jovens, porque a questão do alcoolismo entendeu, aqui não tem esportes, a questão da cultura, também a cultura é a gente tem que manter ela, no nosso território, mas tem que ter um incentivo, tem

que ter um incentivo pra diversão porque somos jovens, entendeu, que a gente precisa entendeu... Então é isso! E só tenho a agradecer a você por te vindo aqui, ter tido essa conversa com a gente, pra você ver, nesse momentinho aqui, saiu muitas histórias de outras pessoas emocionadas (foi um desabafo-diz Amanda interrompendo), e eu queria pedir a você que você repassasse isso pro seu superior pra coordenação dessa área, que a gente precisa disso mesmo, não só nós jovens, o pessoal mais velho também precisa de acompanhamento, entendeu, então a gente tá conversando, porque muitas vezes o papo fica aquele negócio guardado sem saber porque, não tem com quem conversar e você é uma especialista, entendeu, então eu só tenho a agradecer...

Vanessa: Gente, a gente está encerrando e eu queria agradecer primeiro a paciência de vocês estarem aqui. Mais uma vez, deixaram de fazer um monte de coisa, tem crianças aí fora e estavam aqui conversando comigo. Então, eu tenho que agradecer muito por essa disponibilidade de vocês...

APÊNDICE J – Questionário sociodemográfico

1. Nome _____
2. Idade _____
3. Grau de instrução _____
4. Estado civil _____
5. Religião _____
6. Mora desde que nasceu na aldeia () Sim () Não
7. Já morou fora da aldeia alguma vez e porque () Sim () Não. Se sim, por quê?

APÊNDICE K – Roteiro para seguir no grupo focal

- Questão-chave 1) O que os índios Xukuru pensam sobre a vida de Elizabeth?

12. Opinião sobre a vida de Elizabeth ()

13. Se acham que a vida de Elizabeth continua a mesma desde que era pequena ()

14. Se acham que a vida de Elizabeth mudou desde que ela era pequena ()

- Questão-Chave 2) Semelhança entre a vida de Elizabeth e a dos índios Xukuru

15. Comentários sobre alguma coisa da vida de Elizabeth e a dos índios Xukuru ()

16. Existe semelhança entre a vida de Elizabeth e a dos índios Xukuru ()

- Questão-Chave 3) Vida dos índios Xukuru

17. Como é a vida na aldeia ()

18. Gostam de viver na aldeia ()

- Questão-Chave 4) Continuidade da vida dos índios Xukuru

19. O que percebem que continua a mesma coisa na vida deles desde que eram pequenos ()

20. O que percebem que mudou na vida deles ()

21. Se acham que continuam as mesmas pessoas de antes ()

22. Como imaginam o futuro ()

ANEXO A – Povos Resistentes no Nordeste³⁹**Povos Resistentes***

POVO	MUNICÍPIO/ESTADO
1 Tupinambá de Belmonte	Belmonte/BA
2 Catoquin e Karuazu	Pariconha/AL
3 Kalankó	Água Branca/AL
4 Kuiupanká	Inhapi/AL
5 Pankauiká	Jatobá/PE
6 Pipipã	Floresta de Inajá e Ibimirim/PE
7 Pankará	Carnaubeira da Penha/PE
8 Potiguara	Parambu/CE
9 Potiguara e Tabajara	Quiterianópolis/CE
10 Potiguara	Novo Oriente/CE
11 Kalabaça, Kariri, Tabajara e Tremembé	Crateús/CE
12 Tabajara	Poranga/CE
13 Jucá	Ipueira/CE
14 Tabajara e Potiguara	Monsenhor Tabosa/CE
15 Kanindé	Canindé/CE
16 Kanindé	Aratuba/CE
17 Anacé	São Gonçalo Amarante/CE
18 Tremembé	Itaipoca/CE

Fonte]

I Encontro Nacional dos Povos Indígenas em Luta pelo Reconhecimento Étnico e Territorial, maio de 2003 (Organizadores: Conselho Indigenista Missionário – CIMI, Centro Luís Freire, Conselho Indígena Tapajós e Arapiuns – CITA, e Grupo de Consciência Indígena – GCI); Projeto de Articulação, Visualização e Formação de Lideranças Jovens Multiplicadores dos Direitos Indígenas (CE); Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste Minas Gerais e Espírito Santo [APOINME]; LACED/Museu Nacional.

Elaboração do mapa:
Ricardo Dantas – LACED/Museu Nacional

* Coletividade (povos ou parcelas de povos) que não tem terras identificadas ou em vias de identificação pela FUNAI

³⁹ Fonte: Oliveira (2004, p. 42)

ANEXO B - Terras Indígenas localizadas no Nordeste ⁴⁰

Terras Indígenas localizadas no Nordeste

TERRA INDÍGENA	POVO	MUNICÍPIO			
1 Truká	Truká	Cabrobó	30 Jacaré de São Domingos	Potiguara	Rio Tinto
2 Atikum	Atikum	Carnaubeira da Penha	31 Potiguara de Monte-Mor	Potiguara	Rio Tinto
3 Nova Rodelas	Tuxá	Rodeias	32 Tapeba	Tapeba	Caucaia
4 Riacho do Bento	Tuxá	Rodelas	33 Tremembé de Almofala	Tremembé	Itarema
5 Brejo do Burgo	Pankararé	Glória, Paulo Afonso e Rodelas	34 São José do Capim-Açú	Tremembé	Itarema
6 Pankararé	Pankararé	Rodelas e Paulo Afonso	35 Pitaguary	Pitaguary	Maracanaú e Pacatuba
7 Kantaruré	Kantaruré	Nova Glória	36 Lagoa Encantada	Canindé	Aquiraz
8 Quixabá	Xucuru-Kariri	Glória	37 Monte Nebo*	Potiguara	Crateús
9 Pankararu	Pankararu	Tacarutu, Petrolândia e Jatobá	38 Kalabaça*	Kalabaça	Poranga
10 Massacará	Kaimbé	Euclides da Cunha	39 Tabajara*	Tabajara	Viçosa
11 Kiriri	Kiriri	Ribeira do Pombal e Banzae			
12 Kambiwá	Kambiwá	Inajá, Ibimirim e Floresta	40 Águas Belas**	Pataxó	Prado/BA
13 Geripankó	Geripancó	Pariconha	41 Aldeia Pequii**	Pataxó	Prado/BA
14 Fazenda Funil	Tuxá	Inajá	42 Corumbauzinho**	Pataxó	Prado/BA
15 Kapinawá	Kapinawá	Buique	43 Aldeia Velha**	Pataxó	Porto Seguro/BA
16 Fulni-ô	Fulni-ô	Águas Belas	44 Barra Velha**	Pataxó	Porto Seguro/BA
17 Caçara/Ilha de São Pedro	Xokó	Porto da Folha	45 Imbiriba**	Pataxó	Porto Seguro/BA
18 Xucuru	Xucuru	Pesqueira	46 Caramuru/Paraguaçu**	Pataxó	Itabuna, Itaju da Colônia e Pau Brasil/BA
19 Xucuru-Kariri	Xucuru-Kariri	Palmeira dos Índios			
20 Fazenda Canto	Xucuru-Kariri	Palmeira dos Índios	47 Fazenda Bahiana**	Pataxó	Camamu/BA
21 Mata da Cafurna	Xucuru-Kariri	Palmeira dos Índios	48 Mata Medonha**	Pataxó	Santa Cruz Cabralia/BA
22 Kariri-Xocó	Kariri-Xocó	Porto Real do Colégio	49 Coroa Vermelha**	Pataxó	Santa Cruz Cabralia/BA
23 Tingui-Botó	Tingui-Botó	Feira Grande			
24 Karapotó	Karapotó	São Sebastião			
25 Wassu-Cocal	Wassu	Joaquim Gomes			
26 Ibotirama	Tuxá	Ibotirama			
27 Barra	Atikum e Kiriri	Muquem de São Francisco			
28 Vargem Alegre	Pankararu	Bom Jesus da Lapa			
29 Potiguara	Potiguara	Baía da Traição, Mamanquape e Rio Tinto			

* Terras que constam no site da FUNAI ou em programação visando sua identificação.

** Terras indígenas que, em função da escala adotada, não puderam ser plotadas no mapa.

⁴⁰ Fonte: Oliveira (2004, p. 40-41)

ANEXO C - História de Elizabeth Teixeira⁴¹

Era uma vez uma menina chamada Elisabeth. Elisabeth era filha de um homem que era dono de um pequeno pedaço de terra na Paraíba. Toda vez que nascia um menino, o pai soltava um rojão. Quando nascia uma menina, era silêncio. Quando tinha 9 anos seu pai a tirou da escola. Ela chorou, implorou, mas ele não cedeu. Ele “dizia que mulher só estudava para escrever carta para namorado”. Quando completou 17 anos, fugiu para casar com João Pedro. O pai não aceitava o namorado porque ele era negro e pobre.

Casaram e foram morar em Recife. João Pedro arrumou serviço em uma pedreira. Ele gostava de reunir os colegas para discutir seus direitos. João Pedro acabou fundando um sindicato que representava os trabalhadores. Com o passar dos anos, não conseguia mais arrumar emprego. Nessa época já tinham 6, dos 10 filhos que tiveram. Então, Elisabeth e João Pedro decidiram voltar à Paraíba, para viver em um pedaço de terra cedido pelo pai dela.

João Pedro foi trabalhar na roça. Andava por toda a região. Ele chegava à noite falando para a esposa: “Elisabeth, aqui há tanta exploração quanto na cidade. Tem muita criancinha morrendo de fome”. Na Paraíba, ele fundou outro sindicato que defendia os camponeses.

João Pedro, porém, começou a ser perseguido. Policiais cercavam sua casa. Ele e a mulher com medo de que uma bala acertasse as crianças, colocavam todos deitados no chão.

Mas o pai de Elisabeth estava descontente com as atitudes do genro e tentou expulsá-los do pedaço de terra cedido. Chegou a ir a uma audiência na justiça porque estava sendo despejado da terra. Quando voltava para casa, morreu numa emboscada na estrada. No mês seguinte, Elisabeth foi escolhida para assumir a presidência do sindicato. Com ela, o número de associados aumentou muito. Elisabeth dizia: “eles mataram João Pedro para nos enfraquecer, hoje estamos mais unidos”.

Elisabeth, depois que se tornou presidente, enfrentou muitos fazendeiros. Com o passar do tempo, o sindicato ficava mais forte. Mas, ela também passou a ser ameaçada de morte. O filho de 10 anos jurou que ia se vingar da morte do pai quando crescesse. Acabou levando um tiro na cabeça que lhe deixou com problemas para o resto da vida.

Os policiais voltaram a rondar a sua casa. Um dia prenderam Elisabeth. Depois ela foi presa novamente. Passou 4 meses. Quando foi liberada, fugiu, deixando seus filhos com seu pai

⁴¹ História extraída e reduzida do livro:

NEGRÃO, Patrícia. Elizabeth Teixeira. In: *Brasileiras: guerreiras da paz: Projeto 1000 mulheres*. Clara Charf (Coord.). São Paulo: Contexto, 2006, pp. 42-45.

e irmãos. Levou apenas um, Carlos, porque ele foi rejeitado pela família dela porque era muito parecido com o pai.

Fugiram escondidos em um caminhão de verdura para o Rio Grande do Norte. Lá, passou 16 anos com um nome falso e sem notícias dos outros filhos. Ela ensinava os filhos dos camponeses a ler e escrever em troca de casa e comida. Ensinava os direitos deles. Via as crianças dos outros crescerem, mas não viu seus filhos crescerem.

Depois de 17 anos, reencontrou os filhos. Um deles fundou a Associação João Pedro Teixeira (nome do pai) com o apoio da mãe. Mas, o filho mais velho, não aceitou que existisse mais um líder na família e acabou matando o irmão. Mais uma vez Elisabeth perdeu uma pessoa da família. Mais uma vez ela não desistiu e continuou lutando porque tinha esperança de um dia ver justiça no campo.



Créditos da imagem: Nair Benedito – a Sra. Elizabeth Teixeira (p. 42).

ANEXO D

Cartas das assembleias dos índios Xukuru do Ororubá⁴²

⁴² Um agradecimento especial ao ex-aluno e índio Xukuru do Ororubá, José Adjailson Porto Vieira, por ter disponibilizado as cartas das assembleias de 2002 a 2014.

2002

II Assembléias do Povo Xukuru do Ororubá
Aldeia São José, 17, 18 e 19 de maio de 2002.
Carta de Compromisso

Concluída a homologação das nossas terras, a luta agora é por um TERRITÓRIO LIVRE. Assim, nós, Povo Xukuru do Ororubá, reunimos cerca de 300 índios, representando as vinte e três aldeias para construirmos coletivamente o nosso Projeto de Futuro, sob a proteção de Tupã, Tamain, dos Encantados do Ororubá que dão força a liderança do nosso Cacique Marcos Xukuru, do nosso Vice Cacique Zé de Santa e do nosso Pajé seu Zequinha e aos seus Guerreiros, Guerreiras e Cavaleiros da Aruanda.

Nós Xukuru, entendemos que como povo indígena, pensamos diferente da sociedade que nos rodeia. Acreditamos que a nossa terra é um bem dado por Tupã para nela possamos viver livremente, de acordo com nossos costumes, usos e tradições deixados por nossos antepassados. Desta forma, nos completemos a construir o nosso Projeto de Futuro, tendo como base:

A continuidade da luta pela terra que é o principal elo entre todas as atividades existentes dentro do nosso território, começada por nossos antepassados visando a total desintrusão do nosso território, para que possamos viabilizar o uso coletivo da terra, o respeito a natureza sagrada, o desenvolvimento de uma agricultura sustentável.

Cada índio é um olho da terra e somos todos responsáveis pela sua segurança e dos nossos guerreiros e guerreiras.

Neste sentido nossa forma de organização tem garantido a representatividade de cada aldeia e de cada índio e, portanto, estamos empenhados em fortalecer-la cada vez mais participando efetivamente das atividades e lutas existentes em nossas aldeias. Fortalecendo as nossas aldeias melhoramos nossa organização.

A saúde que queremos começa com o respeito a natureza sagrada, valorizando os costumes, tradições, crenças e os saberes dos mais velhos sobre as formas de curas tradicionais.

O modelo de assistência de saúde deve, portanto, ser coerente com o nosso jeito de ser e de nos organizarmos, ligado as nossas lutas e todas as dimensões de nossa vida.

A nossa educação começa na luta pela terra. No Xukuru se educa para cuidar e viver da terra. A nossa escola é formadora de guerreiros e guerreiras conscientes dos direitos, críticos, que pratica seus costumes, usos e tradições, que compreendam e se envolvam na luta pela terra e busquem um desenvolvimento de igualdade entre todos e todas, respeitando a natureza e seus ensinamentos. Guardem com respeito a memória viva dos seus guerreiros antepassados e tenham orgulho de ser índios e índias Xukuru do Ororubá.

Somos fortes unidos e organizados, guerreiros e guerreiras do Ororubá, não descansaremos enquanto não virmos os mandantes e assassinos do nosso cacique Xicão e das demais lideranças assassinadas, presos e julgados, pagando pelos crimes cometidos contra o nosso povo. Nossa luta esta aliada às lutas dos demais povos indígenas do Brasil na construção de um país mais justo que respeite todas as culturas. "A nossa luta não vai parar. Em cima do medo, coragem". (Zenilda e Xicão)

2003

CARTA DA III ASSEMBLÉIA DO POVO XUKURU DO ORORUBÁ

(17 a 20 de maio de 2003)

Neste momento, em que se inicia a desintrusão das nossas terras, continuamos a luta por um TERRITÓRIO LIVRE. Nós, Povo Xukuru do Ororubá, estivemos reunidos na nossa III Assembléia Anual, com representantes das 24 aldeias e membros de todas as instâncias da nossa organização social, para continuar a construção do nosso Projeto de Futuro. Nos reunimos em mais de 300 pessoas, na Aldeia Vila de Cimbres, importante espaço histórico e cultural do nosso Povo, local onde se encontram a Pedra do Conselho - onde a cada 23 de junho nos juntamos, no ritual da Busca da Lenha, para encontrar com os Encantados e receber os seus conselhos -, a Pedra do Krajé, e a Igreja de Nossa Senhora das Montanhas, quando no dia 02 de julho louvamos a nossa Mãe Tamaim.

Nas nossas discussões, confirmamos a importância e a legitimidade da nossa organização social, que possui as seguintes instâncias: Pajé; Cacique e Vice-Cacique; Conselho de Representantes; Comissão Interna; Associação; Conselho de Saúde (CISXO) Conselho de Educação (COPIXO), e a nossa Assembléia Anual de caráter avaliativo e de planejamento. Todos os seus membros são escolhidos pela Natureza Sagrada e confirmados pela Comunidade. Concluímos assim que esta é a única forma de organização que reconhecemos, que tem importantes atribuições tanto na vida interna de nosso Povo, quanto nas relações que este estabelece com o Estado e a sociedade envolvente.

Discutimos também sobre a situação do nosso território, especialmente as causas dos conflitos que resultaram da luta pela terra e as possíveis soluções. No que se refere aos conflitos, encontramos como causas externas, principalmente os interesses político-econômicos de pessoas poderosas, invasoras de nossas terras, e daqueles que querem explorar a fé da população em benefício próprio. Para atingir seus objetivos, essas pessoas têm assassinado nossos parentes e, como se não bastasse, com a conivência de algumas autoridades, tentado nos dividir e incriminar nossas lideranças.

Identificamos ainda o significado e a importância política, cultural, religiosa, econômica e histórica de nossas aldeias. Concluímos a esse respeito pela impossibilidade de qualquer tipo de divisão, seja do nosso território ou do nosso povo. **SOMOS UM SÓ POVO, EM UM SÓ TERRITÓRIO!**

Para continuarmos assim, entendemos ser necessária a adoção das seguintes medidas que foram propostas ao Ministro da Justiça em fevereiro de 2003, que visam a proteção do nosso território e da nossa integridade física:

1. A imediata reavaliação e completa indenização das benfeitorias dos ocupantes de boa-fé que ainda se encontram no nosso território;

2. No caso dos indígenas da comunidade Xukuru que desejam estabelecer uma nova Aldeia e viver fora da organização social do nosso Povo, sugerimos a criação, pelo Governo Federal, de uma área reservada fora do nosso território, onde possam viver com dignidade.

3. A construção, pelo Governo do Estado de Pernambuco, de um traçado alternativo à rodovia PE-219, vindo a passar fora da Terra Xukuru, livrando assim o nosso povo dos constrangimentos causados pelo acesso de pessoas estranhas;

4. A colocação de guaritas de fiscalização e vigilância nas principais vias de acesso a terra indígena para que os próprios indígenas possam realizar a proteção de seu território, de acordo com a organização social Xukuru;

5. O oferecimento de condições mais eficazes para que os próprios índios possam garantir e proteger a integridade física das lideranças tradicionais Xukuru, conforme o nosso modelo de organização;

6. A implantação de um sistema de comunicação que atenda as necessidades de todas as aldeias Xukuru, compreendendo:

a) A concessão de uma rádio comunitária;

b) A instalação de telefones públicos em todas as aldeias;

c) A implantação de um sistema de transporte que viabilize as demandas de deslocamento de nosso cacique e demais lideranças Xukuru, dentro e fora da terra indígena.

Por fim, manifestamos nossa certeza na inocência dos parentes Dandão e nosso Vice-Cacique Zé de Santa. Por este motivo, exigimos liberdade para ambos e que os verdadeiros assassinos do nosso líder Chico Quelé sejam identificados e punidos.

Ao final desta Assembléia e com este documento, esperamos que as autoridades possam sensibilizar-se para entender melhor a realidade do nosso Povo, rompendo com todos os preconceitos resultantes da má informação a nosso respeito, e a partir daí tomar as providências cabíveis respeitando a nossa organização social, que tem como objetivo a luta por uma vida digna, de acordo com nossos costumes, usos e tradições do nosso povo, conforme desejam nosso Pai Tupã, nossa Mãe Tamain e os Encantados do Ororubá.



+

Aldeia Cimbres, Terra Indígena Xukuru, 19 de maio de 2003.

2004

CARTA DA IV ASSEMBLÉIA GERAL DO POVO XUKURU DO ORORUBÁ

Nós, o Povo Xukuru do Ororubá, reunidos durante os dias 17 a 20 de maio de 2004 em nossa IV Assembléia Geral, na Aldeia São José, contamos com mais de 500 participantes, representando as 25 aldeias, para discutirmos o tema “Pensando o Desenvolvimento do Nosso Povo a partir do cuidado com a Mãe Natureza”.

Entendemos que este é o momento de fundamental importância para pensar um desenvolvimento sustentável, levando em consideração o Projeto de Futuro do nosso Povo, uma vez que a nossa luta a cada ano se consolida e nos garante o avanço na recuperação do nosso território.

Nesses 500 anos de colonização e invasão das terras indígenas, o nosso território foi violado, degradado e empobrecido estabelecendo um modelo de produção que beneficiava os invasores e nos condicionava a uma vida escrava, dependente e até miserável.

Nossa Assembléia foi marcada por uma grande preocupação com o momento político nacional em que após quase um ano e meio de Governo Lula, não se formulou até o momento qualquer proposta de política indigenista, mas, ao contrário, o que percebemos é o avanço das forças antiindígenas.

Preocupa-nos nesse momento a timidez e omissão com que esse Governo tem tratado a questão indígena, especialmente porque em sua base de sustentação no Congresso Nacional estão os nossos grandes inimigos que desejam impedir o reconhecimento dos povos indígenas, bem como a efetivação de nossos direitos territoriais, a exemplo do caso da Terra Indígena Raposa Serra do Sol em Roraima, e inclusive com a tentativa de eliminar do texto da Constituição Federal os nossos direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupamos.

Dentro desse contexto, a nossa Assembléia foi fruto de uma profunda discussão ao longo do ano entre as várias organizações do Povo Xukuru, envolvendo crianças, jovens e adultos, professores, agentes de saúde e lideranças acerca de uma proposta de desenvolvimento que respeite a Natureza Sagrada, a nossa visão de mundo, as nossas formas próprias de produzir, inclusive o nosso jeito de ser.

Dessa forma, com a reconquista do nosso território, a custa de muita luta, perseguições e mortes de nossas lideranças, REAFIRMAMOS o nosso desejo de romper com o modelo de produção e exploração das terras que nos foi deixado.

A nossa IV Assembléia Geral teve como principal objetivo refletir e planejar o futuro do nosso Povo, contribuindo na melhoria da nossa qualidade de vida, inclusive, da população regional. Nesse sentido, aprovamos os seguintes encaminhamentos a serem implementados até a próxima Assembléia Geral:

1. Encontros por regiões (Serra, Ribeira e Agreste) para discussão e planejamento das ações que objetivam o trabalho com a recuperação do solo, o uso correto da água, a convivência

com a seca, formas de organização do trabalho, armazenamento e comercialização da produção;

2. Encontros dos Artistas Xukuru, inclusive as Rendeiras, para discutir formas de organização do trabalho, produção e comercialização da arte indígena;

3. Encontro de lideranças com entidades parceiras para contribuir no planejamento das ações produtivas.

Nesta Assembléia contamos com a presença dos povos indígenas Myky, do Mato Grosso; Krahô-Kanela, Apinajé, Xerente e Karajá, de Tocantins; Anacé, do Ceará; Tuxá e Tumbalalá, da Bahia e Truká, Kapinawá, Pipipã, Kambiwá e Pankará, de Pernambuco, solidários à luta do nosso Povo, bem como a presença das entidades parceiras, como o Centro de Cultura Luiz Freire, o Serviço de Tecnologias Alternativas/SERTA, o CIMI (Conselho Indigenista Missionário), o Centro Diocesano de Apoio ao Pequeno Produtor/CEDAPP, a Telephone Colorido Cooperativa Audiovisual e os pesquisadores da UFPE, UPE, UFPB e UFRN.

Frente aos grandes desafios do momento político em que estamos vivendo, reafirmamos a necessidade de estar vigilantes e somar forças para construir um país onde haja o reconhecimento e respeito à diversidade de povos que compõem a nação, como desejava o Cacique Xicão Xukuru.

Aldeia São José/Terra Indígena Xukuru, 19 de maio de 2004.

2005

Carta da V Assembléia do Povo Xukuru do Orurubá

Nós, o povo Xukuru do Orurubá, reunidos na nossa V Assembléia, realizada entre os dias 17 a 20 de maio de 2005, na Aldeia Lagoa, cujo tema foi: Tupã e Tamain, ajudando a construir uma vida melhor para o nosso povo; através da nossa carta compromisso vimos comunicar que durante estes três dias, estivemos sob a proteção da natureza sagrada, dos nossos encantos de luz, orientados pela sabedoria dos mais velhos e animados pelo vigor dos mais jovens e das mulheres do nosso povo, dando continuidade a construção do nosso projeto de futuro.

Durante estes três dias, analisamos profundamente os avanços obtidos fruto da recuperação do nosso território, da nossa organização social, e também os desafios que temos pela frente. Reafirmamos que nosso povo continua cada vez mais unido e empenhado em melhorar sua qualidade de vida e, portanto, entende que é preciso aprofundar a discussão sobre o uso coletivo da terra, o respeito a mãe natureza, o envolvimento de todos, do opipes aos toiopes, e para isso, é consenso de todos que:

1- Na área da comunicação

Faz-se necessário a formação de um grupo de 10 pessoas contemplando representação das instâncias internas;

Implantar a rádio comunitária xukuru

2- Na área da Saúde

Fortalecer o CISXO, para a elaboração de uma política de saúde específica do Povo Xukuru.

3- Na área da Educação

Inserir no currículo escolar a disciplina de educação ambiental

4- Na área de auto-sustentação

Investir na formação dos agricultores e criadores para o cuidado com a natureza, na produção diversificada e na comercialização;

Investir na Formação, organização, produção e comercialização da arte Xukuru

5- Na área da Juventude

Investir na formação política e na organização da Juventude

Portanto, entendemos que este processo contribui para o crescimento não só do Povo Xukuru, mas do município, formando cidadãos conscientes e comprometidos com a luta.

2006

VI ASSEMBLÉIA DO POVO XUKURU/2006

Documento Final

“TERRA: PENSANDO O NOSSO DESENVOLVIMENTO E CUIDANDO DA NOSSA CULTURA”

LOCAL: ALDEIA PÃO DE AÇUCAR

DATA: 17 a 19/05/2006

Nós o povo Xukuru de Ororubá, representantes das 23 aldeias, mais os índios da cidade e parceiros e iluminados pelas forças dos nossos encantados da natureza sagrada, reunidos na nossa VI Assembléia, sobre o tema terra: pensando o no nosso desenvolvimento e cuidando da nossa cultura, entendemos que:

- Não basta ter o nosso território livre, é preciso fortalecer a nossa identidade, nossa cultura, nossas tradições. Neste sentido, durante estes três dias vivenciamos momentos de profunda reflexão sobre o nosso compromisso enquanto jovens, lideranças, professores, agentes de saúde e comunidade em geral, em não deixar que as nossas tradições caiam no esquecimento, por isso, reafirmamos que ser xukuru é:
- Viver na terra, cuidar da terra, defender a terra,
- Ter compromisso e participar das lutas;
- Respeitar a organização social e política do povo com suas lideranças;
- Viver na coletividade
- Participar das tradições;
- Conhecer e garantir os nossos direitos;

Assim, decidimos que:

- Devemos trabalhar a terra de forma coletiva, desenvolvendo a agricultura orgânica, diversificada e cuidando da natureza sagrada;
- Limitar a criação de animais de grande porte;
- Valorizar a nossa arte e as plantas medicinais;
- Todas as aldeias devem ter o seu terreiro e praticar os rituais regularmente. Os índios de Afetos, Pedra D’água, São Jose, Brejinho, Caipe e os Índios da Cidade, devem freqüentar o terreiro da Pedra D’água.
- Vamos valorizar os nossos tacos;

E como disse nosso cacique Xicão: “quando Deus fez a terra, não a fez para meio de comércio e sim para todo sobrevivente que nela vive”.

Além desse documento final que teve ênfase na identidade, nossa Assembléia ficou registrada em um relatório final em que estão os demais encaminhamentos referentes a todos os itens da pauta que discutimos nesses dias.

Aldeia Pão de Açúcar, 19 de maio de 2006.

2007

VII ASSEMBLÉIA DO POVO XUKURU

REVIVER A CULTURA, A PARTILHA E A FORÇA DOS ENCANTADOS

LOCAL: ALDEIA CAPIM DE PLANTA

DATA: 17 a 19/05/2007

Nós, povo Xukuru do Ororubá, protegidos pelas forças dos nossos encantados e da natureza sagrada, nos reunimos na nossa VII Assembléia e discutindo sobre o tema **"REVIVER A CULTURA, A PARTILHA E A FORÇA DOS ENCANTADOS"**, decidimos coletivamente que o nosso projeto de futuro tem como princípios.

1. A terra é a nossa mãe. É dela que tiramos a força para continuar vivendo como Xukuru;
2. O território deve ser utilizado de forma coletiva, cuidando da natureza sagrada;
3. A riqueza que a nossa terra dá deve ser partilhada e não deve ter entre nós desigualdade social;
4. As relações pessoais devem ser respeitando uns aos outros e a convivência do dia-a-dia baseada na solidariedade;
5. As decisões devem ser tomadas de forma coletiva, ouvindo os mais velhos, a comunidade e a nossa organização social;
6. Continuar sendo um povo organizado e lutador pelos nossos direitos;
7. Todo Xukuru tem direito a ter moradia, saúde, alimentação e educação de qualidade;
8. A fé do Povo Xukuru se sustenta no ritual sagrado, nas forças de Tupã e Tamain e nos encantos de luz;
9. Todo índio Xukuru deve respeitar e valorizar os espaços sagrados, as festas e os rituais da tradição;

Reafirmamos nossa certeza na inocência dos nossos irmãos Zé de Santa e Dandão, acusados injustamente do assassinato de nossa liderança Chico Quelé e pedimos a Tupã e Tamain que revelem os verdadeiros culpados desse crime.

Exigimos que parem imediatamente de perseguir nossas lideranças. Não deixaremos de denunciar e exigir a punição de todos aqueles que nos perseguem.

E, entendemos que para garantir o projeto de futuro é preciso:

1. Garantir o território livre;
2. Ter condições para trabalhar a terra;
3. Que a educação e saúde respeitem os nossos valores;
4. União, respeito, partilha e solidariedade;
5. Continuar organizados e na luta;
6. Igualdade de oportunidades;
7. Respeito às decisões das assembléias e às organizações internas Xukuru.

E como disseram os nossos anciãos e anciãs "a nossa assembléia é um momento de partilha abençoada pela força dos nossos encantos, a natureza muito nos ensina e a luta também"

Aldeia Capim de Planta, 19 de maio de 2007.

2008

Documento final da VIII Assembléia do Povo Xukuru do Ororubá

Reunidos, entre os dias 17 a 20 de maio de 2008, na VIII Assembléia do nosso povo na aldeia Pedra D'água, espaço sagrado e lugar da primeira retomada do nosso território, guiados pelos Encantos de Luz, discutimos o tema: dez anos sem o cacique Xicão, e a perseguição continua.

Estiveram presentes todas as aldeias do nosso povo, nossos parentes de Pernambuco: Truká, Kambiwá, Kapinawá, Pankará, Pankararu, Atikum e Pipipá; nossos parentes Potiguara da Paraíba e os do Maranhão: Krikati, Gavião, Guajajara, Krepum Ka Tejé, Kreje, Ka'apor Awá-Guajá, Canela Apaneikrá. Participaram também, entidades aliadas: estudantes e professores da UFPE, UFPB e UPE, grupo de pesquisa - O Direito achado na rua, da Faculdade de Direito da Unb; Fiocruz, Canal 03, Cabra-quente, Estação da Cultura, Telefone Colorido, as Dioceses de Pesqueira e Floresta, APOINME, Centro de Cultura Luiz Freire e Conselho Indigenista Missionário, que vieram nos prestar solidariedade e contribuir com a discussão.

Passados dez anos do assassinato do nosso Mandarú, continuamos sentindo sua presença viva no meio de nós, incentivando nossas lutas para que continuemos a construir o sonho de uma terra livre. Lutas que têm se transformado em grandes conquistas:

- A Saúde e a Educação em nossas mãos;
- Já temos 95% das nossas terras;
- Produzimos alimentos orgânicos e cuidamos da natureza sagrada, das águas, das matas oferecendo assim um ambiente e uma alimentação saudável para o nosso povo e para a população de Pesqueira;
- Nossa organização social ganhou o prêmio de gestão patrimonial e a mãe do Povo Xukuru, a guerreira Zenilda, foi indicada ao prêmio Nobel da Paz e ganhou a medalha Herbert de Souza da Assembléia Legislativa de PE;
- Nossos jovens têm se organizado, e conscientes da nossa luta, têm utilizado o teatro e o áudio visual para contar nossa história e fortalecer nossa identidade.

Mesmos com todas essas conquistas, há ainda muitas coisas que atrapalham o nosso projeto de futuro e a paz do nosso povo: os assassinatos e a criminalização de nossas lideranças patrocinadas por aqueles que têm o interesse em nosso território e também por aqueles que têm o dever de nos defender, incentivadas pelos grandes meios de comunicação de PE.

Os nossos parentes Truká, Pankará e do Maranhão também vêm sofrendo perseguição. Caso gravíssimo é o da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, cujos povos além de serem chamados de terroristas, ainda correm o risco de terem anulada a homologação de suas terras. Entendemos que essa situação ameaça todos os nossos povos.

A política indigenista do nosso país também ameaça o nosso projeto de futuro, pois nossa Constituição mesmo depois de vinte anos não é de fato cumprida. Por isso entendemos, que é de fundamental que seja criados e aprovados, imediatamente o CNPI – Conselho Nacional de Política Indigenista e o Estatuto dos Povos Indígenas.

Pela paz do nosso povo, exigimos que Rinaldo e Edmilson sejam soltos, que nosso Cacique e lideranças deixem de ser perseguidos e criminalizados. Viva o povo Xukuru! Viva nossas lideranças! Viva os povos indígenas do Brasil! E diga ao povo que avance.

TI Xukuru, 20 de maio de 2008.

2009

CARTA DA IX ASSEMBLÉIA DO POVO XUKURU

Nós, povo Xukuru do Ororubá, protegidos pelas forças dos Encantos de Luz e da Natureza Sagrada, nos reunimos na nossa IX Assembléia, que teve como tema "FORTALECER A ORGANIZAÇÃO PARA ENFRENTAR A CRIMINALIZAÇÃO", realizada na aldeia Capim de Planta, entre os dias 17 a 20 de maio de 2009, com a participação de representantes das 23 aldeias do nosso povo; dos parentes indígenas Truká, Kambiwá, Kapinawá, Pankararu de Pernambuco; Potiguara da Paraíba, e Anacé do Ceará; das entidades aliadas e apoiadores da causa: Conselho Indigenista Missionário - CIMI, Centro de Cultura Luiz Freire - CCLF, Centro Josué de Castro, Fio Cruz, Pastoral do Menor da CNBB/ Regional Nordeste II, Biblioteca Multicultural de Olinda, Diocese de Pesqueira, professores/as e estudantes da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE e da Universidade de Pernambuco - UPE e de pessoas simpatizantes da nossa luta.

Apesar de grande parte do nosso território tradicional já se encontrar em nossas mãos e da nossa vontade e disposição para garantir a qualidade de vida das famílias Xukuru, a perseguição ao nosso povo continua.

Como se não bastassem os diversos assassinatos de nossas lideranças, agora sofremos com a ofensiva da criminalização. Atualmente, há 43 pessoas sendo processadas. Desse total, 26 já foram condenadas, duas cumprem prisão preventiva e outras aguardam julgamento. São homens honestos, pais de famílias e filhos que junto às suas comunidades tem dado exemplos de vida digna. Esta honestidade é testemunhada tanto pelos membros das comunidades Xukuru, como por pessoas e autoridades respeitadas da sociedade regional, a exemplo do nosso pastor, D. Francisco Biasin, bispo da Diocese de Pesqueira. Esses homens cometeram um único crime: o de lutar para garantir os nossos direitos, especialmente o direito à terra e à sobrevivência física e cultural do nosso povo.

Sabemos que essa situação é vivenciada também por outros povos indígenas no Brasil, e que faz parte de uma estratégia das elites brasileiras que querem continuar a exploração de nossa gente, não aceitando que os explorados se organizem e garantam os direitos fundamentais para uma vida digna.

Estamos indignados e queremos dar um basta a essa situação! Exigimos que deixem nosso povo em paz! Queremos que todos saibam que não ficaremos calados. Estamos denunciando essa trama cruel e absurda contra nosso povo em Pernambuco, no Brasil e em âmbito internacional.

Mesmo sabendo que aqueles que estão contra nosso povo detem o poder político e econômico no nosso país, nós não temos medo e não estamos sós. Contamos com a força de Tamain e Tupã, os encantos e a natureza sagrada, temos também o apoio de aliados, que conhecem profundamente essa trama diabólica e cruel arquitetada contra o povo Xukuru.

Assumimos como nossa, a fala de Zenilda, nossa conselheira espiritual e mãe do povo Xukuru: Vamos continuar lutando, "porque a maioria daqueles que não abraçam a causa dos pobres acham que somos marginais, mas nós somos cidadãos. Nós discutimos nossas lutas com alegria, porque as forças encantadas nos ajudam. Nós somos persistentes. Não é uma minoria que vai nos fazer desistir. Nós não vamos desistir de dar continuidade porque nossas crianças e jovens precisam viver nessa terra, com seus usos e costumes, pois quem nasceu para viver lutando não vai morrer de braços cruzados." Na certeza da vitória, seguiremos sempre adiante, pois nossa luta é constante.

Aldeia Capim de Planta, 19 de maio de 2009.

2010

CARTA DA X ASSEMBLEIA DO POVO XUKURU DO ORORUBÁ

Nós, Xukuru do Ororubá, reunidos na aldeia Cajueiro para nossa X Assembleia, que teve como tema “**PREPARANDO O TERRITÓRIO PARA ACOLHER AS NOVAS GERAÇÕES**”, no período de 17 a 20 de maio de 2010, com a presença de representantes das aldeias: Pé de Serra de Canabrava, Pé de Serra dos Nogueira/Pão de Açúcar, Oiti, Caldeirão, Capim de Planta, Canabrava, Brejinho, Afetos, Caípe, Caetano, Couro Dantas, Lagoa, Cimbres, Sucupira, Guarda, Jatobá, Pedra Água, Curral Velho, São José, Gitó, Mascarenhas, Santana, Passagem e Cajueiro, além de companheiros e aliados do nosso povo.

1. Louvamos nosso pai Tupã e nossa mãe Tamain. Nossa Terra é a nossa mãe! A Serra do Ororubá é o nosso solo sagrado, morada dos Encantos, reinado de Urubá, onde seus Filhos e Filhas vivem sob a sua proteção;
2. Anunciamos que o Território Xukuru já está quase todo em nossas mãos. Agora ele está livre daqueles que nos escravizaram, que destruíram nossas matas, águas e pedras. Nossa terra agora nos envolve com seu manto de proteção e liberdade. Somos um povo livre “porque tudo que acontecer a terra, acontecerá aos filhos da terra” TERRA LIVRE, POVO LIVRE..
3. Informamos que estamos preparando nossa mãe terra para receber as novas gerações, para isso, estamos limpando o nosso território de todos os vícios e costumes que tanto maltrataram a Natureza Sagrada e que trouxeram dor e sofrimento para nosso povo;
4. Na nossa terra, tudo que se planta dar prá comer, beber, amar, e para o lazer. Por isso, nossa juventude com entusiasmo e vontade, protegida pela Mãe Natureza tem procurado, junto com nossas lideranças formas de viver com harmonia e alegria no território.
5. Mas, mesmo com toda essa força, mobilização e vontade de viver em paz em nosso território, nossas lideranças continuam sendo criminalizadas. Nossos parentes Rinaldo Feitoza e Edmilson Guimarães continuam presos injustamente e nosso Cacique e lideranças sendo perseguidos.

Por fim, saímos mais uma vez fortalecidos da nossa assembleia para continuar lutando junto às lideranças, firmes contra as forças que historicamente se opuseram e se opõem ao nosso projeto de vida. Anunciamos nossa solidariedade ao povo Tupinambá, que no momento está com seu cacique preso injustamente. Saímos renovados espiritual e politicamente para caminhar na construção de um mundo melhor para todos e todas.

Aldeia Cajueiro, 17 a 20 de maio de 2010

2011

A construção do compromisso Xukuru com a sustentabilidade: leitura das Cartas das Assembléias Xukuru do Ororubá

O objetivo deste informe é ressaltar aspectos do compromisso assumido explicitamente nas cartas das Assembléias Xukuru, entre os anos de 2001 a 2011, no que se refere ao tema da sustentabilidade. E que assim, podem contribuir diretamente com os debates a serem realizados durante a assembléia deste ano, 2012, cujo tema é: *“Limolago Toipe - Terra dos Ancestrais: Agricultura Xukuru Praticando o Bem Viver”*.

Depois da leitura de todas as cartas compromissos ou cartas da assembléia, fiz o destaque literal, ou seja, copiei com as mesmas palavras que aparecem no documento original, aquilo que parecia mais próximo das nossas intenções de debate para o ano de 2012.

Espero com esta síntese contribuir com a ativação da memória dos participantes, que deverá ser proporcionada por alguém da coordenação ou equipe de facilitação no início do evento. As cartas representam apenas uma pequenina parcela do que as assembléias discutem, por isso há que se valorizar a memória dos participantes. Isto é importante para trabalhar a noção de que não queremos recomeçar as discussões do zero, já existe um acúmulo de debates, e que este ano é momento de aprofundamento das questões, e de confrontar os princípios que desejamos para o Bem Viver Xukuru com as práticas de lido com a terra.

PANORAMA

Cronologicamente, o primeiro documento de registro, demanda e compromisso do povo Xukuru do Ororubá referente às assembléias foi a Carta de Compromisso (assim se auto-intitulava) da **II Assembléia do Povo Xukuru do Ororubá**, realizada na Aldeia São José, em 2002. Neste momento já podemos observar as primeiras preocupações do tipo:

“A nossa educação começa na luta pela terra. No Xukuru se educa para cuidar e viver da terra”.

“A continuidade da luta pela terra que é o principal elo entre todas as atividades existentes dentro do nosso território, começada por nossos antepassados visando a total desintração do nosso território, para que possamos viabilizar o uso coletivo da terra, o respeito a natureza sagrada, o desenvolvimento de uma agricultura sustentável”.

A carta da **III Assembléia do Povo Xukuru do Ororubá**, realizada na Aldeia Vila de Cimbres em 2003 estava mais voltada a temas organizativos do povo, de transporte e comunicação.

O tema da sustentabilidade voltará com força na Carta da **IV Assembléia Geral do Povo Xukuru do Ororubá**, realizada na Aldeia São José, em 2004, cujo tema era *“Pensando o Desenvolvimento do Nosso Povo a partir do cuidado com a Mãe Natureza”*. Nesta carta consta:

“REAFIRMAMOS o nosso desejo de romper com o modelo de produção e exploração das terras que nos foi deixado”.

“(...) aprovamos os seguintes encaminhamentos a serem implementados até a próxima Assembléia Geral:

01. Encontros por regiões (Serra, Ribeira e Agreste) para discussão e planejamento das ações que objetivam o trabalho com a recuperação do solo, o uso correto da água, a convivência com a seca, formas de organização do trabalho, armazenamento e comercialização da produção;

(...)

03. Encontro de lideranças com entidades parceiras para contribuir no planejamento das ações produtivas”.

Na Carta da **V Assembléia do Povo Xukuru do Ororubá**, realizada em 2005, na Aldeia Lagoa, o tema foi: *“Tupã e Tamain, ajudando a construir uma vida melhor para o nosso povo”*. aparecem os seguintes entendimentos:

“é preciso aprofundar a discussão sobre o uso coletivo da terra, o respeito a mãe natureza, o envolvimento de todos”

“Na área da Educação: Inserir no currículo escolar a disciplina de educação ambiental”

“Na área de auto-sustentação: Investir na formação dos agricultores e criadores para o cuidado com a natureza, na produção diversificada e na comercialização”

Na Carta da VI Assembléia do Povo Xukuru do Orurubá, realizada em 2006, na Aldeia Pão de Açúcar, o tema foi: "Terra: Pensando o nosso desenvolvimento e cuidando da nossa cultura", temos as seguintes expressões:

"reafirmamos que ser xukuru é:

. (...)

- . Viver na terra, cuidar da terra, defender a terra,
- . Viver na coletividade
- . Participar das tradições"

"Assim, decidimos que:

- . Devemos trabalhar a terra de forma coletiva, desenvolvendo a agricultura orgânica, diversificada e cuidando da natureza sagrada
- . Limitar a criação de animais de grande porte
- . Valorizar a nossa arte e as plantas medicinais"

Na Carta da VII Assembléia do Povo Xukuru do Orurubá, realizada em 2007, na Aldeia Capim de Planta, cujo tema foi: "Reviver a cultura, a partilha e a força dos encantados" as seguintes questões aparecem:

"Decidimos coletivamente que o nosso projeto de futuro tem como princípios:

(...)

02. O território deve ser utilizado de forma coletiva, cuidando da natureza sagrada;
03. A riqueza que a nossa terra dá deve ser partilhada e não deve ter entre nós desigualdade social"

"E, entendemos que para garantir o projeto de futuro é preciso:

01. Garantir o território livre;
02. Ter condições para trabalhar a terra"

Na Carta da VIII Assembléia do Povo Xukuru do Orurubá, realizada em 2008, na Aldeia Pedra D'água, cujo tema foi: "Dez anos sem o cacique Xikão e a perseguição contínua", foi dito que:

"Já temos 95% das nossas terras"

"Produzimos alimentos orgânicos e cuidamos da natureza sagrada, das águas, das matas oferecendo assim um ambiente e uma alimentação saudável para o nosso povo e para a população de Pesqueira."

A carta da IX Assembléia do Povo Xukuru do Orurubá, realizada na Aldeia Capim de Planta, em 2009 estava voltada ao tema "Fortalecer a organização para enfrentar a criminalização" e não encontramos nenhuma citação explícita ao nosso tema, ainda que tenha sido discutido no subgrupo da Jupago.

Já na Carta da X Assembléia do Povo Xukuru do Orurubá, realizada em 2010, na Aldeia Capim de Planta, cujo tema foi: "Preparando a território para acolher as novas gerações", o tema volta a aparecer, da seguinte forma:

"03. Informamos que estamos preparando nossa mãe terra para receber as novas gerações, para isso, estamos limpando o nosso território de todos os vícios e costumes que tanto maltrataram a Natureza Sagrada e que trouxeram dor e sofrimento para nosso povo".

E finalmente na Carta da XI Assembléia do Povo Xukuru do Orurubá, realizada em 2011, na Aldeia Vila Cimbres, cujo tema foi: "Cultivando os princípios do Bem Viver para garantir o envolvimento no projeto de futuro Xukuru" afirmou-se que:

"Nosso objetivo foi disseminar o entendimento do 'Bem Viver' entre nosso povo. Nosso maior desejo hoje é ter um território produtivo, livre das amarras da fazenda e do latifúndio, onde as pessoas possam viver usufruindo do que a terra nos dá, cuidando da terra, da natureza e de todos seus filhos".

"Queremos viver sob os princípios do respeito à Natureza, às águas, às matas, às pedras e os animais".

2012

CARTA DA XII ASSEMBLEIA XUKURU DO ORORUBÁ

Nós, Povo Xukuru do Ororubá, iluminados e iluminadas pela força da Natureza Sagrada, nos reunimos na XII Assembleia, que teve como Tema: “**Limolaigo Toípe – Terra dos Ancestrais: Agricultura Xukuru praticando o Bem Viver**”, no período de 17 a 20 de maio de 2012, na aldeia Capim de Planta, com representantes das aldeias: Pão de Açúcar, Pé de Serra, Cana Brava, Brejinho, Afetos, Caípe, Caetano, Couro Dantas, Oiti, Caldeirão, Capim de Planta, Lagoa, Cimbres, Sucupira, Guarda Jatobá, Pedra d’água, Curral Velho, São José, Gitó, Mascarenhas, Santana, Passagem e Cajueiro; além dos parceiros e aliados do nosso povo, dentre eles: Povo Potiguara, Povo Truká, Povo Xukuru Kariri, Povo Wassu Cocal, Povo Kapinawá, Povo Kambiwá, CIMI, APOINME, Comunidade Quilombola Negros do Osso, SESAI, SECRETARIA DE AGRICULTURA, SAF/MDA, SEDUC, IPA, CONSEA/PE, ADAGRO, Secretaria Estadual da Mulher, Secretaria Estadual de Educação, SEAF, Movimento Mangue-Crew, Movimento Pé no Chão, Rede Reflectação, Centro Josué de Castro, DIOCESE DE PESQUEIRA.

Preocupados com a morada de nossos Ancestrais, e a nossa relação com a Mãe Terra, realizamos uma reflexão sobre o tipo de agricultura que desejamos. Observando as práticas e usos atuais em nosso território, identificamos e refletimos sobre os elementos que poderiam fragilizar e aqueles que podem fortalecer o Projeto de Futuro de nosso povo. Recuperando a memória de outras assembleias, verificamos que a preocupação com a Mãe Terra sempre esteve presente. Neste encontro, aprofundamos o debate para garantir a nossa autonomia em sintonia com os princípios do Bem Viver e da Natureza Sagrada.

Deste modo, entendemos que a Agricultura Xukuru tem como princípios:

- O respeito à Mãe Terra;
- Garantir o usufruto coletivo do território Xukuru e a Terra livre;
- Atender as necessidades básicas da família e, não o acúmulo de riquezas nas mãos de poucos;
- A consciência de cuidado e zelo, e não de exploração da natureza garantindo a nossa Saúde. Esta consciência tem relação íntima com a Educação do povo, valorizando também o aprendizado com o outro, na convivência diária;

2013

Carta da 13 Assembléia do Povo Xukuru

Nesse momento em que os povos indígenas do Brasil sofrem a ameaça de ter os seus direitos assegurados pela Constituição Federal desconstituídos, em consequência da ofensiva tramada pela bancada ruralista no Congresso Nacional, principalmente através da apresentação de proposições legislativas antiindígenas, a exemplo das PECs 215 e 38, como também das ações do governo brasileiro que em julho de 2012 publicou a Portaria 303, que pretende inviabilizar os procedimentos de demarcação de terras indígenas, nós, povo Xukuru do Ororubá, realizamos a nossa XIII Assembleia.

Reunidos na aldeia Pedra d'água, conduzidos pela natureza sagrada, no período de 17 a 19 de maio de dois mil e treze, participamos ativamente das discussões, tendo como inspiração o tema: ~~Limolango Toipe – Unindo as forças do Ororubá na construção do Bem viver, fortalecendo o respeito do Índio com a Natureza~~. Nesse espaço sagrado para nos Xukuru, se fizeram presentes os representantes das aldeias e suas delegações: Curral Velho, Sucupira, Cajueiro, Jatobá, São José, Capim de Planta, Pé-de-Serra dos Nogueiras, Oiti, Caipe, Pedra D'água, Santana, Couro Dantas, Gitó, Mascarenhas, Caldeirão, Cana Brava, Pé-de-Serra de S. Sebastião, Guarda, Cimbres, Imbé, Pau Ferro, Pão-de-Açúcar, Lagoa, Caetano, Passagem, Afetos, Bananeira, Brejinho, índios que residem na cidade, além dos nossos parentes em Pernambuco: Povo Truká, Kambiwá, Kapinawá, Pipipã; nossos parentes de outros estados: Potyguara e Tabajara na Paraíba; representantes do povo Dakota dos Estados Unidos e aliados nessa trajetória, entre eles: CIMI, UFPE, MDA, UFPB, ITERPE, CEDAPP, Diocese de Pesqueira, Prefeitura Municipal de Pesqueira, Câmara de Vereadores de Pesqueira, IPA, Secretaria de Agricultura do Estado de Pernambuco.

Após intenso diálogo e profunda reflexão sobre o projeto de vida e nossa trajetória de luta, confirmamos o princípio de que o sagrado é a base que nos motivou a reconquistar o

nosso território tradicional e fortalecer a nossa organização, no sentido de que o Bem viver aconteça de forma plena.

Retornamos ao terreiro da Pedra D'água nesse ano em que celebramos os 15 anos do martírio de nosso líder Xikão Xukuru, buscando reviver, relembrar e retomar as forças que nos levaram a reconquistar o nosso espaço sagrado. Lembramos de nossos Toípes, guerreiros e guerreiras que com fé na natureza e iluminados pela força encantada, lutaram pela defesa e liberdade do nosso povo e pela libertação de nossas terras que se encontravam invadidas por fazendeiros. Nesse processo de luta, muitos foram perseguidos, criminalizados, processados e injustamente condenados, outros tombaram, e suas forças se encantaram e fizeram das matas do Ororubá suas moradas. Dessa forma entendemos que fazem parte da natureza sagrada, sendo assim, reafirmamos o nosso compromisso com o sagrado, nossa mãe natureza, no sentido de proteção e zelo.

Revivemos a nossa memória, renovamos a nossa força e resistência para continuar a luta. Alimentamos os nossos sonhos guiados pela luz dos nossos encantos que nos levam a construção do nosso projeto de vida. Saímos fortalecidos e conscientes de que precisamos superar os desafios impostos, para construir o nosso modelo de governo autônomo, fortalecidos com a força das nossas organizações que em sintonia com a nossa espiritualidade, nos conduzem a trilhar pelos caminhos que nos levam a terra velha, terras dos ancestrais, nosso Limolaigo Toípe.

Povo Indígena Xukuru do Ororubá, 19/05/2013.

2014

Carta da XIV Assembleia do Povo Xukuru do Ororubá

Nós, Povo Xukuru do Ororubá, reunidos na a Aldeia Pedra D'Água, conduzidos pela natureza sagrada através das força das água, no período de 17 a 19 de maio de 2014, realizamos a nossa XIV Assembleia que teve como tema: **Limolaigo Toípe – Terra dos Ancestrais: A Água é o sangue da Terra**. Nesse espaço Sagrado se fizeram presentes representantes das 24 (vinte e quatro) Aldeias, distribuídas nas três regiões que compõem o Território Tradicional do Povo Xukuru do Ororubá: Região Serra, Agreste e Ribeira. Contamos também com a presença de alguns parentes: Povo Potiguara – Paraíba, Xukuru Kariri – Alagoas, Povo Kambiwá e Kapinawá – Pernambuco. Aliados: CIMI, UFRPE, UFRN, Diocese de Pesqueira, SESAI, DSEI, IPA, Programa de Proteção dos Defensores dos Direitos Humanos em Pernambuco, Superintendência do INCRA em Pernambuco e MCP – Movimento das Comunidades Populares.

Tendo como referencia o significado espiritual da água e sabedores de que ela é habitada por seres espirituais protetores da vida dos Xukuru e de todos os seres humanos que habitam no planeta terra, refletimos sobre a importância de conhecermos melhor a realidade hídrica de cada Aldeia e pensarmos formas de melhor cuidar e preservar esse líquido sagrado, dádiva da natureza, que assegura a existência de toda a humanidade. Para tanto, antes de refletirmos sobre a nossa situação particular, socializamos as informações sobre a distribuição e o acesso a água no Brasil e no mundo, percebendo os grandes desafios da atualidade, em que apenas 8% da água existente no planeta está destinada ao consumo humano, sendo a grande utilização feita pela indústria e o agronegócio, principais responsáveis pelos impactos ambientais e sociais que afetam o mundo inteiro. É por essa razão que no Congresso Nacional Brasileiro, os parlamentares da bancada ruralista propõem vários projetos de lei, a exemplo da PEC 215, na tentativa de impedir a Demarcação das Terras Indígenas, no intuito de que essas terras e as águas nelas existentes possam ser exploradas para seus interesses econômicos, como ficou explicitado na análise de conjuntura política realizada em nossa assembléia.

No que se refere à nossa conjuntura interna, a partir dos trabalhos realizados pelos grupos, percebemos que considerando o fato de nosso território está localizado dentro do semi-árido nordestino, sua situação hídrica, embora seja limitada, é bem mais favorável do que muitas outras regiões do nordeste, isso ocorre em virtude de sua topografia que tem como

determinante a Serra Sagrada do Ororubá, onde se encontram preservadas as matas, morada dos Encantados e lugar dos nossos rituais sagrados.

Todavia, constatamos também que é necessário melhorarmos a nossa forma de relacionamento com as fontes, nascentes, cacimbas, açudes, barragens, rios e riachos que alimentam o nosso território sagrado. Lamentavelmente, alguns hábitos e costumes criados pelo sistema capitalista que trata a água como se fosse uma mercadoria a ser utilizada a serviço de interesses econômicos, também podem ser identificados dentro de nossas comunidades. Por essa razão, ocorrem situações de poluição das águas pelo uso de agrotóxicos, pela forma incorreta da coleta do lixo e pelo descuido com as margens dos mananciais, que são afetados pela criação de animais de grande porte como o boi e o cavalo. Além disso, há também situações de desigualdades no acesso a água, quando algumas pessoas são mais beneficiadas do que outras, correndo-se o risco de cair na tentação de privatização e comercialização desse líquido sagrado.

Conscientes dessa realidade desafiadora, após termos concluído a elaboração do mapa hidrográfico do Território Xukuru, fomos unguídos espiritualmente através dos rituais conduzidos pelas lideranças religiosas do nosso povo. Como forma de compromisso com a preservação da mãe natureza e a garantia de continuidade das gerações futuras, decidimos que se faz necessário fortalecer em todas as nossas aldeias o processo de conscientização sobre o valor espiritual da água e a utilização correta da mesma, seja para o consumo humano, ou para cultivo da agricultura e criação de animais. Ao mesmo tempo, assumimos também o compromisso de participarmos da Campanha Internacional que propõe a expressão “**Água e Espiritualidade**” para ser assumida pela ONU como o tema principal do Dia Mundial da Água do ano 2017.

Por fim, na perspectiva de dar continuidade ao nosso projeto de vida, que tem como referencia o modelo do Bem Viver, reafirmamos a sábia citação pronunciada pelo Cacique Xicão e que serve de inspiração para continuarmos a nossa luta em defesa do nosso território sagrado: “**A Água é o sangue da Terra, as matas são os cabelos da Terra, as pedras são os ossos da Terra**”.

Aldeia Pedra D'Água, 19 de maio de 2014.

Carta da XV Assembleia do Povo Xukuru do Ororubá

Limolaygo Toipe: Em Defesa da Mãe Terra

Reunido em nossa assembleia anual durante os dias 17 à 19 de Maio de 2015, na Aldeia da Pedra D'água, nós povo Xukuru do Ororubá, refletimos sobre a maneira de relacionamento com o território sagrado e as formas de realizar a defesa e a gestão desse território, para contribuir com essa reflexão. escolheu-se como tema dessa assembleia: **“Limolaygo Toipe: Em defesa da Mãe Terra”**. Nesse espaço Sagrado se fizeram presentes representantes das 24 (vinte e quatro) Aldeias, distribuídas nas três regiões que compõem o Território Tradicional do Povo Xukuru do Ororubá: Região Serra, Agreste e Ribeira. Contamos também com a presença de alguns parentes: Povo Potiguara – Paraíba, Povo Tupinambá – Bahia, Povos Pankará, Pipipã, Tuxá, Kambiawá, Kapinawá – Pernambuco e Representantes da COPIPE. Aliados: CIMI, UFRPE, IPA, Diocese Pesqueira, SESAI, DSEI, MCP – Movimento das Comunidades Populares, Ocupe Estelita, CPT – Comissão Pastoral da Terra, Secretária de Cultura do Estado de Pernambuco/ Fundarpe, Secretaria de Saúde de Pesqueira, Fórum de Juventude de Pernambuco, Cooperativa de Estudos Margarida Alves e Pé no Chão.

Assembleia inicia no terreiro sagrado da Pedra D'água, com a realização do ritual de abertura, que correspondeu a todo período da manhã, na busca da força encantada, para que os dias que se seguem de assembleia sejam regidos por seus ensinamentos. A espiritualidade Xukuru tem uma relação direta com a natureza sagrada, razão pela qual o ritual religioso acontece no terreiro sagrado, espaço rodeado pelas matas, lugar de morada permanente dos encantados, que são os seres protetores do território e todas as espécies que nele habitam. Depois de nos alimentarmos espiritualmente, o período da tarde foi dedicado à análise da conjuntura política que o país enfrenta hoje, onde o companheiro Cleber Buzatto trouxe quais são as inquietações que os povos indígenas no Brasil estão enfrentando por meio das leis que busca nos enfraquecer e usurpar os nossos direitos conquistados por nosso Toipes depois de tanto sangue derramado. Analisando essa conjuntura, podemos perceber que estamos enfrentando uma tentativa de desconstrução dos direitos historicamente conquistados, por parte dos três Poderes da República: Executivo, Legislativo, e Judiciário. No Executivo a paralização de demarcações das terras indígenas. No Judiciário está ocorrendo algumas decisões que não respeitam os direitos originários dos povos

POVO XUKURU DO ORORUBÁ

CARTA DA XVI ASSEMBLEIA DO POVO XUKURU DO ORORUBÁ

19 de maio de 2016

Nós, Guerreiros e Guerreiras Xukuru do Ororubá, orientados pelos saberes dos nossos encantos de luz, nos reunimos na Aldeia Pedra D'água, nos dias 17, 18 e 19 de Maio, na realização da XVI Assembleia Xukuru, que teve como Tema: **“Limolaigo Toípe – Nossa Educação é nossa resistência”**, com representantes das aldeias: Pão de Açúcar, Pé de Serra de São Sebastião, Pé de Serra dos Nogueiras, Cana Brava, Brejinho, Afetos, Caípe, Caetano, Couro Dantas, Oiti, Caldeirão, Capim de Planta, Lagoa, Cimbres, Sucupira, Guarda, Jatobá, Pedra d'água, Curral Velho, São José, Gitó, Mascarenhas, Santana, Passagem, Pau Ferro, Cajueiro e os indígenas da cidade; além dos parceiros e aliados do nosso povo. Durante esses dias discutimos caminhos que apontam para uma prática de educação que represente com profundidade a maneira de ser e viver Xukuru.

Passados 24 anos na trajetória da construção da política de Educação Escolar indígena Xukuru, esta Assembleia propõe uma avaliação desse período, com o propósito de perceber nossas limitações e planejar estratégias que elevem a qualidade de ensino e, principalmente, que a educação Xukuru, cada vez mais, esteja pautada na valorização da identidade do nosso povo, que passa pela relação com a terra, no cuidado e na vivência com a natureza sagrada, sendo esses os princípios de nossa agricultura, que identifica a forma que vivemos e convivemos nesse território.

Para essa edição, nossa Assembleia teve a preocupação de uma maior participação das comunidades no processo de construção, através da pré-assembleia, que ocorreu entre os dias 11 a 17 de abril. Na oportunidade foi realizada uma escuta, onde as comunidades puderam expor seus olhares sobre a educação que temos e vivenciamos. Entre as várias questões, foi possível identificar que, para nossas comunidades, a educação deve valorizar a agricultura Xukuru, enquanto elemento fundamental da identidade do nosso povo.

A nossa agricultura apresenta uma lógica onde a Natureza Sagrada é o elemento central que determina e possibilita o dialogo de saberes entre o Mundo dos Encantados e o mundo físico material. Sua racionalidade própria permite que os saberes e os conhecimentos tradicionais assumam relevância e possibilitam o avançar na construção de um novo, extremamente comprometido, através de uma relação de fidelidade com nossas origens.

Por esse entendimento, sentimos a necessidade de lançar um olhar sobre o nosso Projeto Político Pedagógico-PPP, assim como, sobre os EIXOS temáticos que orientam a Educação Escolar Xukuru, assim como em todos os povos em Pernambuco, que são: Terra; Identidade; História; Interculturalidade; e Organização. A XVI Assembleia do Povo Xukuru, aponta para que seja acrescentado o eixo “Agricultura” entendendo que esta, tem como princípios, o Respeito à mãe terra; Garantir o uso fruto do território e a terra livre; Atender as necessidades básicas das famílias e, não o acúmulo de riquezas nas mãos de poucos. A consciência de cuidado e zelo, e não a exploração da natureza, garantindo a nossa saúde. Esta consciência tem relação íntima com a educação do nosso povo, por ser a agricultura, um princípio organizador, um elemento da identidade Xukuru que representa uma importante expressão cultural do nosso povo, pois se articula a partir dos diversos circuitos de formação existentes no território, a exemplo dos saberes dos terreiros sagrados, nos plantios, nas observações na natureza, nos espaços de prática da religiosidade e nas escolas. É possível afirmar que nosso sistema tradicional de cura e sua dinâmica social promovem a circulação de práticas e saberes dos nossos ancestrais, através dos guardiões da cura Xukuru. Esse circuito possibilita a transmissão, construção e reconstrução de conhecimentos, através de processos próprios de nossa educação, como já se demonstra na organização da nossa juventude e seus processos de formação, revelando um alcance de maturidade e sabedoria, ao entender que se faz necessário, para garantir o “futuro da nossa nação”, um constante buscar aos conhecimentos ancestrais através de diálogos com os nossos mais velhos e na comunicação com a mãe terra.

Nesse momento, não podemos deixar de mencionar sobre o que vem ocorrendo hoje no Brasil, no que diz respeito às especificidades da luta dos Povos Indígenas. Faz parte, a mais de 500 anos, a tentativa de destruição da cultura dos Povos Indígenas das Américas.

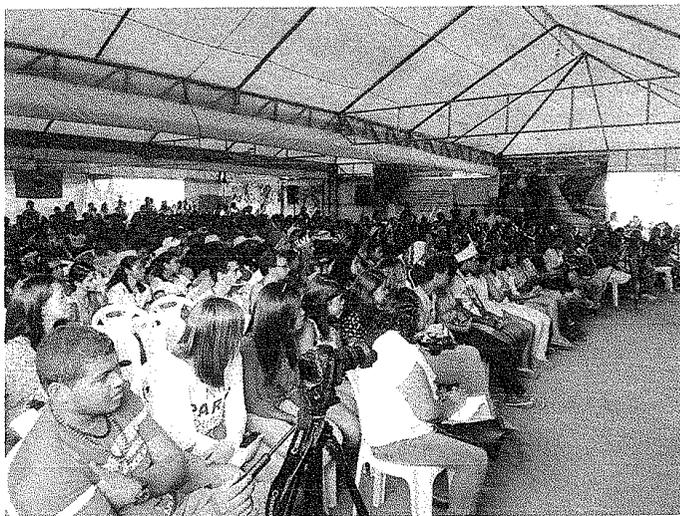
Inspirados pelas palavras da Liderança Naiton Pataxó Hã Hã Hãe e indignados com o atual contexto da política nacional, afirmamos que NÃO reconhecemos o atual governo, haja vista, o que está em jogo é a institucionalidade democrática. Reconhecemos que não houve muitos avanços para os Povos Indígenas nos últimos anos, no entanto, a perspectiva atual é de muitos retrocessos. Não aceitamos nenhum direito a menos. A formação de novos guerreiros e guerreiras Xukuru, passa pela consciência da manutenção do nosso território, em que pese, a nossa demarcação está resolvida, porém, estanho é a realidade da maioria dos Povos Indígenas no Brasil. Nós Xukuru entendemos que a demarcação da terra é fundamental na manutenção de nossos usos, costumes e tradições.

E diga ao Povo que avance!

» Notícias » Nos estados » PE

I Assembleia da Juventude Indígena do Nordeste define agenda de lutas pelo direito à terra

Inserido por: Administrador em 06/06/2016.
 Fonte da notícia: Assessoria de Comunicação - Cimi



A expectativa era de um encontro na aldeia Pedra D'água, Terra Indígena Xukuru do Ororubá, município de Pesqueira (PE), mas as duas centenas de jovens indígenas do Nordeste perceberam que na verdade se tratava de uma Assembleia. Entre os dias 21 e 23 de maio, os autointitulados Filhos da Constituinte, tema do encontro, se debruçaram sobre os problemas da conjuntura do país em interface com a luta de seus povos.

O que os jovens indígenas fizeram, na verdade, foi analisar os flagrantes desrespeitos à Constituição de 1988, e não apenas no que tange os direitos dos povos. Decidiram não reconhecer o "governo do presidente interino Michel Temer como legítimo", e foram além: "Sentimos a necessidade de fortalecer os jovens no conhecimento de seus direitos e deveres junto aos seus povos. Procuramos articular a juventude de diversos povos do Nordeste para que estes conheçam e reconheçam a importância do processo constituinte", diz trecho da carta da I Assembleia da Juventude Indígena do Nordeste.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215 também foi alvo de críticas dos jovens e a devida participação deles nas lutas de resistência a propostas do gênero. O Marco Temporal, que foi incorporado à PEC 215, passou a ser entendido pela juventude como uma nova forma de atacar o direito à terra. Essa tese defende que território indígena só pode ser demarcado caso o povo que o reivindique comprove ocupação ou litígio a partir da promulgação da Constituição, 5 de outubro de 1988.

Leia a carta da I Assembleia na íntegra:

Carta da I Assembleia da Juventude do Nordeste

Nós jovens e lideranças indígenas do Nordeste estivemos reunidos em assembleia, na Aldeia Pedra D'água Terra Indígena Xukuru do Ororubá entre os dias 21 e 23 de Maio de

http://cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&conteudo_id=8749&acti...

2016, em homenagem ao grande Guerreiro da Paz Xikão Xukuru, com o tema: **FILHOS DA CONSTITUINTE**, se fizeram presentes nesse momento os povos indígenas dos estados da Bahia (Pataxó, Pataxó hã hã hãe, Tumbalala, Tuxá, Tupitambá), Alagoas (Xukuru Kariri, Katokinn, Koiupanká, Kalankó), Paraíba (Potiguara, Tabajara), Ceará (Kanidé, Pitaguary, Anacé, Tapeba), Rio Grande do Norte (Potiguara do Amarelão) e Pernambuco (Atikun, Entre Serras Pankararú, Kambiwá, Kampinawá, Pankará de Itacuruba, Pankararú, Pipipã, Truká, Tuxá e Xukuru), juntamente com os nossos parceiros e aliados da causa indígena.

Partindo da preocupação mediante a conjuntura política pela a qual o nosso país passa, e não reconhecendo o governo do presidente interino Michel Temer como legítimo, sentimos a necessidade de fortalecer os jovens no conhecimento de seus direitos e deveres junto aos seus povos. Procuramos articular a juventude de diversos povos do Nordeste para que estes conheçam e reconheçam a importância do processo constituinte e como esse momento se assemelha ao qual passamos hoje, momento este de reafirmamos os nossos direitos garantidos na constituição de 1988, que naquele marco histórico contou com a participação de várias das nossas lideranças.

Os povos presentes por meio de um túnel do tempo reviveram a memória dos processos de luta pelos os quais passaram desde o princípio da colonização até o presente momento. Podemos então perceber a força e resistência dos nossos povos, na luta pela a posse e permanência nos nossos territórios sagrados que são as moradias dos nossos encantados.

Todos os povos presentes reafirmaram o desejo pelo avanço dos processos demarcatórios de todas as terras indígenas que ainda não tiveram esse processo concluído ou se quer iniciado, conforme rege os artigos 231 e 232 da constituição de 88, assim como a garantia do direito aos territórios já demarcados, colocando-se contra a PEC 215 que propõe um retrocesso nos direitos garantidos na constituição de 1988 e assim sendo exigimos o seu imediato arquivamento bem como a não utilização do subterfúgio do Marco Temporal pelo poder judiciário.

A partir da conquista dos nossos territórios precisamos garantir a manutenção dos mesmos, zelando e preservando-os, com este intuito nós povos indígenas do Nordeste apresentamos como demanda o direito a uma educação específica e diferenciada dentro das nossas comunidades, com escolas indígenas de estruturas físicas de qualidade e acesso facilitado tendo como objetivo fortalecer o projeto de futuro das nossas etnias. Buscamos também uma saúde específica, que valorize os conhecimentos dos nossos anciões e a utilização das medicinas tradicionais e espirituais, proporcionando a manutenção dos costumes e tradições de cada povo e preservando as nossas plantas através da pratica do reflorestamento, para assim garantir a morada dos nossos encantados. Reivindicam ainda a permanência e ampliação dos cursos universitários para os povos indígenas do Brasil e que as universidades utilizem-se de artifícios para conter as inúmeras formas de preconceitos sofridas pelos os estudantes indígenas.

O fortalecimento da organização da juventude foi apontando como uma das principais necessidades do movimento de luta indígena no Nordeste, para garantir a posse e permanência nos nossos territórios, partindo dessa realidade os jovens representantes dos povos presentes nessa assembleia criam um grupo que tem como finalidade articular a base para a criação de uma comissão de juventude a nível regional.

Assim afirmamos é golpe, mas não é NOCALTE. E diga ao povo que avance.

AVANÇAREMOS!

http://cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&conteudo_id=8749&acti...

Aldeia Pedra D'água, Terra Indígena Xukuru do Ororuba, Pesqueira – PE, 23 de Maio de 2016.

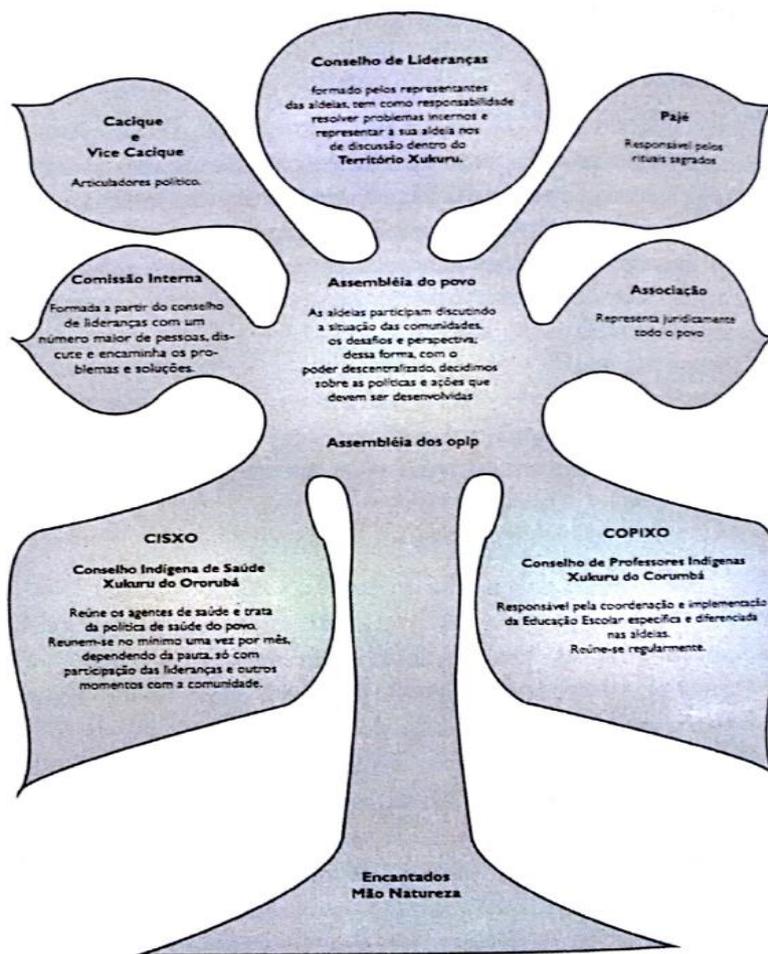
Fotos: Zennus Dynis/Cimi-NE

ANEXO F - Organograma da organização política Xukuru do Ororubá apresentado durante a V Assembleia do Povo Indígena Xukuru do Ororubá (Maio/2005)⁴⁴

136

Kelly Emanuely de Oliveira

Organograma da organização política Xukuru, apresentado durante a V Assembléia do Povo Indígena Xukuru (maio/2005)⁷⁴.



74 No centro da árvore a "Assembléia dos Opip" faz referência à Organização dos Povos indígenas de Pernambuco (Opip) que integra representantes dos povos daquele estado. Falarem disso a seguir.

Scanned by CamScanner

⁴⁴ Fonte: Oliveira (2014, p. 136).